

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**ANA MARÍA FERNÁNDEZ EQUIZA**

**ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA VALORAÇÃO DA NATUREZA  
NOS CONFLITOS AMBIENTAIS**

**FLORIANÓPOLIS**

**2007**

ANA MARÍA FERNÁNDEZ EQUIZA

ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA VALORAÇÃO DA NATUREZA  
NOS CONFLITOS AMBIENTAIS.

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência, apresentado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas á Universidade Federal de Santa Catarina.

**Orientador: Prof. Dr. Héctor Leis**

**Co-orientador: Prof. Dr. Luis Scheibe**

FLORIANÓPOLIS

2007

ANA MARÍA FERNÁNDEZ EQUIZA

ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA VALORAÇÃO DA NATUREZA  
NOS CONFLITOS AMBIENTAIS

Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, do centro de Filosofia e Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito á obtenção do grau de Doutora em Ciências Humanas.

Aprovado em                      de 2007

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis – Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Henri Acselrad  
Universidade Federal de Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Luciano Félix Florit  
Universidade Regional de Blumenau

---

Prof. Dr. Paulo Krischke  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Ariane Kuhnen  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe - Co-orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

A minhas filhas Lucia e Julia, por existir e acompanhar-me nesta experiência.

À memória de meus pais Raúl e Mirta pela infinita semente de sua breve vida.

Ao avô Vicente, por seu imenso amor e dedicação.

A meus irmãos, Gregorio, Federico, Mariana, Pablo e Eugenia, porque somos sempre um e seis.

A Aurelia por sua amizade e solidariedade de mulher.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Héctor Leis, por seu compromisso e dedicação ao projeto interdisciplinar, por colocar aos colegas e alunos desafios que ajudam a crescer e por sua paciência infinita como diretor.

Ao Professor Luis Fernando Scheibe porque suas contribuições como co-diretor foram sempre extremamente claras e úteis. A todos os professores e colegas do Doutorado Interdisciplinar por assumir a tarefa de dar corpo a uma experiência inovadora. A Liana Bergmann e Ângelo La Porta por sua amável disposição e sua eficiência em tudo o atinente aos aspectos administrativos.

A Universidade Federal de Santa Catarina por abrir-me suas portas e à Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires por ter possibilitado a realização deste Doutorado no âmbito da educação pública.

A Brenda Teresa Porto de Matos por sua hospitalidade.

A Claudia Lucia Bisaggio Soares que compartilhou comigo sua família, sua casa e longas e inspiradoras conversas sobre preocupações comuns em torno do tema da tese.

Aos colegas do Centro de Investigações Geográficas por seu permanente apoio e aos docentes da Área de Economia de Ciências Humanas por sua colaboração.

À professora Mabel Manzanal por seu exemplo e a Alain Lipietz porque, ainda que não o saiba, acordou a inquietude intelectual que se tentou desenvolver nesta tese.

A todos os que celebram a maravilha da Natureza e vivem sabendo que há valores que não têm preço, porque lhe dão maior sentido a este trabalho.

## ABSTRACT

The present work started with a question: what's the role being played by the criterions that give value in environmental conflicts?

The principal hypothesis sustain the following: a) the environmental conflicts show that there are multiple criterions to give value to Nature, b) that those criterions in part generate the conflicts and c) that the economy is limited in offering solutions because it tends to reduce the plurality of existing criterions in order to conform to its own parameters defined by utility and measures

The initial itinerary of this work looks into an approximation of the concept of value, it examines the general environmental thoughts and it looks into the economy searching for a value of nature. A model of analysis followed this work based on three categories: the use of the value of nature, the value of exchange (present and future), and the value of existence (intrinsic value).

Two case studies serve to this analysis. The first one is the conflict around the transference and disposition of the residential refuse (garbage) of the Buenos Aires Metropolitan Area into the city of Olavarría (2001-2003).

The second study focuses the conflict into the mining exploitation in Tandil of the small-low mountainous region of Tandil (Buenos Aires Province).

The first approach pretends to explain the development of conflicts studying them as complex systems. The second approach intended to produce an account of the development conflicts by using more specific tools and applying the model's analysis of the document sources.

The obtained results demonstrate the existence of multiples criterions to give value to Nature, including some totally independent of utility and measurement and, therefore, cannot be analyzed exclusively from an economic point of view. It is also observed that the criterion of value of actual exchange predominates in the actor's considered as generators and regulators of the environmental conflicts.

On the contrary, there is great plurality on the side of the initiators and those that are receptors of the conflicts, with more significant weight on the criterions that incorporate the value of use of nature and the exchange on the future and also the value of existence (the intrinsic value of nature).

Key-words: value – nature – economy - environmental conflicts

## RESUMO

O trabalho partiu da pergunta: Qual é o papel que jogam os critérios de valoração da Natureza nos conflitos ambientais?

As principais hipóteses aqui levantadas sustentam que: a) Os conflitos ambientais mostram a existência de múltiplos critérios de valor sobre a Natureza, b) Estes são constitutivos dos conflitos e c) A economia se encontra limitada para oferecer soluções já que tende a reduzir a pluralidade de critérios existentes àqueles que podem ser abarcados por seus parâmetros, definidos pela utilidade e medida.

Por isso foi necessário realizar um caminho através do conceito de valor, indagando o pensamento ambientalista e procurando, na economia, uma conceituação que pudesse dar conta do valor da Natureza.

Construiu-se, então, um modelo de análise baseado nas categorias de valor de uso (atual/ futuro), valor de troca (atual/ futuro) e valor de existência, que foi utilizado para analisar dois estudos de caso.

O primeiro caso refere-se ao conflito em torno do projeto de transferência e depósito do lixo da Área Metropolitana de Buenos Aires na cidade de Olavarría, Argentina (2001-2003).

O segundo centra-se no conflito pelo uso das Serras de Tandil, Argentina (1999-2000).

Numa primeira aproximação os conflitos são estudados como sistemas complexos e seguidamente a abordagem é aprofundada com o recuso de ferramentas de análise mais específicas, aplicando o modelo às fontes documentais.

Os resultados obtidos confirmam a existência de múltiplos critérios de valoração da Natureza, incluindo alguns deles independentes da utilidade e medida.

Também se observou que nos atores considerados geradores e reguladores dos conflitos predomina o critério do valor de troca atual.

Ao contrário, nos iniciadores e receptores existe uma grande pluralidade com maior peso para os critérios que incorporam o valor futuro e o valor de existência.

Palavras chave: Valor – Natureza – Economia – Conflitos ambientais

## SUMARIO

**Análise interdisciplinar da valoração da natureza nos conflitos ambientais**

<b>ABSTRACT</b>	6
<b>RESUMO</b>	7
<b>SUMARIO</b>	8
<b>LISTAGEM DE ILUSTRAÇÕES</b>	10
<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO 1 - ASPECTOS TEÓRICOS - METODOLÓGICOS</b>	15
<b>1.1 Pergunta de partida, objetivos e hipóteses.</b>	15
<b>1.2 Fundamentação</b>	16
<b>1.3 Problemática</b>	16
<i>1.3.1 O significado do controle da natureza</i>	18
<i>1.3.2 Conflitos de uso e propriedade</i>	19
<i>1.3.3 A ciência: instrumento do serviço de o domínio da Natureza</i>	23
<i>1.3.4 Os critérios de valor como orientação da investigação e como objeto de estudo</i>	24
<i>1.3.5 Porque estudar os critérios de valoração da natureza num conflito?</i>	27
<b>1.4 Algumas ferramentas conceptuais para caracterizar um conflito ambiental</b>	31
<b>CAPÍTULO 2 - QUAL É O VALOR DA NATUREZA?</b>	38
<b>2.1 Que é valor?</b>	39
<i>2.1.1 Valor Objetivo o Subjetivo?</i>	39
<i>2.1.2 A teoria da qualidade estrutural sujeito – objeto</i>	42
<i>2.1.3 Os usos da palavra valor</i>	44
<b>2.2. Que é valor econômico?</b>	47
<i>2.2.1 O conceito de valor econômico nas teorias clássicas e neoclássicas</i>	47
<i>2.2.2 Os conceitos riqueza e valor.</i>	48
<i>2.2.3 Valor de uso e valor de câmbio</i>	49
<b>2.3 O valor econômico da Natureza</b>	54
<b>2.4 Pode-se medir a Natureza?</b>	59
<b>2.5 Ampliando a noção de valor da Natureza</b>	60
<b>2.6 O valor da natureza no pensamento ambientalista latino americano</b>	61
<i>2.6.1 Contribuições de Guillermo Foladori: Critérios de valor da natureza numa tipologia do pensamento ambientalista</i>	61
<i>2.6.2 Contribuições de Eduardo Gudynas sobre valor da natureza e sustentável</i>	68
<b>CAPÍTULO 3 - APROXIMAÇÃO À ANÁLISE DE CONFLITOS AMBIENTAIS COMO SISTEMAS COMPLEXOS.</b>	72
<b>3.1 Inter-relações dos subsistemas sociais – econômicos – políticos - jurídicos - ambientais: em procura de uma dimensão explicativa dos conflitos ambientais no contexto da Argentina atual</b>	73
<i>3.1.1 Argentina na divisão internacional do trabalho</i>	74
<i>3.1.2 Atrair capitais: como se construiu o dogma</i>	75
<i>3.1.3 Uma aposta paga com ambiente</i>	83
<i>3.1.3.1 A Mineira: a promoção sem fim</i>	83
<i>3.1.3.2 Questionamentos e Resistência ao Modelo Mineiro.</i>	85
<i>3.1.3.3 Um Balanço</i>	86
<i>3.1.4 Os resultados sociais do modelo</i>	87
<i>3.1.5 Os resultados das políticas neoliberais segundo seus próprios parâmetros</i>	94
<b>3.2 Introdução aos Casos de estudo</b>	100

<b>3.2.1 Caso I - O conflito pelo projeto de disposição de resíduos da Área Metropolitana de Buenos Aires na cidade de Olavarría, Argentina (2001-2003).</b>	103
3.2.1.1 A crise do sistema de administração de resíduos de Buenos Aires e arredores.	104
3.2.1.2 O impacto nos lugares de depósito final	108
3.2.1.3 A ameaça do Trem "sanitário".	109
3.2.1.4 A mercantilização do ambiente por parte do Estado.	111
3.2.1.5 Alguns elementos para pensar a gestão de resíduos no marco de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.	112
3.2.1.6 Síntese preliminar do primeiro caso em estudo	114
<b>3.2.2 Caso II. Os conflitos pelos usos das Serras de Tandil, Argentina, (1990-2006).</b>	115
3.2.2.1 Características gerais das Serras de Tandil	116
3.2.2.2 Caso II (a) Os conflitos pelo uso mineiro das Serras de Tandil	118
3.2.2.2.1 A involução da atividade mineira	118
3.2.2.2.2 Os intentos de regulamento	121
3.2.2.2.3 Os conflitos principais: usos/localização/regulação	124
3.2.2.2.4 Critérios de avaliação implícitos nas políticas públicas implementadas	127
3.2.2.2.5 Os resultados das políticas públicas implementadas (2000-2006)	129
3.2.2.2.6 Situação atual do conflito	131
3.2.2.3 Caso II (b) O conflito pela construção nas Serras	133
3.2.2.4 Síntese preliminar do segundo caso em estudo.	137
<b>CAPÍTULO 4. AS CONCEPÇÕES DE VALOR DE DA NATUREZA NOS CONFLITOS ESTUDADOS.</b>	
<b>4.1 Ampliando a caracterização dos conflitos estudados</b>	140
<b>4.2 As posições em conflito</b>	145
<b>4.2.1 As posições no conflito pelo projeto de disposição de resíduos da Área Metropolitana de Buenos Aires na cidade de Olavarría, Argentina (2001-2003).</b>	145
<b>4.2.2 Posições no conflito pelo uso mineiro das Serras de Tandil. Argentina (1999-2006)</b>	167
<b>4.3 Síntese dos critérios de valor da Natureza presentes nos conflitos estudados</b>	277
<b>4.4 Uma avaliação dos resultados.</b>	279
<b>4.5 Em busca de um modelo de interpretação</b>	284
<b>A MANEIRA DE CONCLUSÃO: DAS (IM) POSIBILIDADES DA ECONOMIA.</b>	292
<b>REFERENCIAS</b>	295
<b>ANEXO A</b>	303
<b>ANEXO B</b>	307
<b>ANEXO C</b>	310
<b>LISTAGEM DE SIGLAS</b>	319

## LISTAGEM DE ILUSTRAÇÕES

Quadro	1	Etapas da evolução do conflito segundo Downs (1972).	30
Requadro	1	Componentes de um conflito ambiental.	34
Quadro	2	Desenvolvimento Temporal de um Conflito Ambiental.	37
Requadro	2	Teorias sobre valor econômico.	48
Esquema	1	Riqueza e Valor: conceitos diferentes.	49
Figura	1	Relação Natureza, valor de uso e de cambio (s/Autores clássicos e neoclássicos).	53
Quadro	3	Componentes do valor Econômico dos bens ambientais.	56
Esquema	2	Natureza e Valor. Distintos enfoques.	62
Quadro	4	Tipologia de pensamento ambientalista segundo Foladori (2001).	68
Quadro	5	Comparativo das correntes do desenvolvimento sustentável.	71
Figura	2	Subsistemas e processos inter-relacionados nos usos.	73
Esquema	3	Enfoque de Balanço de Pagamentos.	76
Esquema	4	Medidas para atraírem capitais e obter empréstimos.	77
Gráfico	1	Fluxo de Inversão Direta Estrangeira. Argentina (1993-2005).	78
Gráfico	2	Inversão Direta Estrangeira (em % do PBI) Argentina, (1993-2005).	79
Gráfico	3	Composição setorial da Inversão Direta Estrangeira, Argentina, 2006.	79
Gráfico	4	Pobreza e indigência por regiões, Argentina, 2005.	89
Gráfico	5	Distribuição do Ingresso Argentina, 2005.	90
Quadro	6	Evolução da Cesta Básica. Argentina (2001-2006).	90
Quadro	7	Evolução dos Salários, Argentina, 2001-2005.	91
Gráfico	6	Evolução dos preços dos principais produtos da cesta básica, Argentina, (2001-2005).	91
Quadro	8	Comparativo de partidas orçamentos selecionados, Argentina, 2006.	92
Quadro	9	Rentabilidade comparada entre empresas privatizadas o no privatizada, Argentina (1993-2001).	93
Quadro	10	Principais ingressos e egressos de divisas, Argentina, 2005.	95
Quadro	11	Composição das exportações e destino. Argentina, 2004.	96
Figura	3	Divisas ou empregos?	98
Esquema	5	Os casos de estudo no marco da etapa neoliberal, Argentina, 1976-2007.	100
Esquema	6	Um modelo de análise.	142
Quadro	12	Características dos conflitos estudados	143
Gráfico	7	O valor da Natureza. Resultados de casos I e II.	278

## INTRODUÇÃO

---

Qual é o valor da Natureza? Uma pergunta que para muitos seres humanos, em diferentes culturas e em diferentes épocas provavelmente poderia parecer óbvia, desnecessária. No entanto os problemas ambientais atuais enfrentam-nos a ela, nos obrigam a pensar de um modo novo. Não aos cientistas em particular, a todos os seres humanos, em qualquer lugar do planeta em que nos encontremos. É uma questão profundamente universal ainda que pensemos desde uma experiência local.

Ainda quando esta pergunta não apareça formulada explicitamente com frequência, indícios de múltiplas e diversas respostas emergem quando a sociedade enfrenta problemas ambientais.

O presente trabalho propõe-se indagar que papel jogam nos conflitos ambientais as diferentes concepções de valor da natureza, para o qual se tenta uma análise interdisciplinar de dois casos de estudo. O primeiro referido ao conflito gerado pelo projeto de transferência e disposição de resíduos sólidos urbanos da Área Metropolitana de Buenos Aires à cidade de Olavarría (2001-2003). O segundo com relação ao conflito pelo uso das Serras de Tandil (1999-2006). Ambos os casos são representativos dos dois grandes grupos de problemas ambientais (extração de recursos não renováveis e contaminação) e são relevantes nas respectivas localidades, situadas na mesma região da província de Buenos Aires, Argentina.

No primeiro capítulo apresentam-se alguns aspectos teóricos metodológicos. As principais hipóteses sustentam que existem na sociedade múltiplos critérios de valoração da Natureza, incluindo concepções de valor que não se sustentam na utilidade nem na mensurabilidade. Estas diferenças poderiam ser partes de uma dimensão constitutiva dos conflitos ambientais.

Portanto, as alternativas de solução pensadas exclusivamente desde a economia não poderiam dar conta da pluralidade de critérios de valoração existentes já que teoricamente estão limitadas a categorias de valor definidas por utilidade e medida. Isto constitui o núcleo da problemática, já que, crescentemente, as repostas aos conflitos ambientais parecem se procurar no âmbito da economia e, portanto, ficam circunscritas a critérios utilitaristas.

Este utilitarismo, por quanto não implica diretamente mercantilização, é um orçamento básico da mesma. Não tudo o útil tem valor de mercado, mas não existe algo que tenha valor de mercado e não tenha alguma utilidade que motive que seja denunciado. Portanto, o

mercado só pode incluir os valores mensuráveis e utilitários. Dito de outro modo: valores não utilitários e incomensuráveis não podem ser mercantilizados. Se estes existem e se expressam nos conflitos podem se pretender soluções que os ignorem?

O papel da ciência moderna orientada pelo valor de controle da natureza é determinante no aumento da capacidade de intervenção humana sobre a natureza e, como sustenta Jonas (1995) não se desenvolveu ao mesmo tempo uma ética conforme as responsabilidades que implica. Isto faz parte da problemática. Os conflitos ambientais implicam uma disputa em torno de usos materiais e simbólicos e são, ao mesmo tempo, entre usos e entre valores. Os usos a sua vez dependem, entre outros fatores, das formas de apropriação, das regulamentações existentes e das capacidades técnicas.

Por que escolher um uso e não outro? Ou perguntas como: a que usos da direito à propriedade? Adquirem maior importância dado que o aumento das capacidades técnicas implica mudanças na intensidade, características e conseqüências dos usos. O uso do elemento apropriado formalmente, não é ao mesmo tempo uso de um ecossistema e, portanto uma espécie de cercado de bens comuns e um avanço sobre a vida de outros e sobre a Natureza em seu conjunto?

Sem dúvidas, a problemática na qual se inscreve esta tese é extremamente ampla e aqui só se pretende desenvolver uma análise de uma relação em particular: a existente entre os critérios de valor da natureza e os conflitos ambientais tomados como caso.

Assim, no primeiro capítulo se tenta apresentar e deixar abertas algumas questões que fazem à problemática em general e expor algumas das ferramentas conceptuais que guiam o desenvolvimento deste trabalho em particular.

No Capítulo 2 analisam-se diferentes aspectos a respeito dos conceitos de valor, valor econômico e valor da natureza. Para isso, se faz uma breve resenha de algumas contribuições das teorias subjetivistas e objetivistas e, em particular, se expõem os principais elementos da teoria do valor como qualidade estrutural, elaborada por FRONDIZI (1974).

Depois de perguntar “Que é valor?” pergunta-se “Que é valor para a economia?” Assim, se realiza uma breve revisão das formas de entender o valor nas principais teorias clássicas e neoclássicas e se apresentam alguns elementos referidos às formas em que a economia tentou dar conta dos problemas ambientais nas últimas décadas, atendendo em especial às concepções sobre o valor da natureza.

No Capítulo 3 realiza-se uma primeira aproximação aos casos em estudo explorando as inter-relações dos subsistemas sociais, econômicos, políticos, jurídicos, ambientais que podem contribuir a explicar e apresentando uma primeira descrição do desenvolvimento dos

mesmos. Conforme a um conceito do valor que considera as situações como uma dimensão constitutiva do mesmo, o Capítulo 3 contribui a explicar. Neste sentido é importante advertir que este capítulo faz referência a processos econômicos globais e regionais de certa complexidade, mas cujo entendimento é imprescindível para afundar numa dimensão explicativa dos conflitos ambientais em general e os estudados em particular.

O último capítulo, o mais extenso e específico, começa incorporando algumas contribuições conceituais para uma caracterização mais profunda dos conflitos ambientais tomados como casos. Sobre a base das aproximações teóricas realizadas nos capítulos anteriores, os relevamentos de campo e as entrevistas exploratórias, definem-se um modelo de análise.

O mesmo está orientado pela pergunta de partida e baseado nas categorias de valor de uso (presente e futuro), valor de mudança (presente e futuro) e valor de existência. Este marco aplica-se às fontes documentais disponíveis para cada caso.

A análise complementa-se tomando como referência as tipologias de pensamentos ambientalistas de FOLADORI (2001) e GUDYNAS (2003). Cabem algumas advertências aos leitores. Em primeiro lugar, o caráter interdisciplinar da análise proposta não implica uma pretensão de exaustividade.

Pelo contrário trata-se de uma mirada entre muitas possíveis. É uma mirada particular que relaciona algumas contribuições de várias disciplinas e trata de fazer uma análise que contribua ao entendimento dos critérios de valoração da natureza nos conflitos ambientais.

Parte-se de admitir a impossibilidade de dar conta de todas as dimensões possíveis de uma análise interdisciplinar e ao mesmo tempo, da convicção de que é possível e pertinente aprofundar uma dimensão definida a partir de uma construção teórica que necessariamente implica eleições e com elas, inclusões e exclusões de teorias, conceitos e metodologias. O que aqui se apresenta é um caminho para realizar a análise, por suposto discutível, mas que foi traçado com honestidade intelectual em função dos recursos e capacidades disponíveis.

Como destacam alguns dos autores nos que se apóiam este trabalho (GARCÍA, 2000, SANTOS, 1997) a abordagem do objeto de estudo depende da construção teórica prévia. Neste sentido, vale uma segunda advertência: de alguma maneira os resultados estão presentes desde o início.

Isto se deve tanto à forma em que se desenvolveu o processo da investigação como ao modo de elaborar o texto. A proposta do trabalho transita desde o princípio focalizando a análise sucessivamente em aspectos como os critérios de valor, os conflitos ambientais (sua

natureza, a busca de uma dimensão explicativa dos mesmos como expressão de sistemas complexos, a história de sua produção) e o papel dos critérios de valor nos conflitos estudados. Mas cada uma das partes, ainda que tenha certa autonomia, está fortemente orientada em torno das hipóteses.

Os resultados obtidos permitem afirmar que nos dois conflitos estudados existe pluralidade de critérios de valoração. Em ambos se observam uma forte associação entre os atores denominados geradores e reguladores com o critério de valor de mudança atual e entre os receptores com a pluralidade de valorações, incluindo critérios de valor de existência da Natureza para o caso de Tandil. A análise das respostas ao conflito apresentado no Caso 2 mostra que as mesmas estiveram centradas no critério de valor de mudança atual. Esta solução apresenta-se como o resultado da aplicação de técnicas de construção de consensos e se baseia em critérios economicistas de ajuste ao marco orientado pela desregulamentação da economia em general e as políticas de promoção mineira em particular. Não incorpora nem no processo de construção nem na proposta resultante a pluralidade de critérios de valoração dos atores em conflito. Portanto e tendo em conta a persistência e o aumento da intensidade do conflito, indicaria que por agora não se pode descartar a terceira hipótese.

Finalmente, tomando em consideração os resultados expostos, comentam-se algumas idéias em procura de um modelo de interpretação. Para isso se consideram três eixos: os conflitos como expressão de sistemas complexos, como disputa em torno da apropriação material ou simbólica da natureza e como momentos no avanço do ambientalismo. Com respeito a isto último se consideram as contribuições do multisetorialismo complexo (VIOLA E LEIS, 1995), de teorias que destacam a dinâmica questionamento/construção de legitimidades (ACSELRAD, 2004) e/ou racionalidades (LEFF, 1995) bem como contribua-los teóricos que tendem a ver os conflitos como emergentes da luta gerada pela escassez. Isto leva, a modo de conclusão, a uma reflexão sobre as (in) possibilidades da economia para explicar conflitos ambientais que envolvem critérios de valor que não podem ser considerados dentro dos paradigmas.

## CAPITULO 1

---

### ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

#### 1.1 Pergunta de partida, objetivos e hipóteses.

Que funções desempenham num conflito ambiental as diferentes formas de valorização da natureza?

Partindo desta pergunta, tenta-se uma aproximação do assunto, sobre a base da análise dos seguintes casos:

I – O conflito pelo projeto de disposição de resíduos da área metropolitana de Buenos Aires, na cidade de Olavarría, na Argentina (2001-2003).

II – Os conflitos pelos usos das serras de Tandil, na Argentina (1990-2006).

Os objetivos propostos são:

- Proporcionar o conhecimento sobre os critérios valorativos da natureza existentes na sociedade e sua relação com os conflitos ambientais estudados.

- Avaliar a capacidade das principais teorias econômicas para dar conta da pluralidade de valorações que se apresentam nos conflitos.

Para isto propõe-se aprofundar o estudo de dois conflitos ambientais, tentando:

- Identificar os diferentes critérios de valoração da natureza explícitos e implícitos nos atos sociais envolvidos.

- Investigar sua relação com a constituição e duração do conflito.

- Analisar criticamente as formas de interpretação e as alternativas de solução propostas, procurando estabelecer o nível de adequação entre as mesmas e o problema colocado.

O trabalho é norteado pelas seguintes hipóteses:

a) Hipótese geral 1: Os conflitos ambientais põem em evidência critérios de valoração da natureza diversos e contraditórios.

- Hipótese secundária 1.1: Existem critérios de valoração da natureza ligados à utilidade.

- Hipótese secundária 1.2: Existem critérios de valoração não suscetíveis de medida, e dizer que segundo os mesmos, o valor da natureza não é mensurável.

b) Hipótese geral 2: As contradições entre as diferentes formas de valoração da natureza são um dos elementos constitutivos e causais de conflitos ambientais.

c) Hipótese geral 3: As propostas de solução para conflitos ambientais que subordinam o conjunto das políticas possíveis à dimensão econômica, reduzem a pluralidade de critérios de valoração existentes na sociedade; porque a economia; dentro dos paradigmas vigentes, não pode considerar critérios de valoração não utilitários ou incomensuráveis.

## **1.2 Fundamentação**

A valoração da natureza, dentro dos complexos de valores individuais, institucionais e sociais dos atos envolvidos num conflito ambiental, é uma dimensão do mesmo, insuficientemente conhecida e estudada. Pesquisar e analisar esta dimensão valorativa poderia ajudar a entender e a explicar a ocorrência de conflitos, assim como alguns fatores da sua permanência ou resolução.

Dado que se trata de identificar e estudar uma dimensão do conflito sócio-ambiental (aquela definida pelas implicações das diferentes formas de valoração da natureza) que parte de caracterizar-se como insuficientemente reconhecida e explicitada, considera-se útil para diferenciar esta de outras dimensões de análise, o conhecimento prévio dos conflitos e inclusive, a revisão crítica da própria abordagem anterior. Por isto tomaram-se dois casos de estudos com bastante informação sobre os mesmos. Ambos são representativos de dois grandes grupos de problemas ambientais: depredação e contaminação, e estão localizados em cidades intermediárias da mesma região da província de Buenos Aires.

## **1.3 Problemática**

Podem ser entendidos os conflitos ambientais reduzindo a pluralidade de formas de valoração da natureza existente àquelas susceptíveis de definir-se por utilidade e medida?

A pluralidade de valorações da natureza possíveis e presentes nos atos sociais constituíram uma dimensão dos conflitos ambientais insuficientemente reconhecidos, explicitados e estudados. Tanto a abordagem científica como as respostas políticas reduzem essa pluralidade.

A ciência moderna de costume confessa um excessivo otimismo sobre as possibilidades de encontrar soluções exclusivamente técnicas para os problemas ambientais.

No mesmo tempo as respostas políticas aos conflitos, que muito freqüentemente se apresentam disfarçadas como soluções técnicas, estão enquadradas na subordinação da política à economia e da economia ao mercado, no entanto propendem a reduzir a diversidade valorativa existente ao valor econômico em geral e ao valor de mudança em particular.

O não reconhecimento da dimensão valorativa e particularmente da discussão sobre o valor da natureza, impede um entendimento completo (LACEY, 1998) dos conflitos ambientais. O recorte de alguns aspectos do mesmo e seu estudo dentro dos parâmetros da ciência orientada pelo valor de controle da natureza e particularmente pela economia, impede de considerar a pluralidade de valorações existentes, por tanto limita os alcances explicativos do entendimento teórico.

Se efetivamente os desacordos sobre o valor da natureza são uma das dimensões constitutivas e por tanto explicativas dos conflitos ambientais, não poderiam ser ignoradas no estudo científico dos mesmos. Querendo dizer, uma ciência que omita a discussão sobre o valor da natureza e suas implicâncias na constituição, desenvolvimento e resolução de conflitos, não os poderia estudar como fenômenos complexos.

Isto não é uma conclusão menor, devido a que muito freqüentemente, verifica-se uma tendência a colocar a “ciência” como árbitro desses conflitos. A resposta científica ou técnica, colocada num lugar de neutralidade e de superioridade a respeito de outros saberes, é esgrimida como fonte de solução. Bem, isto pode ser respondido. Em primeiro lugar, existem grandes questionamentos a esta concepção que lhe dá caráter neutral e superior à ciência, um valor social paradoxal baseado na suposta neutralidade valorativa. Em segundo lugar, se uma dimensão causal<sup>1</sup> explicativa, está dada por variáveis que deliberadamente são excluídas na estratégia usada para produzir conhecimento. Ele pode considerar-se como científico? Ou ainda sendo ele em referência aos aspectos estudados, pode extrapolar-se ao conflito como totalidade?

---

<sup>1</sup> Causalidade não num sentido lineal, mecânico, já que se esta considerando um sistema complexo.

Se o recorde produzido permitisse um entendimento incompleto mais extensivo sobre um aspecto do conflito, cumprindo num alto grau com os valores cognitivos, poderia considerar-se dentro de padrões científicos (LACEY, 1998). No entanto: é legítimo o uso legitimador desse saber como entendimento superior? O saber sobre uma parte coloca-se no lugar do saber sobre o todo. Neste, sentido o questionamento a este modelo de entendimento não é pelo que revela senão pelo o que oculta. Recorta-se para estudar, mas generaliza-se mais além dos aspectos inicialmente recortados.

A fragmentação, que poderia ser um recurso útil para conhecer uma parte da realidade, converte-se em problema científico quando o conhecimento assim produzido extrapola-se ao todo, ou nega a existência do previamente separado à hora de constituir o objeto de estudo.

Esse conhecimento, por mais que ele permite controlar os processos que tem a ver com o estudado e possibilite desenvolvimentos tecnológicos que aplicam esse conhecimento ao controle da natureza não deixa de ser incompleto e fragmentário. Todo o que excluiu existe e a intervenção no que não é conhecido.

Assim como se orienta a produção de conhecimento a aqueles aspectos que se pretende controlar, do mesmo modo parecera ser que os efeitos sistêmicos só são reconhecidos na medida em que reverte negativamente sobre o controle, tanto técnica como politicamente.

O efeito não desejado da aplicação num desenvolvimento tecnológico ao próprio processo produtivo ou as conseqüências ambientais e sociais convertidas em conflitos coloca em transparência o que antes estava no obscuro. Isto não é só um problema científico, e como a ciência é produzida socialmente.

### ***1.3.1 O significado do controle da natureza***

A relação da sociedade e a natureza são partes de cada cultura, e está produzida material e historicamente. Esta relação sociedade-natureza não necessariamente deve ser à procura do controle. Se bem que esta foi uma das marcas da modernidade e esta no núcleo da racionalidade ocidental, da dinâmica econômica e da ciência modernas mutuamente alimentadas, não é uma lei natural.

Muitas culturas marginais aos processos hegemônicos, mas de existência concreta e estendida, concebem outras formas de relação sociedade-natureza, orientadas não pelo valor de domínio ou controle, senão pelo equilíbrio ou harmonização. Povos originários de América

Andina, os povos cóias e mapuches, entre outros, entende-se a se próprios como natureza, Parte da vida, de tudo que existe e tentam conhecer para viver no mesmo sentido que o conjunto da natureza.<sup>2</sup>

Sem deidades extra-humanas, reconhece a função dos elementos da natureza e as relações de todo o existente. Esta cultura “dono” é uma palavra sem sentido, salvo quando historicamente o adquire como ameaça ou como resistência.

A relação com a natureza orientada pelo valor do controle, não é exclusiva do capitalismo, nem dos países centrais. Quase todas as experiências do socialismo real, assim como as de desenvolvimentos em países periféricos não se diferenciam do capitalismo, neste grande núcleo associado à idealização do produtivismo. Teoricamente funda-se em conceitos que definem o valor em termos de utilidade e medida. Praticamente, não fogem da ideologia do progresso e da fascinação pelo crescimento quantitativo.

Embora estes pontos em comum no mundo, em escala global, imperam as regras do jogo do capitalismo, e sua dinâmica é a que imprime os traços principais dos processos produtivos predominantes em escala planetária.

### ***1.3.2 Conflitos de uso e propriedade***

A propriedade privada e o controle da natureza são constituídos do capitalismo. E neste sentido, a ciência orientada pelo valor do controle da natureza dá para a propriedade um alcance cada vez maior, não só porque ajuda a gerar condições que facilitam um processo de mercantilização crescente, porque senão estende as possibilidades de uso dos bens. O processo de mercantilização da natureza e a extensão da propriedade privada sobre o ambiente operam como um processo permanente de cerceamento da natureza.

Diz-se que assim como houve uma primeira aproximação dos campos comunais, a técnica atual funciona gerando novos cerceamentos, igual algumas das políticas seguidas para dar conta dos problemas ambientais.

Fazer um mercado de quotas de emissão de carbono é de algum modo cercar e dividir o campo da emissão total admissível.

---

<sup>2</sup> Entrevista de Tayta Ullpu (Carmelo Sardinas), professor de língua e cultura Cóia.

Registrar o conhecimento sobre a genética de alguns vegetais ou animais é uma forma de cerceamento e apropriação privada. Ao mesmo tempo, e embora não esteja explicitamente mercantilizado, o uso dos ecossistemas está crescentemente privatizado. Isto acontece na medida em que a propriedade sobre alguns elementos, no quadro dos regulamentos existentes concretamente e com técnicas efetivamente utilizadas, supõe um uso cada vez mais estendido do elemento apropriado.

O uso da terra não é o mesmo no século XX que no XXI, nem é o mesmo da África que na Austrália ou na América Latina. Bem, com a globalização partes dos territórios se aproximam de acordo com sua inserção cada vez mais internacionalizada, outras partes, as vezes justapostos, ficam fora ou são excluídas desse processo e formam parte de outras dinâmicas, heterogêneas e diversas.

Hoje, a apropriação dos recursos está cada vez mais na apropriação de ecossistemas e neste sentido a fronteira da propriedade privada se estende sobre o tangível e intangível em muitos níveis. Veja: A propriedade da terra não mudou, desde o modo de ver jurídico, entre um camponês e seu avô, ou entre o primeiro e um pool ou uma grande empresa. A diferença não está só no tamanho da exploração.

O produtor que vive na sua terra, nasceu nela e pensa que alguém da família seguirá trabalhando essa terra, tem uma relação que não a circunscreve ao preço do mercado e a rentabilidade. Para um *pool* a produção agropecuária é uma atividade econômica cuja rentabilidade está suficientemente alta para ser escolhida como negócio entre outros possíveis. Faz uma avaliação privada custo-benefício de curto ou médio prazo.

Nos dois casos, seguramente com grau de diferente importância, se foi avançando na utilização de insumos, com objetivo de melhorar a produtividade por unidade de superfície. O pool além, se esforça em diminuir a intensidade da utilização da mão de obra. A mesma propriedade em termos jurídicos, a mesma localização, mas os efeitos econômicos sociais e ambientais são diferentes.

Enquanto o avô do produtor familiar usava a terra de um modo, seu neto usava a terra com uma maior intensidade, assim como também o ar e água. Pega mais energia proveniente de outras fontes (maiores insumos) e gera mais resíduo. Para usar a terra usa também capacidade de carga de outros lugares (alta mecanização), emite mais gases na atmosfera (combustão por mecanização e também pecuária intensiva), pega mais água (rega) e devolvem maiores resíduos (uso de agro-químicos). A menor ocupação desloca a população rural para as cidades (pressionado por trabalho, moradia, saúde, educação, etc.) e o pessoal

que ocupa, requer maiores estudos (aprovisionados em grande parte pelo investimento do Estado e outras famílias).

O *pool*, contudo, trabalha em grande escala, com maiores possibilidades de financiamento e procurando altas rentabilidades em curto prazo.

Vê a natureza como capital, não como patrimônio, e não põem em produção terras das margens, que podem produzir em curto tempo, porém a longo tempo perdem a fertilidade. Este é o caso do avanço do cultivo da soja em área de matas e florestas.

Mais além de que as terras sejam compradas ou alugadas, a gestão nas mãos do *pool* tem um alcance diferente sobre os ecossistemas, que acontece do uso para o qual se destinam as terras e das formas de produção; e que também dependem das dinâmicas econômicas, políticas e sociais nas quais se desenvolvem.

Poder-se-ia dizer que o mesmo regime de propriedade, no mesmo país, na mesma época, sobre a mesma terra, pode dar espaço a uma apropriação diferente da natureza com impactos ambientais e sociais muito diferentes.

A técnica não é responsável se não um instrumento de dominação e controle da natureza, cada vez mais poderoso nas mãos de sujeitos decisóres (empresários e governantes). Mas controla o processo produtivo não em sua totalidade, se não no que é de interesse para quem a demanda (o mercado ou eventualmente o Estado). Para isto o processo produtivo também deve fragmentar-se e deixar dentro do negócio as etapas que não o ponham em risco como tal. Fica de fora o que a economia ambiental chamaria de externalidades e a respeito das quais propõem uma “solução” que as internalize.

Isto é possível na sua totalidade, já que muito dos efeitos colaterais são incomensuráveis. Mas, além disso, internalizar todas as externalidades entraria em contradição com o regime atual de propriedade; já que colocaria em evidência que o uso privado de alguns recursos se realiza de tal forma; que avança sobre outros que são de propriedade de outras pessoas, são públicos ou são comuns e ainda mais, não só dos vizinhos imediatos senão de outros mais longe. A contaminação do ar por uma exploração produtiva, na prática é um avanço na propriedade de alguns sobre a propriedade de todos. Um cerramento do ambiente. Mais sutil, porém mais profundo que o cerramento de arame.

Poderíamos então imaginar um cenário não demasiado longe, no tempo onde já não fosse necessário para os capitalistas ter a propriedade da terra, se conseguir ser os

proprietários das sementes e controlar os mercados. Afinal, as novas capacidades da técnica dão um sentimento novo à propriedade.

Até onde o direito de propriedade dá o direito de dispor? Ou, quais são seus limites?

Alguns são timidamente declamados, da apelação à função social; doutrina sustentada pela igreja, até regulamentações internacionais e nacionais. O direito dá as ferramentas, desde a denúncia por danos e prejuízos de particulares, até as denúncias ambientais e algumas formas de implementação do direito de precaução. Mas as evidências mostram que os processos produtivos, que produzem os problemas ambientais levam um ritmo extremamente rápido comparado com o ritmo das regulamentações.

Corresponde perguntar se essa grande disparidade, entre as possibilidades e ritmos das regulamentações, é uma fenda insalvável, pode ser diminuída ou, pelo contrário, as segundas existem para processar os conflitos e legitimar os modelos de desenvolvimentos existentes.

Na raiz dos problemas ambientais tem uma apropriação de capacidade de carga por cima dos ritmos da natureza, e isso acontece na medida em que a disposição que se faz da mesma, supera os limites ecológicos e a capacidade de resiliência. O uso é o determinante e, dentro do capitalismo a propriedade privada e as regulamentações institucionais delimitam o alcance desse uso.

Melhorar a qualidade das regulamentações e priorizar a precaução, tratando de substituir políticas *ex-post* por *ex-ante* poderiam regular os usos com maior eficácia, mas supõem uma redefinição do conceito fortemente arraigado de propriedade como direito irrestrito sobre um objeto tangível. Nesse sentido, alguns autores visualizam formas alternativas de desenvolvimento guiado por formas diferentes de apropriação. Neste sentido Leff diz:

“El movimiento ambiental no sólo transmite los costos ecológicos hacia el sistema económico como una resistencia a la capitalización de la naturaleza, a través de una lucha social para mejorar las condiciones de sustentabilidad y la calidad de vida, sino que conlleva un proceso de reapropiación de la naturaleza por la sociedad. Este movimiento social no solamente incrementa los costos ecológicos del capital, sino que también reduce la parte de la naturaleza que podría ser apropiada por el capital. (LEFF, E., 1995, p. 65)

### 1.3.3 A Ciência como instrumento ao serviço do domínio da Natureza.

Hans Jonas adverte que: “*deveríamos manter-nos abertos à idéia de que as ciências naturais não dizem toda a verdade sobre a natureza*”. (JONAS, 1995, p. 35).

O saber extensivo, característico da ciência moderna, não é não-científico, ou obscurecedor de si próprio, senão enquanto pega o espaço de um entendimento completo, ignorando as variáveis e as relações excluídas do recorte inicial e produzindo uma intervenção não só no desenvolvimento tecnológico o qual pode dar lugar, senão na redução do campo teórico a uma parte do objeto. O que não se vê, ou que se descarta deliberadamente, existe e essa existência se faz visível quando os resultados desse entendimento extensivo e suas aplicações tecnológicas nos sistemas sociais e ecológicos mostram os “não desejados”.

A legitimidade do valor do controle da natureza em parte se sustenta em recortar os “sucessos” no controle, dos efeitos negativos estes são maiores na medida em que aumenta a fenda entre os ritmos da intervenção e os ritmos da natureza.

A técnica passou de ser um “cuidar e preparar” para um “desafiar” a natureza (HEIDEGGER, p. 57), ou, como diria Jonas de um:

“...dosificado tributo pagado a la necesidad, un medio con un grado finito de adecuación a fines próximos bien definidos”, a ser: “un infinito impulso hacia delante que en el continuo progresar intenta ver la misión de la humanidad (...). Así el éxito del *homo faber* no es sólo sobre el objeto externo que intenta dominar sino al interior del *homo sapiens*.” (JONAS, 1995, p. 36)

Já Weber (1996) indica a perda do sentido que significa a desdivinização da sociedade e a natureza e a racionalização da cultura, a economia e a sociedade.

Enquanto a religião implica uma cosmovisão do mundo que confere sentido à realidade, a ciência não pode ocupar esse espaço porque é instrumental. A substituição de uma racionalidade dos fins por uma racionalidade dos meios, significa uma perda do sentido; porém serve à procura dos bens materiais, pode converter-se numa perda da liberdade. O poder do controle sobre a natureza libera os homens das forças naturais e divinas, mas a racionalidade instrumental os transforma em escravos da sua própria criação. (SELL, 2001, p. 127-130).

Os graves problemas ambientais atuais mostram o sentido limitado dessa “liberação” das forças naturais. A racionalidade que coloca o controle e domínio sobre a natureza como

eixo, permitiu antes um impensado desenvolvimento tecnológico e o efetivo domínio de alguns processos, não libertou à humanidade das forças da natureza.

Por um lado, ainda que, por exemplo, facilitou o aumento da produtividade e a produção de bens e serviços que permitiriam a satisfação da necessidade. Uma evidência disto é fome de parte da população de países exportadores de alimentos.

Por outro lado, ainda que tenham contribuído, para proteger o homem de algumas ameaças da natureza, as evidências mostram que a mesma civilização tecnológica que conseguiu um aparente e fragmentário domínio sobre a mesma, produz novas e mais graves ameaças.

“El movimiento del saber humano en forma de ciencia natural que ha puesto a nuestra disposición esas fuerzas cuya utilización tiene ahora que ser regulada por normas es el mismo movimiento que, por una forzosa complementariedad, ha desterrado los fundamentos de los cuales podrían derivarse normas” (JONAS, 1995, p. 58).

Assim o mencionado autor, questiona a capacidade da ciência baseada exclusivamente na racionalidade instrumental para colaborar com a resolução dos problemas ambientais.

O aumento da capacidade de intervenção humana sobre a natureza, requer uma ética que não pode fundar-se numa racionalidade meramente instrumental, numa ciência orientada pelo valor de domínio da natureza.

#### ***1.3.4 Os critérios de valor como orientação de investigação e como objeto de estudo.***

Lacey (1998) analisa a relação entre valores sociais e atividade científica, mostrando como a forma hegemônica de relacionamento com a natureza, o domínio ou controle, assumida como valor social, orienta a ciência moderna. Desempenha um papel central na eleição das teorias científicas e se autolegitima pelos resultados aplicados na tecnologia.

Para a ciência instrumental “*O objetivo da ciência e representar (em teorias racionalmente aceitáveis) as estruturas, processos e leis subjacentes aos fenômenos e, a partir disso, descobrir novos fenômenos.*” (LACEY, 1998, p. 69).

Considerando esse objetivo, a eleição de teorias científicas circunscreve-se no que Lacey chama de estratégias materialistas, pode-se dizer, as teorias científicas que representam

objetos só em termos de estruturas e componentes, que interagem entre si em função das leis formuladas em termos matemáticos abstraídos de contextos sociais e ecológicos. São estratégias de restrição/seleção que usam exclusivamente categorias materialistas e selecionam só dados que podem ser medidos. Deste modo o poder explicativo destas teorias limita-se a alguns processos.

Lacey se pergunta:

“Por que tentamos entender os objetos naturais mediante práticas cognitivas que os abstraem dos contextos das práticas humanas em geral e de seus papéis na experiência ordenaria e, assim, das possibilidades que lhe são abertas nesses contextos?” (LACEY, 1998, p.70).

O autor nega que esse caminho permite alcançar um suposto conhecimento da realidade para si. Utilizando o exemplo de uma flecha, sustenta que dentro de estratégias materialistas poderia explicar-se a força, direção, velocidade etc., mas nos outros aspectos que acontecem de sua condição de objeto cultural num contexto humano, por ex: por que foi atirada contra certo alvo. (LACEY, 1998, p.70)

Este tipo de estratégia de restrição e seleção que se chama estratégia materialista orienta-se pela supremacia de um valor que não é somente cognitivo senão social: o valor do controle da natureza.

Lacey analisa criticamente as propriedades com as quais supostamente legitima-se o conhecimento científico como algo essencialmente livre de valores: imparcialidade, neutralidade e autonomia. Reconhece a imparcialidade como uma característica necessária e possível para qualquer entendimento científico, mas nega a neutralidade.

Bem são os valores cognitivos os que definem que uma teoria possa ser considerada científica, mas nega a existência e o peso dos valores sociais no momento da eleição de estratégias.

Enquanto as estratégias materialistas estão basicamente originadas na supremacia do valor de controle, dão lugar a um conhecimento e extensivo que é de forma geral a base de desenvolvimentos tecnológicos, outro modelo de estratégias de restrição e seleção é possível e necessário; no quadro de eleições de teorias científicas orientadas por outros valores que não excluem o social e ecológico e desejam um entendimento completo.

Lacey propõe uma definição mais ampla do objetivo da ciência, que contém a anterior:

“O objetivo da ciência é sintetizar (confiavelmente, em teorias racionalmente aceitáveis) as possibilidades de um domínio de objetos e descobrir meios para a realização de algumas das possibilidades até agora não realizadas” (LACEY, 1998, p. 71).

Assim, poderia estudar um objeto que só pode ser descrito quando não lhe abstraímos de seu contexto, humano, social, ecológico.

O autor entende que o caráter científico de uma teoria, o que faz que seja racionalmente aceitável, não é a observância de regras senão o grau em que manifestam valores cognitivos (independentes de outros valores). Lacey, resumindo a colaboração de vários autores (MC MULLIN, 1983; 1984; 1996; KHUM, 1977), menciona: adequação empírica, consistência, simplicidade, fecundidade, poder explicativo e certeza (LACEY, 1988 p. 62-64). Estes valores cognitivos, iguais a outros valores, aparecem-nos diferentes graus e hierarquias podendo variar a relevância de uns ou outros em relação ao objeto de estudo.

Entre outros valores, a “adequação empírica”, querendo dizer, o ajuste entre os dados empíricos e a teoria, desafia-nos a pensar sobre o que consideramos dados empíricos ou observações.

Entretanto a ciência moderna tende a considerar como tal, o que pode ser replicado num experimento, (pode-se dizer, em certas condições fechadas diferentes da experiência ordinária) e medido:

“(...) tais constatações são abstraídas do grande número de descrições diferentes que poderiam ser dadas para os mesmos fenômenos, se eles fossem direta e explicitamente vinculados às práticas humanas, bem como ao seu lugar é às suas conseqüências em sistemas sociais e ecológicos embora se pode facilmente relatar constatações observacionais intersubjetivamente confirmáveis que não abstraem os fenômenos de tais vínculos” (LACEY: 1998 p.67).

Neste sentido, e dado o propósito de estudar o papel dos critérios de valoração da natureza num conflito ambiental, cabe fazer algumas precisões. Poderíamos distinguir três planos, o da eleição do tema orientado pelos valores de quem escreve o dos valores em relação com a atividade científica, e o dos valores como objeto de estudo.

No primeiro nível, cabe dizer que a eleição do tema deve-se á convicção de que tem máxima relevância ética: o valor da natureza é um tema central para construir como indica Hans Jonas (1995), uma ética de responsabilidade, apropriada ás novas capacidades de intervenção humana mercê á ética.

Num segundo nível, a eleição de uma estratégia de restrição/seleção de teorias de dados a observar respectivamente, não se orienta pelo valor de controle da natureza e pelo contrário, pretende um entendimento completo do fenômeno estudado, inserido nas práticas humanas. Por tanto assume como valor o equilíbrio com a natureza.

No terceiro nível, os critérios de valoração da natureza na sua relação com o conflito ambiental constituem o objeto de estudo.

Parte-se de reconhecer a existência uma pluralidade de valores possíveis, diversas formas de relacionamento sociedade-natureza e, por enquanto, a estratégia desta pesquisa não poderia adequar-se a estratégias materialistas que se reduzem a de domínio. Não se deseja um entendimento extensivo, por que não daria conta do objeto.

Pelo contrário, pretende-se contribuir para um entendimento completo, pode-se dizer, a um conhecimento que longe de obstruir o fenômeno estudado das práticas sociais e os sistemas ecológicos e sociais no que está incluído, tente compreender-lhe dentro dos mesmos.

A pluralidade de valoração da natureza não é um valor social prévio e orientador da eleição da estratégia. Além disso, neste caso, faz parte do objeto de estudo, entretanto propõe-se a explorar o real dos critérios de valoração da natureza num conflito ambiental.

Pode-se dizer, em tanto valor social prévio influência a eleição da estratégia de restrição e seleção, e fundamenta a investigação.

Num segundo momento, no desenvolvimento da investigação, os critérios da valoração da natureza são partes do objeto de estudo.

### ***1.3.5. Por que estudar os critérios de valoração da natureza num conflito?***

Porque um conflito os revela, desoculta, põe em discussão e traz para a luz as diferentes valorações da natureza. Agora, só expressa a existência dessa pluralidade ou a mesma é parte, constitutiva do conflito? Quais são as relações entre os critérios de valoração da natureza e o conflito?

Tentando achar alguma resposta a esta pergunta, em primeiro lugar procura-se uma forma de abordagem teórica que permita dar conta das múltiplas relações envolvidas no conflito a estudar, e sua relação com os critérios de valoração da natureza.

Neste sentido se trabalhará a partir da perspectiva que aborda problemáticas ambientais como sistemas complexos. Tomando como referência Rolando García (1994,

2000). Para que as problemáticas complexas, nas quais estão envolvidos o médio físico-biológico, a produção, a tecnologia, a organização social, a economia:

“se caracterizan por la confluencia de múltiples procesos cuyas interrelaciones constituyen una estructura de un sistema que funciona como una totalidad organizada a la cual llamamos sistema complejo” (GARCÍA, 1994, p. 85).

O princípio básico é que toda alteração num setor propaga-se de diferentes modos através do conjunto de relações que definem a estrutura do sistema e, em situações críticas (baixa resiliência), gera uma reorganização total. As novas relações (e a nova estrutura que emerge dali) implicam tanto modificações dos elementos como do funcionamento do sistema total. Pode-se dizer; *“a característica determinante de um sistema complexo é a interdefinibilidade e mútua dependência das funções que cumprem ditos elementos dentro do sistema total”* (GARCIA, 1994, p. 86).

O autor, desde uma posição antiempírica, (não antiempírica já que pretende um conhecimento que seja constatável empiricamente), relembando a Russel Hanson (1958) enquanto *“toda experiência está cardada de teoria”* apoiado na psicologia genética de Piaget, nega a existência de observáveis “puros” e sustenta que: *“todo observable, aún aquellos que parecen provenir de la percepción directa de las propiedades elementales de los objetos, suponen una previa construcción de relaciones por parte del sujeto”* (GARCÍA, 2000, p. 384).

Deste modo, o sistema complexo, que como se diz, não está dado, constrói-se. A teoria é a que faz inteligíveis os fatos e permite organizá-los e explicá-los.

Assim:

“El punto de vista según el cual las relaciones causales se establecen en el nivel teórico (aunque puedan ser sugeridas por la experiencia) tiene fundamental importancia para la práctica de la investigación científica. Significa reconocer que las relaciones entre observables (o entre hechos) no surgen de la simple evidencia empírica”. (GARCÍA, 2000, p. 388-9).

O investigador não está com um sistema dado para analisar. Uma parte fundamental do esforço de investigação e a construção do sistema, como recorte mais ou menos arbitrários de uma realidade que não se apresenta com limites nem definições precisas.

Para Garcia, esta construção do sistema não é outra coisa que a construção de sucessivos modelos que representam à realidade que se pretende estudar. Um processo de aproximações sucessivas. O teste para saber se chegou a uma definição satisfatória só pode basear-se na sua capacidade explicativa:

“Un sistema estará definido solamente cuando se haya identificado un número suficiente de relaciones entre cierto conjunto de elementos, que permitan vincularlos con referencia al funcionamiento del conjunto como totalidad” (GARCÍA, 1994, p. 100)

A análise das inter-relações que acontecem num sistema complexo entre os processos que determinam seu funcionamento requer de uma abordagem interdisciplinar orientado pelo objetivo de chegar a uma interpretação sistemática da problemática original que apresenta o objeto de estudo.

Esta abordagem supõe também o reconhecimento da existência de processos de diferentes níveis. Os básicos ou os de primeiro nível (em geral os efeitos no meio físico e sociedade na esfera local), os de segundo nível ou meta-processos (que influenciam sobre o primeiro nível); ao mesmo tempo, influenciados pelos processos do terceiro nível (nacionais e globais). Estes níveis de processos requerem no mesmo tempo, níveis de análises correspondentes. (GARCIA, 2000, p. 397-8).

Os sistemas complexos:

“Se comportan como totalidades compuestas de subsistemas (...) Llamaremos funcionamiento del sistema al conjunto de actividades del sistema como un todo y función a la contribución de cada elemento o subsistema al funcionamiento del sistema”. (GARCIA, 1994, p. 99)

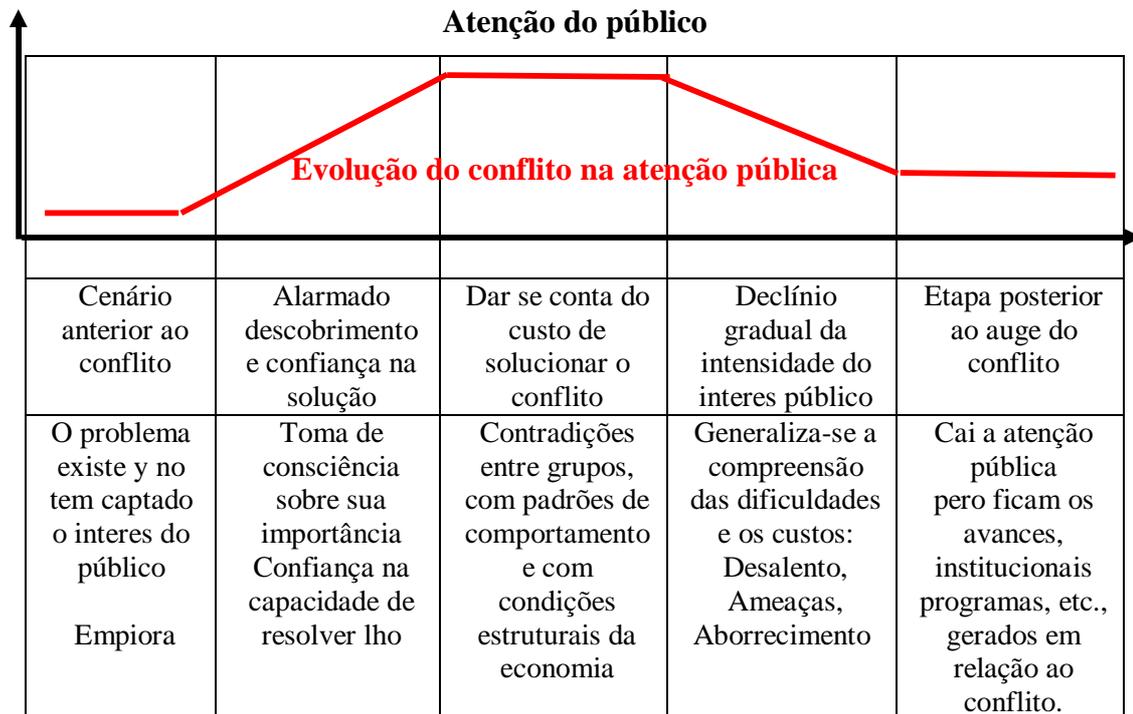
No presente trabalho, nos casos estudados pode-se distinguir subsistemas: físico, econômico, técnico, sociocultural, jurídico, político. Mais além, se explorar o rol dos critérios de valorização da natureza no conflito ambiental. Nesse sentido procura-se não só analisar o rol destes critérios de valorização em cada sistema, senão a mesma possibilidade de identificar e delimitar um subsistema de valores.

Tenta-se além, explicar a relação com a conformação de espaço, entendido como “*um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*” (SANTOS, 1997, p.18).

Relembrando com este autor que “*Toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história de sua produção*” (SANTOS, 1997, p. 40) faz especial insistência na história dos conflitos estudados.

Neste sentido, também se levam em conta às informações de Downs (1972) para analisar a atenção pública na relação sobre os conflitos estudados, resumidos muito esquematicamente no quadro seguinte.

**Quadro N° 1. Etapas da Evolução do Conflito. (Downs, 1972)**



Fonte: elaboração própria com base em Downs (1972)

Compreendendo que a “*coerência interna da construção teórica depende do grau de representatividade dos elementos analíticos perante o objetivo estudado*” (SANTOS, 1997, p. 20), considera-se importante para este trabalho à construção de uma tipologia de critérios de valorização da natureza que possa ser operacionalizada no estudo dos casos. A mesma será exposta no Capítulo 4.

#### 1.4 – Algumas ferramentas conceituais para caracterizar um conflito ambiental.

Henri Acselrad define os conflitos ambientais da seguinte forma:

“São aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis -transmitidos pelo solo, água, ar o sistemas vivos- decorrentes do exercício das praticas de outros grupos.” (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Para o autor a disputa pela mesma base material de atividade ou bases diferentes, mas interligadas nos ecossistemas originam os conflitos. Estes têm quatro dimensões constitutivas, a própria permite aprender à dinâmica conflituosa inerente aos diferentes modelos de desenvolvimento.

Para Acselrad, o modelo progressista e o “fordismo” periférico aplicado no Brasil tiveram altos impactos nos ecossistemas; os quais aconteceram como conflitos ambientais depois da ditadura, com a denúncia da degradação da base material de produção, a perda de produtividade e a acentuação do padrão de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais. Isto se dá junto com a tendência à especialização de porções de território incluída no mercado mundializado, no qual se completam das concepções de natureza, uma para conservar (como estoque de recursos genéticos) e outra exposta a atividade econômica segundo valores como eficiência e capacidade competitiva. (ACSELRAD, 2004, p. 28)

A descrição de Acselrad em relação à concepção da conservação da natureza como uma forma de especialização e inserção internacional de parte dos territórios da periferia, poderia acrescentar-se que não se trata só de preservar um estoque de recursos genéticos, senão de serviços ambientais em geral e também de guardar recursos para a demanda futura (Ex: água / energia).

Mais que o valor de existência, a conservação do valor de uso direto e indireto e o valor de opção parecem predominar em visões que poderiam disfarçar na defesa da sustentabilidade, diferentes estratégias de longo prazo de conotações econômicas e geopolíticas que seria importante elucidarem.

Enquanto a natureza como base de atividades econômicas desenvolvida sob os valores de eficiência e competitividade, poderia dizer em primeiro lugar que esta tendência dos anos noventa não é realmente nova senão uma re-elaboração da clássica teoria ricardiana das vantagens comparativas. Este “remake” encontra amplo sustento político em alguns setores

econômicos e políticos dos países da região formados ideologicamente ao calor dos benefícios econômicos obtidos nas etapas primárias exportadoras e pelo amparo do protecionismo frívolo (FAJNSYLBBER, 1984) da etapa seguinte que contribuíram a consolidar uma lógica mais rentável que produtiva.

A utilização da renda diferencial e a extração de recursos naturais têm alicerçado o poder dos grupos dominadores desde os princípios dos estados latino-americanos e ainda durante o processo de industrialização substitutiva e na etapa neoliberal, quando as atividades mais dinâmicas respectivamente são as indústrias, as atividades financeiras e serviços. Esta estabilidade das atividades ligadas à exportação de recursos naturais acontece não de sua contribuição ao produto bruto (declinante), senão da sua condição de principais fornecedores de divisas.

A prioridade das exportações retro alimenta a prioridade da economia, já que a necessidade de divisas leva à supervalorização da importância das atividades primárias no modelo de desenvolvimento.

Pode-se dizer como destaca Acsehrad, se a natureza é incorporada na tendência à especialização de porções de território incluídas no mercado globalizado, mediante atividades econômicas orientadas por valores como eficiência e capacidade competitiva; não interessa tanto para os países, o que e como querem produzir, desde suas próprias possibilidades e condições, senão de todo o que poderiam produzir o que poderiam vender no mercado externo.

O conceito de eficiência fica reduzido e subsumido à capacidade competitiva.

O que podem fazer tão eficientemente para poder competir no mercado externo? Existem outros parâmetros de eficiência, tantos como objetivos puderam estabelecer-se. Por exemplo, a procura de sustentabilidade, supor outros critérios de eficiência como minimizar impactos ambientais, aumentar a capacidade de inclusão social, etc.

O neoliberalismo soube impor e “naturalizar” alguns discursos. Um deles é precisamente a identificação da eficiência com a capacidade de vender no mercado externo e outro, também de grande peso na construção de um imaginário, é a associação entre atração de capitais externos e desenvolvimento. Veremos no capítulo 3 quanto destes discursos têm a ver com a breve evolução das crises dos anos 70, das idéias monetaristas e particularmente nos países periféricos, do enfoque monetário da balança de pagamentos.

As políticas neoliberais concentram-se em produzir reformas estruturais, gerar “confiança” e aumentar a capacidade de cada país na luta pela atração de capitais estrangeiros.

Isto, como vem, dá lugar a um processo de desregulamento (ou de outros modelos de regulamentações) geral e setorial, e a flexibilização laboral e ambiental como precondições para fazer mais atrativo o país para os investidores.

Assim, segundo Acseirad, nos anos 90 a flexibilização de normas ambientais e a fragilização das instituições de aplicação e controle contribui para uma crescente emergência de conflitos:

“Tais conflitos, têm sido constrangidos pelo estreitamento dos espaços para sua politização (...) Sob o argumento da necessidade de produzir divisas a qualquer custo e de privilegiar os consensos, elemento essencial das políticas de atração dos investimentos internacionais. Neste modelo as diferenças de projetos são ofuscadas em aras da unidade na competição pelos capitais e os conflitos como os evidenciados pelas populações atingidas pela extensão da monocultura para exportação, apresentada “como restrições ao desenvolvimento”. Mais os conflitos ambientais “por des-regulação” ganham espaço na cena pública, pressionam ao Estado a limitar a colonização do ambiente e resistem os modelos de desenvolvimento baseados na exportação de recursos naturais”. (ACSEIRAD, 2004, p. 28-29, Resenhado por FERNÁNDEZ EQUIZA, 2006).

Santandreu e Gudynas (1998) entendem por conflito ambiental a um modelo particular de conflito social expressado como ambiental pelos próprios atores. Os autores partem de repassar diferentes formas de entender os conflitos, os quais concordam em reconhecê-los como formas de interação social, que supõem enfrentamentos, mas os explicam de modo diferente. Como contribuições de classe, desde perspectivas marxistas; disputa por recursos escassos; disputa por vantagens individuais, que levada adiante por um grupo numeroso pode apresentar-se como luta pelo bem comum, parte das mudanças estruturais próprias de processos de modernização; parte integral da própria dinâmica social ou ação coletiva contenciosa (SANTANDREU E GUDYNAS, 1998, p.30-31).

Entre os aspectos principais, os autores destacam que o conflito é um processo. Não é estático e possui um desenvolvimento temporário com modificações e mudanças. Este processo desenvolve-se no âmbito público e envolve ações coletivas. Assim, o conflito ambiental resulta de posturas opostas, como se percebe o ambiente, nos valores que se atribui ao entorno e as relações do ser humano com este, e nos significados que revestem as ações sobre o meio. Alude a uma dinâmica de oposição e controvérsia, disputa ou protesto entre atores que se reconhecem em oposição, mais além de que considerem legítimos ou atendíveis as reclamações. (SANTANDREU E GUDYNAS, 1998, p. 32-33).

Assim, podemos sintetizá-lo da seguinte forma:

### Requadro N° 1: Componentes de um conflito ambiental

- Dimensão temporal
- Âmbito público
- Ações coletivas
- Diferentes valores, percepções ou significados de ações ou circunstâncias que afetam, ou podem afetar o meio ambiente.
- Dinâmica de oposição
- Reconhecimento dos atores em oposição

FONTE: Elaboração própria com base em Santandreu e Gudynas (1998).

Existem processos que não chegam a ser conflitos por que faltam algumas destas características.

Os motivos da disputa neste modelo de conflitos são os impactos ambientais, pode-se dizer que são as modificações sobre os componentes físicos e biológicos do ambiente e a valorização social que se faz deles. Pode ocorrer que alguns autores mencionem a sua gravidade e outros o minimizem e/ou reconheçam os impactos, existindo diferentes opiniões a respeito de como enfrentá-los.

O reconhecimento da existência ou a magnitude dos impactos é uma questão não somente técnica senão também cultural e política. Existe um político do conflito<sup>3</sup>, pode-se dizer um máximo tolerável para cada impacto por debaixo do qual é possível continuar a atividade e por cima do mesmo se faz uma valorização negativa e se fala de dano ambiental. Mas as valorizações são diferentes segundo os atores. (SANTANDREU E GUDYNAS, 1998, p. 34).

Existem diferentes modelos de conflitos ambientais: *manifestos* (expressão concreta da disputa e posição no presente) ou *latentes* (alguns dos autores não se expressam ainda que tenha impacto); *de fato* (a atividade geradora de dano está em pleno desenvolvimento) ou à *espreita* (a atividade geradora não se acha presente, só anúncio ou possibilidade); *simétricos* ou *assimétricos* (acesso similar ou não de todos os atores a provas técnicas, mecanismos jurídicos e legais a meios massivos de comunicações, etc.). (SANTANDREU E GUDYNAS, 1998, p. 34).

---

<sup>3</sup> Em cursiva no original

Os autores usam quatro categorias de atores do conflito, três pegadas de Padilha e San Martin (1996): *receptor* (conjunto de pessoas físicas e jurídicas afetadas direta ou indiretamente por um impacto ambiental), o *gerador* (grupo cuja ação ou omissão ameaça ou ocasiona um impacto ambiental) e *regulador* (grupo ou pessoa jurídica que tem por encargo regular a gestão dos bens ambientais). A estas lhe somam a categoria de *iniciador* (conjunto de pessoas físicas ou jurídicas que informadas do impacto ambiental iniciam e desenvolvem o conflito). Pode coincidir ou não com o receptor. (SANTANDREU E GUDYNAS, 1998, p. 46).

Tendo definido como um processo, pode analisar-se seu desenvolvimento temporal em três momentos: início, desenvolvimento e finalização. (Ver Quadro N° 2 no final deste capítulo)

A partir da análise de um cúmulo de conflitos ambientais no Uruguai, os autores sustentam que o estado mais que tentar a solução dos mesmos em suas raízes, tende a conseguir sua resolução no processo e controle das reclamações. Os autores, como fator explicativo destaca “*a tendência dos estados a não tomar novas áreas sob sua gestão direta, senão incluindo de reduzir-se em seu acionar, com transferência aos próprios indivíduos ou suas organizações na espera pública não estadual*” (SANTANDREU e GUDYNAS, 1998, p.89).

A ação do governo perante os conflitos é descrita com denominação de “Estado Tampão” que engloba diferentes variantes como o encaminhamento administrativo (baseado em condicionamentos formais, por exemplo: requisito de pessoa jurídica, registros de ONG, etc.), exigência de prova técnica (o estado pede fundamentação técnica de reclamação, às vezes custoso para quem reclama, e se consegue declarar “empate” entre duas formas de abordar o problema, reconhecidas igualmente como válidas<sup>4</sup>, partes da biblioteca). Também a contaminação partidária (argumentar que a reclamação encobre um ataque do partido contrário) ou a legitimação condicionada (reconhecer os movimentos sociais, mas deslegitimar as seus porta-vozes).

Segundo os autores, os meios de comunicação têm um papel importante no processo de controle e encaminhamento dos conflitos, porque eles mesmos sofrem esses processos e por interesse das próprias empresas. Isto não se faz explicitamente e também não explica todas as deficiências da informação já que também influencia na existência de valoração dos temas ambientais como não prioritários, o conhecimento insuficiente ou inadequado sobre os

---

<sup>4</sup> É freqüente que esta situação descreva-se como “a metade da biblioteca avalia uma posição e a outra metade uma posição diferente”.

mesmos e um manejo diferencial que tende a dar maior presença às posições oficiais. (SANTANDREU E GUDYNAS, 1998, p. 92-94).

Neste sentido, vale citar que o papel dos meios é diferente em diferentes países. No caso da Argentina, é bem certo que a descrição anterior lhe vale a uma parte importante dos meios de comunicação, existem não somente meios alternativos senão programas dentro daqueles de maior alcance com forte presença de temas ambientais e um tom crítico. (Exemplo: “La Liga”) uma importante audiência sustenta a existência de vários espaços para a periodicidade da investigação em geral, dentro dos quais, os conflitos ambientais têm vindo adquirir crescente centralidade.

Com respeito á ciência e os modelos de desenvolvimento existem concepções muito arraigadas tingidas por uma visão fortemente instrumental que pensam á natureza quase exclusivamente como fonte de recursos naturais, a serem aproveitados em virtude do progresso material, minimizando os impactos ambientais e/ou crendo que a ciência e a técnica poderão remediá-los.

Santandreu e Gudynas sustentam a existência de racionalidades cruzadas e de dois âmbitos delimitados em relação ao conflito ambiental, um estatal e outro em âmbito político não institucionalizado, alternativo ao estatal gerado pela sociedade civil. Existe uma clara assimetria entre os dois, já que o primeiro é quem outorga um quadro de legitimação e legalidade, no entanto os movimentos sociais conseguem incluir temas na agenda e influir nas decisões. A importância alcançada pelas ONGS pode motivar que o estado e os partidos políticos tentam criar organizações não governamentais a sua imagem e semelhança como mecanismos para facilitar a marginalização de alguns movimentos sociais. (SANTANDREU e GUDYNAS, 1998, p. 96-97).

Aqui, na hora de denominar racionalidades diferentes vale incorporar uma precisão realizada pelo Engenheiro Oscar Nigro (entrevista, 2006), racional é o processo, portanto a diferença não é uma questão de grau. Pode e de fato existem, processos igualmente racionais que chegam a diferentes conclusões porque partem de uma eleição e recorte de variáveis orientadas por objetivos e motivações diferentes.

**Quadro Nº. 2**  
**Desenvolvimento Temporal de um Conflito Ambiental**

Início	Ato voluntário que realiza um dos atores pelo qual manifesta sua oposição no terreno público à realização, ou anúncio de realização, de uma atividade que a sua opinião ocasiona ou pode ocasionar um impacto ambiental negativo. Pelo geral os afetados ou o estado (SANTANDREU e GUDYNAS, p. 36).
Desenvolvimento	<p><u>Fugaz</u>: (não dura por que o impacto ocorre em curto tempo, rápida ação de regulador, ou dificuldades para organização vicinal).</p> <p><u>Dilatado</u>: (tende a durar. Pode dever-se a ausência de normativa ambiental precisa, debilidade do regulador, energia dos grupos cidadãos).</p> <p><u>Intermitente</u>: (intervalos de ausência de ação, variam duração e intensidade).</p> <p><u>Recorrente</u>: Intermitência em forma regular. (Associado a atividades de zafra).</p> <p><u>Endêmico</u>: Dinâmica cíclica onde pelo menos um dos atores procura manter o conflito para si próprio já que estão desenvolvendo estratégias de acumulação favorecidas pela existência do conflito. (PADILLA e SAN MARTIN, 1996).</p>
Finalização	<p><u>Solução</u>: Quando a causa está erradicada, ou os danos reparados e a atividade questionada deixam de ter lugar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Negociada</li> <li>• Por alteração do projeto</li> <li>• Por estabelecimento de prazos</li> <li>• Por via Administrativa</li> <li>• Por via Judicial</li> <li>• Forçada</li> </ul> <p><u>Resolução de conflitos</u>: Finalização pelo acordo entre os atores deixando de lado a disputa, mas onde não se anule a ação causadora do suposto dano ambiental e/ou não se repara o dano ambiental. (PADILLA e SAN MARTIN, 1996).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por entrega de compensações: entrega aos receptores por parte do ator gerador, de uma compensação material com o objetivo de pôr fim ás hostilidades. Pode ser produto de acordo de partes ou intervenção de poderes públicos (legislativo ou judiciário).</li> <li>• Por alteração do projeto</li> <li>• Por estabelecimento de prazos</li> <li>• Por via Administrativa</li> </ul> <p><u>Desvanecimento</u>: Um dos atores (pelo geral o receptor) deixa de atuar no espaço público e para suas ações ainda que os impactos que o motivaram persistam. (SANTANDREU e GUDYNAS; 1998. p. 46).</p>

Fonte: Elaboração própria em base a Santandreu e Gudynas (1998)

## CAPÍTULO 2

---

### QUAL É O VALOR DA NATUREZA?

Qual é o valor de um rio, de uma vida, de espécies em extinção ou não? O vôo de um pássaro que para nada nos serve: É valioso? As feias baratas e as temíveis cobras não são valiosas? E mais: Qual é o valor do que ainda não conhecemos? A complexidade destas perguntas desafia a superar os limites de nossas formas de conhecimento em geral e a científica em particular.

Como H. Jonas (1995) o indica, as possibilidades abertas à ação humana pelo desenvolvimento da ciência e a tecnologia para intervir na Natureza, ampliam o âmbito de nossa responsabilidade e desafiam a construção de uma nova ética. Neste sentido, as discussões sobre o valor da Natureza constituem uma questão central cuja relevância não é suficientemente reconhecida e pelo geral encontra-se focada por uma abordagem de redução no econômico.

Nas últimas décadas a eclosão de inumeráveis problemas ambientais e as evidências dos limites dos estilos de desenvolvimento predominantes colocou as questões ambientais na agenda social em escala planetária.

Mas, a amplitude do diagnóstico, contrasta com a estranheza das respostas. Em geral, estas se caracterizam por dois traços básicos. Por uma parte, estão marcadas pelo otimismo técnico que oferece a ciência como sucedânea da política e como fornecedora de soluções para os “efeitos não desejados” de um suposto progresso inexplicável.

Por outra, enfrentam os problemas derivados da mercantilização da natureza, com mais mercantilização. Podem-se dizer, pensando a Natureza em termos de utilidade, custos, preços, valores de uso e fundamentalmente, de câmbio.

Deste modo outras formas de valoração são negadas ou reduzidas e a extensão deste discurso “naturaliza” concepções de valor limitadas, utilitaristas e econômicas.

Analisar criticamente e discutir estas concepções forma parte da tarefa de reflexão para um conhecimento mais verdadeiro da Natureza e o exercício de uma ética do reconhecimento amplo das responsabilidades humanas sobre a mesma.

Tentando abordar essa reflexão, no presente capítulo explora-se o conceito de valor, as diferentes concepções, propõe-se uma revisão comparativa das noções básicas sobre o valor

dos economistas clássicos e neoclássicos; e recordando algumas visões críticas sobre a possibilidade de mensura da natureza, se esboça alguns elementos a considerar na procura de um conceito de valor da natureza no geral e plural.

## **2. 1. - O que é o valor?**

O valor cria-se ou descobre-se? Está ali, fora dos sujeitos, absoluto, imutável, nas coisas e nas ações, suscetível de ser descoberto por seres humanos através da razão, a intuição os sentimentos? É uma criação humana, social, cultural? Uma olhada, uma construção intelectual, algo que os sujeitos armazenam, objetos e fatos iluminados pelo gosto, o interesse, o desejo? Por que algo é valioso? Por que algo é valioso para algumas pessoas e grupos, não para outras/os? Um ou vários? Podem-se comparar os diferentes motivos pelos quais algo se considera valioso? Trata-se de diferentes valores ou diferentes motivos de um mesmo valor suscetíveis comparação e equivalências? Inumeráveis perguntas poder-se-iam resenhar em torno da questão do valor. Aqui se tentará resumir esquematicamente algumas posições, advertindo ao leitor que não se propõe uma cronologia nem uma narrativa exaustiva, senão, apenas, a menção de autores aos efeitos de exemplificar a diversidade existente no longo e aberto debate sobre os valores.

### ***2.1.1 Valor. Objetivo ou Subjetivo?***

As teorias objetivas consideram que o valor existe com independência dos sujeitos. Os valores são prioridades, invariantes e imutáveis, absolutos. Precedem ao valorar.

Segundo Max Scheler (1941) tem o caráter de “objetos ideais” que se captam, mas não de um modo racional como pensava Kant, senão através da intuição emocional.

A hierarquia dos valores se constitui como evidência intuitiva, sendo a relatividade dos mesmos o produto das limitações de cada ser humano para captar-los.

Os valores existem mais além de que sejam captados ou não. Max Scheler (1941) discute a concepção segundo a qual o valor nasce de participação de uma propriedade superior e absoluta, que perante o espírito humano só deveria descobrir o que realmente vale. Que no fundo é idêntico do que realmente é. Esta assimilação de valor coloca-se interrogações como o que é valioso e não é?

Também questiona as teorias “nominalistas” em que o valor é só relativo ao homem, baseia-se na sua subjetividade, seu gosto, desejo, atração (ou na sua ausência ou contradição), o qual supõe subordinar valores que considera superiores aos inferiores. Bem estas teorias expressam uma compreensível reação às concepções absolutistas que poderiam reduzir aos sujeitos a meios para a realização de valores, poderiam acontecer em um excessivo utilitarismo.

N. Hartman (1962) também considerou os valores como objetivos independentes do sujeito que os pode descobrir, mas não inventar. Percebe-se mediante uma espécie de “sentimento de valor”, a capacidade que não é inata, senão adquirida. Bem os valores “ficam sentidos” de forma diversa, dando lugar a concepções morais diferentes.

Para Hartman (1962) a eleição humana não se rege só pela hierarquia dos valores senão também pela intensidade ou grau de atração, assim valores de maior categoria podem ser mais fracos (ou exercer menos atração) que os de menor categoria, e a intensidade medem-se mais pela vulnerabilidade que pelo cumprimento do valor.

Desde o modo de ver da corrente existencialista, a liberdade criadora, a decisão e a eleição do sujeito é o ponto de início, e o valor está projetado pelo mesmo ato da existência humana, negando assim toda conexão entre valores e fatos dados previamente.

Também os economistas e em particular A. Smith (1958, 1ª ed. 1776) deram ao tema do valor um lugar central em suas teorias, ainda que restrito a esfera da economia política.

Um aporte sistemático a uma teoria subjetiva de valor foi obra de Alexius Meinong com suas investigações ético-psicológicas para uma teoria de valor. Foi discípulo de Francisco Brentano, quem sustentava o caráter evidente e absoluto dos juízos axiológicos. Pelo contrário, para Meinong<sup>5</sup> uma coisa tem valor enquanto possui a capacidade de subministrar uma base afetiva para um sentimento de valor (MEINONG: 1894, apud FRONDIZI, 1974).

Lembrando a Ehrenfel, Frondizi destaca que se fosse valioso o que é capaz de produzir-nos agrado seriam valiosas só às coisas existentes. Devido que valoramos também o que não existe, o fundamento de valor é o desejo. Ao valorar o inexistente, queremos afirmar que se existisse, nos agradaria. Pode-se dizer que poderia falar de um valor atual e outro em potencial.

---

<sup>5</sup> MEINONG, Alexis, *Psychologisch-ethische Untersuchungen zur Werttheorie* Graz, Leuschner u. Lubensky, 1894, apud Frondizi 1974, pp. 51-57.

Desde outra perspectiva que foca nos valores como orientadores de ação se destacam: Parsons (1978) e Kluckhohn (1951), ambos os autores compartilham a tendência de entender os valores de modo universal, considerando que as diferenças individuais e coletivas no sistema de valores não expressam valores diferentes senão diferenças no grau de preferência. A ordem hierárquica de um sistema de valores não se determina de um modo racional - apriorístico, senão empiricamente através das ações preferenciais das pessoas.

Para Kluckhohn

“Un valor es una concepción, explícita o implícita, distintiva de un individuo o característica de un grupo, sobre lo deseable, que influye en la selección de modos, maneras y propósitos disponibles de acción. (...) No tiene existencia objetiva, se trata de una construcción lógica, comparable a la cultura o a la estructura social. Esto significa que los valores no son directamente observables, como tampoco la cultura lo es” (KLUCKHOHN, 1951, p. 395-7)

Sempre, incluso quando estão implícitos, expressam não só o desejável, e influem, na orientação entre várias decisões possíveis.

Kluckhohn, no estudo empírico de valores, entende que distintas culturas não se diferem do conjunto de valores senão “*na ênfase relativa ao grau de expressar valores expressivos, cognitivos e morais*” (1951, p. 391-2). Toma como parâmetro comparativo a orientação de valor à que descreve como:

“... Una idea organizada y generalizada, que influye en el comportamiento hacia la naturaleza, hacia el lugar que el hombre tiene en ella, hacia las relaciones de los hombres entre sí, y hacia lo deseable y lo no deseable, en la medida en que todo esto está relacionado con el hombre y con el medio ambiente, así como con las relaciones interhumanas” (KLUCKHOHN, 1951, p. 441)

Considerando que os valores orientam a ação, podem diferenciar-se a grandes traços e linhas de interpretação, segundo entendem-se individuais ou sociais, universais ou relativos, estáticos ou dinâmicos. Por exemplo, pode-se distinguir uma concepção ligada ao condutismo social que entende ao sujeito quase como uma tábua lisa, determinando perante a estrutura e condições de um sistema social determinado e para a qual, os valores aparecem como uma estrutura representativa e preferencial individual.

Outra concepção entende os valores como sistemas representativos de interpretação e valoração que modulam e controlam tais contextos e condições sociais. É necessário que modulem tais contextos e condições sociais. É neste sentido que pode interpretar-se a

afirmação de que as representações sociais são realidades sociais objetivas que pode modelar a conduta individual.

Para Rokeach (1973) os valores são um dos elementos que configura a dominada cultura subjetiva (pode-se dizer, a forma de compreender a realidade) e inclusive estilos de categorização, crenças, atitudes e valores. Assim, os valores estão relacionados com a estrutura da realidade e as formas características de interpretar-la.

Para Seoane (1985) os valores são quadros orientados de comunidades culturais, que transformam os projetos em realizações. Os sistemas de valores mantidos e transmitidos coletivamente configuram os projetos, modos ideais de desenvolver-se nas condições específicas da realidade social. Isto é dinâmico, produto tanto das variações das estruturas sociais e políticas como das vivências coletivas.

### ***2.1.2 A teoria da qualidade estrutural sujeito - objeto***

Risieri Frondizi (1974) elabora uma teoria que entende os valores como qualidades da relação sujeito-objeto. Considera que tanto as concepções subjetivas sobre o valor como as objetivas fazem contribuições válidas enquanto o que afirmam, mas erram no que negam. Assim, há valor sem valorização, considera um erro negar as qualidades específicas do objeto que se dá valor.

De forma similar, considera válida a afirmação do objetivismo a respeito da importância das qualidades do objeto, mas sustenta que é um erro deixar de lado a reação do sujeito perante as qualidades do mesmo.

Frondizi questiona as doutrinas subjetivas que estabelecem o valor no prazer no desejo ou interesse. A respeito da primeira, pergunta-se; o prazeroso é valioso por ser prazeroso ou o contrário? Tudo o que é prazeroso é valioso? Como é que existem coisas prazerosas que não consideramos valiosas? Destaca que muito freqüente o que está mais alto na escala axiológica não necessariamente é o mais prazeroso. E ale: o prazer de quem? Para o autor o prazer não é bom nem ruim, é uma vivência.

De forma similar podem-se questionar as teorias que assimilam o valor e o desejo, já que podemos considerar algo muito valioso e não deseja-lo ou desejar algo que não consideramos valioso. Discute a J. Smill (1848), quem sustentava que o único que prova algo é valioso é que se deseje. Assim, o valor abarcaria o que tem a capacidade do ser desejado, mais além de que o mereça ser.

Fronzizi (1974) também questiona a afirmação de Perry (1950) a respeito de um objeto, de qualquer classe que seja, adquirindo valor quando lhe empresta um interesse de qualquer classe que seja. Podem existir interesses por coisas que não se consideram valiosas.

Entre as principais críticas a posição objetivista, Fronzizi questiona a “intuição emocional” que segundo Scheler permitiria a captação dos valores, já que a emoção pode ser capaz de captar alguns valores como os estéticos, mas, não os éticos, jurídicos ou úteis que são captados intelectualmente. Além de fazer frente a intuições antitéticas?

Com respeito ao valor intrínseco, Fronzizi sustenta que depende das qualidades naturais, mas não pode reduzir-se a elas. Não é um simples agregado. O valor não é uma estrutura senão uma qualidade estrutural, a reação de um sujeito de frente a propriedades que se encontram num objeto. Essa relação não se dá no nada e sim numa situação física e humana determinada. A situação não é um fato acessório ou um mero fundo à relação, dali que o bom pode converter-se em ruim segundo a situação. Por exemplo: alterações de valor da água devido a circunstâncias (necessidades, quantidade disponível, época, possibilidade de chuvas, regime jurídico que constituem a situação). A maior complexidade aumenta o peso dos fatores situacionais.

Segundo Fronzizi (1974) a situação soma fatores tais como:

- 1) Ambiente físico (Ex: Muda-se a escala de valores perante catástrofe)
- 2) Ambiente cultural (o que o homem faz, mas em particular no que atende ao setor que influencia diretamente). Cada forma cultural tem seu próprio conjunto de valores, que mudam a seu próprio ritmo. Algumas culturas têm pretendido que sua escala de valores seja universal e tem pretendido impor-los a outras culturas (mas não há razões morais nem científicas para isto).
- 3) O meio social (estruturas sociais, políticas e econômicas com suas inter-relações, crenças, convicções, preconceitos, atitudes e comportamentos de uma comunidade) forma parte do ambiente cultural. Os problemas morais não existem isoladamente, estão enraizados nas estruturas mencionadas.
- 4) Conjunto de necessidades, expectativas, aspirações e possibilidades de cumpri-las. (Ex: aumento do valor de vacinas durante uma epidemia). A importância das necessidades em uma situação particular mostra quanto injustificada é a pretensão de uma escala fixa e permanente para toda a humanidade.
- 5) Fator tempo-espacial tanto no referente a um macro clima (não é igual em época de tranquilidade) como a um micro clima (estado civil, guarda de filhos ou não, estar doente, etc.) do comportamento.

A presença de fatores situacionais volta-se evidente perante rupturas como uma guerra, revolução, crise, catástrofe, etc. Há quem pretende reduzir o conjunto dos fatores a algum predominante, mas todos são importantes. O oculto se vê quando se mudam as condições. Os fatores não estão estratificados nem pode ordenar-se em hierarquia fixa, esta varia segundo a situação e as condições, qualquer mudança altera os demais. “*As mudanças situacionais afetam a relação do sujeito com o objeto, da qual nasce o valor, dali que vem a importância da ecologia de valor*” (FRONDIZI, 1974, p. 217).

Para o autor é necessário não confundir sujeito com meio. Há aspectos pessoais, ainda que estejam influenciados pela situação. Pertence ao meio, o que é compartilhado com outros sujeitos (fé religiosa, convicção política, tradição cultural). A situação começa onde termina o objeto: “*em relação de á um ato moral, o aspecto objetivo é o fato nu da ação, e a situação é o contexto físico e humano no que ocorreu*” (FRONDIZI, 1974, p. 218). Às vezes é difícil separar sujeito e situação. Isto é por que somos seres sociais e históricos e não individuais, isolados e imutáveis.

O valor não é uma qualidade simples. Não é algo que exista e seja logo afetado por sua relação com um sujeito que se encontra numa situação. Estes fatores situacionais formam parte da constituição do valor. Sem sua presença o valor carece de existência real. Além de complexo é variável por que depende de fatores dinâmicos. A ilusão de valores eternos só poderia ocorrer quando o tempo de observação é muito breve.

Em síntese, Frondizi define o valor como uma qualidade estrutural que surge da reação do sujeito frente a propriedades que se acham num objeto, cuja relação não se dá no vazio senão em situações física e humana determinadas. Esta situação não esta entendida como cenário senão como um conjunto de fatores situacionais, constitutivos do valor, que permitem a existência real do mesmo.

### ***2.1.3 Os usos da palavra valor***

H.Lacey (1998) mais além de perguntar-se em abstrato que o valor aborda a temática desde a constatação de quais são os diversos sentidos em que se entende o valor, tanto desde uma ótica individual como social. Reconhecem para a palavra valor, usos variados e complexos, entre os quais destaca seis principais significados:

- a) Um bem fundamental que uma pessoa persegue razão para a ação.

- b) Qualidade ou prática que proporciona valia, dignidade, significado ou realização a uma pessoa.
- c) Qualidade constitutiva da identidade de uma pessoa como ser auto-avaliador e auto-formador.
- d) Critério para escolher o melhor entre possíveis cursos de ação.
- e) Padrão fundamental em relação como qual avaliar o comportamento próprio e dos outros.

“Um objeto de valor com o qual uma relação apropriada é parcialmente constitutiva tanto de uma vida que vale a pena ser vivida quanto da identidade de alguém. Os objetos de valor podem incluir obras de arte, teorias científicas, dispositivos tecnológicos, objetos sagrados, culturas tradições, instituições, outras pessoas e a própria natureza. As relações apropriadas com objetos de valor, dependendo do objeto específico, incluem as seguintes: produção, reprodução, respeito, educação, manutenção, preservação, adoração, amor, reconhecimento público, posse” (ANDERSON, 1993 apud LACEY, 1998, p. 33).

Lacey analisa valores pessoais e sociais. Caracteriza os valores pessoais como articulados nas palavras, presentes na consciência, manifestos na ação, expressados em práticas, entrelaçados em vidas e incorporados em instituições sociais.

“Não podem ser reduzidos a representações mentais ou simples fenômenos da consciência. Residem na interação das seis modalidades, todas constitutivas de valores, e assim necessariamente estão em desenvolvimento, não são simplesmente dados.” (LACEY, 1998, p. 44).

Os valores sociais também envolveram a interação de várias modalidades “*são manifestados nos programas, leis e políticas e expressos nas práticas cujas condições eles proporcionam e reforçam*”. (LACEY, 1998, p. 46)

Sobre a articulação e entrelaçamento de valores em uma sociedade o autor afirma:

“Há uma relação estreita entre os valores entrelaçados numa sociedade e os valores pessoais que uma sociedade incorpora, e também entre os valores que são articulados pelas instituições dominantes de uma sociedade (ideologia) e os valores pessoais que se tornam articulados através da sociedade. Assim ex: a liberdade (negativa) e o primado dos direitos de propriedade, como entrelaçados no interior das instituições econômicas e legais concretas dos Estados Unidos, promovem a incorporação de valores pessoais individualistas, egoístas e competitivos... (...) Os valores pessoais podem vir a parecer como naturais e inevitáveis. Se a sociedade é suficientemente unívoca na forma pela qual as instituições incorporam certos valores pessoais, eles podem não aparecer aos membros da sociedade

propriamente como valores, mas como meros desejos (irrefletidos, pois nenhuma reflexão é necessária, ou talvez até mesmo possível).” (LACEY, 1998, p. 46).

Assim, os valores individuais e sociais constituem um universo complexo onde o implícito pode ser tão importante como o explícito, o que não aparece como valor, pode ser.

Recordando as reflexões de Heidegger (1997) ao pretender desnudar a “*essência não técnica da técnica*”, podemos admitir que toda forma de entender seja no mesmo tempo uma forma de obscurecer. De tal modo, no tema que nos ocupa, não seria descabelado dizer que às vezes os valores ficam do lado escuro do entendimento e é melhor desentranhá-los, identificá-los, fazê-los aparecer do horizonte plano obvio.

Explicitar os valores, “desnaturá-los”, assumi-los como tais poderia contribuir a uma noção de valor da natureza integradora de todos seus aspectos. Neste sentido, é necessário afundar a reflexão sobre alguns conceitos internalizados no discurso predominante que tem contribuído, a pensar alguns fenômenos não devessem impedir uma olhada mais abrangente e aprofundada.

Holmes Rolston (1989) reflete sobre o valor da natureza, reconhecendo dimensões de valor econômico, para a vida, recreativo, científico e estético. Assim mesmo indica a complementação dos conceitos diversidade (unidade e estabilidade) espontaneidade numa concepção integradora do valor da natureza. Também destaca o sacrilégio como presente em distintas religiões e suas concepções éticas. Destaca que: “*os valores objetivos são ideais e mentais e não atuais, por isso o valor objetivo não é parte da natureza como tal e suas formas não são parte da ciência (...) aparecem na resposta humana para o mundo*” (HOLMES ROLSTON, 1989, p. 75).

No entanto isto não supõe negar as propriedades dessa natureza, nem a existência real do que é objeto de valoração, sem afirmar que a valoração é essencialmente uma relação.

Isto não pode se confundir com uma atitude antropocêntrica para com a natureza, já que o reconhecimento da subjetividade, de toda valoração como produto humano, não implica que não se reconheça a existência objetiva da natureza que se valora. Sim, como Maturana descreve conhecemos circularmente nosso próprio conhecimento, pode-se dizer, sendo objeto e sujeito no mesmo tempo, e isso longe de ser um impedimento para o desenvolvimento da objetividade toma-se como “chave mestra” para alcançar um conhecimento mais verdadeiro sem dúvida.

Existe a possibilidade de compreender e conhecer o valor da natureza, partindo do reconhecimento de que é essencialmente uma qualidade estrutural da relação sujeito-objeto. Como veremos desde o ponto de vista econômico é esta uma questão controvertida.

## **2. 2. - O que é Valor Econômico?**

### ***2. 2.1 O conceito de valor econômico nas teorias clássicas e neoclássicas***

Na economia, podem-se reconhecer claramente duas perspectivas, uma desde a qual se toma o valor objetivo, expressado basicamente pelos autores clássicos (Smith, Ricardo, Mill e Marx entre outros), e outra para a qual o valor é subjetivo expressado pelos autores neoclássicos (Jevons, Mengers, Pareto, entre outros).

A teoria sobre o valor de Adam Smith, modificada e aprofundada por David Ricardo pode-se enquadrar como essencialmente objetiva, enquanto o valor depende tanto da quantidade como da qualidade do trabalho incorporado.

Pelo contrário, os autores identificados como marginalistas, partem de uma apreciação subjetiva. Distinguem utilidade absoluta de um bem de sua utilidade relativa e termos da necessidade do mesmo e colocam a esta, como determinante do grau de satisfação que possa esperar do objeto e por tanto seu valor. Exemplo: O valor do terceiro copo de água é diferente do primeiro numa pessoa com sede.

Se aplicarmos essa definição só terá valor o que tem alguma utilidade e além, é necessário para satisfazer necessidades. É a necessidade que determina a existência do valor de um bem, cuja magnitude está em relação com a dificuldade para obter a satisfação dessa necessidade.

Por exemplo: A água é útil. Também é necessária. Mas indubitavelmente o valor de um copo de água será diferente para quem atravessa um deserto que para quem mora do lado de um rio.

A utilidade marginal mede o grau de satisfação de uma necessidade fornecida pelo consumo de uma nova unidade de bem. Assim o terceiro copo tem menor valor para quem já tomaram dois que para quem não tomou nenhum e tem necessidade insatisfeita.

Além, desta concepção é importante considerar a função realizada pelos bens complementares e substitutos. Se tivermos muitos carros disponíveis, menor a possibilidade de gasolina, isto afetará o valor dos carros. Se tivermos sede e existem as disposições várias bebidas o valor da água diminui.

Em síntese, para os marginalistas o valor é subjetivo em quanto depende do grau de satisfação que produz em cada consumidor em particular.

O preço é o determinado pela oferta e a procura. Que para este caso se consideram como agregados de funções de oferta e procura de agentes individuais.

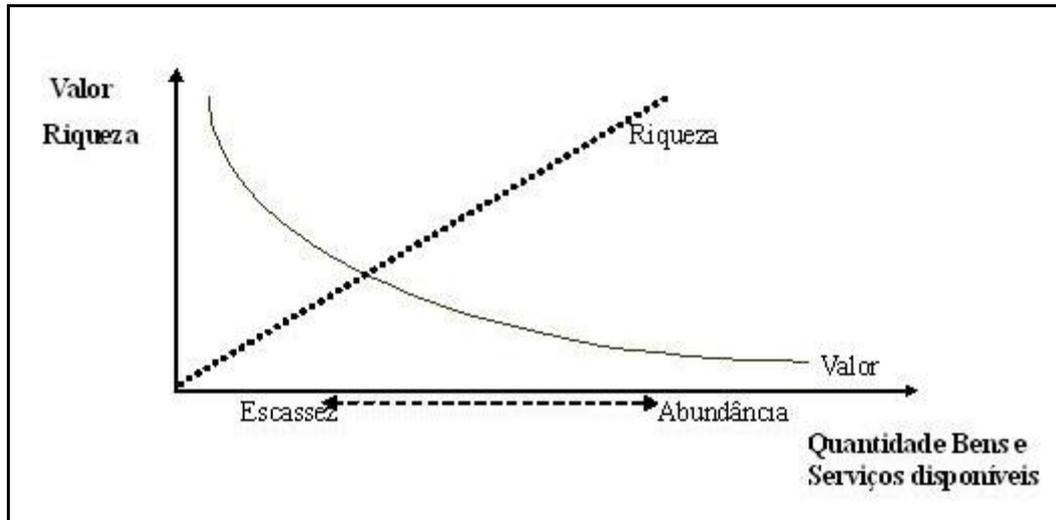
### Requadro N°. 2 Teorias do valor econômico

Teorias do valor econômico	Objetivas			Subjetivas
	Determinado com base no	Custo de produção	Trabalho	Trabalho socialmente necessário
Autores paradigmáticos	Smith Adam	David Ricardo	Carlos Marx	Jevons, Mengers e Pareto.

#### 2.2.2 Os Conceitos Riqueza e Valor

Riqueza e valor são dois conceitos diferentes, geralmente confundidos. Essa diferença fundamental está definida pela consideração da escassez como fonte de valor. Quanto mais escasso um bem, mais valioso. Deste modo, assimilaram-se os conceitos de valor e riqueza e isso não é assim. A relação de valor e riqueza com a escassez tenta-se expressar no esquema a seguir.

### Esquema N°. 1 Riqueza e Valor: conceitos diferentes



Fonte: elaboração própria com base em Cordero Caporali (1998)

Diferentes autores sustentam esta diferença. David Ricardo considera que “o valor difere, essencialmente da riqueza, já que não depende da abundância da produção, senão de que está seja difícil ou fácil”. (RICARDO, 1817 (1959), p. 205).

A definição de Adam Smith identifica a riqueza com disponibilidade de bens:

“Un hombre es rico o pobre según el grado en que pueda permitirse el disfrute de los artículos de primera necesidad, de los de conveniencia y de las diversiones de la vida humana” (SMITH, (1776), 1958, p. 31)

Cordeiro Caporali estabelece a seguinte comparação:

“O valor é um índice de escassez relativa, ou para utilizar a tese de Ricardo, de dificuldade de produção. A riqueza é a disponibilidade mesma dos bens. Uma não denota o mesmo que a outra; uma é muito mais o negativo da outra.” (CORDEIRO, 1998, p. 28).

#### 2.2.3 Valor de uso e valor de câmbio

Outra diferença importante está constituída pelo reconhecimento das categorias valor de uso e valor de reconhecimento das categorias valor de uso e valor de câmbio introduzida por Smith e aperfeiçoada por Ricardo e Marx.

Mas nenhuma delas dá conta do valor da natureza em sua integridade:

“Debemos advertir que la palabra VALOR tiene dos significados diferentes, pues expresa la utilidad de un objeto particular, y, otras, la capacidad de comprar otros bienes, capacidad que se deriva de la posesión de dinero. Al primero lo podemos llamar “valor en uso” y al segundo, “valor en cambio”. Las cosas que tiene un gran valor de uso tienen comúnmente escaso o ningún valor de cambio, y por el contrario, las que tienen un gran valor en cambio no tienen, sino un pequeño valor de uso, o ninguno. No hay nada más útil que el agua, pero con ella apenas se puede comprar cosa alguna ni recibir nada en cambio. Por el contrario el diamante apenas tiene valor de uso, pero generalmente se puede adquirir, a cambio de él una gran cantidad de otros bienes”. (SMITH, 1958 (1776), p. 30)

A associação de utilidade e valor aparece como natural prematuramente. “*O valor natural de todo objeto consiste na sua capacidade para satisfazer as necessidades elementares da vida humana ou para servir o conforto do homem*” (JOHN LOCKE, 1777, p. 28).

As utilidades de um objeto convertem-lho em valor de uso. (...) os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer seja a forma social desta. Sob o regime capitalista os valores de uso são além os suportes materiais do valor de câmbio. (MARX: 1946 (1867) p. 3-4)

Valor de câmbio, numa primeira aproximação é uma relação quantitativa, proporção em que cambiam - se valores de uso de uma classe por valores e tempos. O valor de câmbio não é nem pode ser mais que a expressão de um conteúdo, diferenciável ele de sua forma de manifestar-se, o que caracteriza visivelmente a relação de câmbio das mercadorias e precisamente o ato de fazer abstração de seus valores de uso respectivos.

Um valor de uso, um bem só tem valor por ser encarnação ou materialização do trabalho humano abstrato. A magnitude desse valor mede-se pela quantidade de substância criadora de valor, pode dizer-se, do trabalho que tem. E também esta se mede em frações de tempo, horas, minutos, dias, etc. (MARX, 1946 (1867), p. 6).

Refere-se aqui, ao tempo de trabalho socialmente necessário, aquele que se requer para produzir um valor de uso qualquer, nas condições normais de produção e com o grau médio de destreza e intensidade de trabalho vigorante na sociedade.

Pode-se dizer: magnitude do valor é a quantidade de trabalho necessário para sua produção.

A magnitude de valor muda ao mudar o tempo socialmente necessário para produzi-la, é dizer, a capacidade produtiva do trabalho. Essa depende de: a) grau meio de destreza ao

funcionário, b) nível de progresso da ciência e de suas aplicações, c) a organização social do processo de produção, d) volume e eficácia dos meios de produção, e) condições naturais (MARX: 1946 (1867), p.7).

Quanto maior seja a capacidade produtiva do trabalho, mais curto será o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, menor a quantidade de trabalho cristalizado nele e mais reduzido o seu valor.

A magnitude do valor está em relação direta com a quantidade de trabalho e em relação inversa com a capacidade produtiva de trabalho.

“Un objeto puede ser valor de uso sin ser valor, así acontece cuando la utilidad que ese objeto encierra para el hombre no se debe al trabajo. Es el caso del aire, de la tierra virgen, de las praderas naturales, de los bosques silvestres, etc. Y puede, asimismo, un objeto ser útil y producto del trabajo humano sin ser mercancía. (...) para producir mercancías no basta producir valores de uso, sino que es menester producir valores de uso para otros, valores de uso sociales.” (MARX: 1946 (1867), p.8).

Esse “para outros” refere-se a um para outros, através de um ato de intercâmbio. Nenhum objeto pode ser um valor sem ser útil (seu trabalho seria também inútil) e por tanto condição de vida do homem, e condição independente de todas as formas de sociedade, uma necessidade peneire e natural sem a qual não se poderia conceber o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza nem, por conseguinte, a vida humana. (MARX, 1946 (1867), p. 10).

O autor estabelece o caráter de condição necessária, mas não suficiente do trabalho, em tanto requer um substrato material fornecido pela natureza.

“Los valores de uso son las combinaciones de dos elementos, la materia que suministra la naturaleza, y el trabajo. (...) Si descontamos el trabajo útil contenido en la levita siempre quedará un substrato material, que es el que la naturaleza ofrece al hombre sin la intervención de la mano de este. En su producción el hombre sólo puede hacer lo mismo que hace la naturaleza, es decir, haciendo que la materia cambie de forma. (...) El trabajo no es, pues, la fuente única y exclusiva de los valores de uso que produce, de la riqueza material. El trabajo es, como ha dicho William Petty, el padre de la riqueza y la tierra, la madre.” (MARX, 1946 (1867), p.10)

No seguinte parágrafo o autor estabelece claramente a diferença entre o conceito de riqueza e o de valor:

“Cuanto mayor sea la cantidad de valor de uso mayor será, de por sí, la riqueza material: dos levitas encierran, mas riqueza que una. Sin embargo puede ocurrir que a medida que crece la riqueza material, disminuya la magnitud del valor que representa” (MARX, 1946 (1867), p.10).

Isto aconteceria quando a capacidade produtiva do trabalho aumente de forma tal que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mais riqueza diminua mais que proporcionalmente.

O trabalho não é a única fonte de riqueza, mas o único que cria o valor como tal. Ou dito de outro modo, também a Natureza é condição necessária, mas não suficiente para a criação de valor.

Até aqui, se expõe brevemente algumas idéias de autores paradigmáticos que sustentam teorias objetivas do valor que dominaram o pensamento econômico até meados do século XIX.

Em oposição, a escola neoclássica impulsionou uma teoria subjetiva do valor baseada na utilidade, que deu lugar à chamada “Revolução Marginalista” de Jevons, Carl Mengers e Pareto.

Jevons questionou o trabalho como fonte básica do valor:

“La continua reflexión y la investigación me han conducido a la idea, algo novedosa, de que el valor depende por entero de la utilidad (...) Con frecuencia se encuentra que es el trabajo el que determina el valor, pero sólo de una manera indirecta, al hacer variar los grados de utilidad de una mercancía mediante un incremento de la oferta” (JEVON, 1871, p. 2, apud DOBB, 1998, p.187).

A noção de utilidade aparece nesta conceição ligada indissolvelmente à idéia de escassez.

William Lloyd, predecessor da teoria da utilidade marginal colocou: “*Para cualquier mercancía el valor se desvanece en el mismo instante de la satisfacción de la necesidad*” (LLOYD, 1833, compilado In: SEGURA Y RODRÍGUEZ, 1998, p.88)

Maurice Dobb (1998) indica que a teoria da utilidade marginal significou uma mudança na perspectiva da análise econômica, respeito dos determinantes causais o ênfase dos custos para a procura e o consumo:

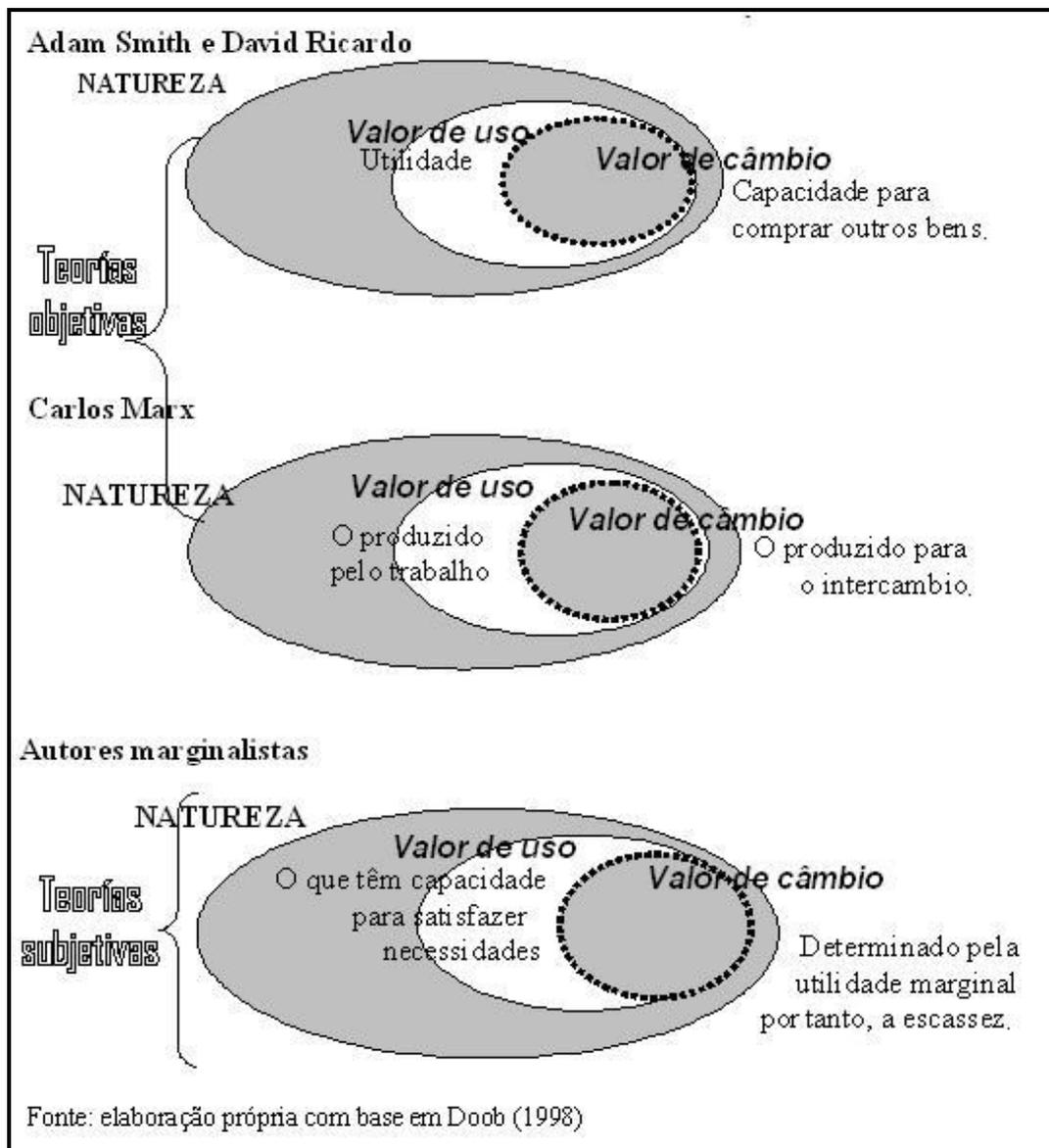
"De este cambio de énfasis se derivó un prejuicio individualista o atomístico del pensamiento económico moderno conducente a la preocupación por el análisis microeconómico de la conducta y la acción individuales en el mercado y el enraizamiento de las generalizaciones económicas en esos micro fenómenos (...) Fue este abandono del costo y de la producción a favor

de la demanda y de la utilidad del consumo, lo que ha causado la transformación, a ser descripta en términos de un cambio a una teoría subjetiva del valor” (DOBB, 1998, p.187)

A partir das definições mencionadas tenta-se sintetizar a relação entre natureza e valor econômico de uso e de câmbio, na Figura Nº. 1.

**Figura Nº. 1 Relação Natureza, valor de uso e de câmbio.**

(S/ Autores Clássicos e Neoclássicos)



### 2.3 O valor econômico da natureza

Desde a década dos 70 as considerações dos problemas ambientais adquiriram crescente importância na teoria econômica. Mas, ainda aborda-se como um enfoque e não como Montibelher prosseguia será num futuro próxima: um todo, “*a ciência econômica ambiental*” (2004, p. 83).

O mencionado autor destaca três grandes correntes: a economia ambiental neoclássica, a economia ecológica e a economia ambiental neomarxista.

A primeira parte da idéia de que todo bem o serviço ambiental não incluído no mercado pode receber uma valoração monetária, de modo tal que permitia corrigirem falhas de alocação de recursos e melhorar eficiência econômica. Trata-se de internalizar as externalidades. Pigou, já na década de 20 deu o nome de externalidades aos custos sociais (o benefícios) de produção não assumida pelo produtor, e varias décadas depois propôs o princípio “o que contamina paga” para incluir as externalidades ambientais.

Operativamente poderia sintetizar-se como imposto cuja magnitude induziria a produzir sem sobre passar um determinado nível de contaminação já que por cima dessa quantidade produzida, o benefício marginal igualaria ao imposto (dito de outra forma a utilidade marginal menos o imposto dá zero). Esse imposto estabelece-se como compensação à comunidade pelo dano ambiental.

Para Coase (1960) os problemas ambientais originam-se na ausência de propriedade privada de alguns bens e serviços ambientais, ou do que ele chamou de “*a estratégia dos bens comuns*”. Assim, parte de supor, que o mal chamou de “*A estratégia dos bens comuns*”. Assim, parte de supor, que o mau uso dos recursos vem da falta de proprietários. E que por tanto, conceder direitos de propriedade automaticamente gera as condições para evitar ou minimizar os danos ambientais. Supõe que, na pratica, o direito de propriedade habilita a alguns atores a defender os recursos da destruição na negociação própria do mercado.

Tanto Pigou (1929) como Coase (1960) dividem um ideário neoclássico que pressupõe a valoração monetária. Montibeller pergunta:

"O fato de imputar valor ao que o mercado não valoriza, no preço, afeta efetivamente uma decisão de investimento privado? Além disso, ¿é possível estabelecer um valor correto pra as preferências - termo que para os neoclássicos significa as escolhas do consumidor das gerações futuras?" (MONTIBELLER, 2004, p.88).

Como vemos, o coração destas conceições teóricas é a afirmação da possibilidade de que as externalidades do processo produtivo podem quantificar-se e valorizar-se monetariamente.

Aprofundando no conceito de valor econômico de um bem ou serviço ambiental Montibeller o define como aquele que “*considera não só o valor de uso atual, mas também o valor de uso futuro e o valor de existência do bem*” (MONTIBELLER: 2004 p. 98).

O que é? E, como se estima? A seguir uma conceitualização feita por Montibeller (2004) em base, entre outros, a Bombana (1995) e Bellia (1996).

### Quadro Nº. 3 Componentes do valor econômico dos bens ambientais

<b>Valor de uso</b>	<b>Direto</b> Provisão de recursos para o processo produtivo	<b>Atual</b> Valor atribuído ao uso efetivo do recurso ambiental	<b>Futuro</b> Uso potencial do recurso no futuro. Também chamado Valor de opção. (possibilidade de usar no futuro o recurso hoje preservado)
	<b>Indireto</b> Funções ecológicas, (assimilação de rejeitos, regularização do clima, etc.).		
<b>Valor de existência</b>	Valor intrínseco da natureza, independente de sua relação com os seres humanos.		

Fonte: Elaboração própria com base em Montibeller (2004)

Pode-se dizer, o valor econômico total seria a soma do valor de uso atual (direto e indireto), o valor de uso futuro (direto e indireto), o valor de opção e o valor de existência.

O cálculo supõe resolver a questão de estimar o valor de bens e serviços não mercantilizados, o qual dentro da economia neoclássica realiza-se através do método da valoração contingente. O mesmo implica os componentes do valor econômico (de uso, de opção e de existência) partindo dos preços que as pessoas atribuiriam num mercado hipotético.

As disposições a pagar por conservar um bem e a disposição de aceitar uma compensação são orçamentos da valoração contingente por tanto poderia perguntar-se que se passa quando não existe essa disposição, pode-se dizer, quando não se aceita a possibilidade de “dar um preço” ao valor de um bem ambiental.

Também se poderia pergunta se o preço e/ ou as preferências do consumidor traduzem efetivamente o valor. Para isso, exemplificando teríamos que perguntar em que baseam-se as

preferências, qual é o conhecimento do “consumidor”, e um sem número de elementos que bem poderiam ser analisados como os fatores situacionais dos que falava Frondizi (1994).

Porém, supondo que se aceita a possibilidade de fazer uma estimativa razoável do valor econômico total, como se garante que essa determinação não fique num exercício técnico e incluí efetivamente nas decisões econômicas? Está valoração não se traduz automaticamente ao sistema de preços numa economia de mercado. Pelo contrário, e a ação do valor intrínseco, pela sua própria definição, (independente dos seres humanos) questiona a capacidade de medir-lo e de incluí-lo num sistema de preços e de preferências do consumidor.

Para Montibeller a abordagem neoclássica da questão ambiental, reproduz o velho esquema conceitual que não pode dar conta da questão ambiental, sendo o principal problema a incomensurabilidade intergeracional de valores já que não existe um padrão de medida, as gerações atuais não têm como saber quais serão valores e as preferências das próximas gerações. (2004, p.110-1)

Está crítica também é formulada desde a economia ecológica, que analisa as estruturas e o processo econômico de geossistemas atendendo aos fluxos de energia e materiais.

Além, esta corrente questiona a economia ambiental neoclássica por que a consignação de recursos segundo o sistema de preços a ao jogo de mercado é contraditória com a que se faria atendendo a fluxos energéticos e conduz a uma irracionalidade desde o modo de ver ecológico. Na medida em que os preços não registram a degradação ambiental se produz um intercâmbio desigual. (MONTIBELLER, 2004, p. 128-9).

Desde esta perspectiva destaca-se que é possível valorar corretamente as externalidades diacrônicas, significa que atores do presente se atribuem o direito de atores futuros, como pelo fato de que os atores se atribuem o direito de atores futuros, como pelo fato de que os critérios e possibilidades futuras poderiam ser diferentes as atuais. Assim:

“As decisões em relação a quê e como produzir não devem ser baseadas apenas na ciência econômica, pois esta não é capaz de valorizar as externalidades diacrônicas. Também tais decisões não devem ser fundamentadas em uma racionalidade unicamente ecológica, pois a ecologia não pode proporcionar uma valoração independente da política”. (MONTIBELLER, 2004, p. 133-4)

Também dentro da economia ecológica destacam-se as contribuições do ecologismo popular cujo autor mais representativo é Martinez Alier (1998), o qual vê aos movimentos

sociais dos pobres, em quanto luta pela sobrevivência, como uma grande força impulsora da proteção do meio ambiente.

Enrique Leff (1994, 2000) opõe a racionalidade econômica capitalista, meramente instrumental, uma racionalidade ambiental baseada em um paradigma produtivo alternativo que integra as dimensões econômica, tecnológica e cultural.

Ambos os enfoques, podem ser compreendidos, como contribuições importantes que reivindicam experiências e concepções alternativas, mas de algum modo, limitadas às margens dos processos dominantes nas sociedades capitalistas na atualidade.

Também, dentro da economia ecológica se destaca o conceito de distribuição ecológica, referido a destinação sócio - espacial - temporal dos usos de bens e serviços ambientais, fundamental para avaliar a sustentabilidade.

Esta sustentabilidade deve considerar-se para o chamado “espaço ambiental”, pode-se dizer a área geográfica na qual uma economia toma os recursos e deposita resíduos e emissões.

Isto supõe reconhecer as relações externas de um país, já que os processos ecológicos não podem se explicar no exclusivo quadro do espaço interior das fronteiras, e o próprio conceito de sustentabilidade abrange a consideração da equidade internacional.

Desde uma perspectiva eco-marxista os custos sociais externos são inerentes ao capitalismo o processo de produção capitalista, pode-se dizer, a produção de mercadoria requer; não-mercadorias, basicamente natureza e trabalho. Assim como o capitalista pago ao assalariado pelo trabalho menos que seu valor, assume um custo pelo uso dos recursos também menor a seu valor. Isto fica evidente, por exemplo, quando assume como custo da exploração de recursos aquele no que incorre monetariamente para extrair-los, sem considerar nem pagar o valor de opção e o intrínseco. (MONTIBELLER, 2004)

A primeira contradição, capital | trabalho deve se somar à contradição economia | natureza ou conflito entre a sociedade capitalista e a Natureza:

“A ética interna do capitalismo é a conquista da natureza, em nome da necessidade do desenvolvimento, este visto como aumento da produção (...) O ponto central do marxismo ecológico é a contradição entre as relações de produção mais as forças capitalistas de produção e as condições de produção capitalista” (MONTIBELLER, 2004, p.186-7).

Assim, o conceito de condições gerais de produção, originalmente referido ao ambiente construído se estende ao natural. Na procura de superlucro o capital degrada as

bases de sustentação do valor, trabalho e natureza. E a segunda contradição é apropriação autodestrutiva do meio ambiente por parte do capital (Ó CONNOR, 2001).

## 2.4 Pode-se medir a Natureza?

Eduardo Gudynas sustenta a idéia de incomensurabilidade da Natureza:

“La Naturaleza es inmensurable. Las diferentes medidas tan solo permiten evaluar aspectos parciales y específicos. Entre ellas son inconmensurables y sólo a veces comparables. Pero además, al intentar evaluar la Naturaleza se olvida que ésta es una categoría plural, que se corresponde a un conjunto complejo y extendido, donde sus diferentes concepciones son igualmente inconmensurables”. (GUDYNAS, 1999, p. 65-79)

O autor distingue a medida (mensura) de valorização (consignação de valor) e analisa tentativas de mensura em três terrenos: ecológicos, desenvolvimento e econômico. Estabelece que um exemplo de proposta que tenta levar ao máximo a pretensão de mediação é o sistema de contabilidade universal em ecologia. Também partindo da preocupação pelos impactos ambientais de certas estratégias de desenvolvimento proporcionou a realização de estudos que os quantificam e que permitissem perdições ao futuro. Por exemplo: “Os limites ao crescimento” de Meadows (1972) realizado pelo MIT por encargo do clube de Roma mostra uma mudança tendente a mensurar processos globais. Estende-se à Biosfera. Aumentam-se os indicadores utilizados e se apela ao suporte informático. Existe profusão de quantificação e modelação, mas o análise limita-se a um escasso número de variáveis. (GUDYNAS, 1999)

As metodologias que propõem a incorporação dos custos ambientais à evolução econômica ou internalização de externalidades supõem a identificação, quantificação e valorização dos custos.

Ao tomar o custo de oportunidade de um uso de referencia a outros usos, constituem de fato uma metodologia que tenta objetivar o calculo, mas que internaliza o componente subjetivo existente na determinação real dos preços em economias de mercado. Tenta efetivamente dentro do mesmo.

Porém, ainda que ninguém pague efetivamente em moeda um determinado custo ambiental, o calcula e considera na avaliação social de projetos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Pode-se consultar sobre dita metodologia em Silva Lira (1996).

Muito freqüentemente, as tentativas de expressar com precisão a consideração dos custos ambientais, em geral a tentativa de valorar economicamente a Natureza, confundem a matematização com objetividade.

O calculo matemático mais sofisticado que se possa fazer não converte em objetivas as valorações em cuja base se consigna quantidades a diferentes preferenciais. Exemplo: considerar que uma medida de valor de um patrimônio natural é o preço que os habitantes estariam dispostos a pagar por ele é intrinsecamente subjetivo, por mais que se utilize um modelo matemático.

Gudynas (2003) aborda a problemática da valorização econômica e as diferenças entre os conceitos de capital natural e patrimônio natural. Estabelece que uma tendência importante seja tratar de abordar os problemas ambientais tentando a introdução da natureza ao análise econômico partindo da valorização econômica e fundamentalmente, mediante mecanismo de consignação de preços. Esta forma de valoração, de inspiração neoclássica, predominante para o enfoque da sustentabilidade fraca, é insuficiente no enfoque da sustentabilidade forte ou superforte.

A consideração da natureza como uma forma de capital (capital natural), associa-se à idéia de conservação como uma forma de por capital total. Esta é a armadilha da sustentabilidade fraca já que permitiria a destruição de toda a natureza à condição de criar outras formas de capital.

Por outro lado à complexidade da consignação de preços, a ilusão de que iguais preços significariam iguais valores, entre outros problemas, mostram as dificuldades da valoração econômica.

O enfoque da sustentabilidade forte aceita limites à substituição de formas de capital encaminhados por uma valoração ecológica que persiste no critério da valoração econômica como critério primordial. Vale dizer, num enfoque antropocêntrico onde a alocação de preços depende da avaliação humana.

Pelo contrário, o enfoque de sustentabilidade superforte parte de reconhecer à Natureza como sujeito de valor. O conceito de patrimônio natural remete à idéia de Natureza como legado que se deixa para os filhos. Supõe uma responsabilidade não ligada à propriedade, recupera a pluralidade de valorações e concebe a conservação do ambiente como um fim em si próprio que descansa num imperativo ético (GUDYNAS, 2003, p. 87-99). Assim: *“Enquanto o conceito de capital natural introduz a natureza no mercado, o conceito de patrimônio natural abre possibilidades para a regulamentação social sobre o mercado”*. (GUDYNAS, 2003, p. 99).

## 2.5 Ampliando a Noção de Valor da Natureza

Sem dúvida alguma, o valor da Natureza num sentido amplo é muito mais que valor de uso e o valor de câmbio. Todavia sem se tratar a de incluir o valor de opção e o valor de existência, se faz difícil dimensionar o valor da Natureza.

Pode-se prescindir da utilidade, da consciência da escassez e ainda do conhecimento específico para valorar a Natureza. Assim, podemos valorar o que não “serve” para algo, o que não vemos e também o que não sabemos que existe.

Assumindo este modo de ver, propõe-se chamar dimensão de “valor de existência”, ao conjunto de valorações, que ainda que antropogênicas em tanto produzidas pelos seres humanos, reconhecem valor á Natureza não só para o homem senão em si própria e por seu próprio direito.

Como tentar-se sintetizar no Esquema Nº. 2, o valor econômico é só uma das dimensões de valoração da Natureza. Mas, parece ter se “naturalizado” a hegemonia da valoração econômica e um processo de mercantilização crescente e apressado da Natureza.

Os grandes problemas ambientais não estão “fora” da economia. Pelo contrário, são o seu produto, já que estão indissolúvelmente ligados nos modos de organização social da produção e o consumo e as concepções econômicas que os sustentam. Por tanto, para resolver-los tem que ampliar a consideração do valor econômico ou pôr lhe limites?

Esta pergunta bem pode guiar a análise do desenvolvimento do pensamento econômico que desde faz quase um século evidência crescentes esforços para abordar os problemas ambientais. Trata-se de estender o mercado sobre a natureza, internalizando as externalidades ao modo da economia ambiental e ou enfoque da sustentabilidade fraca ou de aceitar os limites ecológicos como propõem em diferentes graus a economia ecológica, o eco-desenvolvimento e o enfoque da sustentabilidade superforte?

No entanto, as tentativas e os avanços na abordagem da problemática ambiental acontecem mais no campo de planejamento econômico e a discussão sobre estilos de desenvolvimento que na teoria econômica. (GUTTMAN, 2000, p.170-1)

Nesse sentido, o conceito de valor econômico permanece ligado à utilidade e medida. Sim se pode afirmar que se tem estendido a consideração de utilidade, para bens difusos como, por exemplo: a paisagem.

Por todo o exposto, vale perguntar, podemos pensar o valor da natureza como simples soma ou superposição de todas as dimensões de valor? Ou é necessário construir um saber interdisciplinar que volte a fragmentação, a superespecialização das formas de conhecimento da natureza e a visão reducionista para o econômico.

A reflexão crítica sobre as formas sociais de produção dos problemas, é uma tarefa iniludível para evitar a continuidade de um processo intensamente destrutivo. E não é possível pensar sobre a natureza como sujeito de valor, senão se está disposto a discutir as idéias acontecidas do antropocentrismo utilitarista que caracteriza a economia como ciência moderna.

Uma teoria econômica que reconheça a pluralidade de valorações da natureza requer imaginar novas categorias. Por exemplo, pensar um valor sem utilidade e sem medidas. Isto é possível dentro das teorias predominantes? Não parece naquelas que tem vertebrado o pensamento econômico por vários séculos até o presente.

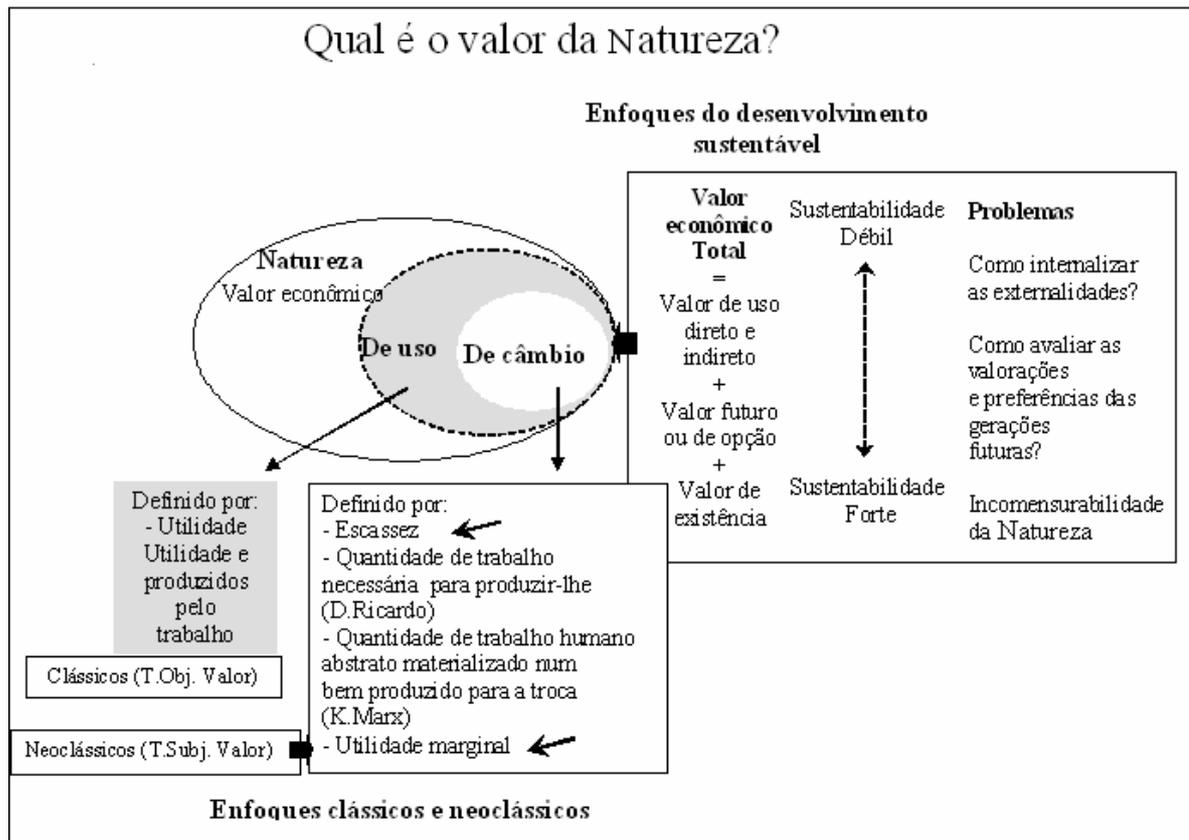
É possível uma teoria econômica que reconheça o caráter plural e a incomensurabilidade da Natureza e por tanto os limites que isto implica?

Porém, ainda que se aceite que as teorias tentam explicar a realidade e no mesmo tempo ajudam a produzi-la quando são utilizadas como instrumentos de legitimação e de luta, não podem confundir-se com as relações sociais que produzem tal realidade.

A economia real é dizer, a materializada em nosso planeta e nossa sociedade, não só é fruto das teorias predominantes senão é a sua raiz. Por isso discutir essas teorias para pensar criticamente sobre a economia real e os problemas ambientais que gera não implica supor que a mudança da teórica contribuiria a desocultar aspectos da realidade obscurecidos por um discurso que ilumina e naturaliza uma forma reduzida, fragmentária e parcial.

Parte desses “desabrigar” (HEIDEGGER, 1997) poderia indagar-se através dos conflitos ambientais, que fazem acontecer e constituem a evidência da existência real da diferentes formas de valoração da natureza não reconhecidas pelo discurso científico em geral e econômico em particular.

**Esquema Nº. 2 Natureza e Valor Econômico. Distintos enfoques.**



Fonte: elaboração própria com base em Montibeller (2004), Gudynas (1999, 2003), Doob (1998), Cordeiro (1999) e Outros.

## 2.6 O valor da Natureza no pensamento ambientalista latino-americano.

A continuação se apresenta a síntese das principais contribuições de intelectuais latino-americanos, levando em conta a análise sobre o valor da Natureza e a elaboração de uma proposta de tipologia de critérios de evolução.

### *2.6.1 Contribuição de Guillermo Foladori critérios de valor da Natureza numa tipologia do pensamento ambientalista.*

O autor estabelece uma tipologia de pensamento ambientalista definida sobre a base da forma de entendimento da relação sociedade-natureza e o critério de valoração da Natureza predominante.

#### 2.6.1.1 Posições Ecocêntricas ou Biocêntricas

Compreende a Natureza como esfera separadora da sociedade humana, onde a parte natural deve impor um critério de comportamento para a parte social: Existe um critério de valor fora da sociedade humana que deve determinar a própria organização humana. Este critério, ético, deriva da Natureza e suas leis. Isto não significa que não seja construído pelo ser humano senão que são construídos a partir do reconhecimento de valores da Natureza intrínsecos. Mencionando a Mc Gwen (1999) distingue antropocêntrico de antropogênico “*o biocêntrismo é certamente um sistema de valores antropogênico (feito por humano), mas também é certamente não antropocêntrico*”. (FOLADORI, 2001, p. 85)

Exemplos de pensamento ecocêntricas:

a) Ecologia profunda e preservacionista: Consideram que as leis naturais são melhores que as humanas. A ecologia profunda é uma eco filosofia baseada na atribuição de valores intrínsecos á natureza. O cuidado da Natureza não deve derivar-se dos interesses humanos. A questão não está, por exemplo, em se a biodiversidade significa vantagens econômicas, biológicas ou estéticas para o ser humano no ato de ser parte da biosfera e por isso ter valor intrínseco. (FOLADORI, 2001, p. 90-1)

O autor destaca a plataforma da ecologia profunda proposta por Naess e Sessions, cujos princípios estabelecem que o bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana

sobre a terra tem valor por si próprio. Estes valores são independentes da utilidade do mundo não humano para os propósitos não humanos. (NAES, 1998, apud por FOLADORI, 2001, p. 91).

b) Verde e neomalthusianos: Foladori menciona assim a corrente principal expressada pelos partidos verdes europeus, a revista “The ecologist” e movimentos como “Greenpeace”. Propõe uma mudança cultural para um novo paradigma, uma alternativa radical para a sociedade industrialista. Este produtivismo caracteriza tanto o capitalismo como o comunismo, e supõe a crença em que as necessidades humanas só se podem satisfazer com a expansão ilimitada do processo de produção e consumo.

Suas principais características são: um ponto inicial ético (ecocêntrista), a utilização da ecologia como ciência que explica as relações ao desenvolvimento humano (economia ecológica) e a confiança no individualismo liberal como instrumento para transformar a sociedade.

Uma vertente deste pensamento, o neomalthusianismo, considera que o problema ambiental vem do crescimento da população que denuncia não só por alimentos senão pelo consumo em geral pressionando sobre os recursos e a energia. Propor políticas de corte conservador.

#### 2.6.1.2 Posições Tecnocêntricas

Seguindo com Foladori (2001), chama de tecnocentristas as populações que se caracterizam por considerar a natureza como esfera separada da sociedade humana ou justaposta, onde o ser humano impõe o seu domínio, confiando para isso no desenvolvimento tecnológico. São antropocentristas.

Exemplos de pensamentos tecnocentristas:

Abordam desde os cornucupianos ao ambientalismo moderado.

a) Cornucupianos: Minimizam a magnitude dos problemas ambientais e confiam amplamente na capacidade técnica de fornecer com ações. A confiança no desenvolvimento tecnológico converge com a confiança no mercado. É corrente com a teoria econômica neoclássica. Tecnologia e mercado seriam capazes de perguntar através dos preços a diminuição do consumo de recursos não renováveis, substituir matérias primas e fontes energéticas e fazer mais eficiente o uso dos recursos por meio da tecnologia.

Tendem a propor políticas baseadas na extensão da propriedade privada, o funcionamento do mercado e o otimismo fundamentado na capacidade técnica para vencer os limites físicos e assegurar a abundância de recursos.

b) O ambientalismo moderado: É o modo de pensamento ambientalista predominante na maioria das políticas governamentais. Reconhece a tensão entre desenvolvimento capitalista e problemas ambientais, mas considera que estes são possíveis de corrigir e compensar.

Sem questionar a expansão da produção e o consumo, propõe a correção técnica dos processos produtivos. Para isto promove a identificação das externalidades e a ação do estado que permita com políticas de comando e controle (regulamentação via normas) ou instrumentos de mercado, regular os níveis de depredação e contaminação.

#### 2.6.1.3 O pensamento ambientalista Marxista

Diferencia-se dos anteriores em que este, não separa sociedade e Natureza. Considera que o homem é Natureza.

“La relación entre la sociedad humana y su entorno es dialéctica e histórica; en la medida en que la sociedad transforma la naturaleza se transforma a sí misma, y las posibilidades de transformar la naturaleza están dadas por el nivel al cual llegaron las generaciones pasadas” (FOLADORI, 2001, p. 103)

É antropocentrista já que considera que a Natureza tem sentido para ser humano em quanto espera de sua atividade. A relação dos homens com a Natureza está sempre mediada por sua relação com os demais homens e é histórica.

As relações sociais de produção criam regularidades que guiam o comportamento a respeito do meio ambiente. A decisão de que, quanto e como produzir responsável pelo meio ambiente. Enfoca a responsabilidade na produção por que ainda que exista também um forte impacto do consumo, só pode-se consumir o que foi previamente produzido. (FOLADORI, 2001, p. 104)

A tendência à produção material ilimitada, a lógica mercantil e as modalidades tecnológicas são parte e resultado da dinâmica capitalista e estão na base dos problemas ambientais.

#### 2.6.1.4 Pontos de contato entre diferentes tipos de pensamento ambientalista

Segundo Foladori (2001) os três grandes modelos de pensamento ambientalistas definidos segundo o critério ético da partida englobam grupos e vertentes entre as quais podem identificar-se algumas semelhanças.

Por um lado algumas posições ecocêntricas e tecnocêntricas compartilham o fundamentalismo naturalista, pelo qual se professa a crença de que as leis da Natureza são superiores. Enquanto para os primeiros são fonte de aprendizagem para os segundos são objetos de dominação.

Em alguns casos, as semelhanças derivam da afinidade entre a biologia ultradarwinista que sustenta algumas posições ecocêntricas e a teoria econômica neoclássica assumida pelos tecnocentristas. Compartem categorias como luta individual, competência e seleção natural, interessa egoísta como caminho a harmonia geral, equilíbrio, deixar fazer (a Natureza e ao mercado).

Por outro lado, a economia política marxista e a biologia evolutiva fenogenetista, (aquela que entende a evolução como resultado tanto da herança genética como da atuação do organismo na construção do entorno) entendem a Natureza como todo o que existe, incluindo a sociedade humana e seus produtos.

Não há dualismo, nem exclusiva determinação, nem pelo genético, nem pelo cultural ou adquirido. Não existe separação sociedade Natureza, há uma inter-relação dialética sociedade - entorno e ambos co-evoluem.

Esta inter-relação não supor desconhecer a existência de dinâmicas específicas naturais e sociais, e tampouco a subordinação das segundas às primeiras, o qual derivaria, por exemplo, no produtivismo.

Pelo contrário Sober (1985) demonstra que esta concepção dialética de co-evolução permite a elaboração de uma ética da Natureza baseada na historicidade.

Assim a diferença do ecocentrismo que reconhecem a Natureza externa um valor intrínseco, o antropocentrismo histórico considera que o valor da natureza se constrói historicamente a partir da experiência passada. (FOLADORI, 2001, p.113-4)

A relação com o meio está historicamente determinada, não se realiza na forma genérica para todos os indivíduos (senão por grupo, classe social, país, etc.), e é essencialmente um processo dialético (transforma-se por si próprio transformando o entorno).

Para a posição fenogentista o resultado evolutivo tem múltiplos fatores e por tanto não é exclusivamente determinado pelo genético e a seleção natural como no ultradarwinismo. A vida não só está guiada pelo objetivo reprodutivo senão pelo metabolismo ou "autopoiese" em termos de Maturam e Varela (1995).

Por exemplo, o problema derivado da produção ilimitada de mercadorias deriva da lógica mercantil. A internalização da necessidade de crescimento ilimitado como algo natural, não obedece às leis da Natureza senão a dinâmica determinada pelas relações sociais de produção. Assim os problemas ambientais são produtos de um desenvolvimento histórico, não de uma contradição da sociedade com a Natureza, senão de contradições ao interior da sociedade, entre classes.

No capitalismo, a principal tendência econômica social que guia o curso dos acontecimentos é a lei de acumulação de capital, pela qual os aumentos de produtividade do trabalho revertem principalmente em aumento de ganâncias de capital.

“A diferencia de las sociedades precapitalistas donde cada aumento de la productividad del trabajo se convertía en un mayor satisfacción de las necesidades y, por lo tanto, un límite cada vez mayor a la transformación de la naturaleza, en la sociedad capitalista, ningún aumento de la productividad del trabajo se traduce en una mayor satisfacción de las necesidades, sino que, por el contrario, se convierte en la lucha por ampliar las necesidades, para colocar nuevos productos y obtener mayores ganancias” (FOLADORI, 2001, p. 123-4)

Poderia resumir vários aspectos referidos na tipologia de pensamentos ambientalistas proposta por Guillermo Foladori da forma expressa no quadro na pagina seguinte:

Quadro Nº. 4

Tipologia do pensamento ambientalista segundo Foladori (2001)					
Relação Natureza / Sociedade	Tipo de posição Ambientalista s/ critério ético de partida	Construção de princípios éticos	Centro de interesse	Valor da Natureza	Tipo de relação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esferas separadas</li> <li>- Sociedade como bloco</li> <li>- Concepção a - histórica</li> </ul>	Ecocentristas	Antropogênico	Não antropocêntrico	Intrínseco	Harmonia Equilíbrio
	Tecnocentristas		Antropocêntrico	Utilitário	Domínio e controle
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Homem parte da Natureza</li> <li>- Sociedade de classes</li> <li>- Concepção histórica</li> </ul>	Marxistas		Antropocêntrico	Utilitário	Domínio e controle

Fonte: Elaboração própria com base em Foladori: 2001

### 2.6.2 Contribuição de Eduardo Gudynas sobre Valor da Natureza e Sustentabilidade

Gudynas (2003) põe em questão um dos pilares comuns mais fortes e estendidos, das diferentes formas de entender o desenvolvimento. Desde o pensamento liberal até algumas vertentes da esquerda subjaze uma concepção ligada à idéia de progresso que amarra o desenvolvimento ao crescimento. Numa exaustiva análise o autor mostra que essa concepção é insustentável ambientalmente. Aprofunda no fundamento filosófico de uma concepção antropocêntrica dominante, que utiliza a ciência como saber legitimador e sucedâneo da política. Só não analisa como as diferentes visões da Natureza condicionam as formas de entender o desenvolvimento.

Os estilos de desenvolvimento até o presente, têm pontos em comum: A consideração do crescimento como necessário, uma visão mecanicista ligada na idéia de progresso e avanço contínuo e a negação e minimização das restrições ambientais a visão antropocêntrica e hegemônica “a natureza percebe-se como cesta de recursos, uma máquina um sistema ou uma forma de capital.” (GUDYNAS, 2003, p. 44).

Dentro desta ideologia os esforços conservacionistas estão ligados a um utilitarismo eficiente. Incorpora-se o que estava de fora e o ambiente passa a ser uma condição para o crescimento econômico. Por isso o questionamento ao utilitarismo antropocêntrico e a aceitação da existência de limites ao crescimento, não só ocupa modelos de desenvolvimento senão também as concepções mais fundamentais que estão na sua base, como a noção de progresso e o sentido de superioridade que ela abriga. (GUDYNAS, 2003, p. 45)

Gudynas define o conceito de Natureza como criação social do ser humano e como tal em relação dialética com os paradigmas de desenvolvimento. A ideologia do progresso concebe a Natureza, como o que esta fora do ser humano, deve ser fragmentada e convertida em recurso de utilidade. Constitui uma forma de ver e legitimar que permite só certos estilos de desenvolvimento. O reconhecimento desta relação dialética abre possibilidades para visões críticas, mais entendidas com respeito do desenvolvimento que a Natureza e que justamente por isto, requer a elaboração de uma teoria mais ampla sobre a sustentabilidade.

Tentando uma síntese da evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, o autor repassa os principais marcos a respeito de sua diversificação e difusão. Sintetiza as tendências existentes em grandes grupos, aquele que não incorpora a sustentabilidade e aqueles que a incorporam em forma fraca, forte ou superforte, segundo aumento a crítica à ideologia do progresso, o desenvolvimento do enfoque político sobre o técnico e seu avanço seja desde o antropocentrismo até o reconhecimento de valores intrínsecos da Natureza.

Gudynas empresta especial atenção à problemática derivada da valoração econômica e destaca as diferenças entre os conceitos de capital natural e patrimônio natural.

Existe uma tendência importante para tratar de abordar os problemas ambientais a partir da introdução da Natureza a análise econômica a partir da valoração econômica e fundamentalmente com mecanismos de atribuição de preços. Esta forma de valoração, predominante para o enfoque da sustentabilidade fraca, é insuficiente para os enfoques da sustentabilidade forte ou superforte.

A consideração da Natureza como uma forma de capital (natural), associa-se a idéia de conservação, como uma forma de inversão e a aceitação de substituição de capital natural por capital artificial, com o suposto de que o importante é manter o capital total. Esta é a armadilha da sustentabilidade fraca já que permitiria a destruição de toda a Natureza, a condição de criar outras formas de capital.

Por outro lado à complexidade da consignação de preços, a ilusão de que alguns preços significariam iguais valores, entre outros problemas, mostram as dificuldades da valoração econômica. O enfoque da sustentabilidade forte aceita limites à substituição de formas de

capital orientadas pela valoração ecológica, mas persiste no critério da valoração econômica como critério primordial. Vale dizer, em um enfoque antropocêntrico onde a consignação de preços depende da avaliação humana. Ao contrário, o enfoque da sustentabilidade superforte parte de reconhecer a Natureza como sujeito de valor.

O conceito de patrimônio natural remete a idéia de Natureza como legada que se deixa para os filhos. Supõe uma responsabilidade não ligada à propriedade, resgata a pluralidade de valorações e concebe a “*conservação do ambiente como um fim em si próprio que descansa num imperativo ético*” (GUDYNAS, 2003, p. 97).

Enquanto o conceito de capital natural introduz a Natureza no mercado, o conceito de patrimônio natural abre possibilidade para a regulamentação social sobre o mercado. (GUDYNAS, 2003, p. 99)

Como já se viu anteriormente, o autor sustenta firmemente a tese da incomensurabilidade da Natureza e a existência de uma pluralidade de valorações não derivadas de medidas. Critica a sobre valoração a função do experimentado e o uso da ciência para cortar o debate político.

Gudynas propõe uma tipologia baseada nos conceitos de sustentabilidade fraca, forte e superforte, cujas principais características estão resumidas no Quadro Nº. 5 apresentado na página seguinte.

Como se pode observar no mesmo, a corrente do desenvolvimento sustentável chamada sustentabilidade muito forte, reuniria um conjunto de características definidas teoricamente como as mais apropriadas com relação á procura de sustentabilidade. De algum modo expressa um parâmetro com objetivos de máxima, com relação aos quais se definem também as outras correntes (forte e fraca).

**Quadro Nº. 5 Comparativo das correntes do desenvolvimento sustentável.**  
(Em função de seus aspectos éticos, atributos, função do capital e critérios de valoração da Natureza)

Elemento		Sustentabilidade		
		Fraco	Forte	Superforte
Conceito chave: Natureza como		Capital Natural	Capital Natural Capital Natural Crítico	Patrimônio Natural
Aspectos éticos	Perspectiva	Antropocêntrica	Antropocêntrica	Biocêntrica
	Critério de valoração	Instrumental Econômica Preço	Instrumental Econômica/ ecológica	Intrínsecos Múltiplos (ecológica, econômica, estética, cultural, etc.).
	Postura pessoal	Si - próprio individual	Si - próprio individual	Si - próprio expandido/ecológico
	Debate	Sem debate ético	Início de um debate ético	Debate ético ampliado
Conservação		Utilitarista Uso eficiente de recursos naturais  Podem existir códigos morais	Utilitarista/ ecológica Manutenção de elementos críticos, defesa de códigos morais. Limites da valoração econômica	Ecológica/ evolutiva Identificação com a Natureza, pluralidade de valorações, Conservação por valores intrínsecos
Propriedades		Substituição perfeita  Decisão técnica	Substituição parcial  Decisão técnica	Substituição parcial Complementaridade Responsabilidade ecológica intergeracional Debate político
Desenvolvimento		Crescimento material	Crescimento material	Qualidade de vida, qualidade ecológica.
Atores		consumidores	Consumidor/ cidadão	Cidadão
Cenário		Mercado	Sociedade	Sociedade
Saber científico		Conhecimento privilegiado	Conhecimento privilegiado	Pluralidade de conhecimentos
Outros saberes.		Ignorados	Minimizados	Respeitados, incorporados
Práticas		Gestão técnica	Gestão técnica consultiva	Política Ambiental
Justiça social e ecológica		Improvável	Possível	Necessária

Fonte: Gudynas, 2003.

### CAPÍTULO 3

---

#### **APROXIMAÇÃO À ANÁLISE DE CONFLITOS AMBIENTAIS COMO SISTEMAS COMPLEXOS.**

Tal como se mencionara no Capítulo 1, tenta-se abordar o tema de estudo partindo da perspectiva que entende os problemas ambientais como sistemas complexos. Por tanto, se considerará cada caso em estudo, como parte de um todo, um sistema integrado por diversos subsistemas e com vários níveis de análise: internacional, nacional e local.

O sistema, como foi citado anteriormente, é uma construção teórica que procura explicar a problemática estudada e supõe tanto a determinação dos subsistemas como identificação das relações que fazem o funcionamento do mesmo.

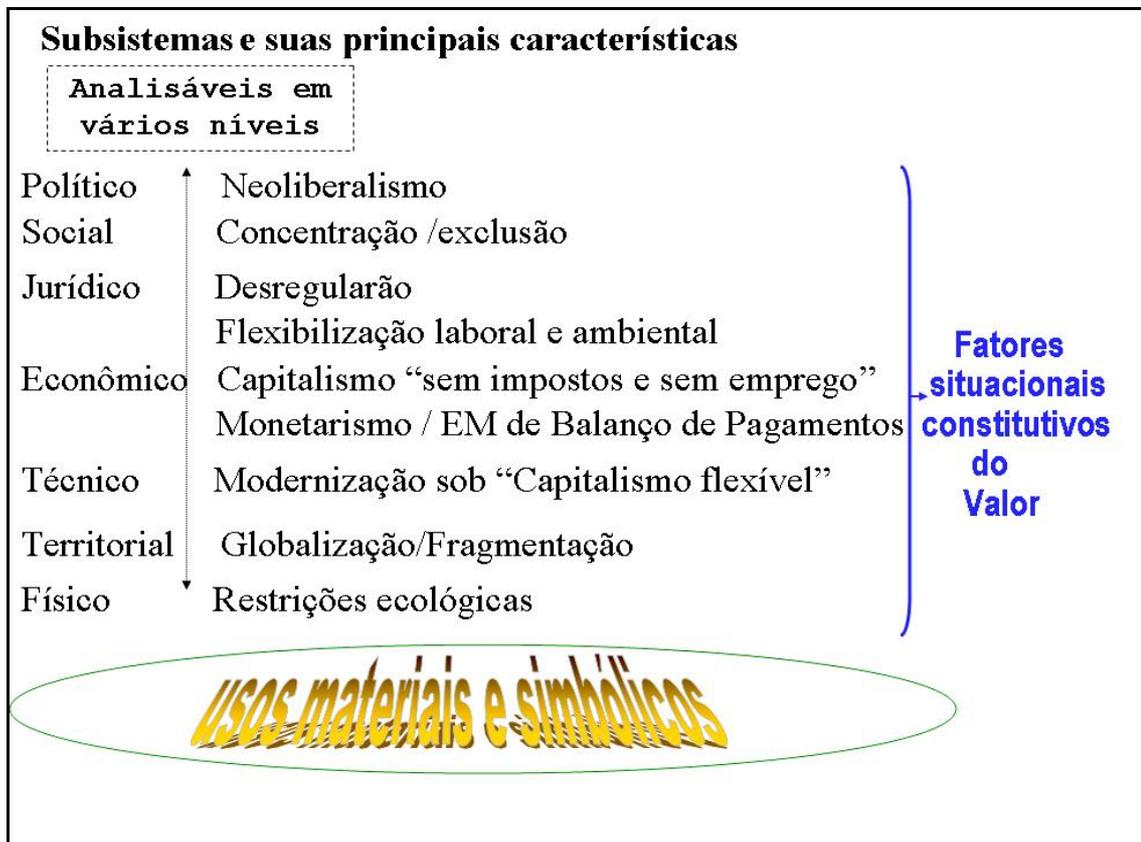
Nós temos como propósito estudar a valoração da Natureza nos conflitos ambientais.

Estes conflitos (materiais e simbólicos) implicam relações de cooperação/competência pelo uso dos recursos e, em grande parte, os usos evidenciam a materialização do investimento. Por conseguinte, aos efeitos da análise que nos ocupa, consideram-se principalmente as inter-relações em torno a usos e investimentos.

Na Figura Nº. 2 esquematicamente, se apresentam os subsistemas identificados e mencionam-se o processo dominante e característico em cada um.

A análise pertinente admitir muitas formas possíveis. Neste caso se escolheu não fazer uma apresentação desagregada por subsistema e por nível senão, organizar a apresentação em duas partes segundo a escala de análise nacional, internacional e local. A primeira tenta caracterizar o conjunto de subsistemas no nível internacional e nacional e estruturar-se em torno a uma pergunta: Qual é a relação entre as políticas econômicas e os problemas ambientais na Argentina atual? Pretende assim avançar no entendimento da história de produção dos conflitos e dos processos que operam como fatores situacionais constitutivos do valor. A segunda parte deste capítulo considerando o marco prévio, que aborda os casos específicos de estudo e aprofunda a análise desde o nível local.

**Figura 2 - Subsistemas e Processos Inter-Relacionados nos Usos**



### **3.1 Inter-relações dos subsistemas sociais, econômicos, políticos, jurídicos, ambientais: na procura de uma dimensão explicativa dos conflitos ambientais no contexto da Argentina atual.**

No presente capítulo tenta-se explorar a relação entre as políticas econômicas implantadas nos últimos 30 anos e os principais problemas ambientais na Argentina.

Os conflitos Ambientais crescentemente se fazem visíveis em nossa vida cotidiana e na agenda pública. Um breve inventário não poderia omitir aqueles relacionados com a instalação de plantas de celulose sobre o Rio Uruguai, os grandes empreendimentos mineiros (como o caso de Esquel), a sobre-exploração dos recursos pesqueiros e a ameaça de importação de resíduos perigosos e a disposição dos produzidos no país (como o caso da contaminação da água na localidade de Ezeiza). Também o desmatamento e desertificação relacionados em grande medida com o avanço de mono-cultivo, particularmente a soja, a

gestão de resíduos sólidos domiciliários, em especial na área metropolitana e o provisionamento de serviços essenciais como água potável e saneamento.

Um eixo comum de todas as atividades envolvidas nos problemas mencionados é que se desenvolvem no marco de um processo que sob o nome de “desregulamentação” impõe regulamentações que transferem capacidades de decisão e consignação de recursos desde o estado para o mercado, e particularmente os atores mais concentrados e trans-nacionalizados.

Um conjunto de normas gerais e setoriais sumamente favoráveis para o capital estrangeiro, assim como um conjunto de práticas políticas facilitadoras do processo de estrangeirização constituem o marco que os investidores gostam de reclamar como “segurança jurídica” ou medidas para gerar “confiança” nos investidores. Este marco, estabelecido para atrair capital estrangeiro opera em geral, para todos os investidores e ainda que com algumas especificidades setoriais, para o conjunto da economia.

Em todos os casos mencionados podemos ver os resultados concretos de uma inserção acrítica na economia internacional e de um padrão de especialização produtiva que nos leva a uma crescente apropriação externa da capacidade de carga de nossos ecossistemas.

### ***3.1.1 Argentina na divisão internacional do trabalho***

A divisão social, técnica e territorial do trabalho associada á reestruturação capitalista, operada desde o começo dos anos 70, têm como um de seus traços característicos a crescente fragmentação dos processos produtivos.

Os fatores de localização já não operam para á fábrica fordista que reunia grande parte do processo produtivo, senão para cada uma das partes, localizáveis em diferentes pontos segundo as vantagens que possam internalizar. A linha de montagem tende a transformar-se na articulação de segmentos desintegrados tecnicamente e territorialmente. Isto aprofunda a desigualdade sócio-territorial, na medida em que se centralizam as atividades mais dinâmicas, e descentralizam-se os *commodities*, as atividades sujas, as extrativas de recursos naturais e aquelas que permitem internalizar benefícios fiscais.

De tal modo, a fragmentação e internacionalização dos processos produtivos otimizam o aproveitamento de diferentes classes de vantagens e permite beneficiar ás empresas transnacionais e os países centrais, com a apropriação simultânea de renda tecnológica e renda diferencial da terra. Com respeito desta última, e a modo de hipótese exploradora, vale perguntarmos se não deveríamos pensar em uma categoria referida a uma renda diferencial

ambiental, já que o fator produtivo não se limita á terra, senão a capacidade de carga dos ecossistemas do qual a terra é uma parte. Não se limita ao que pode dar em termos de produtividade senão ao que pode receber em termos de contaminação. A base dessa renda diferencial não estaria definida só pelas diferenças físicas, nem baseadas na mera propriedade, senão também, em fatores “institucionais” como as diferentes regulamentações econômicas, salariais, fiscais e ambientais.

As políticas econômicas prevalecentes na maioria dos países periféricos desde finais da década dos 70, centram-se na atração de capitais externos e competem entre si. Para isso geram incentivos, como redução de custos trabalhistas, flexibilização ambiental, políticas, fiscais de promoção, regimentos de inversão, estrangeira permissivos, ou geração de negócios a partir da privatização de serviços públicos, pelo geral monopólios de bens não negociáveis e por tanto não sujeitos a competência internacional.

Os parâmetros definidos para atrair capital estrangeiro operam também para o nacional de modo que fixam as normas do conjunto, e dentro de cada país, regiões e lugares competem com a mesma lógica para obter a localização das inversões.

A promoção da inversão estrangeira geralmente e particularmente em alguns setores em um impacto decisivo no modelo produtivo<sup>7</sup>. O impulso á exploração mineira e pesqueira, aos cultivos de exportação, basicamente a soja, á instalação de indústrias re-localizadas desde os centros por contaminadores e a privatização de serviços públicos, constitui uma política orientada ao desenvolvimento produtivo? Ou é um instrumento ao serviço da atração de capitais externos, no marco de um modelo consignado pelo enfoque monetário da balança de pagos e o peso do endividamento externo?

### ***3.1.2 Atrair capitais: como se construiu o dogma***

A segunda grande crise do capitalismo, nos anos 70, se põe uma evidência nos países industrializados nas dificuldades para sustentar o crescimento da produtividade, os desequilíbrios macroeconômicos, estagflação, desemprego e déficit externo. Nos Países latino-americanos se expressa também em desequilíbrios externos e internos, basicamente nas dificuldades nas contas externas e os elevados níveis de inflação.

---

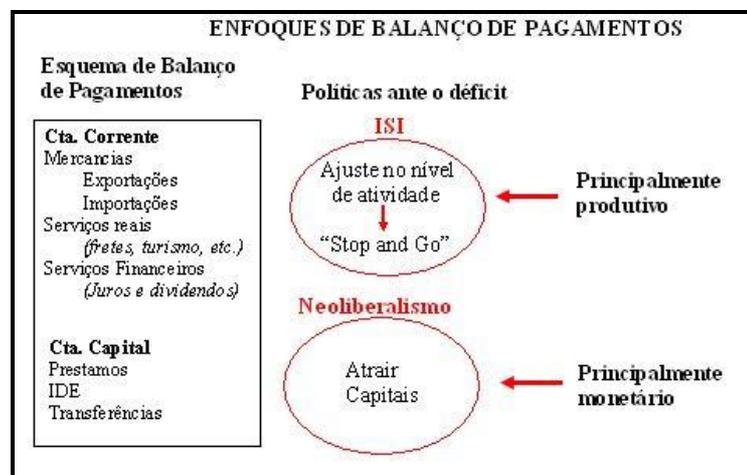
<sup>7</sup> Lembre-se que a importância da IED não está determinada exclusivamente pela magnitude dos fluxos senão pela orientação dos mesmos, historicamente concentrados nos setores mais dinâmicos em cada etapa da economia nacional. (KOSACOFF, 1989)

Segundo René Villarreal (1989) os paradigmas teóricos vigentes, neokeynesiano e estruturalista, não podiam explicar exhaustivamente a crise, mais tampouco surge um paradigma teórico realmente novo, como teria acontecido na crise de 1930.

Pelo contrário, a identificação simplista do Estado de bem-estar como principal responsável da crise recuperou o velho discurso liberal. Da mão de economistas como Milton Friedman e líderes políticos paradigmáticos como Margaret Thatcher e Ronald Reagan instalam-se o neoliberalismo e um enfoque monetarista. Os organismos internacionais como o FMI o banco promovem, o enfoque monetário da balança de pagos, encontrando terreno fértil em uma região agoniada pelos reiterados problemas de desequilíbrio externo.

Recordemos que uma das principais limitações do modelo de principais substituições de importações (ISI), vigente até esse momento, foi a insuficiente capacidade de gerar as divisas que a própria expansão industrial requeria. Enquanto a industrialização orientava-se exclusivamente ao mercado interno e por tanto não gerava divisas diretamente, estas se obtêm pela exportação de bens primários afetados pelo estrago progressivo dos termos de intercâmbio. Assim recorrentemente produzia-se o que Prebisch chamava de “estrangulamento externo” e, conseqüentemente, o típico “stop and go”, quer dizer, a contratação do nível de crescimento para parar com o requerimento de divisas e equilibrar a balança comercial. Nesse modelo ISI as respostas aos equilíbrios procuravam-se na economia produtiva. Pelo contrário, o enfoque monetário da balança de pagos relacionados à importância do déficit comercial se ele pode ser compensado com ingresso de divisas por créditos externos ou investimentos estrangeiro. (Ver Esquema N°. 3).

### Esquema N°. 3



As visões monetárias, com o mesmo simplismo com o que adjudicaram rapidamente a responsabilidade da crise nos países capitalistas centrais ao estado keynesiano, nos países capitalistas periféricos de importações. As ditaduras quebraram o modelo de substituição de importações e colocaram profundas transformações aplicando o enfoque monetário da balança de pagos, apresentado como única “solução” possível, e as “reformas estruturais” que permitiriam gerar confiança e atraírem capitais. (Ver Esquema N° 4).

Esquema N° 4



Segundo Gerard Dumenil (2003) o neoliberalismo não é um modelo de desenvolvimento senão um modelo econômico orientado é recomposição dos ingressos dos setores mais concentrados da capital e não resolve os problemas de acumulação, entretanto as ganâncias das empresas são majoritariamente distribuídas como dividendos, e orientadas crescentemente ao consumo do investimento. Isto parece comprovar-se na Argentina, onde grande parte do ingresso concentrado em uma pequena parte da população e das empresas se traduz em consumo imitativo dos centros ou fuga de capitais, e um comportamento predominante rendístico, que redunde em um baixíssimo investimento produtivo.

Em muitos casos o investimento estrangeiro chega a substituir o investimento nacional ou desnacionalizar empresas mais que a aumentar a capacidade produtiva. Justamente, quando o cenário ás volta competitivas, seus proprietários aproveitam para vender-las, realizando as ganâncias da valorização, e orientando o capital para colocações financeiras que representam ingressos de capitais em outros países.

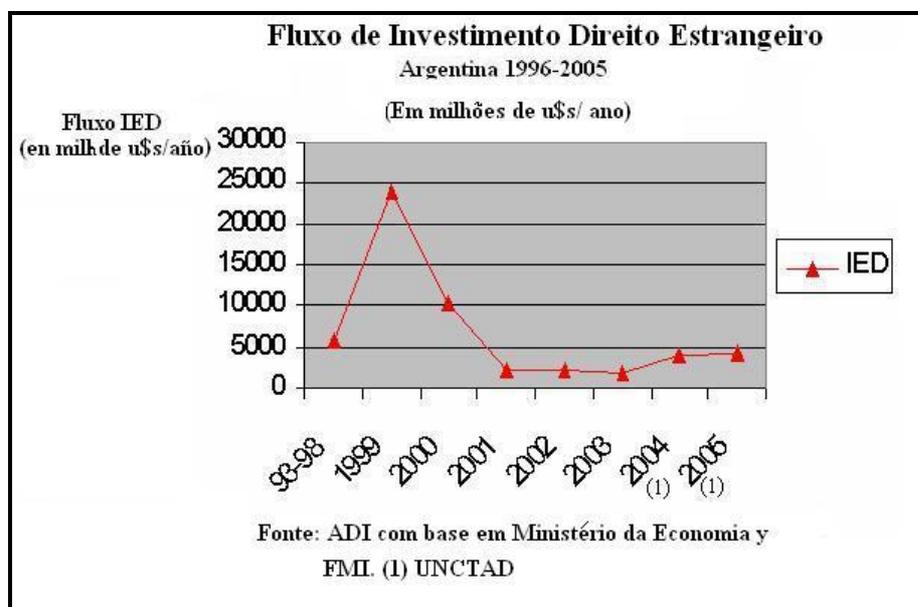
Simplificando poder-se-ia dizer que, quem mais ganha seria quem mais freqüentemente exporta capital. Isto se realiza tanto de forma registrada como não registrada. Não devemos esquecer que a fuga de capital na Argentina segundo diferentes estimativas alcança uma quantia próxima á da dívida externa. (BASUALDO e KULFAS, 2000).

Além o próprio marco estabelecido para atrair investidores facilita a remissão de utilidades e dividendos para o exterior. Se as principais leis foram colocadas em vigência pela ditadura, o marco gerado durante a convertibilidade e as medidas de promoção facilitou o aumento dos fluxos da IED e no mesmo tempo à remissão de utilidades.

De modo ilustrativo: na década de 1980-89 o total da IED chegou a 5.859 milhões de dólares dos quais se remeteram como utilidades o 26,1% enquanto que na década seguinte chegaram 67.625 milhões de dólares, mas a remissão de utilidades alcançou o 60,6% (CHUDNOVSKY e LÓPEZ, 2001, p. 50). É significativo que do total da IED acumulado no período 1992-2001, 43.538 milhões de dólares, o 53% fora câmbio de mãos, o 28,9% contribuições, o 11% dívida com matrizes e3 filiais e o 6,9% re-investimento de utilidades (fonte: DNCI). Estas cifras refletem a desnacionalização pela privatização de ativos estatais como YPF, assim como a venda de empresas nacionais e capitais estrangeiros.

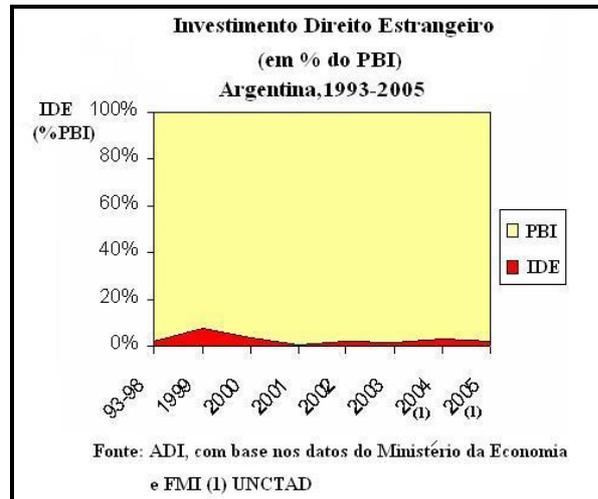
O estoque da IED em termos de PBI passou do 7,7% em 1992 para 31% em 2002, refletindo uma tendência crescente e sustentada á estrangeirização da economia. Embora, a respeito dos fluxos da IED, a crise do ano de 2001 produz uma forte retração verificando-se uma leve recuperação nos anos 2004 e 2005. (Ver Gráfico N°.1)

**Gráfico N°. 1**



A magnitude dos fluxos de IED com relação ao PBI foi oscilante e salvo nos anos 1999 – 2000, (em que foi alta devido à privatização de YPF) se matem por debaixo do 3% (Ver Gráfico N°. 2).

**Gráfico N°. 2**



A IED concentra-se nos setores ligados á exploração de recursos primários orientada a exportação, serviços básicos, bancos e indústrias de manufatura de baixa complexidade<sup>2</sup> (Ver Gráfico N°.3).

**Gráfico N°. 3**



<sup>2</sup> Segundo o Centro para o Estudo da Produção, da Secretaria de Indústria, do total de investimentos do ano 2005, 14.105 milhões de dólares, “El petróleo y gas, la energia y, em menor medida las comunicaciones y la construcción, fueron los sectores preferidos por los capitales estadounidenses. En cambio, los brasilenos se orientaron al sector de materiales para la construcción (con la compra de Loma Negra por parte del Grupo Camargo Correa). Alimentos y bebidas e industrias básicas de hierro y acero. Los capitales argentinos prefirieron las inversiones el sector financiero, bancario y de la construcción.” (www.clarín.com.ar,18/02/06)

Esta orientação parece estar favorecida pelas regulamentações existentes, ainda que também possa perguntar-se: em que medida as regulamentações não se fizeram à medida das necessidades e da procura do capital estrangeiro, em função da estratégia de incentivar o ingresso de divisa e no marco das reformas em acordos com organismos de créditos internacionais.

Como expressa a agencia de desenvolvimento de investimentos do ministério de economia (ADI), o País conta com um marco legal para proteger o investimento estrangeiro. A lei de investimentos estrangeiros (Lei Nº. 21382/1993) estabelece o tratamento não discriminatório do capital estrangeiro (igualdade de tratamento com o nacional), nenhuma restrição á transferência ao exterior de utilidades e dividendos, nem á repatriação do investimento, proteção de registros e marcas, e constituição de normas de promoção. Isto inclui desde zonas francas, (que diminuem total ou parcialmente os impostos para as importações) até normas de promoção industrial por estado, normas de promoção industrial por Estado, normas de promoção setorial como o florestal (lei 25080/2000) e incentivos como à lei de promoção de investimentos (lei 25924/2004). Todavia a mencionada agência destaca a disponibilidade de mão de obra qualificada de alta produtividade com relação dos outros Países de América Latina, e a riqueza Argentina em recursos naturais: petróleo e gás, superfície para cultivo, pesca, floresta e minas. A respeito de esta última, estabelece que “as taxas de retorno das minas de ouro e cobre estão entre as mais altas do mundo” (ADI, perguntas freqüentes, 2006).

O conjunto de regulamentações nacionais é compatível com a reinserção em uma economia internacional signada pelas “desregulamentações” em favor da livre mobilidade de capitais.

Outro traço característico do neoliberalismo, a distribuição regressiva do ingresso não é só uma conseqüência do mesmo senão um dos seus elementos constitutivos, fundamento de um circulo que retro alimenta a desigualdade e o paradigma tecnológico delineado pela procura da diferenciação orientada a produzir para a procura solvente, concentrada e segmentada que resulta dessa desigualdade.

Como explica Dumenil (2003), é um traço destacado da economia debaixo do neoliberalismo que os maiores ingressos não se traduzem substancialmente em economia e investimento e que os lucros se distribuem muito mais do que se reinvestem. A distribuição de dividendos volta-se imperativa para competir com outras alternativas e obter lucros no marco de operações especulativas que põem em evidência o predomínio de uma lógica financeira de funcionamento das empresas. Esta é definida por Sevaes como “*la forma de funcionamiento*

*en la cual las empresas se orientan a obtener beneficios contables de corto plazo, generalmente en la valorización de las acciones, relegando las estrategias de crecimiento o las inversiones de largo plazo”* (2003, p. 28).

Esta forma de comportamento geral implica que os fluxos de capitais externos estão orientados para obter altas rentabilidades, no menor tempo, e limitam sua intervenção na economia produtiva a atividades que as possam segurar; e fornecedoras de insumos, que pelo seu valor estratégico ou pela sua escassez ou restrições a sua produção nos países centrais, preferem produzir fora de seus territórios.

Aos problemas ambientais derivados do produtivismo (inerente também aos modelos keynesiano, aos desenvolvimentistas e as principais experiências de socialismo real). Sumam-se os derivados de uma concepção baseada na “desregulamentação”, a livre mobilidade de capitais (e em menor medida e de forma diferenciada, de bens) e a internacionalização sob um paradigma de capitalismo “flexível”.

A reestruturação capitalista neoliberal implica a constituição de espaços ambientais ampliados, ou mais especificamente, ampliados de um modo diferente a situações anteriores.

Seguindo a Gilberto Montibeller, consideramos “*o espaço sócio-ambiental como a área geográfica na qual uma economia se abastece de recursos do meio ambiente e deposita seus resíduos*”<sup>3</sup> (MONTIBELLER, 2004, p. 162-3).

Durante vários séculos alguns países usaram territórios de outros, utilizando para essas formas como a colonização ou investimento de réplica, etc.. Nesta etapa, o torna predominante sob formas sustentadas na abertura, normas de promoção de investimento estrangeiro, normas setoriais de fomento e forte incidência na orientação de políticas por atores transnacionais, (empresas, organismos de crédito e outras instituições) que condicionam o rol dos estados nacionais, em tanto os submetem á necessidade do ingresso de capitais. Nesse sentido, a abertura implantada pela ditadura, assentou as bases fundamentais do modelo na medida em que, como o analisa Schvarzer (1990), existe uma “causação circular”: a abertura gerou a dívida que, a sua vez, impulsionou a mais abertura.

A atração de capitais se converteu num dogma no qual se fundamentam as políticas e avaliam-se os seus resultados. Isto abre espaço, por exemplo, a que a mera venda de empresas de capital nacional ou a ativos estatais, seja vista como investimento e valorizada politicamente de maneira positiva; ainda que a prática não signifique um aumento real e

---

<sup>3</sup> Montibeller, G., considerando o principio de equidade internacional inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável, destaca que a procura de sustentabilidade deve ser no espaço ambiental e não do país ou região tomados isoladamente. (2004: p.162-3)

relevante da capacidade produtiva, e constitua a desnacionalização, substituição de investimento nacional por estrangeira e, em muitos casos, a fuga total ou parcial do dinheiro obtido pela venda de ativos nacionais.

Também no marco, deste dogma, tende-se a desprezar ou sub-avaliar as perdas de recursos naturais e os danos ambientais.

Assim, por exemplo, a política pesqueira nos primeiros anos da sua implantação foi vista e apresentada como um sucesso (“Argentina: de País com pesca a País pesqueiro”), mostrando como indicadores da performance do sucesso, o crescimento do produto e o total do investimento estrangeiro. Porém o forte impacto no setor pesqueiro local, pela diminuição dos recursos, com o conseguinte desemprego e afetação da economia regional mostraram que essa política só pode ser considerada um sucesso em relação de uma aposta dogmática ao capital estrangeiro.

De forma similar, os resultados da promoção da indústria mineira, são lidos em termos de ingresso de capitais, minimizando o obscurecendo tanto os impactos ambientais que deram lugar á emergência de intensos conflitos, como seus grandes custos fiscais.

Também as privatizações foram avaliadas como um “sucesso” em termos de ingresso de capitais, ainda que os resultados seja a diminuição das reservas, o esgotamento de recursos e a desnacionalização da renda petroleira.

Esta avidez pelo ingresso de divisas converte a produção de soja no principal produto de exportação, “a moça mimada do campo argentino”, obviando as advertências sobre problemas atuais e iminentes derivados do mono-cultivo, do deslocamento de outras atividades (ex: gado e leite) e da expansão da fronteira agrícola-pecuária sobre zonas cuja transformação e utilização para o cultivo de soja poderiam significar a perda de ambientes, de diversidade e da base de sustento das populações originárias.

Sucessivos governos mostraram como vitória o “boom” pesqueiro o “mineiro”, o “boom” das privatizações, o “boom” da soja... Sem dúvida, isto se pode ver como um sucesso em termos de rentabilidade empresária, incremento do produto das receptivas atividades e ingressos de capitais. Porém, o balanço não pode reduzir-se ao total dos investimentos ingressados no País. Logo de duas décadas deste modelo de políticas esta evidente que o “derrame” que prometia a teoria, se converteu em pobreza, em passivos ambientais gerados pelos empreendimentos mineiros, em diminuição de recursos pesqueiros, em perda de recursos não renováveis como petróleo e gás, e em importantes impactos negativos ocasionados pelo mono-cultivo da soja.

Além destes efeitos vale deixar colocada uma pergunta, o que impacto tem tido as condições sistemáticas geradas para atrair capitais externos no desenvolvimento de outras atividades econômicas na indústria, no mercado e o consumo interno e fundamentalmente na economia e no investimento nacional, tanto pública como privada? Não são essas condições as mesmas que alimentam uma lógica de comportamento centrada na valorização financeira em demérito de uma lógica produtiva, e as mesmas que no mesmo tempo que facilitam o ingresso de capitais permitem sua saída?

O desenho de políticas econômicas ao serviço da atração de capitais converte o País em “tomador” de um modelo determinado exogenamente e coloca o território nacional como espaço ambiental dos países de origem dos investimentos.

### ***3.1.3 Uma aposta paga com ambiente***

A continuação se apresentará brevemente alguns antecedentes sobre a atividade mineira que exemplificam a forma em que as políticas econômicas implantadas nas últimas décadas determinam condições de desenvolvimento das atividades que derivam em agravamento dos problemas ambientais.

#### **3.1.3.1 A Mineira: a promoção sem fim**

A indústria mineira Argentina até a década dos noventa, orientava-se basicamente a minerais não metálicos e ao mercado interno, sendo Buenos Aires a principal produtora. Desde 1993 se impulsionou a legislação específica orientada a promover políticas setoriais cujos objetivos básicos são facilitar a IDE e incrementar a produção em algumas atividades primárias. O regime de investimento mineiro e o acordo federal mineiro (Ver Anexo A, Quadro N° 1) são uns claros exemplos nesse sentido.

No marco das políticas econômicas predominantes, “o sucesso” de tais políticas mede-se exclusivamente pela entrada de capitais e não pelo impacto no emprego e no meio ambiente, parâmetros excluídos é considerado marginalmente nas avaliações econômicas e políticas oficiais e que logo reverteram em intensos conflitos.

Tampouco se consideraram, em termos de correntes produtivas. Pelo contrario, ditas políticas setoriais pareceriam auto-legitimar como parte do cumprimento com os requerimentos de reformas estruturais promovidas pelos organismos internacionais de crédito.

Na atividade mineira distinguimos o relacionado a gás e petróleo de outros dos produtos.

Aqui faremos maior ênfase dos segundos. Não entanto vale fazer uma brevíssima explicação de alguns aspectos gerais.

O relacionado a petróleo e gás, a privatização da empresas do Estado e da concessão das áreas de exploração, provocou uma forte diminuição dos postos de trabalho e um profundo impacto territorial. Muitas cidades puderam ver desaparecer ou reduzir sua atividade econômica principal com o conseguinte conflito social.<sup>5</sup>

Passados vários anos, verifica-se que os investimentos privados foram menores aos comprometidos em magnitude e orientados segundo a estratégia das empresas, às vezes claramente contraditórios com as necessidades do País (ex: gasodutos para o porto, enquanto existem lugares no território onde não se dispõe de gás natural). No mesmo tempo as condições em que foi feita a concessão da extração de petróleo permitem que se apliquem internamente os preços de mercado internacional.<sup>6</sup>

Devido a que as concessões foram realizadas isentando as empresas da obrigação de ingressar a totalidade das divisas geradas pelas exportações petroleiras, a melhora nos preços internacionais no mesmo tempo que melhora os benefícios das empresas, não se traduz completamente em ingresso de divisas, incentiva o aumento da extração e encarece o produto no âmbito interno. Isto atualmente é parcialmente compensado pela implantação de retenções de petróleo.

Os insuficientes ou nulos esforços por explorar novas áreas colocam um dado importante na cena. Por exemplo, no ano 2001 a extração representou aproximadamente um décimo das reservas comprovadas do País, e a extração de gás, aproximadamente um seis por cento. Pode-se dizer que, senão tiver descobrimentos de novas reservas, as atuais, no mesmo ritmo de exploração, durariam 10 e 17 anos respectivamente. A exportação presente tem então um alto custo de oportunidade se consideramos as necessidades do País a médio ou longo

---

<sup>5</sup> Não é casual que os primeiros movimentos piqueteiros tenham se originado nas áreas petroleiras. Exemplo: Cutral-có e Plaza Huincul em Neuquén, Tartagal e Mosconi, em Salta.

<sup>6</sup> Informação sobre a evolução do setor petroleiro nos anos noventa pode-se consultar em CALLEJA, (2002) e HERRERO, (1999).

prazo e sobre tudo, se a cena incluíra a melhora dos ingressos da população e a recuperação da economia doméstica e regional.

Ainda quando diferenciamos desenvolvimento de uma forma alternativa, substancialmente diferente á tradicional, privilegiando aspectos qualitativos sobre os quantitativos e sobre a base de critérios de justiça social e ecológica, petróleo e gás seguiriam sendo recursos importantes.

Deste modo, se apresenta uma contradição entre considerar o petróleo exclusivamente como produto exportável e em função do ingresso atual de divisas ou como insumo critico e estratégico para o desenvolvimento do país e da região.

### 3.1.3.2. Questionamentos e Resistência ao Modelo Mineiro.

No caso da indústria mineira metalífera os projetos já instalados (Ex: La Alumbreira, Catamarca) assim como aqueles na etapa de projetos (Ex: Merindian Gold / El Desquite, Esquel), enfrentam graves questionamentos, não só pela enorme quantia da promoção e os benefícios fiscais recebidos, senão pelo seu impacto ambiental tanto em termos de destruição por extração como pela contaminação derivada da “flexibilidade” ambiental com que se desenvolve a atividade.

No primeiro exemplo mencionado, segundo Engenheiro Hector Nieves <sup>7</sup> o dique de cola da mina La Alumbreira apresenta filtrações de águas ácidas que ofertam o Rio Vis Vis, no distrito de Andalgalá. O estudo também adverte que no contrato da união transitória de empresas entre a mineira Alumbreira e Yacimientos Mineiros Águas de Dionísio (YMAD) <sup>8</sup> se exclui a responsabilidade do fechamento de Minas e reabilitação da mineira Alumbreira Ltda., quem é a “operadora” do desenho e empreendedora do projeto mineiro. Fica então como único responsável de fechar e restaurar o lugar da minha YMAD que se encontra em sérias dificuldades financeiras e com um futuro incerto. (“CATAMARCA ATUAL”, 12/03/2003)

O governo da província de Tucumán protesta contra a empresa La Alumbreira por prejuízo ecológico produzido por obras complementarias a mina ([www.clarin.com.ar](http://www.clarin.com.ar), 25/11/2004). Trata-se do mineral-duto que desloca o barro mineralizado para uma rede de secado em Tucumán desde onde se desloca para o porto, na província de Santa Fé, e o eletro

---

<sup>7</sup> Héctor Nieva, Engenheiro em Minas, Tese de Maestria, Escola de Minas de Nancy (Francia).

<sup>8</sup> Yacimientos Mineiros Águas de Dionísio (YMAD) é uma empresa interestadual de direito privado, criada pela Lei Nacional Nº 14.771, e a integram o Estado de Catamarca – a Universidade de Tucumán e o Estado Nacional.

duto, pelo qual se fornece energia para a mina desde Tucumán. Os diferentes impactos ambientais afetam o lugar próximo a Andalgalá e a zona de Tafi del Valle, de grande biodiversidade, importância cultural e turística e bacia de abastecimento de água de um extenso território.

No caso do projeto da empresa Gold, na mina El Desquite, na cidade de Esquel, província de Chubut, a forte oposição postergou até o momento a realização do projeto. O mesmo pretende a extração de ouro a céu aberto, por meio de um método baseado na utilização de mercúrio e grandes quantidades de água. Afetaria a um lugar de enorme beleza e com um grande desenvolvimento atual e potencial de turismo. Neste caso, aos benefícios extraordinários vigentes para a atividade mineira no resto do território federal, devemos acrescentar que a regalia é 2% sobre o valor boca mina e além de exportar o mineral dos portos patagônios, receberia uma devolução de 5%.

### 3.1.3.3 Um Balanço

As políticas de promoção da indústria mineira com objetivo de atrair capitais externos iniciais na ditadura, aprofundadas nos anos 90 e continuadas na atualidade contribuem à privatização e desnacionalização do patrimônio natural.

A falta de mecanismos de controlar sobre a exploração de recursos estratégicos, o uso intensivo de recursos não renováveis e as desvantagens de uma classe de atividade organizada como enclave, mostra um balanço pouco favorável da promovida atividade mineira.

Existem já evidências de graves impactos ambientais e fortes indícios de que poderiam agravar-se conforme o passar do tempo com a conseqüência da falta de garantias sobre a realização adequada de trabalhos requeridos na longa fase de desativação das minas.

A orientação à exportação sem acréscimo de valor no país, limita as correntes produtivas ao abastecimento de alguns bens e serviços. Devido à promoção inclui a livre importação de bens de capital sem impostos, se desanima a corrente com maior potencial dinamizador.

A atividade mineira resultante dos atuais mecanismos de promoção não parece contribuir para um projeto produtivo integrador, e é difícil que possa colaborar com o mesmo mediante a transferência dos ingressos por regalias já que estas são ínfimas, nem por contribuições fiscais por que são exíguas. O interesse dos governos provinciais, principais perceptores das primeiras, parece centrar-se em sua utilização para ajudar a resolver

problemas conjunturais mais que no re-investimento em projetos de desenvolvimento genuíno que atendem a grave situação econômica e social da maioria da população sob sua responsabilidade. Nem nos discursos adverte-se uma intenção de “semear” o ouro. Apenas “explorar o que não está explorado”, como se não fosse fazer desuso dos recursos.

O sucesso inicial da política mineira em quanto à entrada de divisas não se sustenta no tempo mediante as explorações mineiras já que estas estão eximidas da obrigatoriedade de ser ingressadas ao país pelo estabelecimento na própria promoção.

Assim, poderia perguntar se acaso a urgência pelo ingresso de capitais, no marco dos atuais enfoques econômicos, não está jogando em contra de uma visão estratégica dos recursos naturais para os países da América Latina. Se estes continuam competindo entre si para atrair capitais estrangeiros oferecendo seus recursos mineiros, poderiam fazer uma decidida colaboração com a queda dos preços internacionais. Assim estes “planos de desenvolvimento mineiro” contribuirão ao aumento da procura de minerais e o abaratação dos custos industriais dos países centrais e emergentes, mas empobrecerão ainda mais nossa região, particularmente aos países mais dependentes da atividade mineira.

Pelo contrário, outro estilo de desenvolvimento mineiro depende da capacidade regional de cooperação para evitar a deterioração dos preços de recursos não renováveis, para administrar as reservas e para promover prioritariamente usos sustentáveis social e ambientalmente.

### ***3.1. 4 Os Resultados Sociais do Modelo***

Não é casual que o agravamento de problemas ambientais mencionados tenha-se intensificado no mesmo tempo em que a pobreza e a desigualdade crescem.

O crescimento de enclaves exportadores como ilhas num processo geral de profunda desindustrialização e destruição do mercado interno não podem puxar o desenvolvimento e como o demonstram Lozano (1997) e Schvarzer (1997), entre outros autores, é sumamente pobre em capacidade de geração de emprego.

Desde a ditadura, a distribuição do ingresso é uma escada só para descer, com dores conjunturais que fazem descer abruptamente um degrau, no qual se adquire alguma estabilidade, para logo continuar descendo.

O processo, distribuição regressiva, inicia-se com a brutal queda da participação dos assalariados no ingresso nacional, produzida nos começos da ditadura. Tal participação

abaixou da metade para quarta-parte (BECCARIA, 1991) fundamentalmente pelo efeito do aumento de preços sem correlato nos salários.

Esta mudança distributiva é uma conseqüência de uma política deliberada da ditadura e no mesmo tempo converte se em causa devido a que retro-alimenta esta dinâmica regressiva ao erode o mercado interno para o qual estava orientada quase exclusivamente a indústria nacional. Este empobrecimento do mercado interno e o efeito da abertura com o modelo de tipo de câmbio baixo, particularmente durante a ditadura e no período da convertibilidade, são os fatores decisivos da des-industrialização.

Durante o governo de Alfonsín (1983-1989) uma ligeira melhora inicial dos salários reais reverte-se logo com o forte impacto da hiperinflação (1989). Durante o governo de Menem (1989-1999) o fenômeno de maior impacto é o aumento do desemprego, cujo grande pulo (6 % á 14%) se dá nos mesmos anos em que registram-se importantes cifras de crescimento do PBI. Este fenômeno, explica-se mediante as características desse crescimento, em “ilhas” que não compensa as perdas pelas atividades destruídas no processo de des-industrialização.

Cláudio Lozano (1997) destaca que enquanto que desde princípios do século até 1989 por cada ponto de crescimento do PBI o emprego crescia uns 0,44%, no período 1990-1994, esse crescimento do emprego reduzisse aos 0,22%. Esta se explica por que o crescimento do PBI está gerando ilhas ou enclaves poucos intensivos em mão de obra e intensivos em capital, recursos naturais e/ou sustentados por condições que hes permitem apropriar-se de benefícios extraordinários, como a exploração de posições oligopólicas em mercados cativos, particularmente o dos não negociáveis, como os serviços privatizados.

Schvarzer considera que o crescimento industrial dos anos noventa foi sobreestimado e que não denota investimento senão aproveitamento conjuntural de capacidade inativa. O PBI industrial cresceu só 9% nos vinte anos entre 1974 e 1994. O crescimento das exportações explica-se em grande parte pelo crescimento de cinco rubricas primárias (cereais, azeite, pescados, petróleo e couro), elo aumento dos intercâmbios no marco do MERCOSUL e pelo aproveitamento de cada uma das capacidades instaladas geradas em períodos de políticas diferentes ás atuais (ex: petroquímica). (1997, p. 25-43)

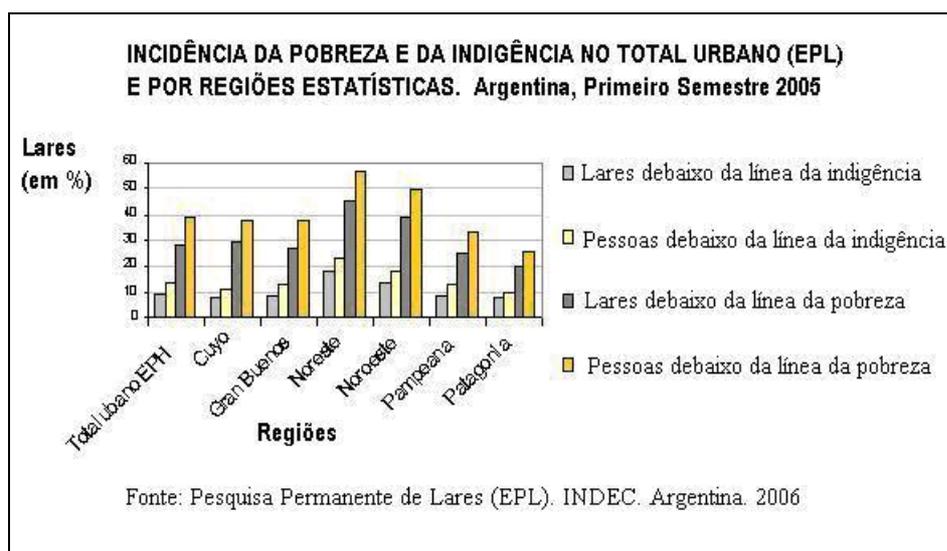
Durante os últimos anos do governo do Pte. Menem e o breve governo da Alianza (1999-2001) o empobrecimento e a desigualdade se aprofundam não só pelas altas taxas de desocupação senão também pelo baixíssimo nível de ingressos. Ao modo de exemplo: em 2001, em dois terços dos lares indigentes (quer dizer, aqueles que não alcançam uma cesta

básica alimentar), o chefe do lar estava empregado. Pode-se dizer que muitos dos ocupados recebem salários que não cobrem os alimentos mínimos de subsistência.

Desde 2002, a saída da convertibilidade e a devaluación repercutiram revertendo rapidamente o déficit da balança comercial, animando as atividades exportadoras e a algumas atividades substitutivas de importações. Particularmente são estas as responsáveis por uma ligeira recuperação do emprego. No entanto, as cifras de desocupação e sub-ocupação (que não registram os beneficiários do plano “chefes / as do lar”, também desocupados) continuam sendo de grande magnitude.

Os dados do INDEC correspondentes á pesquisa permanente de lares em aglomerados urbanos, do primeiro semestre de 2005 mostram, como se pode ver no gráfico seguinte que a pobreza alcança a grande proporção da população, sendo particularmente crítica no nordeste e noroeste.

**Gráfico N°. 4**



A situação é mais acentuada entre os menores de 14 anos: em 2005, na Argentina o 60% dos menores são pobres e nas regiões mencionadas a proporção circunda os 70%.

Em 2002 e 2003 a pobreza aumenta basicamente explicada pelo baixo nível dos salários e a queda do poder aquisitivo devido ao efeito da devaluación sobre preços dos produtos básicos, particularmente os alimentos.

Sem dúvidas, a pobreza e a desigualdade são os traços característicos do período de supremacia de políticas neoliberais. A devaluación e algumas políticas econômicas ensaiadas depois da crise de 2001, não têm configurado um modelo substancialmente diferente. Neste sentido, quando se faz referência a uma nova substituição de importações deveria lembrar-se

que aquele processo que alcança, com imperfeições, certo desenvolvimento industrial no país, construiu-se a distribuição progressiva do ingresso e o fortalecimento do mercado interno, hoje ausentes. (Ver a seguir Gráfico N°. 5)

**Gráfico N°. 5**

<b>Distribuição da renda. Argentina, 2007</b>				
Lares segundo escada da renda per cápita familiar				
Total de aglomerados. Primeiro Semestre				
<b>Numero de decil</b>	<b>Porcentagem de personas</b>	<b>Porcentagem da renda</b>	<b>Renda media por decil</b>	
1	15,1	2,3	76	
2	13,4	4,3	157	
3	11,7	5,4	226	
4	10,9	6,7	301	
5	9,2	7,1	379	
6	9,3	8,7	463	
7	8,6	10,2	581	
8	8,0	12,2	748	
9	7,5	15,7	1.030	
10	6,4	27,5	2.130	

Fonte: INDEC. Pesquisa Permanente de Lares  
Primeiro Semestre, 2007. Informação preliminar

Atualmente, a ameaça da inflação esta visivelmente originada no fenomenal processo de concentração econômica e o poder dos formadores de preços no mercado.

Como vemos nos quadros seguintes a cesta básica alimentar, aumentou mais que o total e os preços de alguns bens aumentaram em proporções muito superiores aos salários reais.

**Quadro N°. 6**

<b>Evolução da Cesta Básica Total e da Cesta Básica Alimentaria (Março 2001- Março 2007)</b>		
	<b>CBA</b>	<b>CBT</b>
Mes	(em Pesos)	(em Pesos)
Mar-2001	62,92	153,52
Mar-2002	69,83	169,70
Mar-2003	107,83	233,99
Mar-2004	106,02	232,18
Mar-2005	114,71	250,07
Mar-2006	129,44	278,30
Mar-2007	+151% 138,45	+93% 296,28

Fonte: Elaboração propia com base em INDEC

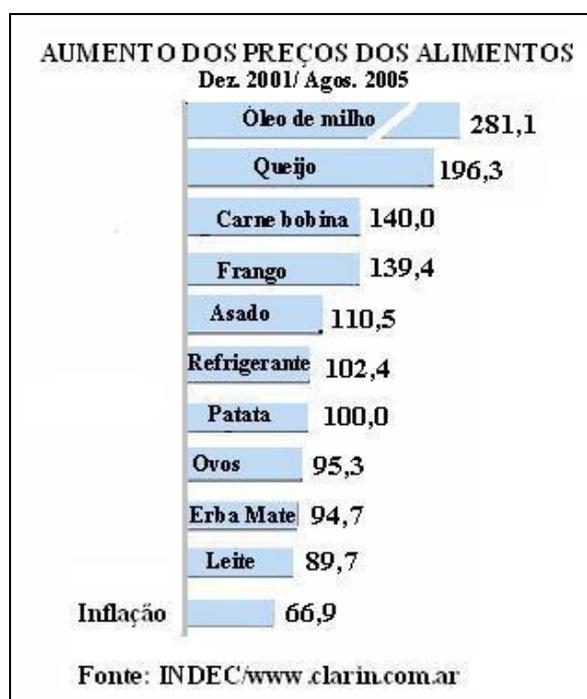
Como se pode observar no Quadro N°. 7 o índice geral de salários evidencia um aumento inferior ao aumento da cesta básica alimentar e básica total, ao índice de inflação e ao incremento de preços de muitos produtos de consumo massivo. (Ver Gráfico N°. 8)

**Quadro N°.7**  
**Evolução dos Salários, Argentina, 2001-2007.**

<b>Índice de Salários</b> <b>(Base 4to Trim. 2001=100)</b>	
Período	Nível Geral Índice
Dic-01	99,87
Dic-02	107,45
Dic-03	120,42
Dic-04	131,65
Dic-05	158,39
1er Marzo 2007	187,70

Fonte: INDEC, abril 2007

**Gráfico N°. 6**



As retenções as exportações e os acordos de preços implantados atualmente tentam controlar os preços dos bens de consumo massivo. Não entanto as próprias autoridades

diagnosticam como principal causa do aumento de preços os problemas para aumentar a oferta.

Uma política ativa para sustentar o modelo de câmbio para um nível que assegure a competitividade da produção nacional, uma moderada recuperação do emprego e uma reativação sustentada desde o final de 2002, geram ao mesmo tempo um aumento da demanda doméstica e das exportações. Para controlar os preços pelo mercado deveria aumentar a oferta na mesma proporção e isto, não só não pode ser imediato, senão que requer aumentar o investimento.

Se bem o espaço entre o aumento dos preços pela devaluação e o aumento de salários em mãos dos empregados aumentou, não se registra um crescimento acordo nos investimentos. O governo através dos impostos às exportações, e da maior arrecadação pelo aumento da atividade econômica capta parte desse excedente e mantém um sustentado superávit. Mas o mesmo é consignado a aumentar as reservas de forma de poder intervir no mercado de divisas, ao serviço da dívida e a financiar os investimentos privados. Algumas cifras são eloqüentes. Como se pode observar no quadro seguinte, os recursos consignados à saúde e educação estão somados, menores aos destinados ao serviço da dívida pública e ao redor da metade da cifra calculada de subsídios ao setor privado, a qual ronda os 17% do pré-suposto nacional.

### Quadro Nº. 8

#### Comparativo de partidas orçamentárias selecionadas, Argentina, 2006.

Orçamento Nacional 2006 (em pesos)	93.702.411.314
Educação, Ciência e Técnica.	6.054.805.761
Saúde e Ambiente	2.110.819.511
Serviço da dívida pública	10.505.443.000\$
Subsídios e desgravações calculadas no orçamento 2006	13.329.000.000\$
Subsídios ferroviários, ao combustível óleo e ao financiamento privado de infra-estrutura incluídos na rubrica serviços econômicos.	2.753.000.000\$

Fontes: [www.mecon.gov.ar](http://www.mecon.gov.ar) e [www.clarín.com.ar](http://www.clarín.com.ar) (2/10/2005)

A estas considerações derivamos acrescentar que o maior peso no gasto corresponde à partida de segurança social e isto acontece, basicamente, do déficit gerado pelo processo de privatizações que canalizou grande parte das contribuições dos trabalhadores em atividade à esfera privada enquanto as aposentadorias atuais devem ser mantidas com recursos públicos.

Outra partida importante é “Planificação e obras públicas”, a qual inclui obras de infra-estrutura realizadas pelo setor público para promover algumas atividades e/ou em substituição das inversões não realizadas pelos setores privatizados.

Como indicam Aspiazu e Schorr:

“La caída en los niveles de inversión resultó mucho más intensa en el ámbito de las empresas privatizadas que en el resto de las líderes del país, a tal punto que los valores correspondientes al año 2000 se ubicaron por debajo de la mitad de los registros correspondientes a 1993”. (ASPIAZU e SCHORR, 2003, p. 62).

Contrariamente ao rol jogado pelo investimento público em outros momentos, em que motorizava a demanda a indústria local, as privadas realizam importações de produtos industriais ocasionando o desmantelamento de uma proporção muito significativa dos fornecedores locais com o conseguinte impacto no desemprego e a des-industrialização. (ASPIAZU e SCHORR, 2003, p. 63).

A tendência decrescente dos investimentos contrasta com as altas rentabilidades destas empresas, beneficiadas pelo caráter de seu mercado (monopólio, com procura cativa e reservas legais) o qual tem levado aos autores mencionados a falar de “ganâncias extraordinárias, nulos riscos empresariais”. (ASPIAZU e SCHORR, 2003, p. 38).

Como fica exemplificada no seguinte quadro comparativo, a taxa de rentabilidade das empresas privatizadas é substancialmente maior que das empresas não vinculadas às privatizações, e foi positiva ainda o contexto da recessão e a crise. (Ver a seguir Quadro N° 9)

**Quadro N°.9**  
**Rentabilidade comparada entre empresas privatizadas**  
**e as não privatizadas. Argentina, 1993-2001**

Taxa de rentabilidade sobre vendas da elite empresaria local		
	Privatizadas	No Privatizadas
1993	11,0	2,6
1994	10,5	4,1
1995	12,8	2,3
1996	11,2	1,1
1997	12,2	0,8
1998	10,4	0,9
1999	7,8	-0,3
2000	8,8	-1,2
2001	4,9	-2,3

Fonte: ASPIAZU e SCHORR, 2003, p. 42.

Um estado que arrecada principalmente dos impostos ao consumo e da renda gerada por complexos exportadores baseados na exploração de recursos não renováveis e na sobre exploração de recursos renováveis, mostra na distribuição dos recursos o mesmo sesgo privatista e regressivo que na arrecadação.

O comportamento rendístico que caracteriza a grande parte do empresariado se expressa na luta por apropriar-se de porções crescentes do excedente econômico. Perante moderados aumentos da demanda interna respondem aumentando os preços. Deste modo à inflação bate parte dos aumentos nominais de salários. No entanto dita apropriação de excedentes não se traduz em aumentos significativos da oferta de bens, requisito para que exista a possibilidade real de um maior acesso ao consumo massivo e uma concreta distribuição da renda.

O neoliberalismo, como o sustenta Dumenil (2003) não é um modelo de desenvolvimento senão uma forma de recomposição e transferência de ingressos para os setores mais ricos que por suas próprias características, não constitui um modelo de acumulação.

Um modelo de desenvolvimento, qualquer que seja, requer de investimento. E o comportamento dos grandes empresários na Argentina, que autores como Prebisch, Sábato, Schvarzer e Fanjnsylber, entre outros, caracterizam como “escassa propensão a investir”, põe-se em evidência uma e outra vez. No período estudado o problema da insuficiência do investimento agravou-se, dando lugar a uma situação descrita como “*o investimento privado se estrangeiriza e o investimento público tende a desaparecer*” (SANCHEZ, 2003, p. 39).

Como se pode concluir da comparação das partidas consignadas, em geral prioriza-se o incentivo para o investimento privado no contexto do atual modelo produtivo. Transformar o modelo suporia mudar a orientação do investimento, tanto o direito do estado como a promoção do investimento privado para outra estratégia produtiva.

O estado ao inibir-se dogmaticamente do investimento na economia produtiva parece conformar-se, no melhor dos casos, com participar das ganâncias do modelo e eventualmente, consignar recursos para atender parte de suas conseqüências.

### ***3.1.5 Os resultados das políticas neoliberais segundo seus próprios parâmetros***

Partimos de identificar como um dos sustentos teóricos das políticas vigentes nos últimos trinta anos na Argentina ao enfoque monetário da balança de pagos. Como se

mencionou, o conjunto de políticas orienta-se prioritariamente para atraírem capitais e para gerar divisas. Por tanto vale perguntar quais são os resultados em função de esses objetivos, quer dizer, segundo seus próprios parâmetros.

Os últimos dados disponíveis mostram que saia em conceito de remissão de utilidades e de juros quase a mesma quantidade de divisas que a introduzida pelo investimento estrangeiro. (Ver a seguir Quadro N°. 10)

**Quadro N°. 10**

<b>Principais ingressos e egressos de divisas</b>	
Conta Corrente e seus principais componentes, Argentina, 2005.	
(em milhões de dólares)	
<b>Conta Corrente</b>	<b>3.934</b>
<b>Mercancias</b>	9.904
Exportações	29.864
Importações	19.961
<b>Serviços</b>	-1.457
<b>Rendas</b>	-4.986
Utilidades e dividendos	-2.107
Interesses	-2.854
<b>Transferências correntes</b>	473

Fonte: <[www.mecon.gov.ar](http://www.mecon.gov.ar)> Contas Nacionais, Argentina, 2005.

Além do importante ingresso de divisas provenientes das exportações, é relevante observar a composição das mesmas que nos permitem ver o que é que se exporta e analisar as perspectivas em função de um olhar estratégico e não só conjuntural.

Das muitas análises que podem inspirar os dados do Quadro N°. 10, poderia destacar se como principal característica das exportações argentinas sua primarização. Combustíveis, matérias primas e manufaturas de origem agropecuária explicam mais de ¾ das exportações.

Os commodities industriais, intensivos em energia e minerais, como os fornecidos pelos centros de alumínio e siderúrgico explicam o 4,5%.

A indústria automotriz significa o 7,3% das exportações. Ao mesmo tempo os carros produzidos e comercializados na região utilizam uma grande proporção de componentes importados. Com o qual poderíamos estabelecer que a localização nos países da região obedecesse à disponibilidade de mão de obra qualificada e barata, ao aproveitamento de benefícios fiscais e a constituição de um mercado local ampliado pela integração.

Perto da metade das exportações estão associadas a atividades questionadas por seus impactos ambientais (soja, petróleo, pesca, mineração e celulose).

**Quadro Nº. 11 Composição das exportações e destino. Argentina, 2004**

**(Em vermelho o valor das exportações ao destino principal)**

<b>Exportações por zonas econômicas, segundo complexos exportadores. Ano 2004</b>						
COMPLEXOS EXPORTADORES		TOTAL	MERCO SUL	NAFTA	UNIÃO EUROPEIA	OUTRAS ZONAS
Em %		(Em milhões de dólares)				
<b>100.0</b>	<b>Totais exportações</b>	<b>34.550,2</b>	<b>6.789,3</b>	<b>5.039,0</b>	<b>6.210,3</b>	<b>16.511,5</b>
<b>84.2</b>	<b>Principais complexos</b>	<b>29.107,5</b>	<b>4.971,8</b>	<b>4.178,4</b>	<b>5.508,7</b>	<b>14.448,6</b>
24.5	Complexo oleaginoso	8.459,8	43,4	96,8	2.435,7	5.883,9
22.2	Complexo soja	7.678,5	25,0	40,4	2.117,2	5.495,9
1.9	Complexo girassol	663,2	17,2	29,1	239,2	377,7
0.3	Outros complexos	118,1	1,2	27,3	79,3	10,3
20.0	Comp. petrolífero - petroquímico	6.894,3	1.850,7	1.787,1	89,5	3.167,0
15.7	Complexo petróleo e gás	5.426,4	889,4	1.674,7	12,2	2.850,0
4.2	Complexo petroquímico	1.467,8	961,3	112,4	77,3	317,0
8.5	Complexos cerealeiros	2.930,5	921,2	27,3	205,8	1.776,2
3.5	Complexo milho	1.222,6	22,1	11,3	191,7	997,4
4.3	Complexo trigo	1.500,8	735,2	7,2	7,5	750,9
0.2	Complexo arroz	73,6	70,3	0,1	0,1	3,2
0.4	Outras exportações. cerealíferas	133,6	93,6	8,7	6,6	24,7
7.3	Complexo automotor	2.527,4	1.121,6	724,2	220,2	461,3
7.2	Com. de origem bovino	2.502,4	159,8	439,9	634,2	1.268,5
3.1	Complexo carne	1.063,2	28,4	89,6	444,1	501,0
2.6	Complexo couro	912,1	73,0	269,9	184,3	385,0
1.5	Complexo leiteiro	527,2	58,4	80,4	5,8	382,6
3.4	Complexo siderúrgico	1.177,2	142,2	356,0	175,2	503,8
3.2	Complexos fruti-hortícolas	1.108,8	259,5	151,4	484,2	213,6
2.3	Complexo fruteiro	783,8	73,2	129,4	402,0	179,2
0.9	Complexo hortícola	325,0	186,4	22,0	82,2	34,4
2.4	Complexo pesqueiro	816,3	63,7	67,8	491,7	193,1
2.3	Comp. de origem forestal	789,7	199,0	184,6	121,2	284,9
1.2	Complexo celulósico papeleiro	421,4	123,4	25,2	68,6	204,2
0.8	Complexo madeireiro	282,2	64,2	136,2	20,8	61,0
0.2	Outras exportações florestais	86,0	11,4	23,2	31,8	19,7
1.9	Complexo cobre	673,4	42,5	0,1	290,5	340,3
1.1	Complexo da uva	379,3	52,9	125,0	127,2	74,2
1.1	Complexo do alumínio	374,1	34,7	154,5	34,0	150,8
0.6	Com. de origem ovino	197,0	12,1	11,3	102,2	71,4
0.1	Complexo da carne ovina	19,2	0,1	0,0	17,1	2,0
0.5	Com. lã, couros e pel.	177,8	12,1	11,3	85,0	69,4
0.6	Complexo tabacalero	191,3	34,0	45,5	82,3	29,5
0.2	Complexos algodoeiros	86,2	34,5	7,0	14,7	30,0
--	Com. óleo de algodão	1,9	0,3	-	-	1,6
0.2	Com. algodoeiro têxtil	84,3	34,2	7,0	14,7	28,5
<b>15.8</b>	<b>Resto exportações</b>	<b>5.442,7</b>	<b>1.817,5</b>	<b>860,6</b>	<b>701,7</b>	<b>2.062,9</b>

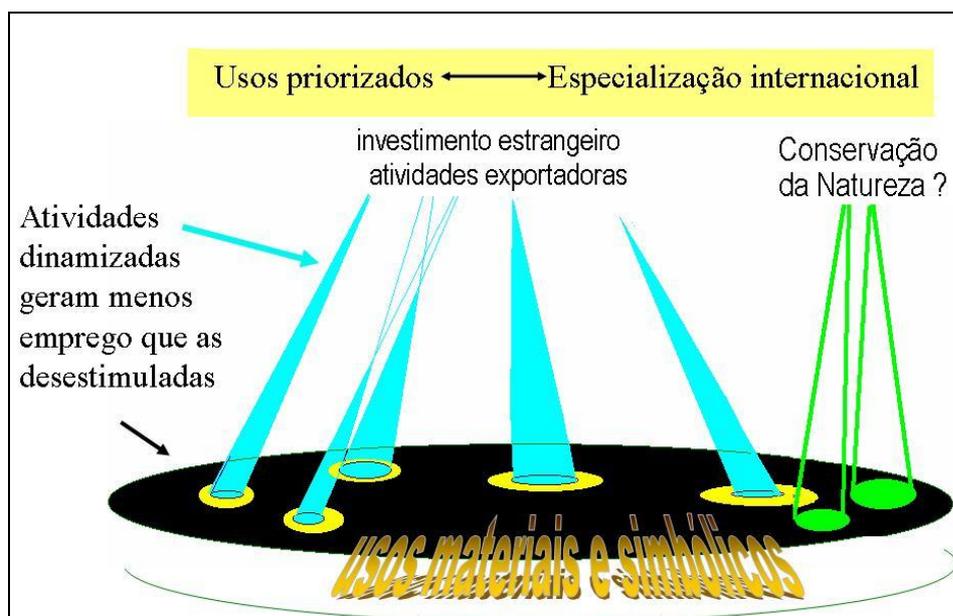
Fonte: INDEC no site <<http://www.mecon.gov.ar>> Acesso fevereiro de 2006

É improvável o sustentamento do crescimento das exportações nas principais rubricas atuais. Isto se deve a insustentabilidade de modelos de produção apoiados no mono-cultivo e na extensão da fronteira agropecuária sobre terras marginais, o esgotamento das reservas e a sobre exploração.

Mas além, Argentina exporta bens vulneráveis ao deterioro dos termos do intercâmbio. Produzir mais poderia significar embaratecer custos de produção em países com os quais competimos (a carne européia, os salários da china) quer dizer, perder competitividade em outros setores com maior valor agregado e mais dinâmicos. O padrão de especialização atual significa que nossa competitividade em commodities é uma das bases da competitividade dos países centrais e dos emergentes mais industrializados em bens mais dinâmicos, de tal forma que retro-alimenta o intercâmbio desigual.

Como já se mencionou, a priorização de políticas orientadas à produção ou captação de divisas contribui a uma especialização internacional centrada em atividades cuja capacidade de gerar emprego é inferior as atividades desanimadas. Tenta-se expressar na Figura 3 esta dinâmica de iluminação de alguns setores e opacamento de outros, fortemente estudados pela geografia atual, a qual não é neutra em termos de ambiente e emprego.

**Figura. 3 Divisas ou Empregos?**



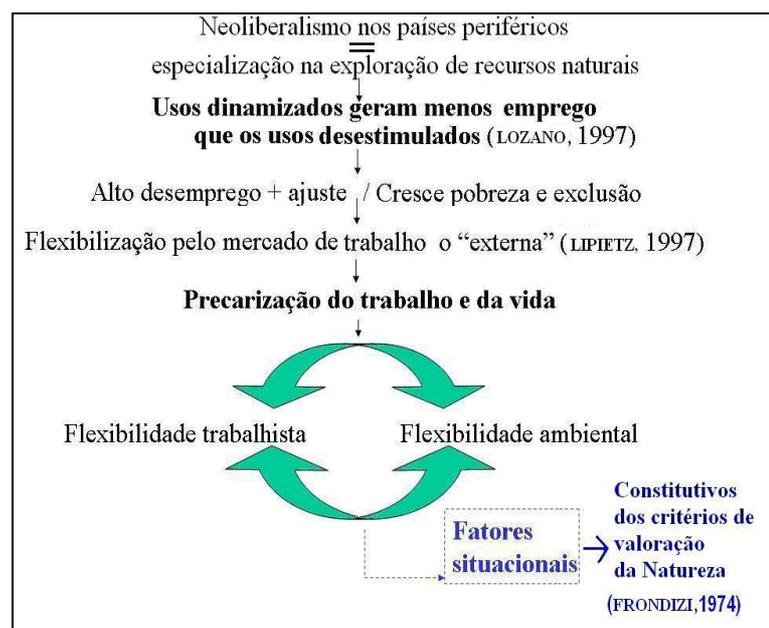
A procura da competitividade em atividades primárias, não se sustenta exclusivamente em vantagens comparativas ou em renda diferencial senão num estilo de modernização que consegue acelerar os aumentos de produtividade, ou dito de outro modo, mais produção com menos pessoas ocupadas em menos tempo. Quer dizer, formam parte desta racionalidade o aumento de ritmo de extração, do uso de recursos naturais e a diminuição da ocupação.

Deste modo, paradoxalmente, retro-alimenta o modelo, em quanto se argumenta que para criar trabalho é imprescindível atrair capitais e para atraí-los geram-se condições que promovem atividades com uma elasticidade emprego/produto menor que a de atividade desanimada (Ex: Indústria) ou substituídas (Ex: agropecuárias diversificadas por monocultivo de soja).

Na mencionada figura se faz referência à discussão aberta em torno à consideração da conservação da Natureza como uma forma de especialização internacional (ACSELARD, 2004).

Como tenta sintetizar a Figura Nº. 4 a existência de uma enorme multidão de desempregados, foi utilizada para pressionar a baixa dos salários, precarizar e flexibilizar o trabalho e também para reclamar pela flexibilidade reguladora de toda classe, incluída a ambiental. Ao mesmo tempo a captação de investimento a apresentada mecanicamente como uma forma de criação de postos de trabalho.

**Figura Nº. 4 Flexibilidade laboral e ambiental**



O crescimento da pobreza e a exclusão fortalecem o poder de negociação dos investidores que asseguram suas decisões na obtenção de fortes incentivos. Assim o governo em todos os seus níveis e parte da população aceita essa lógica e observam-se duras concorrências entre os lugares para captar os investimentos a base de aprofundar os benefícios oferecidos.

De algum modo, a sociedade e a economia se subordinam aos interesses dos investidores e quanto maior é o desemprego mais vulnerável se faz a sociedade a aceitar como inexoráveis seus condicionamentos.

No entanto, as evidências dos magros resultados, em termos de emprego e os grandes custos sociais e ambientais mostram os limites dessa lógica.

Porém, a efetividade desta argumentação pro desregulação acontece de sua instalação na sociedade de tal forma que perante os conflitos, aparece recorrentemente nos atores sociais expressada como dilema; “meio ambiente versus trabalho”. Este falso dilema implanta um eixo de discussão que frequentemente distrai dos conflitos principais e transfere a máxima conflitividade à discussão entre as próprias vítimas. Como se verá é um dos fatores situacionais com maior peso nos critérios de valor da natureza expressados pelos atores envolvidos nos conflitos ambientais. Os resultados das políticas neoliberais aplicadas na Argentina mostram que no contexto do atual modelo, o crescimento, quando existe, não significa melhoras na distribuição da renda. Pelo contrário, os resultados questionam a validade da teoria do derrame. E as evidências não só estão questionando o “primeiro crescer para depois ver como Mitigamos os impactos” de um estilo de modernização consignado pela exclusão social, o produtivismo e a mercantilização do ambiente.

A maior parte dos ingressos fiscais provê dos impostos ao consumo e das retenções as exportações agropecuárias e petroleiras. Estas, bem contribuem a morigerar o aumento dos preços domésticos dos bens exportáveis, não poderiam compensar a incomensurável perda de recursos não renováveis é a degradação dos renováveis, que resultam caracterizarem-se como dês-investimento nacional e dano a seu patrimônio natural.

Ainda avaliando esta modelo dentro de seus próprios parâmetros aparecem limites ao crescimento econômico, pelo esgotamento e degradação dos recursos e por que reforça um padrão de especialização produtiva e de comércio que perpetua e aumenta as fendas no desenvolvimento dos países.

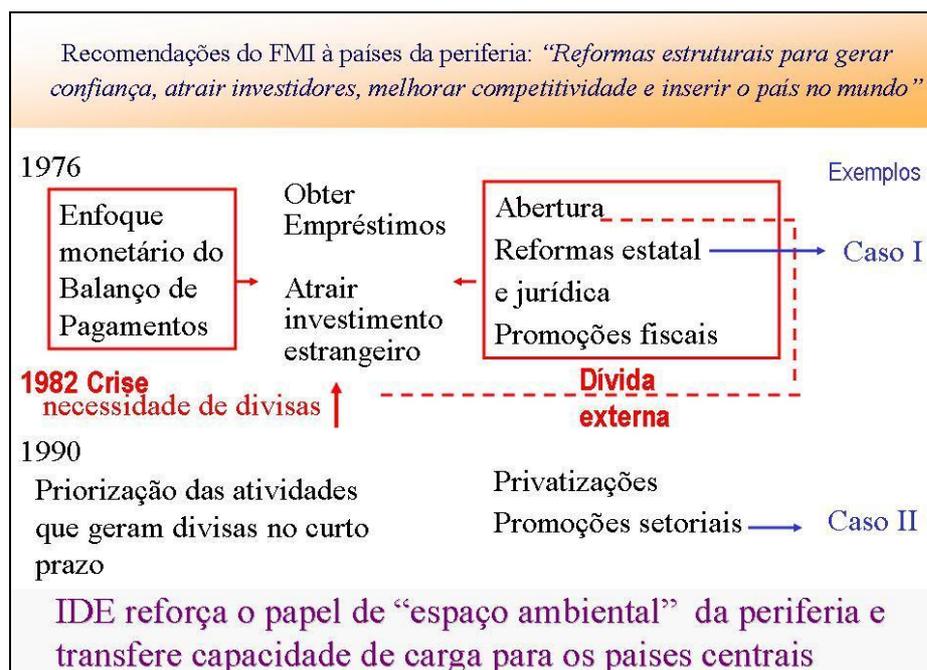
A distribuição do ingresso, a geração da economia, a propensão a investir assim como a orientação do investimento (quanto, em que, quem) aparece como um fator chave do

modelo econômico e um elemento decisivo na inter-relação dos subsistemas sócio-econômico-político-jurídico e ambiental.

Para finalizar a primeira parte deste capítulo se propõe um esquema síntese que permite localizar os casos a estudar no contexto dos processos analisados.

### Esquema N.º 5

#### Os casos de estudo no marco da etapa neoliberal, Argentina, 1976-2007.



### 3.2 Introdução para os Casos de estudo

A escolha dos casos de estudo usado neste trabalho responde à decisão de sustentar a análise em casos representativos dos grandes tipos de problemas ambientais: a contaminação e a depredação, situado em duas cidades de tamanho semelhante e da mesma região. (Ver Mapa N.º. 1 em Anexo B)

No primeiro caso, referência será feita ao conflito gerado na cidade de Olavarría pelo projeto de transferir para aquela cidade os resíduos sólidos depositados na Área Metropolitana de Buenos Aires.

No segundo, se tomarão como caso de estudo os conflitos para o uso do Serra de Tandil, diferenciando dois problemas relacionados mais diferentes: o conflito para o uso mineiro e o conflito para a construção na Serra.

Os resíduos constituem um dos problemas ambientais principais. Isto é verificado do âmbito global ao âmbito local. Embora no normativo do âmbito ambiental internacional (Exemplo: Acordo de Basiléia) e nacional (Exemplo: Leis Nac. 23922/1991 e 24051/2002) são promovidas às aproximações de responsabilidade dos geradores e na prática as intenções cultivam os a descentralizar das áreas desenvolvidas, para o periférico, de minimização dos deslocamentos de resíduos. De Norte para Sul, da Metrópole a cidades intermédias, do centro da cidade para os terrenos da periferia.

Isto constitui uma evidência da situação real de poder no marco de processos políticos e econômicos refratários para as concepções do sustentabilidade nas versões mais fracas. Assim também da profunda concepção antropocêntrica que percebe a Natureza como “o que está fora” e há de dominar, um fora donde você pode extrair o necessário e onde se pode instalar o que não serve.

A "confusão" entre resolução e transferência do problema ambiental acha numerosos exemplos a níveis distintos. Entre outros, pode-se citar o acordo de intenções para condicionar a venda de tecnologia nuclear de uso pacífico a importação do desperdício (Por exemplo: Acordo de INVAP com a Austrália), de enviar os resíduos de propriedade da cidade de Buenos Aires e as grandes áreas urbanas periféricas para o interior do município de Bs. Ás e de instalar Plantas de Tratamento de Resíduos Perigosos longe dos grandes centros industriais que propõem para isto localizações em cidades de porte intermediário com acesso de ferrovias e navio (Olavarría e Tandil respectivamente).

A concretização destas intenções pioraria o padrão de especialização existente e ampliaria a capacidade de apropriação da Natureza dos grupos mais ricos sobre os mais pobres.

Neste sentido, a transferência de resíduos de áreas geradoras para áreas receptoras de depósitos, não só é contraditório com o critério enunciado a nível internacional e nacional de responsabilidade dos geradores, mas que contribui a centralizar os impactos positivos da produção e o consumo e descentralizar os impactos negativos. Esta transferência pode diminuir transitoriamente a magnitude da expressão do conflito social, ao “tirar isto” de uma grande cidade (Ex: final de CEAMSE no grande Bs. Ás.) para áreas de peso político eleitoral menor, em troca por sua vez os governos propensos a resolver problemas de caixa para fazer avaliações de prazo tão curto como os períodos deles de administração. Não obstante, em qualquer nível, vender a capacidade de carga, embora tivesse as melhores condições técnicas possíveis, contem uma lógica semelhante o da exploração mineira, debaixo da qual não se

observa casos de desenvolvimento sustentável pelo tempo, mas, aliás, dos efeitos efêmeros das regalias.

No caso da mineração poderia ser distinguido dos grandes grupos de problemas. No que se refere ao petróleo e gás, a privatização e concessão se iniciou com forte diminuição dos postos de trabalho e com a reorganização territorial por meio da qual, cidades inteiras viram desaparecer a atividade econômica principal com o seguinte conflito social.

Transcorridos vários anos, é verificado que as inversões foram menores que às comprometidas em magnitude e orientadas de acordo com a estratégia das empresas, às vezes claramente contraditório com as necessidades do país (Exemplo: Gasodutos para o porto, enquanto há lugares do território onde não tem gás natural). Por sua vez as condições em que foi cedida a extração de petróleo permitindo ser aplicado internamente os preços do mercado internacional (ajustou desde 2003 para a implementação de retenções às exportações de petróleo).

No caso da mineração de metais, os projetos já instalados assim como aqueles na etapa do projeto, enfrentam graves questionamentos não só pela desproporção entre a escassa geração de emprego e a quantidade enorme da promoção e os benefícios fiscais recebidos. Também por seu impacto ambiental não só em condições de destruição pela extração, mas de contaminação derivada de uso de tecnologias que não seriam permitidas debaixo das mesmas condições nos países centrais. Este tipo de políticas, desde sua concepção, não considera o impacto da localização dos investimentos novos na estrutura socioeconômica e no território. É assim o lugar onde estas políticas se materializam se vê imerso em uma dinâmica determinada exogenamente que afeta isto profundamente em terminações sociais e ecológicas e isto se traduz na emergência de conflitos.

O caso da mineração em Tandil é um exemplo disto. Embora a exploração da pedra fosse questionada para mais de duas décadas, no entanto que afete a um patrimônio natural crescentemente avaliado, a intensidade do conflito aumentou consideravelmente nos últimos anos. Convergem nesta situação, entre outros fatores, a involução da atividade mineira em termos de valor agregado e geração de emprego, a visualização dos danos e impactos negativos gerada pelo mesmo, a crescente consciência ambiental da população e o reavaliação da Serra como bem comum e como recurso essencial em uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Alguns destes fatores também podem ser mostrados no caso de um conflito mais recente originado na tendência acelerada à construção na Serra.

Nos pontos 3.2.1 e 3.2.2 do presente capítulo se realiza uma primeira descrição geral dos principais antecedentes e do desenvolvimento dos conflitos tomados como caso. A análise da valoração da Natureza nos mesmos será abordada especificamente no capítulo seguinte.

### ***3.2.1 Caso de estudo: O conflito pelo projeto de disposição de resíduos da Área Metropolitana de Buenos Aires na cidade de Olavarría, Argentina (2001-2003).***

No marco da hegemonia de políticas predominantes desde meados dos anos setenta, a administração de resíduos funciona com algumas características específicas:

- A tendência do aumento da quantidade de resíduos gerados, como conseqüência, do aumento do consumo de bens diferenciados (embalagens mais sofisticadas, menor tempo de durabilidade, obsolescência planejada) para a demanda solvente e por tanto associado ao nível de ingresso da população. (Pode observar-se em Anexo B, comparando os mapas 2 e 3 que as localidades mais pobres são os que produzem menos resíduos por indivíduo).
- A externalização e socialização dos custos ambientais da geração de resíduos da produção e o consumo. Embora a normativa força à responsabilidade dos geradores, as deficiências na aplicação se tornam em situações onde, por exemplo: não há nenhum tratamento e a disposição é feita em forma clandestina e/ ou funcionam com deficiências as plantas que supostamente estão habilitadas para tratar e dispor resíduos.
- A tendência à privatização da administração, tratamento e disposição final de resíduos. Isto requer um corte de custos e benefícios orientado para possibilitar a rentabilidade privada e condiciona a escala, métodos e técnicas.
- A gestão para grandes escalas implica centralização de resíduos e impacto focalizado dos projetos de tratamento e disposição final.
- Contradição entre metas ambientais e econômicas. O aumento da geração de resíduos, negativo desde o ponto ambiental, é funcional ao negócio do recolhimento, tratamento e disposição final dado que os benefícios das concessionárias dependem da tonelagem recebida.

Como anteriormente, poderia ser afirmado que a administração de resíduos é citada como uma fase separada do processo de produção e de consumo, com uma dinâmica própria que justifica a especialização de empresas e territórios nas atividades relacionadas.

O custo de fazer-se cargo dos resíduos, que para princípio da responsabilidade dos geradores, deveria ser exatamente assumido por consumidores e produtores na medida em que os geram, é coberto, majoritariamente, através de recursos públicos e, por tanto, socializado (igual ao impacto ambiental). Tendo em conta que a geração de resíduos está associada positivamente com o nível da renda, esta socialização supõe uma carga diferenciada sobre os mais pobres.

Neste sentido, é também necessário mencionar que os recursos públicos utilizados para atender a gestão de resíduos são obtidos por meio de um sistema de imposto geral regressivo e também, o custo de oportunidade de destinar recursos a este fim e não a outros propósitos como saúde, educação, políticas sociais, etc. têm maior impacto para a população de rendas menores. Poderia ser dito que a população dos Municípios da grande Buenos Aires paga a administração de resíduos (produzidos em maior escala pelos ricos) com diminuição de recursos para serviços essenciais, despesas sociais, políticas, produtivas, etc. (mais necessário para o mais pobre).

Em troca, a privatização dos serviços transforma às localidades em clientes cativos das mesmas companhias para qual lhes confere os contratos.

### 3. 2. 1. 1 A crise do sistema de administração de resíduos de Buenos Aires e arredores.

Os resíduos da área metropolitana são recebidos para o tratamento deles e disposição final por CEAMSE, Coordenação Área Ecológica Sociedade Metropolitana do Estado. É uma sociedade conformada durante a Ditadura, no ano 1978, para o Município de Buenos Aires (atualmente Governo da Cidade de Bs. Ás.) e o Governo do Estado de Buenos Aires. O mesmo assumiu o propósito de recuperar terras como áreas verdes para o que seria usado o tratamento e disposição final de resíduos em aterros sanitários que se tornariam Parques Recreativos na fase final deles..

A cidade de Buenos Aires e grande parte dos municípios dos arredores são forçadas a dar os resíduos a CEAMSE e então para as companhias contratadas:

"El carácter obligatorio de la Ley 9111/78, (...) establece una relación de cautividad muy particular, que impidió a los municipios del Conurbano buscar sus propias soluciones en materia de manejo de residuos domiciliarios, y al CEAMSE mantener una centralidad política y un monopolio económico sólo imaginable en el marco de una dictadura. Pero, en el contexto particular de la relación parasitaria que caracteriza al capitalismo en nuestro país, rápidamente el dinero que el Estado parece pagarse a sí mismo en concepto de prestación de servicios, es transferido al sector privado." (SARLINGO, 2001, p. 16)

CEAMSE Recepciona os resíduos de origem municipal - depositando, varrendo e limpando das ruas e locais públicos - da Cidade de Buenos Aires e de 31 localidades da área urbana de Buenos Aires. Também aceita resíduos diferentes para o definido a partir de origem municipal, de certas características específicas, vindo de geradores privados. Tanto no ambiente da área urbana de Buenos Aires como na Cidade de Buenos Aires, a responsabilidade sobre a qualidade dos resíduos coletados, são das Localidades. Os serviços de coleta são responsabilidades de cada um das localidades que eles executam em forma autônoma, de um modo direto, para própria administração, ou pelo recrutamento com companhias privadas.

A maioria dos resíduos que vêm das localidades do Grande Buenos Aires entra diretamente nos centros de disposição final. No caso da Cidade de Buenos Aires, existem três Estações de Transferência localizadas em Pompeya, Flores e Colegiales. Nas mesmas e com o objetivo de diminuir custos de transporte e dificuldades maiores no tráfico, os resíduos são transferidos dos veículos coletores o outros com grande capacidade de carga que os levam para os Centros de Disposição Final.

CEAMSE não faz pó si as tarefas, mas contrata com empresas privadas. Por exemplo, no ano 1978 assinou um contrato com SYUSA, companhia do grupo TECHINT para o qual eles se renderiam durante vinte anos os resíduos da região (hoje o Governo) de Bs. Ás. e cinco municípios do sul da área urbana de forma que depois daquele tempo, mil quinhentos hectares de florestas vem determinados como Parque Recreativo. De acordo com o contrato, eles deveriam receber os resíduos e por meio da técnica de aterro sanitário, recuperar as baixas terras de Quilmes e Avellaneda, na costa sul do Rio da Prata e forestar. (AVEyaNEDA, 2001, p. 14-15)

A forma atual de administração de resíduos de Buenos Aires e sua Área Metropolitana geraram uma série de reclamações ambientais e sociais. Logo esses são enumerados centrados no tratamento e disposição final:

- Impactos negativos na saúde da operação de centros de disposição final. Exemplo: em Avellaneda e Quilmes a população ganhou a proliferação de

casos de câncer pela emissão de gases (Dioxinas<sup>8</sup> e outro) vindo do depósito de Vila Domínico onde durante estes longos anos foi reclamado por cheiros, queimadas e contaminação do ar e água.

- Contaminação de lençol freático. É notado sobre as deficiências ou ausência de impermeabilização das terras dedicadas a depósito sanitário.
- Contaminação por deslizamento dos lixiviados.
- Cobertura defeituosa do aterro.
- Depósito de lixo muito superior para o ponto de referência estabelecido.
- Deficiência de controles.

Os ecologistas reclamam:

“CEAMSE Y SYUSA debían construir parques recreativos y construyeron un desastre ambiental. Un basural de cincuenta millones de toneladas de basura sin impermeabilización en los pisos del relleno. Contaminación grave de las capas freáticas y las aguas superficiales verificada por la Municipalidad de Quilmes. Emisiones de más de doscientos millones de metros cúbicos de metano por año.” (TREVIN, 2001, p.15)

A isto deve somar se os reclamos pelo descumprimento dos contratos das companhias, amparados por CEAMSE. Por exemplo, em Quilmes e Avellaneda o objetivo inicial do contrato registrado 1978 era “limpar, urbanizar, forestar”. Passados os vinte anos de prazo onde deveriam existir grandes parques, observam se enormes depósitos de lixo. Ao mesmo tempo, enquanto em uma parte das terras foram depositados volumeis de resíduos muito sobre a cota inicialmente estabelecida, no outra parte do mesmo não foi “depositada” e se cederam á companhia concessionária em compensação de seus serviços. Isto é contestado fortemente através de diferentes entidades por que parece irracional compensar a uma companhia cujos descumprimentos contratuais são tão evidentes. Ainda mais, quando foi entrega á única área não utilizada para fazer aterros, a faixa do litoral. Também porque a privatização destas terras favorece uma forte especulação imobiliária em terras que deveriam ser protegidas já que pertencem a Ribeira sul do Rio de La Plata, uma área de grande valor ambiental e biodiversidade que constitui um ecossistema frágil.

---

<sup>8</sup> Sobre os riscos dos gases em relação à enfermidades como o câncer pode consultar se Dolk H y Colaboradores, "Risk of congenital anomalies near hazardous-waste landfill sites in Europe the EUROHAZCON study." THE LANCET, vol 352, Agosto de 1998, p. 423 a 427.

Vários dos governos municipais estão protagonizando intensos conflitos com CEAMSE e reivindicam recuperar a manipulação do tratamento e disposição final dos resíduos.

A mobilização dos vizinhos alcançou, por exemplo: o fechamento do Depósito de Villa Dominico (2004), mas, embora pare a entrada de resíduos, é esboçada a reivindicação para o grande passivo ambiental que significa a existência desses depósitos cujos impactos estenderão pelo tempo.

As respostas oficiais em curso parecem reduzir o problema à localização. Deste modo sustentam por uma parte que o impacto nas populações adjacentes está devido a estas que ficavam situados perto dos centros de disposição final. Por outro lado, eles reduzem as alternativas de solução ao problema para o desígnio de uma rede nova de estações de transferência e de depósito final, em áreas afastadas para um custo de transporte razoável. A licitação chamada por CEAMSE em fevereiro/março de 2004, põe em evidência deste critério e de ser levados a cabo e ser abdicado significando a materialização de um modelo de administração insuficientemente estudado e/ou pessimamente de avaliado.

“Mudando” o impacto do depósito, poderia diminuir o conflito em áreas extremamente povoadas, mas não evitaria os impactos ambientais. Pelo contrário, somaria no solo o impacto no lugar “afastado” para o qual os resíduos seriam enviados, mas na área extensa na qual o transporte do mesmo seria percorrido. Imaginando, por exemplo: qualquer uma dos lugares mencionados como local provável produzindo menos de 100 toneladas diárias de resíduos e eles passariam a receber no princípio 4.000 toneladas diárias, geradas na Cidade de Buenos Aires, quantidade para o que mais tarde seria somado de outras localidades da área urbana (no momento CEAMSE recebe 12.000 toneladas diárias ao redor)<sup>9</sup>. Lembrando disso de acordo com dados do próprio CEAMSE um vagão de vinte metros podem transferir 90 toneladas e que um caminhão semi-reboque semelhante para esses usados das estações de transferência pode levar 25 toneladas, para tirar os resíduos da Área Metropolitana e os levar até o lugar de destino, seria diariamente necessário:

- a) Para deslocar os resíduos da Cidade de Bs. Ás: pelo menos 160 caminhões ou 44 vagões de trem (equivalente a uma formação de 880 m).
- b) Se eles movessem todos os resíduos que hoje CEAMSE recebe: ao redor 480 caminhões ou 133 vagões (equivalente a uma formação de 2.660 m).

---

<sup>9</sup> A partir da crise de 2001, ano para qual corresponde os dados mencionou no anexo, o volume de resíduos diminuiu ao redor de 20%, enquanto aumentando então lentamente.

A isto deveria equivaler que os problemas gerados pela manipulação nos diferentes pontos de transferência. Tudo isso que circulando diariamente em um sistema de transporte que também deveria servir a outros usos. A pergunta forçada é: que autoridade está avaliando esta possibilidade e estes impactos ambientais? Quem está pensando nisto? Como diria Jonas: “*quem representa o futuro no presente?*” (JONAS, 1995, p. 56).

É necessário meditar se CEAMSE serve ao exercício da responsabilidade estatal necessária na administração dos resíduos e preservação do meio ambiente ou se é um espaço colonizado por interesses privados a quem o caráter estatal da CEAMSE lhes permitiria diluir próprias responsabilidades e dar certa cobertura legal para fazer a administração que é conhecida por seus resultados concretos.

### 3.2.1.2 O impacto nos lugares de depósito final

A concretização das intenções de reproduzir o padrão de administração atual de resíduos, com a variante de levar da Área Metropolitana os centros de disposição final poderia aumentar a brecha da desigualdade.

Neste sentido, a transferência de resíduos de áreas geradoras para áreas receptoras, não só é contraditório com critério enunciado no nível internacional e nacional de responsabilidade dos geradores, mas contribui bastante centralizar os impactos positivos da produção e o consumo e a descentralizar os impactos negativos.

A geração de resíduos não só constitui um efeito não desejado do processo de produção que tem um impacto negativo no desenvolvimento da área geradora, mas como tal, o mesmo não pode ser considerado como fonte de uma atividade guiada ao desenvolvimento na área de recepção. Não podendo ser pensados como "contribuições" desde que a atividade prevista no lugar de destino, o acondicionamento e depósito final em forma de aterro sanitário, não constitui transformação produtiva nem agrega valor.

Pelo contrário, tendo em conta que grande parte do que é enterrado poderia ser recuperado, reutilizado ou reciclado, se poderia afirmar que há destruição de valor e que os resíduos não sejam contribuições às atividades de reciclagem.

As políticas centradas na transferência dos resíduos de um lugar para outro, significam a distribuição de um problema ambiental no futuro. Deste modo, esta transferência inter-regional e inter-geracional permite imaginar que a brecha aumentará entre a qualidade

ambiental das regiões e que a população futura das áreas que hoje recebe os resíduos assumirá um passivo ambiental diferencial.

### 3.2.1.3 A ameaça do Trem "sanitário".

No ano 2000, os governos do município de Buenos Aires e da Cidade Autônoma de Buenos Aires assinaram um acordo para procurar alternativa antes do esgotamento do modo atual de gerir os resíduos domiciliares e assumir a evidência que os depósitos atuais estão saturados. O executivo provinciano apresentou o projeto de Trem do lixo (chamado também Trem "sanitário") consistente na centralização e transporte dos resíduos do grande Buenos Aires para uma localidade do interior do Estado. (SARLINGO, 2001, p. 17)

Em um princípio foi mencionado para duas cidades pequenas, Ranchos (Gral. Paz) e Tapalqué. No ano 2003 um dos candidatos ao Governo da Cidade de Bs. Ás, Mauricio Macri, explicou que sua proposta era que os resíduos seriam usados para cobrir cave de pedreira. Isto causou reações imediatas na cidade de Tandil onde o acusou a ele de tentar varrer o lixo "debaixo do tapete do vizinho" (El Eco, 7/6/2003). Também, de acrescentar ao dano ambiental já irreversível gerado pela atividade mineira, o dano que significaria recheiar a cava deste modo, enquanto ignorando os riscos ambientais sérios que isto geraria como também a opinião da população local que já foi expressa contra a importação de qualquer tipo de resíduos.

Hélio Eseverri, Intendente de Olavarría, prefeitura no qual também existem escavações derivadas da exploração mineira, propôs sua cidade como destino dos resíduos. A justificativa que ele expressa são os benefícios para a comunidade pelo cobro de cânon e a criação de postos de trabalho.

Antes das expressões de rejeição da cidadania, o executivo pretendeu levar a carga para a Universidade Nacional do Centro do Estado de Buenos Aires a realização de um estudo sobre a viabilidade do projeto tentando, a partir daquele momento, derivar as críticas e reclamações para o time universitário.

Parte das reclamações foi intensificada, enquanto não só colocando a pergunta na coisa técnica, mas no ético e político. Alguns dos argumentos poderiam ser resumidos do modo seguinte: Gerar benefícios econômicos e postos de trabalho deste modo não queremos os alcançar daquele modo, nós não mudamos riqueza para riscos de contaminação da água ou nós não queremos que Olavarría seja a "capital do lixo". (EL POPULAR, 2003)

"Crece el rechazo a convertir las canteras en depósito de basura (...) En Villa Alfredo Fortabat<sup>10</sup>, una asamblea popular rechazó unánimemente la idea, decidió realizar hoy una movilización y programar una serie de actividades de repudio. En tanto, surgió desde el sector rural una advertencia: la presencia de basurales de esta magnitud impediría criar terneros y novillos ecológicos en la zona centro, un producto que se vende a precios muy superiores a la carne común" ([www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 27/07/2003)

"¿Por qué Olavarría? Porque siguen pensando en esconder los residuos sin tratarlos. Nos quieren hacer creer que son sólo pozos que hay que tapar sin tener en cuenta que tienen lagunas formadas por las napas acuíferas que bajan de las sierras a la llanura y de donde tomamos el agua para nuestros pueblos." (ING. ARMANDO GUENZATTI, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 21/08/2003)

"La olavarricense es una comunidad de trabajo que ha hecho trascender su nombre fronteras afuera de su jurisdicción con calificativos que la enorgullecen, tales como Ciudad del Trabajo, la Capital del Cemento o por medio de figuras de la cultura o del deporte que la han distinguido, como el caso de los hermanos Emiliozzi, el equipo de fútbol de Loma Negra, el platero Armando Ferreira o el poeta Arsenio Cavilla Sinclair; no parece conveniente que en el futuro esa distinción se vea empañada por el hecho de convertir a nuestro partido en el basurero de la provincia de Buenos Aires".<sup>11</sup> (DELIA BARANZINI, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 8/8/ 2003)

O presidente da Câmara Empresarial de Olavarría (CEO), Julián Abad expresso:

"Yo pido que se haga una consulta popular (...) nosotros, los habitantes que somos los dueños de este Partido, después de haber sido informados, definamos a través de un plebiscito si queremos la basura o no". (...) "Porque está dependiendo de esto el futuro de nuestros hijos, de nuestros nietos, de los que vendrán. Y, como Cámara, pretendo que Olavarría siga teniendo el agua potable que la distingue. Eso no tiene valor económico. No hay resarcimiento económico que me devuelva eso, una vez perdido". ([www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 02/08/2003)

Nas prefeituras de Brandsen, Ranchos, Alberti e 25 de Maio, entre outras, a localização dos futuros aterros sanitários também foi tentada, com rejeição semelhante por parte da população.

<sup>10</sup> A Prefeitura de Olavarría tem um núcleo urbano principal do mesmo nome e vários núcleos menores, surgidos na área serrana relacionada com a atividade mineira como Villa Alfredo Fortabat, Loma Negra e Sierras Bayas.

<sup>11</sup> Documento apresentado no Conselho de Vereadores da Prefeitura de Olavarría pelos sócios de Novo Horizonte, fundação ecologista dirigida por Delia Baranzini e integrada por vizinhos de Olavarría e Sierras Bayas..

### 3.2.1.4 O mercantilização do ambiente por parte do Estado

A transferência de resíduos de uma jurisdição para outra pode ser levada a cabo por meio de um acordo entre entidades estatais (Exemplo: Cidade de Bs. Ás, com o Estado de Buenos Aires e as prefeituras receptoras) ou entre atores privados localizados em jurisdições diferentes (Companhias geradoras de resíduos industriais / Companhias que fazem transporte, tratamento e disposição final). Neste último caso o Estado é entre outras coisas, co-responsável, como autoridade de aplicação do normativo que assegura a manipulação apropriada dos resíduos.

Em ambos os casos há pagamentos, no primeiro caso como cânonos ou compensações, no segundo, na base de preços determinados com critérios de mercado. Este preço é que estariam dispostos a pagar os geradores pelo serviço e é largamente determinado por uma análise custo-benefício entre alternativas. Deste ponto de vista, o preço que os empresários estariam dispostos a pagar por um serviço para cumprir o normativo, em geral é menor que os prejuízos que restariam por não cumprir a lei, e então é uma função de um grande número de variáveis como a existência e adequação de mecanismos de controle, o grau de corrupção, etc.

Quer dizer, o que os geradores de resíduos estão dispostos a pagar é um preço definido pelos benefícios econômicos de cumprir a lei, ou disseram caso contrário, evitar os prejuízos de não cumprir-lha. Os mesmos também ficam definidos por práticas institucionais que tendem a usar as normas ambientais (como também outras) com critério fiscalista, quer dizer mais interessado em arrecadar que em fazer cumprir os objetivos da norma.

Grande parte dos impactos ambientais dos resíduos gerados é incomensurável e até mesmo desconhecida. Em troca, esses que podem ser identificados, ser conhecidos, são ou não mensurável, eles só são incluídos parcialmente dentro da avaliação privada de custo-benefício que estão na base da determinação dos preços. Isto poderia ser lido como um subsídio ambiental escondido.

No caso dos resíduos de domiciliares, o cânon oferecido pelo gerador à localidade (e possivelmente para o estado se não é o mesmo de origem) que aceitara receber os resíduos não poderia ser definido como o cobro de um serviço. No pode verse como um aluguel, desde que o alugar supõe o pagamento para o uso não destrutivo de um bem. Seria basicamente a venda e compra de uma capacidade ambiental. Deste modo, o cânon recebido por tonelada de lixo aceitado representa o preço atual recebido para aceitar um passivo ambiental impossível de medir e estendido pelo tempo.

De alguma maneira, está implícito o critério “o que contamina paga”, desde que geram os resíduos que eles pagam para outro, de forma que eles se encarreguem do impacto ambiental do mesmo. De predominar esta lógica os limites para a contaminação dependeriam da prontidão para pagar, que deixa nas mãos do mercado uma questão relevante. Paradoxalmente, a lógica mercantil reina nas decisões políticas levadas entre atores de governo: o Estado no nível provinciano e municipal.

O argumento da compensação para as localidades que são encarregadas dos resíduos da metrópole pelo cânon, também é compatível com a idéia da substituição entre formas de capital. Daquela perspectiva, Capital natural estaria trocando para outra forma de capital (definido pela alocação que faz a prefeitura receptora).

Para as correntes do ambientalismo de mercado a substituição entre formas de capital é aceitável a condição de manter o capital total, quer dizer, se uma localidade perde qualidade ambiental, mas ganha, por exemplo, recursos para financiar infra-estrutura. Pelo contrário, da perspectiva do desenvolvimento sustentável discute-se a possibilidade de substituição entre formas de capital, o critério de valoração reduzida à coisa econômica, a mercantilização da Natureza e a sociedade e a mesma eficiência do mecanismo de alocação de preços como instrumento de gestão ambiental. (GUDYNAS, 2003)

### 3.2.1.5 Alguns elementos para pensar a gestão de resíduos no marco de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Assumindo como critério geral o princípio de responsabilidade dos geradores como também a necessidade para minimizar a geração de resíduos e de implementar as políticas para o tratamento apropriado dos mesmos, tenta se sintetizar algumas contribuições no Anexo B, Esquema N°.1.

A articulação de atores sociais diferentes, públicos e privado e um acompanhamento científico, técnico e educacional apropriado permitiriam formular estratégias e elaborar um modelo de gestão de resíduos baseado na responsabilidade e cooperação.

O objetivo de minimizar a geração de resíduos implica a necessidade de repensar e reformular a produção e o consumo e, fundamentalmente, de não dissociar a abordagem da gestão dos resíduos dos processos que os geram.

Esta tarefa é conjunta. Não pode deixar se nas mãos exclusivas de um consumidor que premie os produtos associados a práticas ambientalmente corretas, e dizer ao mercado.

Mais ainda, quando o nível e a distribuição das rendas deixam à grande maioria da população suscetível para tomar decisões de compra fundadas prioritariamente nos preços.

Nem exclusivamente ao Estado. Não alcançaria por si só, entre outras coisas porque, por exemplo: não pôde mudar administrativamente os padrões de consumo e de produção, fortemente determinados culturalmente.

Igualmente os atores privados que tentaram assumir práticas mais responsáveis relativas aos resíduos dificilmente poderiam pô-lhas em prática. Este seria o caso de companhias dispostas a incorporar novas formas de produção, mas que temem a competição de companhias que diminuem custos por meio de práticas ambientais inadequadas e o caso do Ongs que promovem a difusão e educação ambiental, mas com possibilidades escassas de avançar na implementação concreta de novas práticas. De igual forma, as universidades dificilmente poderiam intensificar e afundar a procura de inovações que serviram à minimização de resíduos como também para o melhor tratamento deles, se o campo de aplicação das mesmas não é aumentado.

Pelo anterior e sem outra pretensão que mostrar alguns aspectos importantes para a análise, é necessário afirmar que o problema dos resíduos não parece admitir respostas individuais ou setoriais, nem soluções meramente técnicas.

As formas de minimização apoiadas nas “Três R”, reduzir, reutilizar, reciclar são de larga difusão e não se abundara aqui em detalhes técnicos. Sim intenta se chamar à atenção em alguns aspectos de grande importância para a elaboração de projetos alternativos de gestão. O primeiro é que a separação, classificação e reciclagem de resíduos são ferramentas de uma gestão sustentável na medida naqueles são inscritas em uma estratégia apropriada e consistente.

As experiências atuais de separação e reciclagem de resíduos levadas pelas concessionárias de companhias não só são mínimas em magnitude, mas bastante longe de ser o avanço de um modo de administração novo, pareceria ser acima de tudo para uma estratégia de marketing.

CEAMSE recicla uma quantidade insignificante dos resíduos que recebem, mas também faz isto com resíduos que já passaram a balança para qual o estado paga uma taxa por tonelada.

Pelo contrário, só a separação em origem (domiciliário) permitiria evitar perdas de possibilidades de reutilização ou reciclagem pela mistura dos resíduos, e reduzir a parte dos mesmos que vai para disposição final. Agora mesmo, tudo resíduo tirado do volume total para

a atividade informal ou formal de recuperação não só é reaproveitamento de elementos com valor econômico, mas também uma economia para a tesouraria.

Como é ilustrado no Anexo B, Esquema N<sup>o</sup>. 1, a quantidade de resíduos pode diminuir, mas sempre fica um volume que não é suscetível de ser reduzido, reutilizado ou reciclado e deveria ser tratado de um modo apropriado. Neste senso, no caso de alguns resíduos perigosos y/o industriais, quando a escada requerida pelas plantas de tratamento excede o volume gerado localmente, o mesmo deveriam ser localizados nos pontos de concentração maior de geração daquele tipo de resíduos.

Isto seria mais eficiente, desde que eles diminuiriam os volumes totais a ser deslocados e, por conseguinte, os riscos gerados pelo transporte. Também seria desde então mais eqüitativo já que nos centros é onde concentram se os benefícios e as fontes de trabalho das atividades que geram a maioria dos resíduos industriais.

#### 3.2.1.6 Síntese de uma leitura preliminar do caso em estudo

As políticas predominantes de gestão de resíduos carecem de esforços sistemáticos para a minimização da geração deles e deslocamento, tratamento e disposição final.

Pelo contrário, eles promovem uma especialização suja de algumas cidades intermédias. O conflito gerou nas mesmas a resistência firme da população que põe em evidência que as sociedades locais expressam visões do desenvolvimento crescentemente ligadas á sustentabilidade.

Os argumentos usados pelos movimentos contra a importação de resíduos incorporam uma pluralidade de valores e eles desafiam a lógica predominante nos funcionários políticos amarrados quase exclusivamente a avaliações eleitorais, econômicas e de curto prazo. Enquanto estes vêm um orçamento, um mercado e uma concorrência eleitoral, a cidadania vê um lugar onde levar um projeto de vida que inclui em sua integridade uma multiplicidade de aspectos e valores não registrados pela representação política atual.

Deste modo, para o senso comum do cidadão não é aceitável ariscar a possibilidade para contaminar a água para alcançar que entre uma partida mais no orçamento ou que sejam geradas com aquele método algumas fontes de trabalho. Aceitar esta lógica é admitir que a Natureza tenha um preço e também aceitar a chantagem de uma concepção que disciplina os administradores locais assim que associe a possibilidade para aumentar o orçamento e gerar fontes de trabalho a um único modo de fazer isto. Como será visto na análise do documental

de fontes atores diversos propõem outras formas de gerar trabalho no marco de atividades avaliadas positivamente pela população como a industrial, agrícola, turística e científica.

Este modelo “único” que supõe a satelitização crescente das prefeituras em função da partilha de partidas feita pelas autoridades com capacidade para distribuí-las, não é um “ordem natural”. Pelo contrário é a manifestação de uma concepção do Estado funcional ao modelo vigente, supostamente liberalizador, mas profundamente intervencionista que constrói o território com regulamentos para ação ou omissão como, por exemplo, os mecanismos de distribuição dos recursos públicos.

De alguma maneira força às administrações locais a competir no mercado dos fundos do Estado, para o qual o alinhamento é mais funcional que a autonomia. A insuficiência crescente de recursos (determinada pelo aumento de demandas locais geradas pelo empobrecimento geral) age como disciplinador.

Da mesma forma que o desemprego força a baixa ao salário, a insuficiência dos recursos comunais atua como pressão ao alinhamento político com a Administração estadual e ou a negociação da aceitação das decisões provincianas que envolvem aos próprios territórios.

Nos exemplos mencionados a pressão provinciana sobre os governos locais é inicialmente efetiva, mas esta sendo contrariada com a expressão massiva das comunidades que demanda para seus governos eles representem as maiorias e põe limites à capacidade negociadora do mesmo.

Quer dizer, é o protagonismo cívico o que expressa valores mais plurais, limita a mercantilização da Natureza, constrói vontade de autonomia local sobre as decisões estratégicas e contribui para pensar novos modelos de desenvolvimento.

A intensidade do conflito gerado e a grande mobilização social contra o padrão da especialização suja deixam em evidência que existem fortes potencialidades endógenas para construir um caminho de desenvolvimento sustentável e, também, que a representação política atual não parece dar conta deles.

### ***3.2.2 Caso de estudo II: O conflito pelo uso das Serras de Tandil. Argentina, (1990-2006).***

Na prefeitura de Tandil, nos últimos anos intensos conflitos foram gerados ao redor do uso das Serras. Por uma parte, o conflito com a exploração mineira começou a se manifestar na década dos 70, mas foi intensificado nos anos noventa e é muito importante na atualidade.

É um conflito que foi acrescentado sua complexidade e com relação ao mesmo as respostas apresentadas como soluções, parecem retro alimentar o problema.

Por outro lado, existe também um conflito relativo à construção nas Serras. Isto, embora alguns antecedentes possamos ser encontrados durante duas décadas, é manifestado como conflito nos últimos cinco anos, quando as Serras são reavaliadas como recurso turístico e como localização residencial de qualidade ambiental diferencial.

Ambos os conflitos têm aspectos em comum e outros específicos. Será tentado abordar lhos por separado e comparativamente, explorando as relações entre os mesmos e, se havia eles, as razões das diferenças nas aproximações de estimação da Natureza dos atores relativas aos dois conflitos.

### 3.2.2.1 Características gerais das Serras de Tandil

As Serras de Tandil estão no Sudeste do estado de Buenos Aires, na República Argentina, América do Sul. Eles pertencem ao Sistema de Tandilia, um grupo de ilhas "rochosas" pequenas que emergem na pampa úmida, numa faixa de aproximadamente 300 km. de longo e 60 km. de largura de máximo, em senso NO-SE, desde Olavarría para Balcarce e Punta Mogotes. (Ver Anexo C, Mapa N°.1).

Este sistema é parte do Cratón do Rio da Prata que também inclui para a ilha Martin García e para o Oeste da República do Uruguai (DALLA SALDA, 1999).

As rochas mais austrais no Precâmbrico meio de América do Sul ficam situadas na região de Tandilia, no centro sul do Estado de Buenos Aires. A associação ígneo-metamórfica foi chamada o Complexo Buenos Aires por Marchese e Di Paola (1975). Dados radimétricos indicam uma longa história geológica principalmente dentro do ciclo Transamazônico (2.200 a 1.800 milhões de anos) (DALLA SALDA, 1999).

O sistema apresenta duas unidades geológicas principais: a cobertura precámbrica-paleozoica inferior sedimentar e o complexo Ígneo-metamórfico ou Complexo Buenos Aires que constitui a base local.

A este último pertencem às serras de alturas de máximo, ao redor 500 m. sobre o nível do mar, na parte central do cordão respondendo a uma estrutura geral de blocos falhados e ladeados (IÑIGUEZ RODRÍGUEZ, 1999).

No centro do sistema de Tandilia, o grupo de serranias mais confinante a Tandil constitui o afloramento de mais Antigüidade. (TERUGGI e KILMURRAY, 1975 e 1980).

Na prefeitura de Tandil, se salienta também a Serra Alta de Vela.

“...cuya complejidad litológica, tectónica, estructural y geomorfológica hace particularmente importante su estudio, el cual arrojaría luz sobre las vinculaciones del precámbrico más austral de América del Sur (Tandilia) y el aflorante en Namibia y Sud África y ayudaría a aclarar la evolución de las fracturas que motivaron la separación entre África y América”. (ANGELERI, 2000, p. 4)

O pastizal serrano ainda é conservado em algumas áreas reduzidas, com baixas alterações. Neste relictos, o ambiente natural é extremamente rico, para o qual contribuiu o tempo extenso que esta área permaneceu na superfície terrestre, enquanto dando lugar para diversos processos adaptativos biológico. Considerando que a região sofreu mudanças muito importantes de clima, eles são exemplos de processos de adaptação a climas úmidos, secos e até mesmo organismos adaptaram a fogos naturais (LLANO, 1999, p. 3).

No vale cercado entre outros, pelas Serras das Animas, Nogales, Centinela e Montecristo, pertencendo ao núcleo de mais antiguidade, se situa a cidade de Tandil, cabeça da prefeitura do mesmo nome. Tem uma população aproximada aos 120.000 habitantes e apresenta uma economia diversificada, com um setor terciário predominante, um setor agrícola com um alto grau relativo de modernização e um setor industrial inclinado tradicionalmente na metal-mecânica.

A economia tandilense não escapa aos processos econômicos verificados a nível nacional, desde metade dos anos setenta e com mais intensidade na década dos noventa: des-industrialização, des-nacionalização, distribuição regressiva da renda, desemprego, precarização do trabalho e deterioração da qualidade de vida.

Neste contexto, o turismo é visualizado como uma atividade dinamizadora com potencial para gerar rendas e empregos. Embora esta expectativa ainda não fosse traduzida dentro duma estratégia deliberada de desenvolvimento, uma mobilização incipiente do turismo é apoiada na soma de iniciativas, particularmente privadas. Não obstante, a percepção do potencial turístico contribui á reavaliação das Serras como seu recurso principal e sustenta uma discussão sobre a racionalidade de continuar usando o Patrimônio Natural em atividades extrativas com impactos irreversíveis.

### 3.2.2.2 Caso II (a) Os conflitos pelo uso mineiro das Serras de Tandil

O uso mineiro do Serra de Tandil gerou controvérsias durante décadas e eles são numerosos antecedentes de posições de acusação dos impactos negativos. Desde os anos noventa adquire major relevância, constituindo-se como conflito ambiental. A análise se centra no período 1999-2006, pero voltando a mirada atrais para compreender sua evolução.

#### 3.2.2.2.1 A involução da atividade mineira

Tendo constituído nas primeiras décadas do século uma atividade importante para a economia local, o cume da exploração da pedra estava baseado na qualidade do material de granítico e na moradia na cidade do Tandil de população imigrante (do norte italiano e iugoslavo, entre outras origens) com uma longa tradição na ocupação da pedra. Também e fundamentalmente, pela proximidade relativa aos centros demandantes que foi acentuada pelo desenvolvimento da via férrea.

A tecnologia de produção usada na primeira metade do século, como também o tipo de produto, determinou que a atividade fosse intensiva em força de trabalho e que a capacidade de extração era relativamente baixa. Isto não impediu aquele acabe com cerros importantes. O desaparecimento virtual de Cerro dos Leões demandou não mais de meio século de exploração feita à mão. Não obstante a lentidão da depredação, o impacto é irreversível.

A exploração de granito foi associada fortemente à obra pública, da produção de pedras de pavimentar e cordões na primeira metade do século até a provisão de pedra moída na atualidade para a construção de rotas e outros trabalhos. Devido a isto, a atividade apresentou um comportamento cíclico no que combina períodos de cume com outros que a produção cessa ou fica a níveis mínimos.

Nas últimas décadas, a atividade exige um número relativamente pequeno de trabalhadores e eles requerem uma especialização menor com relação a qual desenvolveram os produtores artesanais.

Durante vários anos a atividade foi o centro de uma grande polêmica na cidade de Tandil. Por uma parte com a evolução e diversificação da economia tandilense a exploração das pedreiras perdeu importância relativa. Por outro lado, a mudança no tipo de produto e as novas tecnologias usadas significaram que a atividade antes relativamente intensiva em força de trabalho, hoje é relativamente intensiva em capital e recursos naturais.

A ocupação dos milhares de trabalhadores e artesãos pedreiros que caracterizaram os movimentos sociais de Tandil na primeira metade do século, hoje, quando são processadas por dia várias vezes a tonelagem de pedra que foi feita então, se tornou uma fonte de trabalho com ao redor de cem empregos diretos<sup>12</sup>.

Em 1913, o ano de mais produção no tempo de auge de atividade alcançara 410.872 toneladas (NARIO, 1997, p. 10). De acordo com o mesmo autor o número de trabalhadores das pedreiras era superior às dois mil naquele ano. Levando este último dado como referência, nós podemos estabelecer uma relação de quantidade de pedra por posto de trabalho equivalente a 17 toneladas /mês/trabalhador.

No ano 2000, a pedreira maior em Tandil produziu mensalmente aproximadamente 30.000 toneladas com uma dotação de 23 pessoas<sup>13</sup>. Isto é equivalente a 1.304 toneladas /mês / trabalhador.

Quer dizer que no ano 2000 cada posto de trabalho supõe o uso de 76, 6 vezes a quantidade de pedra que era usado no ano 1913, o de mais produção no ciclo de cume de máximo da atividade das pedreiras na Prefeitura de Tandil.

Em 2006, de acordo com o Secretário de AOMA ([www.eleco.com.ar](http://www.eleco.com.ar), 27/8/2006) a produção mensal seria sobre as 160.000 toneladas com ao redor 100 empregos. O seja noventa vezes mais pedra por trabalhador que em 1913.

Esta diminuição na intensidade de fator trabalho e aumento na intensidade de uso de recurso natural estão diretamente relacionados, não só com a mecanização, mas fundamentalmente com o tipo de bem produzido. Particularmente proeminente é esta involução do produto, de bens com uma diferenciação importante para homogêneo, dos adoquines e os cordões para a pedra moída.

Esta reprimarização conjugada com a especialização em commodities reforça a orientação tradicional da atividade quase exclusiva para prover a realização de obras públicas. Assim aumenta a vulnerabilidade das explorações aos ciclos econômicos determinados pelo ritmo das obras, ao mesmo tempo aquele se traduz uma diminuição em condições absolutas e relativas dos preços. Como exemplo pode se destacar que entre 1997 e 2000, o preço caiu de 7 \$ por tonelada a 3\$ por tonelada. No momento de acordo, segundo as características de grão e qualidade oscila entre 10 e 20\$ a tonelada.

---

<sup>12</sup> Uma mostra da destruição do emprego no setor é que em 1994 os trabalhadores empregados alcançavam os 300 e no ano 2000 não chegam à metade. (AOMA, 2000)

<sup>13</sup> Dados obtidos nas entrevistas a informantes qualificados.

A involução no produto aumenta o custo de oportunidade de dedicar a Serra à exploração mineira. Embora existam no rural numerosos lugares<sup>14</sup> onde a extração de pedra para moer não só teria um impacto menor com relação para o volume da Serras, mas principalmente em relação a sua singularidade e valor, a continuidade da mineração em Tandil obedece principalmente á sua localização próxima aos centros de consumo. Deste modo, o custo ambiental<sup>15</sup> pode ser visto como um subsídio ao frete do produto pedra moída, internalizado como custo para a comunidade de Tandil e como benefício para os contratantes de obra pública, os empresários mineiros e outros setores envolvidos.

Paralelamente, o crescimento da cidade determinou que as pedreiras inicialmente localizadas em áreas suburbanas ou rurais hoje aparecem como ilhas dentro de espaços dedicados a outros usos. É particularmente conflitante a continuidade exploração mineras nessas áreas de uso residencial, pelo impacto alto das explosões, tanto em o que se refere aos estouros, o efeito nas construções (fissuras, fraturas de vidros nas janelas, etc.) e a arremesso de pedras.

A aceleração do ritmo de depredação para as novas formas de exploração, e a incompatibilidade crescente com outros usos de solo faz mais evidente os impactos negativos da atividade.

No momento existem oito pedreiras de qual a maioria é situada em áreas urbanas e suburbanas e todas em áreas de uso turístico. (Ver Anexo C, Esquema N°. 5).

---

<sup>14</sup> Existem outros locais alternativos para a produção de pedra entre a qual pode ser mencionadas às áreas onde isto significaria mitigar impactos negativos, como deslizamentos, obstruções de causes, ruptura de rotas, entorpecimento de pontes, etc. (Exemplo: eu Rio Blanco, Iruya, Abaucán, etc.). Esta estratégia permitiria substituir grandes impactos negativos concentrados (Exemplo: Carba e Montecristo, entre outros) para muitos impactos positivos espalhados. (Ver Angeleri José Luis Informe sobre antecedentes geológicos. Documento do ONG Multisectorial para a Preservação das Serras de Tandil. Em: [www.sierrasdetandil.org.ar](http://www.sierrasdetandil.org.ar), acesso março 2006).

<sup>15</sup> Usado os critérios do ILPES, CEPAL, o custo ambiental da atividade mineira é determinado pelos efeitos negativos no ambiente acontecido por esta atividade que são expressos na diminuição do nível de qualidade da vida da população e fazem incorrer em custos adicionais para evitar inconveniências. Eles podem ser diretos (assumidos pelo empresário) ou indiretos (internalizados para o grupo da sociedade), irreversíveis (efeitos irreparáveis) ou mitigáveis, quantificáveis ou não quantificáveis (SANIN, 1995, p.105; SILVA LIRA, 1996, LEAL,1997)

### 3.2.2.2 Os intentos de regulamento.

Para começos da década dos 70, pela Lei municipal 348/72 se estabelece uma área de Conservação da Paisagem, definida pela poligonal desenhada a mil metros pela parte posterior das rodovias 30, 74 e 226. Impede habilitar explorações que modificam o perfil das colinas e que podam ser observados de qualquer ponto ao interior do poligonal, ou que eles afetam ao terço superior das montanhas. (Anexo C, Esquema N°.1)

A Lei municipal 1085/79 diretamente estabelece a proibição para a instalação de explorações novas dentro da área definida pelo poligonal e fixa um termo de 10 anos para a erradicação definitiva das preexistentes nesta área. (Anexo C, Esquema N°2)

Em 1980, a Lei municipal 2563 regulou os horários para as explosões.

Em 1987, a Lei municipal 4133 ratifica a proibição de instalação de pedreiras na área de "Conservação da paisagem" (art. 2), mas já estabelece a exceção para todas as companhias instaladas (art. 22) e facilita a realização de acordos de exceção ao impedimento de trabalhar o terço superior (art. 19). (Anexo C, Esquema N°.3)

Em 1994 a Lei municipal 6543 aumentou de modo diferenciado o direito para a exploração de pedreiras (contribuição municipal), antes de 0,10\$/tonelada sem deferências pela localização e depois desta norma 0,17\$ por tonelada dentro do polígono e 0,30\$ por tonelada fora do polígono. Ante esta medida as pedreiras pararam de pagar esta contribuição.

Em soma: nenhuma das normas foi aplicada efetivamente. As companhias dedicadas à exploração mineira em Tandil aduzem a incompetência da localidade no regulamento da atividade, e eles reconhecem as leis nacionais 24.196 e 24.228 (Ver Anexo A, Requadro N°.1) ratificou pelas leis números 11.842 e 11.481. Porém essas leis requereram a adesão das localidades (art. 4 da Lei 24.196), sendo Tandil entre esses que não assinaram.

Este conflito de competições mereceu da Assessoria Geral de Governo (Expediente. 2113-3436/94) um veredicto que afirma a competição da prefeitura para aumentar o imposto chamado "direito à exploração de pedreiras" fixado pela Lei fiscal municipal (baseado no art. 226 inc. 5 da lei 6769/58).

De acordo com este veredicto foi expressa a sentença do júizo em primeira instância e na apelação. Já pelo meio do ano 2000 ficou sentença firme de execução da subasta, até mesmo com leiloeiro designado em alguns casos (Exemplo: Companhia CIGA. SA.).

O Defensor do Povo, ante uma apresentação da Câmara de Vereadores de Tandil (1997) determinou em dezembro de 1997 (Resolução Número 06832/97) exortando á Direção de Mineração para exigir relatórios de impacto ambiental às companhias existentes na área de

exclusão. Também exigiu ditar normas operativas e de exploração que minimizem o impacto visual e paisagístico e procurar alternativas consensuadas que permitam continuar a atividade econômica na região e preservar as particularidades topográficas em risco.

O Diretor Provinciano de Mineira, Dr. Enrique Loustau respondeu, em março de 1998, isso cumpriria isso exortado, depois de já ter pedido os relatórios de impacto ambiental que corresponde ao canteristas de companhias.

Em setembro de 1998 o Defensor do Povo, a instancias da apresentação levada a cabo pela Comissão Aberta de Cidadãos pela Preservação das Serras de Tandilia que acompanha mais de 6000 assinaturas, responde reiterando as condições da intervenção prévia e informando que a Direção de Mineira tinha feito um informe. No mesmo diz que os relatórios de impacto ambiental apresentados pelas companhias ficavam para sua avaliação na Secretária de Políticas Ambientais do Estado de Bs. Ás. e que a Unidade de Gestão Ambiental Mineira (UGAM) seria responsável para controlar os planos respectivos de gestão ambiental.

O Defensor do Povo (Resolução 04342/98) exorta á Direção Estadual de Mineira: para oferecer publicidade aos estudos de impacto ambiental (e para as avaliações deles) das pedreiras localizadas na área de exclusão e pôr a disposição do interessado a documentação relativa inteira para o mesmo, b) chamar com a brevidade maior a autoridades municipais, agrupamentos locais e às companhias envolvidas celebrar reuniões para reconciliar posições.

O conflito também deu lugar a iniciativas como o projeto de Declaração de Interesse Legislativo a Preservação das Serras de Tandil (os Deputados Nacionais G. Cardesa, J. González Gavióla e M. Stolbizer, 1998) e para o Projeto de Solicitud de Informes em la Câmara Estadual de Deputados sobre o impacto ambiental das pedreiras de Tandil. (Deputado CARLOS NIVIO e OTS. 1998).

Em 1998 a Câmara de Vereadores estendeu a área de conservação da paisagem por meio da lei municipal 7498/98 (Ver Anexo C, Esquema N°. 4).

Ao término de 1998 a Direção Estadual Mineira contrata os serviços de uma mediação privada. Aquele processo deu para resultado um acordo com Prefeito Municipal para qual se lembrou resumir um Serviço Permanente de Inspeção e Conselho na Prefeitura de Tandil que dependeria em forma direta e exclusiva da Autoridade Mineira Provinciana. A Localidade de Tandil deveria prover um escritório, um profissional e as despesas de serviço e a dependência provinciana um carro e as despesas para sua manutenção. Os signatários poderiam denunciar o acordo com notificação prévia de trinta dias e eles comprometiam sujeitar as divergências para a interpretação para um processo de mediação privado.

O Defensor do Povo ante á apresentação da Comissão Aberto de Cidadãos pela Preservação das Serras do Sistema de Tandilia em abril de 1999 (Resolução 01019/99) exorta á Secretário de Políticas Ambientais do Estado do Buenos Aires para a conclusão rápida da avaliação dos estudos de impacto ambiental apresentados pelas companhias mineiras da prefeitura de Tandil. Pede para oferecer publicidade para esses a partir das avaliações respectivas.

No mesmo mês de 1999, diante das acusações dos vizinhos por o arremesso de pedras para explosões levadas a cabo na Pedreira El Trincante, a Inspeção Geral da Localidade fecha o mesmo preventivamente com a resistência do proprietário. A Direção Mineira desafia abertamente as autoridades locais e autoriza á empresa a reabrir.

Em abril de 1999 surge a Comissão Multisetorial para a Preservação das Serras de Tandil, com o objetivo de unificar esforços até então dispersado em várias entidades. Este ONG trabalha na difusão do valor universal da Serra e reivindica o exercício efetivo dos direitos ambientais consagrados pela Constituição Nacional, a Constituição Estadual e leis específicas (Lei estadual. 11. 723). As propostas principais dele são: 1) A reconversão produtiva no uso das Serras para o que propõe a criação de um Fundo de Promoção de Empreendimentos Sustentáveis. O mesmo seria formado com o já produzido do cobro executivo das dívidas municipais baseado nos juízos ganhos pela prefeitura aos empresários canteristas, e seria orientado prioritariamente para empreendimentos integrados pelos trabalhadores atuais do setor. 2) A delimitação de Áreas Protegidas cujo projeto de ordenação tem mais de cem adesões de instituições e foi acompanhado por milhares de assinaturas 3) a implementação de modos de planejamento participativo. Nenhuma destas propostas foi tratada através de autoridades municipais.

Entre maio e princípios de outubro de 1999 conhecidos a segunda fase da mediação privada para de quem reuniões foram convidadas participar a união do canteristas de trabalho, a Câmara Mineira, os Empresários, todos os blocos de vereadores, o representante do executivo municipal e a Direção Mineira. O custo da mediação privada foi pago a metade pelos empresários canteristas, a quarta parte para a Direção Mineira e o resto para prefeitura de Tandil. Todos os participantes aceitaram a exigência de confidencialidad, para a qual mencionaram para não explicitar nas campanhas eleitorais sua posição relativa aos conflitos.

No ano 2000 é realizada a terceira fase da mediação com os mesmos participantes e forma de financiamento semelhante. A ausência de convite para os ecologistas e vizinhos danificados pelas explorações estava justificada com o argumento que os mesmos foram representados pelas autoridades eleitas.

No curso do ano 2000 foi aprovada uma lei municipal que estabelecia uma moratória na cobrança do “direito para a exploração de pedreiras”, concedendo um termo máximo para a apresentação dos empresários para além do qual de não ter apresentado procederiam à execução das sentenças firmes de cobro executivo das contribuições devidas. Concluído o termo e não tendo se apresentado os devedores, nenhuma sentenças foram executadas, em virtude das negociações desenvolvidas no contexto da mediação privada.

Como resultado da mediação mencionada, é apresentado o “Acordo Marco” (de agora em diante AM) para qual é feita referência mais tarde quando se analisa a avaliação implícita das políticas públicas implementadas diante dos conflitos esboçados.

### 3.2.2.2.3 Os conflitos principais: usos/localização/regulação.

Os antecedentes previamente mencionados permitem observar convergem pelo menos os conflitos seguintes: a) o relacionado com a forma de uso do Serra, b) o derivado da localização das pedreiras e c) o referido às controvérsias entre níveis de estado diferentes relativo às competências como para o regulamento da atividade.

a) O conflito para o uso da Serra: Nós poderíamos definir isto como o conflito entre a consideração da Serra recurso renovável ou não renovável. Isto supõe avaliar e comparar alternativas entre tipos de produção diferentes, extrativa ou não extrativa, sustentável ou não. Este conflito também insinua uma oposição entre duas dimensões temporárias, uma no presente e outra projetada para o futuro.

Este conflito expressa uma percepção social do custo de oportunidade de usar a Serra para uma atividade extrativa. Este custo só é revelado à sociedade na medida em que a Serra é crescentemente avaliada, tanto em função do aumento da consciência ambiental da população como em seu caráter de recurso estratégico para o turismo, atividade percebida como altamente dinamizadora.

Não é estranho que a atividade mineira não acordou a mesma reação em outros tempos, desde então o ritmo de depredação não só estava mais lento para a tecnologia usada, mas a Serra não foi percebida na dimensão ambiental e econômica (como recurso de atividades sustentáveis) como hoje são consideradas.

“El costo de oportunidad de utilizar recursos, de cierta manera es la alternativa más altamente valorada en la cual se habría podido invertir estos recursos y a la cual la sociedad tendría que renunciar cuando los recursos se utilizan de otra forma específica”. (FIELD BARRY, 1995, p. 187)

Se lembrando da definição, ante uma atividade extrativa de um recurso não renovável, uma alternativa de atividade sustentável pelo tempo é superior à condição de levar um período o suficientemente longo. Então o resultado da comparação entre ambas as atividades dependerá do período de tempo que é considerado para sua avaliação.

Se uma aproximação de avaliação socioeconômica é adotada, quer dizer se são considerados custos e benefícios indiretos (o seja, os que se externalizam) e resultados se conformam com a sociedade como um todo, o custo de oportunidade de usar as Serras do modo que se faz isto no momento é extremamente alto.

Se não fosse considerada a Serra só como recurso econômico, mas como Patrimônio Natural alguns dos custos da depredação poderiam ser identificados, mas não ser avaliado monetariamente. Por esta razão a análise de alternativa de solução para o conflito para o uso da Serra deveria usar o critério de análise custo-eficiência, quer dizer, procurando a alternativa que pôde preservar este patrimônio ao custo mínimo.

b) Conflito para a localização de pedreiras: Este conflito expressa a incompatibilidade de usos do chão e remete, necessariamente, para a classificação territorial para ação ou omissão que determinou a situação atual. A localização de pedreiras em áreas de uso residencial gera danos aos vizinhos para efeitos das explosões, explosões de pedras, fraturas de óculos, fissuras nas construções, contaminação do ar para pó de pedra, entre outros. Isto deu lugar para o eu reivindico desses danificados e para apresentações judiciais, em curso.

Considerando que é competência indelegável da prefeitura a segurança dos cidadãos é ante o mesmo que são levadas as reclamações. O trabalho municipal neste aspecto foi impedido porque no marco do conflito de competência com o município as companhias ignoram a autoridade municipal como polícia mineira e ainda sua capacidade para implementar medidas que tentam prevenir riscos à segurança dos habitantes.

Embora como muito vizinhos como os empresários canteristas aduz propriedades adquiridas, a resolução deste conflito supõe um reordenamento territorial com a re-localização de atividades.

De acordo com o estudo de Díaz, Tommasi e Franzese (1986), existem cinco áreas potencialmente capazes para a exploração de granito na prefeitura de Tandil, fora da poligonal de “Conservação da Paisagem”. Destes, os autores sugestionam dois como mais possíveis: a

Área da Serra Alta de Vela e a Serra de Área Federação-Gardey, lugares que juntam várias exigências que são: qualidade boa da pedra, infra-estrutura e provisão de energia.

c) O conflito de competições para o regulamento da atividade: O conflito de objetos pegados de competições coloca entre o nível municipal, em uma mão, e os níveis provincianos e nacionais para o outro. É centrado no exercício de minar o poder de polícia e a capacidade da localidade de carregar direitos de exploração de pedreiras.

O executivo provinciano e os gerentes discutem que a atividade desfruta estabilidade fiscal e o poder daquela polícia é competição provinciana.

Do ambiente local pode ser sustentado que a Localidade não aderiu às leis que os gerentes cercam e então retém regulatórias de competições como a manipulação do direito para a exploração de pedreiras. Em troca reivindica a competição deles/delas no controle da atividade em todos os aspectos nesses que isto pode afetar a segurança das pessoas e os bens deles/delas. Com respeito ao poder de polícia sustenta a necessidade de cooperação entre os níveis local e provinciano.

Mas, embora este conflito seja manifestado como uma controvérsia artificial, fundamentalmente é de ordem política.

No nível estadual e nacional, principalmente nos poderes executivos, são ajustados ao modelo macroeconômico e as políticas setoriais vigentes e então eles operam a favor de um desregulamento da atividade mineira privada e uma auto-regulação da atividade estatal que minimiza sua capacidade de intervenção.

Por outro lado, no nível local os conflitos de interesses entre os setores envolvidos na atividade mineira, os vizinhos prejudicados diretamente e a sociedade sensível diante do dano ambiental progressivo, geram uma demanda crescente de regulamento para cuja atenção à prefeitura tem um nível de autonomia insuficiente.

Neste senso, a concepção de autonomia recorre não só a um aspecto normativo. As margens de autonomia das administrações locais não só respondem ao marco legal, mas também para os condicionamentos impostos por uma dinâmica econômica gerada de um modo de exógeno e para a capacidade e a vocação da administração local aumentar essas margens.

#### 3.2.2.2.4 Critérios de avaliação implícitos nas políticas públicas implementadas.

As políticas implementadas e as respostas públicas para os conflitos mencionados contêm critérios de avaliação implícita ou explícita e puseram em evidência critérios de valoração.

No primeiro lugar e em uma primeira aproximação nós analisamos por via de exemplo as respostas previstas cada um dos conflitos identificados presentes no Acordo Marco (AM), assinado pelos gerentes e trabalhadores da atividade mineira e os representantes dos governos provincianos e municipais.

a) Uma resposta para o conflito para o uso do Serra. Dois pontos do AM parecem remeter a esta questão:

i - Mitigação do impacto ambiental, para o qual propõem:

- Regular horários de explosões para não afetarem vizinhos ou turistas
- Instalar uma rede de sismógrafos cuja compra faria á Prefeitura de Tandil
- Controle cada dois anos por parte da Direção Mineira da execução dos projetos de mitigação proposto no Relatório de Impacto Ambiental de cada pedreira.<sup>16</sup>

ii - Pacto Mineiro- Turístico, consistente no compromisso entre as pedreiras e a Prefeitura de conjugar a extração mineira harmoniosamente com o desenvolvimento da atividade turística que dá acesso para lugares onde se explorou pedra, enquanto configurando passeios, fazendo estradas de acesso, lagos, reflorestamento. (AM, ponto 5). É nomeada uma Comissão de Seguimento integrada pela Direção Mineira e os funcionários municipais.

b) Uma resposta para o conflito para a localização das pedreiras: Implementação de Parques Mineiros para re-localizar a atividade mineira na Prefeitura de Tandil. Esta re-locação não faria deter alguns danos atuais, enquanto o impacto da extração material seja irreversível e ao mesmo tempo também somariam o impacto irreversível no local novo. Quer dizer, o Parque Mineiro poderia produzir a transferência de alguns impactos negativos (por exemplo: as explosões) e a multiplicação dos impactos irreversíveis. De tal modo, poderia aumentar o dano ambiental.

A implementação do Parque Mineiro estaria pago por um fundo constituído em parte com a arrecadação do direito à extração da pedra e outras contribuições. Também, o governo municipal isentaria da mencionada carga e de outras taxas às companhias que lá ficaram

---

<sup>16</sup> Esta obrigação já é contemplada na Atualização do Relatório de Impacto Ambiental, a ser levado cada dois anos a partir da obtenção da Declaração de Impacto Ambiental (Artigo 13 do Decreto Estadual 968/97 ditado pelo estado para regulamentar a Lei 24.585 que incorpora o Título Complementar da proteção Ambiental para Atividade Mineira ao Código Minerio).

situadas. Além disso dedicaria uma porcentagem do Fundo de Pavimentação para promover a atividade e ele pediria que desimpedisse imposto estadual e facilitem créditos macios.

Esta opção supõe que a sociedade internalize os custos, equivalente a diminuição eventual das rendas fiscais e das despesas, o que pudesse insinuar aumento de outras obrigações ou redistribuição de partidas desde outras áreas.

A eleição do lugar, na Serra Alta de Vela, é baseada no mencionado estudo de Díaz, Tomassi e Franseze (1986) que recomendou esta área e do Cerro Federação, descartando este último por já ter atividade faz muitos anos.<sup>17</sup> A Serra Alta de Vela, como já foi mencionado, por sua escada e nível de preservação, por sua geomorfologia e pela existência do pastizal montês típico, é considerado de alto valor científico. A exploração mineira, embora ficasse situada em uma superfície pequena, afetaria ao ecossistema. Por conseguinte isto representa um custo indireto adicional, claramente identificável, mas impossível de quantificar.

Ao descartar Cerro Federação, implicitamente está admitindo a continuidade das técnicas atuais de exploração. O material extraído vem de morros que constituem a emergência de um basamento de granito. A exploração das partes mais externas, mais expostas e as mais próximas às estradas de comunicação respondem ao objetivo de minimizar custos, não a inexistência de material suficiente para aumentar a exploração no lugar que já é irreversivelmente afetado. Então, continuar com as técnicas atuais de exploração constitui um dano diferencial comparativamente a outras formas de organização da produção.

c) Uma resposta para o conflito de competências. A procura de uma solução para o conflito de competências é levada a cabo por meio da participação no processo de mediação privada a partir do qual se estabelece:

i-O poder de polícia mineira: as autoridades municipais consideram que os acordos alcançados descentralizam o poder de polícia mineira. Porém, os resultados da mediação significam mais que uma delegação de competências estaduais, neste caso o poder para monitorar a atividade mineira, a mera delegação no nível local dos custos de execução da normativa existente.

Deste modo põe em evidência uma forma peculiar de entender a descentralização que transfere dos níveis nacionais e estaduais ao local os custos e a responsabilidade de administração, mas não autoriza que tome decisões e os recursos necessários.

---

<sup>17</sup> Acordo Marco, ponto 2 e Anexo2-1.

O primeiro caso concreto, já mencionado, da Pedreira El Trincante pôs em evidência que a Direção Mineira não delega competências que consideram próprias e, pelo contrário, pode competir com o governo municipal para conservar-lhas.

ii - A capacidade para carregar o direito à exploração de pedreiras.

Estabelecem se acordos com relação ao pagamento das recentes dívidas dos empresários canteristas, baseado na suspensão da execução das sentenças judiciais, o pagamento da dívida com importante desconto, em parcelas e em espécie, como também a diminuição da magnitude fixada para o direito de exploração de pedreiras<sup>18</sup>.

Deste modo, o setor privado reconhece o que já era legalmente estabelecido: a capacidade da localidade para estabelecer o mencionado direito, mas obtém a redução da quantia do mesmo e negocia o monto da dívida e o modo de pagamento. A diminuição da dívida e dos direitos são um custo indireto internalizado pela comunidade por enquanto perda de recursos públicos. Ao mesmo tempo, o pagamento em espécie á ser levado a cabo com pedra moída, soma o custo indireto que corresponde ao aumento do dano ambiental gerado pela extração do mesmo com aquele propósito.

### 3.2.2.2.5 Os resultados das políticas públicas implementadas (2000-2006).

O Acordo o Marco foi assinado pela Câmara de Vereadores (Dezembro, 2000). Há mais de sete anos, a situação poderia ser sintetizada do modo seguinte:

i - O que foi cumprido:

Foi deixada sem efeito a execução dos juízos ganhou pela Prefeitura.

O direito para a extração da pedra foi diminuído e mudou sua forma de cálculo.

A Prefeitura reduziu a dívida por direitos para a extração de pedra de períodos anteriores (em ao redor 40% do total).

ii - O que é cumprido parcialmente:

A modificação da área de conservação da paisagem estava definida por uma nova linha poligonal de acordo com a Lei Municipal 8088/2000 (Ver Anexo C, Esquema N°.5). Igualmente á lei prévia, dentro da poligonal não é permitida a instalação de novas companhias, mas ao contrário da lei anterior, o direito para a extração de pedra é fixo o

---

<sup>18</sup> O Acordo Marco toma como referência a dívida que as companhias tiveram com a Prefeitura em 1994, sem interesses, a qual totaliza 2.409.280 \$ ao 25/8 do ano 2000. A dívida informada antes de chegar ao acordo estava próxima aos 4.000.000 \$. O valor do direito para a exploração de pedreiras é rebaixado desde 0,17 \$por tonelada fora da poligonal e 0,30\$ por tonelada dentro da mesma, para 0,13 \$ por tonelada em toda a prefeitura.

mesmo dentro e fora da área. Apesar disso se estabeleceu uma companhia nova: Minera Tandil, que comprou a Basalto S.A.

O controle das explosões e o seguimento da atividade pela comissão ad hoc estabelecida no AM, só são cumpridos parcialmente.

Com relação ao pagamento da dívida por meio de acordos individuais e em espécies não se tem informação pública detalhada. O executivo diz que algumas das companhias pagaram sua dívida, mais outras estão cumprindo com demora ou diretamente não cumprimentaram.

iii - O que não é conhecido se foi cumprimentado ou não:

O controle da execução das obrigações efetivas sobre Estudos de Impacto Ambiental e suas atualizações está baixo a responsabilidade da Direção Mineira. Esta dependência, diante de consultas jornalísticas, expressa que a maioria das companhias, ainda com demora, apresentou as atualizações do EIA, mas não facilita a informação.

O que não é completado:

Os objetivos mais publicitados do AM eram os controles da atividade mineira e a conservação das posições de trabalho. Este último foi o principal argumento legitimador, ainda que não estivesse na carta do acordo, mas sim em todas as alegações para o favor dele. Porém, duas pedreiras fecharam sem cumprir as obrigações de lei com o pessoal. Quer dizer, o pessoal estava sem trabalho e sem compensação.

Nas pedreiras em atividade é verificada uma diminuição do número de trabalhadores (na atualidade, menos que 100 em total). Pelo menos duas companhias disseram adeus ao grande parte de seu pessoal com posterioridade para a assinatura do AM e eles substituíram isto com pessoal contratado e debaixo de condições de trabalho mais precárias.

O controle da atividade é inexistente ou extremamente fraco. As companhias continuam não só extraindo quantidades crescentes de pedra, mas eles fazem isto mais barato e debaixo de condições de extrema flexibilidade jurídica, trabalhista e ambiental.

Apesar disso exposto, o AM e sua forma de implementação não só são defendidos pelas organizações de empresários e trabalhadores do setor mineiro, mas também pela Direção Mineira e uma grande parte dos funcionários políticos locais e estaduais..

### 3.2.2.2.6 Situação atual do conflito

Inicialmente, a aprovação do AM gerou uma diminuição na manifestação do conflito, em parte porque era uma derrota para os setores mais oponentes para o mesmo e em parte porque a população ficou à expectativa dos resultados da implementação do mesmo.

Mas, na medida em que com o curso do tempo ficaram em evidência as deficiências do AM e os limites na sua aplicação, à intensidade do conflito cresceu novamente, de modo, mas estendida ainda.

Pesquisas de opinião descobriram nos últimos anos um crescimento da adesão da maioria da população para a preservação das Serra (no momento superior a 70%). Assim nas eleições do ano 2003 o candidato que ganhou, fez seu lema da campanha à expressão "nem uma explosão mais".

A chegada para o governo de um candidato que fez da preservação das Serras uma de suas propostas programáticas abriu uma fase nova. Porém o processo não é linear e as expectativas diferem do que é observado nos anos transcorridos de governo.

A preservação das Serras permanece como "lei motiv" do discurso da administração municipal atual mais na prática apresenta contradições grandes. A exposição da proposta oficial partiu de um balanço no qual foi mostrado os danos enormes gerados pelo AM e pelo impacto da destruição das Serras em função de sua importância como recurso turístico.

Foram enunciadas como medidas fazer cumprir as obrigações das companhias, realizarem um estudo para estabelecer áreas protegidas e avaliar uma área capaz para transferir as pedreiras próximas ao centro da cidade.

Os ecologistas mostraram a importância de dar um passo à frente na preservação, mas eles realçaram os impactos negativos de transferir o problema e multiplicar os impactos negativos irreversíveis, pretendendo que as medidas focalizaram a reconversão das explorações mineiras e não para a mera transferência.

Ao mesmo tempo eles pediram á promoção de atividades que geram mais emprego sem destruir. Naquele senso reclamaram que fora exigido as pedreiras o cumprimento de todas as obrigações existentes, já que a falta de controle opera como um subsídio camuflado às companhias (fiscal, trabalhista, ambiental, etc.). Particularmente eles pediram a implementação de uma balança para o controle da sobrecarga de caminhões (responsáveis pela deterioração de várias rotas). A sobrecarga é uma pratica usada para reduzir o custo do frete, um fator decisivo da competitividade da pedra moída, um produto extremamente barato e pesado.

Transcorridos alguns meses e sem expor lho com largura, foi informado que a Prefeitura assinou um acordo com a Direção Mineira para fazer um estudo que determine a aptidão de algumas áreas selecionadas para a produção mineira aos efeitos de transferir lá as pedreiras atualmente existentes dentro da poligonal.

Durante o ano 2006, acreditada a falta de medidas concretas e o aumento do ritmo de exploração, foi criada uma Assembléia Cívica em defesa das Serras. Esta, convocada pela Multisetorial pela Preservação das Serras convoca organizações e cidadãos em geral e começa com mobilizações e campanhas de difusão em meios nacionais.

Em face à agravação das reclamações, as autoridades locais anunciam medidas pontuais como exigindo às autoridades estaduais o controle dos impactos ambientais e particularmente, o controle das explosões. As autoridades provincianas sustentam aquele é competência local e o Prefeito diz que é competência estadual.

Não obstante, no segundo semestre do ano 2006 foram desenvolvidas inspeções combinadas (advertidas as empresas com várias semanas de antecipação) com o objetivo de fazer um estado de situação e verificar o grau de execução dos impactos ambientais. Até o momento são ignorados os resultados.

Também, é implementado esporadicamente o controle da sobrecarga, medida pedida por outras Prefeituras que reclamam para os impactos do excesso de peso nas rotas importantes que unem cidades diversas.

A administração comunal propôs uma ordenação de estradas turísticas cujo efeito seria impedir o tráfico de caminhões que deixam das pedreiras. O mesmo foi tratado e faltou o apoio da oposição.

O direito para extração da pedra foi acrescentado ate 0,50\$ à tonelada, mas, sem modificar a forma de arrecadação: uma declaração jurada das próprias pedreiras sobre as toneladas vendidas o que impede a execução efetiva.

Algumas pedreiras continuam sendo os devedores principais da Prefeitura, pelo qual começaram novamente os tramites na justiça para cobra-lha.

A Assembléia Cívica continúa com as propostas de Áreas Protegidas, reconversão produtiva e substituição da promoção para a atividade mineira para promoção das atividades sustentáveis.

Ao mesmo tempo em que as políticas municipais para as pedreiras pararam de ser um eixo central da administração, a Prefeitura apresentava o projeto de lei municipal para suspender as construções nas Serras até tanto fosse realizado um plano ordenamento territorial. O mesmo era aprovado durante o ano 2007.

Não obstante, a construção indiscriminada nas Serras persiste em parte porque embora não são permitidas licenças a construir, uma vez erguida a construção as penalidades são reduzidas a multas e impõem-se as situações de fato.

### 3.2.2.3 - Caso de estudo II (b) O conflito pela construção nas Serras.

As Serras de Tandil, durante muitos anos foram vistas pelos "investidores" como terras improdutivas ou acúmulo de pedra para moer. Nos últimos anos, a identificação das Serras com a qualidade ambiental, vida tranqüila e espaço recreativo desejável tanto para residentes como turistas há movido a muitas companhias e particulares a uma carreira pela apropriação não já só das terras, mas dos benefícios de uma identidade.

A identidade verde, a qualidade de vida de diferencial, ou a maioria das razões que movem para construir nas Serras são construções da cidadania que neste tempo histórico vê as Serras de modo diferente com relação à visão predominante em outros tempos.

O processo de reavaliação das Serras pela sociedade, é produto de múltiplos fatores entre os quais realça o aumento do conhecimento ambiental em geral, a singularidade das Serras em particular e da mobilização social gerada a partir do conflito pelo uso mineiro das mesmas.

Esta reavaliação gera mais opiniões e ações preservacionistas e, também, o que acorda em algum poucos o desejo para destinar para sim do prazer daquele espaço ou do lucro pela exploração econômica deles.

O uso residencial em geral e, em particular a especulação imobiliária e os empreendimentos turístico estão crescendo rápida e caoticamente.

O uso residencial das Serras é um fenômeno associado ao ideal de vida tranqüila em contato com a natureza que verifica-se por muitos anos em magnitude pequena, mas durante a última década e meia foi intensificado notavelmente. Nos noventa o primeiro bairro fechado surge na Serra, como um avanço do tipo de urbanização de rendas altas e médias em cumes nos arredores da cidade de Buenos Aires.

Nos últimos anos e com relação a grandes empreendimentos imobiliários começaram novos projetos que encontram-se em diferentes fases de concreção. Grão parte na fase inicial de loteio e em geral orientada a um segmento de rendas altas de residência habitual na cidade de Buenos Aires. A proximidade relativa de Tandil à cidade capital, como também a imagem de tranqüilidade e segurança e a boa prontidão de serviços contribuiram para constituir uma

oferta diferenciada. A mesma esta baseada na possibilidade de funcionar como lugar de residência das famílias cujos jefes de lar trabalham no Buenos Aires ou como residência de tempo livre. Isto pareceria ser o perfil de cliente para o qual os projetos novos seriam guiados em fase inicial.

Por outro lado, o dinamismo crescente da atividade turística também aperta à construção nas Serras. Embora o turismo seja uma atividade tradicional na cidade que foi ligado em particular e principalmente a certos passeios ao turismo religioso.

A Pedra Movediça, uma grande pedra que oscilou na Colina do mesmo nome foi até seu outono em 1912 a atratividade turística principal. Então, embora queda, ficou no imaginário como símbolo da cidade. Também, Tandil é identificada com o turismo religioso. A construção do Calvário, um grupo de caminhos e grupos esculturais que reproduzem as cenas o Via Crucis e a crucificação, constituem um centro de interesse para a população de origem católica.

Por muitos anos a atividade turística principal estava fortemente concentrada em algumas datas pontuais, como Semana Santa. Fora dessas datas prevaleceu o turismo de período curto, em geral associado como destino complementar a outras cidades próximas na costa atlântica, como Mar del Plata.

Nas últimas duas décadas o aumento de interesse em atividades recreativas ou esportivas em contato com a natureza e no eco turismo, contribuiram para reavaliar a atividade turística em Tandil, agora centrada no prazer de visitar as Serras em geral e não só alguns passeios pontuais.

Uma cidade intermédia, próxima dos centros urbanos mais populosos, com uma natureza acessível e com espaços largos relativamente poucos antropizados se tornou um lugar com renovados potenciais para o turismo. Isto acontece ao mesmo tempo em que os processos macroeconômicos dos anos noventa impactaram fortemente na economia tandilense, particularmente na indústria e o emprego. De tal modo, a procura de alternativas produtivas contribuiu para gerar muitos pequenos empreendimentos associados ao turismo.

Durante os noventa, este processo foi lento, mas contínuo. Depois da crise do ano 2001 e com a saída da conversibilidade e a forte devaluación no ano 2002, receberam um forte incentivo ao turismo interno. No primeiro lugar, a mudança favoreceu a visita de turistas estrangeiros ao país. Em segundo lugar, os turistas que acostumaram viajar á destinos no exterior, agora são mais atraídos a destinos nacionais. Neste senso e lembrando a acessibilidade de Tandil das áreas mais populosas, este se torna um destino freqüente para períodos curtos ao longo do ano inteiro.

As imagens como destino turístico “verde” e como lugar tranquilo de residência potencia se mutuamente. Porém, é este mesmo o que detona o conflito quando em função daquela reavaliação se produz um forte processo de especulação imobiliária e um estrondo de construções e empreendimentos novos.

A diferença dos investidores das décadas prévias que em geral eram muito pequenos e levaram muito tempo realizando trabalhos (Exemplo: cabanas), os investidores novos são pessoas ou grupos com considerável capacidade econômica e financeira que constroem casas e infra-estrutura muito depressa nas Serras. Isto não só produz um impacto visual e perda de paisagem, mas mudanças no deslizamento das águas, perda de substrato e de vegetação e outros impactos como riscos de fogos em áreas onde controlar-lhos é difícil<sup>19</sup>.

Embora a necessidade para regular o uso do solo de tal modo de preservar as Serras fora aconselhada durante duas décadas por alguns profissionais, foi incorporado às reclamações no marco geral da luta contra as pedreiras. A Multisetorial para a Preservação das Serras, ONG criada a tal fim em 1999, desde seus começos propõe a realização de um ordenamento baseado em um planejamento participativo que evite a construção nas Serras e sua destruição pela atividade mineira.

Em 1999 o conflito com as companhias mineiras estava em um momento particularmente intenso e as construções avançaram, mas não tão depressa como seria desde o ano 2002. Embora não aparecera a construção nas Serras como o conflito principal já era identificado e questionado, mostrando a necessidade de preservar-lhas como Áreas Protegidas, definindo espaços e usos de tal modo que fosse impedida a especulação imobiliária.

No ano 2004, e como já foi mencionado o poder executivo municipal propõe um projeto de lei municipal para suspender durante 180 dias o loteis e permissões de construções, até tanto seja recebido o relatório do consultor que desenvolve, na marco do programa “Prefeitura para o Terceiro Milênio”<sup>20</sup>, um plano de ordenamento territorial.

---

<sup>19</sup> Na Serra de Tandil, principalmente em verão os fogos são habituais. Parte da flora esta adaptada a este fenômeno (LLANO, 1999, p. 3) Ao instalar casas nas Serras, quando se produzem fogos existem dificuldades para a provisão de bastante água e para chegar para o lugar. No ano 2004 dois casos sérios foram verificados, na área O paraíso, e em Bairro Golfe de Vale Escondido. Neste último caso o proprietário informou que para evitar problemas maiores construiria uma estrada ao redor ate a cima. Quer dizer, é construído nas Serras mais as demandas de serviços obrigam a urbanizar de tal modo que as Serras desaparecem como paisagem para ser só substrato.

<sup>20</sup> Prefeituras do Terceiro Milênio (M3M) é a denominação de um programa do Banco Mundial em função da qual foram facilitados créditos macios para financiar trabalhos de consultoria orientados a aspectos previamente definidos pelo trabalho de técnicos do programa e funcionários municipais. Em Tandil foram identificadas 5 áreas prioritárias, o ordenamento territorial esta entre eles. A consultoria deste projeto foi ganho por uma companhia formada em parte por profissionais da Universidade Nacional do Centro do Estado de Bs. Ás..

A Companhia Lagos e Serras, dona de um projeto de loteamento e construção na ladeira de uma Colina que cerca o Lago do Forte<sup>21</sup> 17 (Ver Foto Nº. 1) apresentou uma ordem de amparo. A mesma foi resolvida a favor da Prefeitura.

### **Foto Nº.1 Dique e Lago Do Forte**



Enquanto isto acontecer, os grupos de vizinhos são mobilizados em defesa daquela ladeira e contra o desmatamento e construção no mesmo. Um debate importante é desenvolvido abertamente dentro de várias instituições e explicitam as posições relativas ao projeto de ordenação. A condução da Associação de corretores imobiliários, da Associação de Arquitetos, o Gerente da Câmara Empresaria a Sociedade Rural, a Associação de guias de turismo, entre outros.

Profissionais relacionados com a empresa Lagos e Serras de Tandil e alguns corretores (em discordância com a condução da organização que os representa) manifestaram sua oposição à lei de ordenação e reivindicam o direito para construir e a atividade imobiliária nas Serras.

Parte da representação política ficou inicialmente duvidosa aduzindo possíveis ações judiciais contra a Prefeitura. Mas finalmente a lei municipal foi aprovada (Dezembro, 2004).

---

<sup>21</sup> O Dique foi inaugurado em 1962, como resposta para as inundações. Contém águas que vêm do Arroyo do Forte e abraça uma superfície aproximada de 19 há.

A maioria das opiniões manifesta publicamente o apoio para o regulamento orientado á preservar as Serras e se insiste na competência e a obrigação da prefeitura relativa ao ordenamento territorial (Decreto Lei Nº. 8912, ver Anexo A, Requadro 2).

Estas opiniões realçam as Serras como identidade da cidade, como recurso turístico e apóiam a medida tomada pelo governo local, mas reivindicando se faça o ordenamento territorial e que sejam feitos os controles pertinentes.

#### 3.2.2.4 - Síntese preliminar do segundo caso em estudo.

Até aqui, os primeiros avances nos casos em estudo permitem afirmar que existem diferentes critérios de valoração da Natureza e que estes não são estáticos.

A mesma superfície teve valor "diferente" (não só econômico) em tempos diferentes e isto não é devido a mudanças nas terras, mas nos contextos construídos pelo grupo da sociedade no contexto da qual adquire significação a estimação destes terrenos. Um exemplo claro neste senso é a ladeira das colinas que cercam ao Lago do Forte.

O valor se constroi por ter visão ao Lago e estar na avenida de circunvalação de deve à reconstrução sucessiva da paisagem com, por exemplo: á construção do Dique, á "ilha", ás modificações sucessivas da infra-estrutura, á visão da ladeira do Parque da Independência, um dos passeios principais da cidade. Não só é a coisa visível materializada nos ambientes, mas á cultura, educação, costumes, situações. São as ações do grupo que vão definir os valores dos novos espaços.

O investimento do proprietário de uma terra não explica todo o valor. Se fosse assim geraria a mesma coisa deste modo em qualquer outra terra. O que dá senso ao projeto é o contexto definido pelo grupo dos cidadãos e a valorização social do mesmo.

Como pode ser apreciado neste primeiro avance sobre alguns aspectos, os conflitos pelo uso das Serras abarcam uma discussão entre diferentes critérios de valoração da Natureza.

Não é uma mera disputa de grupos que buscam destinar de um recurso para atividades diferentes, mas de modelos de desenvolvimento diferentes. Éticas e cosmovisões diferentes, culturas empresariais contraditórias, perspectivas de curto prazo e perspectivas estratégicas, avaliações limitadas para a rentabilidade privada em oposição a outras mais abarcativas.

Desregulamento e supremacia absoluta da propriedade privada ou regulamentos na marco de um projeto comum. A cidade como espaço organizado pelo lucro ou como lugar de

coexistência de projetos de vida. A preservação para o serviço exclusivo do homem ou de concepções nom utilitaristas. A coisa sagrada e a coisa profana. Componentes múltiplos, alguns explícitos e outros não, mostram se y/o podem ser explorados nos conflitos.

Em síntese, como sustenta Acselrad:

“Aquilo que ás sociedades fazem com seu meio material não se resume a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados” (ASCELRAD, 2004, p. 15).

O valor da Natureza não é único valor e como todo o valor, forma parte de sistemas ou esquemas de valores (individuais, grupais e sociais) configurados de acordo com hierarquias diferentes. Estes esquemas orientadores da ação não implicam a inexistência de contradições. Pelo contrário, diante de algumas situações as possíveis ações implicam contradição entre valores. Por exemplo, a luta pela preservação das Serras supõe a fim das pedreiras. Se a opção fosse fechar-lhas sem reconversão ou sem alternativa de trabalho para os empregados atuais a contradição aconteceria entre o valor solidariedade com esses trabalhadores e sua família e o valor de equilíbrio com a Natureza que também pode ser entendida como solidariedade com as gerações atuais e futuras.

A análise dos valores que estão guiando as diferentes posições nos conflitos poderia contribuir para explicar-lhos e também á entender quais seriam as condições para que algumas alternativas de solução realmente o sejam. Para este é dedicado o capítulo seguinte.

## CAPITULO 4

---

### AS CONCEPCÕES DE VALOR DA NATUREZA NOS CONFLITOS ESTUDADOS

“Toda la tierra es una sola alma  
somos partes de ella.  
No podrán morir nuestras almas  
Cambiar sí que pueden  
pero no apagarse.  
Una sola alma somos  
como hay un solo mundo”  
(Abel Kuruuinka)<sup>22</sup>

“Nosotros somos la naturaleza  
y la naturaleza es nosotros.”  
(Jorge Fiscina)<sup>23</sup>

Como tem sido explicitado no Capitulo 1, partiu se de considerar que os conflitos ambientais permitem observar as diferentes concepções de valor da Natureza e de perguntar o que papel desempenha estas nos mesmos.

No Capitulo 2 analisaram-se diferentes aspectos sobre o conceito de valor, valor econômico e valor da Natureza.

No Capitulo 3 se realizou uma primeira aproximação aos casos em estudo, explorando as inter-relações dos subsistemas sócios –econômicos –políticos –jurídicos – ambientais que podem levar a explicá-los e apresentando uma primeira descrição do desenvolvimento dos mesmos.

No presente Capitulo tenta-se uma caracterização mais específica dos conflitos ambientais tomados como casos e analisam-se os critérios de valorização da Natureza presentes nos diferentes atores e sua relação com os conflitos.

---

<sup>22</sup> KURUUINKA Abel. Toda la tierra es una sola alma. Canção do cacique. Recopilado por KOESSLER, Bertha In: FERNANDEZ, C. “*Cuentan los mapuches*” Buenos Aires: Ed. Nuevo Siglo, 1963.

<sup>23</sup> Entrevista a Jorge Fiscina, Doutor em Física Nuclear, 2003.

#### 4.1 - Ampliando a caracterização dos conflitos estudados

A partir do marco teórico apresentado do desenvolvimento dos conflitos tomados como casos realizados no capítulo anterior e com base na análise das fontes documentais, tenta-se caracterizar mais especificamente os mesmos.

Utiliza-se para isto as fontes bibliográficas, arquivos de jornais e televisão e entrevistas com informantes chaves. No caso do conflito pelo uso mineiro das Serras de Tandil analisam-se os escritos da Audiência Pública convocada para discutir o Acordo Marco (2000).

A análise pretende integrar e sintetizar as diversas ferramentas conceituais desenvolvidas em diferentes momentos deste trabalho.

Tomando a concepção de valor como qualidade estrutural da relação sujeito – objeto proposta por Frondizi (1974) que reconhece um peso muito importante para os fatores situacionais (não como cenário senão como parte constitutiva de valor) (Ver Cap. 2) e logo de um reconto das concepções econômicas de valor em geral e da Natureza em particular, usaremos as seguintes categorias: valor de existência, valor de uso e valor de câmbio. No primeiro caso, ainda que incorporemos o que os autores definem como intrínseco não se usará essa denominação, já que se poderia associar a uma teoria objetiva do valor. Também não usamos genericamente o termo biocêntrica para evitar interpretações que se limitarão ao valor dos seres vivos. O termo ecocêntrico, que em algum momento deste trabalho parecia dar conta do valor da Natureza, no seu sentido mais amplo, poderia, não entando, ser usado de forma antropocêntrica, em tanto casa humana.

Por conseguinte, utiliza-se o conceito de valor de existência, considerando aquele que expressa com maior pertinência a valorização da Natureza para si. Valorização inexoravelmente antropogênica, mas não antropocêntrica que poderia considerar-se um dos extremos no leque dos critérios da valorização. Inclui as visões ligadas com o sacro da Natureza, mas não se limita as mesmas, já que se pode valorizar a existência da Natureza sem ser considerada esta como sagrada.

Encontrar-se-ia próxima desta colocação, a idéia de incomensurabilidade da Natureza, tanto pelas dificuldades para medir o que se sabe que existe como pela convicção de que desconhecemos parte do que existe.

Em relação do conceito de valor de existência, vale destacar sua complexidade e advertir sobre seus alcances no presente trabalho. Entre as muitas (e difíceis) escolhas que tiveram que ser tomadas aos efeitos de desenvolver esta tese, encontra-se a consideração do valor de existência num sentido amplo, como categoria geral que ocupa diferentes conceitos e

que pretende incorporar os critérios de valor da Natureza não utilitários e não antropocêntricos. Esta amplitude, não tira pertinência aos efeitos desta pesquisa. Não entanto, vale destacar a crescente necessidade de aprofundar a reflexão sobre esta categoria, e reconhecer a sua centralidade no debate ético ambiental (FLORIT, 2006).

Os critérios de valor de uso e valor de câmbio supõem a condição de utilidade da Natureza e como se destacou no Capítulo 2, é muito difícil para a economia um valor não ligado a alguma forma de utilidade e medida. Isto é impossível nos enfoques clássicos e neoclássicos que partem de concepções de valor por definição, utilitaristas e difíceis de resolver nos enfoques do desenvolvimento sustentável. Eles tentam dar conta de uma noção de valor econômico maior e como vimos avançam na incorporação das externalidades. Não entanto enfrentam problemas referidos a como fazer, como considerar as valorizações e preferências das gerações futuras e como considerar o valor da existência.

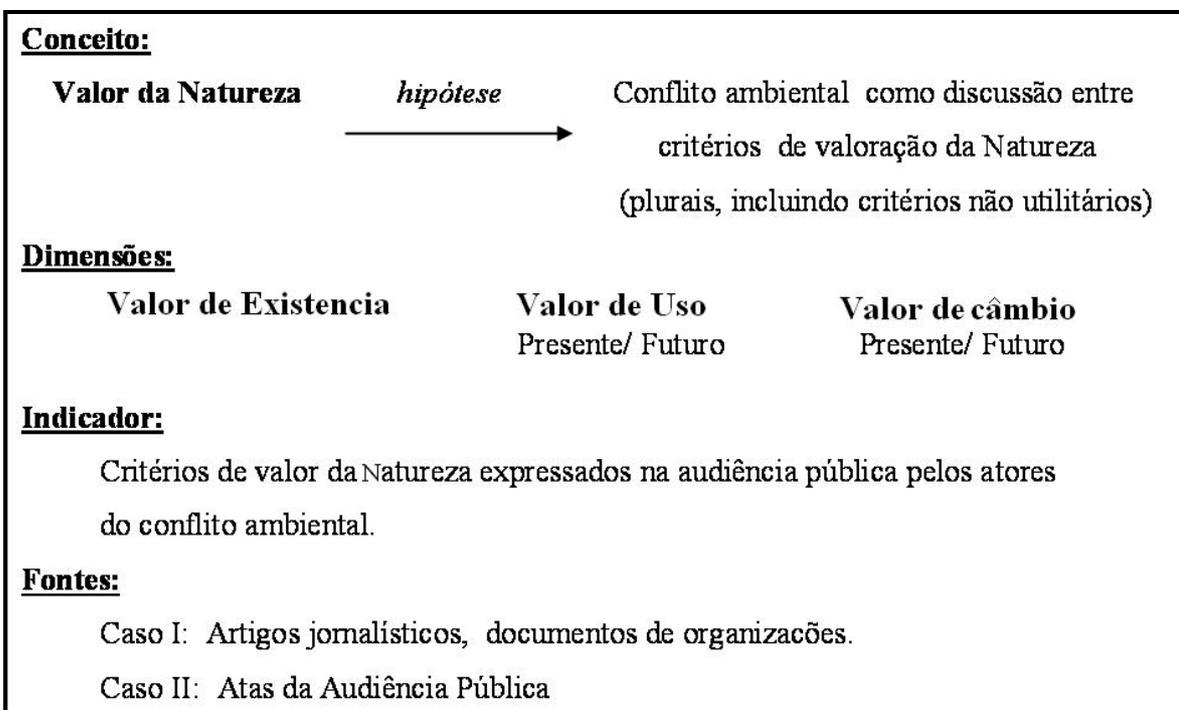
Aos efeitos da análise se considera além do valor da existência o valor de uso, direto<sup>24</sup> relacionado com o fornecimento de matérias primo, e indireto no relacionado com os serviços ambientais, e o valor de câmbio. Para ambos existem posições que consideram o valor futuro ou de opção.

Considerando a pergunta de partida, as hipóteses e as categorias de valor escolhidas, poderia sintetizar-se o modelo de análise a aplicar nas fontes documentais tal como se apresenta no Esquema seguinte.

---

<sup>24</sup> A denominação “direta” e “indireta” refere-se ao explicitado. Não deveria de confundir-se com igual denominação no marco de métodos de avaliação social de projetos que chamam de direto aos custos ou benefícios que efetivamente ocorrem, mas não são pagos ou recebidos pelo projeto. (SILVA LIRA, 1996 e SANÍN, 1995).

### Esquema N°. 6 Um Modelo de Análise



**Quadro N°. 12: Características dos conflitos estudados**

		<b>Caso 1 - Resíduos</b>	<b>Caso 2 - Serras</b>	
			<b>Pedreiras</b>	<b>Construções</b>
<b>IMPACTO</b>		Impacto negativo por localização de resíduos sólidos urbanos de AMBA em fossos de pedreiras em Olavarría.	Impacto negativo sobre as serras / impacto negativo sobre a cidade. (Impacto ecológico / extração de recursos não renováveis/perda de substrato e formação de fossos / afetação hídrica / perda da paisagem / prejuízos a outros usos efeitos de explosões)	Impacto por transformação de ladeiras serranas com construções, infraestrutura e caminhos. Perda da paisagem, impacto ecológico (hídrico/espécies) prejuízos a outros usos.
		Impactos sobre qualidade de vida (ameaça de contaminação, conflito com outros usos, entre modelos de desenvolvimento).		
<b>T</b>	<b>Manifesto ou latente</b>	Manifesto	Manifesto	Manifesto
	<b>De fato ou à espreita</b>	À espreita	- De fato (pedreiras em localização atual) - À espreita (pedreiras em novas localizações)	- De fato (construções atuais) e à espreita (projetos de urbanizações).
<b>I</b>	<b>Simétrico ou assimétrico</b>	- Assimetria parcialmente compensada com maior esforço, articulação multisetorial, cooperação, etc.	- Assimetria compensada com maior esforço, cooperação, articulação multisetorial, etc.	- Assimetria compensada com maior esforço, cooperação, articulação multisetorial, etc.
	Aspectos legais e técnicos	- Assimetria em favor de geradores	- Assimetria em favor de geradores	- Assimetria em favor de geradores
<b>P</b>	. Capacidade de influência em administradores governamentais.	-Bastante simétrico.	-Bastante simétrico	-Bastante simétrico.
	Meios de comunicação			
<b>O</b>	<b>Receptor</b>	-Cidade de Olavarría	-Cidade de Tandil	-Cidade de Tandil
	<b>Iniciador</b>	-Profissionais/ONG	-ONG/vizinhos/ Movimentos comunitários	-ONG/vizinhos
<b>R</b>			Antecedentes: profissionais/vereadores (72-94)	
	<b>Gerador</b>	- CEAMSE e grupos associados	- Empresas de Pedreiras	- Empresas imobiliárias e particulares
<b>E</b>				
	<b>Regulador</b>	- Estadual (Província de Buenos Aires). Ambivalentes: são fiscalizadores e no mesmo tempo os donos da CEAMSE.	- Executivo e legislativo local Executivo provincial – direção de mineração. Legisladores provinciais Defensor do povo.	- Local HCD. Ordenamento territorial Secretaria de Obras públicas Provincial (OP/hidráulica/SPA)
<b>S</b>				

**Quadro N°.12: Características dos conflitos estudados** (Continuação)

<b>D E S E M V O L V I M E N T O</b>	<b>INICIO</b>	- Os vizinhos afetados estabelecem de forma recorrente e crescente sua oposição ao projeto. Nos últimos anos, repete-se a situação em vários municípios. (Exemplo: no ano 2007 em Brandsen).	Profissionais e funcionários estabeleceram o problema desde a década dos 70. As regulamentações não se realizaram e o impacto multiplicou-se. Nos 90 cresce a preocupação e desde 1998 alcança maior magnitude. Em 1999 se instala como conflito ambiental principal na cidade. Ongs, vizinhos de bairros mais afetados por explosões e profissionais, etc. se expressam e acionam de forma contínua e crescente.	-Profissionais advertiram anteriormente sobre o impacto (décadas de 80 e 90). Ao final da década de 90 se valorizaram serras para uso residencial e turismo (sobre todo depois da devaluação de 2002) e cresce a construção fazendo visíveis os impactos. Teve maior magnitude em 2004 pela discussão pública de um caso particular. Associa-se ao conflito pelo uso mineiro.
	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	- Curto (mais que fugaz) em Olavarría Dilatado em AMBA	Dilatado	Dilatado
	<b>FINALIZAÇÃO</b>	- Solução em Olavarría, por abandono do projeto por parte da prefeitura. Mas, pendente em AMBA e grande parte da província de Buenos Aires. Permanecem conflitos em lugares de depósito de resíduos existentes. À espreita por conseqüências da nova lei de resíduos que incentiva a constituição de depósitos regionais em grande escala com resistência dos municípios em aceitar a importação de resíduos.	Pendente -Tentativas de resolução sem sucesso: Por entrega de compensações (direito para a extração de pedra). Por estabelecimento de prazos (ordenança prazo de 10 anos para a reconversão) Por alteração do projeto (planos de mitigação ambiental). Por via administrativa (mediação e Acordo Marco, re-localização em Parque Mineiro).	Pendente -Tentativas de resolução parcialmente concretizadas. Por alteração do projeto (códigos de urbanização) Por via administrativa. (Plano de ordenamento territorial e ordenanças específicas).
<b>T E M P O R A R I O</b>				

Fonte: Elaboração própria com base em conceitos de Santandreu e Gudynas, 1998.

## 4.2 As posições em conflito

### 4.2.1 As posições no conflito pelo projeto de disposição de resíduos da área

#### *Metropolitana de Buenos Aires na cidade de Olavarría, Argentina (2001-2003).*

Neste conflito “à espreita”, gerado pelo projeto de traslado e disposição de resíduos sólidos urbanos de Capital Federal e Grande Buenos Aires para os fossos de pedreiras em Olavarría, se consideram geradores a aqueles atores que propiciam o projeto (CEAMSE, e alguns integrantes do poder executivo da cidade de Buenos Aires, da Província de Buenos Aires e Prefeitura). Consideramos receptores os habitantes de Olavarría e iniciadores, os profissionais de ONGS e vizinhos que começaram com a apresentação do assunto e a mobilização. A particularidade neste caso, é que sendo a CEAMSE uma empresa formada pelo governo da Província de Buenos Aires e da cidade de Buenos Aires, os reguladores são partes dos geradores. Como podemos observar, tem papais contraditórios.

Utilizam-se como fonte, diversas edições do jornal “El Popular” de Olavarría, diários da Região (“Nueva Era” e “El Eco” de Tandil, e “El tiempo” de Azul), volantes e folhetos e entrevistas a informantes qualificados. Logo de um relevamento geral dessas fontes e para não fragmentar em demasia os textos, se escolheu só alguns artigos representativos das principais posições no conflito.

#### 4.3.1.1 Os Geradores

Na observação que se coloca a continuação pode-se ver a descrição do problema desde a ótica da CEAMSE.

#### A posição da CEAMSE

”El presidente de la Coordinación Ecológica Área Metropolitana Sociedad del Estado (CEAMSE), Carlos Hurst, admitió que se estudia la posibilidad de compensar económicamente a los municipios que poseen rellenos sanitarios, y aclaró que no hay definiciones en cuanto a la posibilidad de que la basura porteña sea enviada a Olavarría para rellenar las canteras.

Sin embargo, el funcionario aclaró que una determinación a adoptar sobre la disposición final de residuos, debe contar con el consenso de la comunidad porque, de lo contrario, ninguna de las partes intervinientes logrará un trato, y apuntó que, antes del 2004, deberán estar listos y seleccionados los terrenos receptores de desperdicios.

En declaraciones al diario El Popular, aclaró que el organismo que dirige no ha conversado con el intendente olavariense, Helios Eseverri, sobre el tema, sino que lo ha hecho el secretario de Medio Ambiente del Gobierno de la ciudad de Buenos Aires, que es uno de los dueños de CEAMSE

Sí, en función de las declaraciones públicas del jefe comunal, estamos trabajando hace tiempo en el desarrollo de un plan estratégico. Lo único que hicimos fue incorporar la posibilidad de que Olavarría sea uno de los destinos de los residuos sólidos urbanos y de la concreción de un relleno sanitario, agregó.

En tal sentido precisó que se trabaja en un diseño de plan estratégico de largo plazo para los próximos 15 ó 20 años que en principio implicaba un horizonte de 100 a 150 kilómetros del kilómetro 0 de Capital Federal. El tema de Olavarría, que se encuentra a 350 kilómetros por carretera y cerca de 320 por ferrocarril, implica una distancia superior a la que pensábamos. En función de esto somos conscientes de que hay que hacer un estudio serio desde el punto de vista de la ecuación económico financiera. Porque aumenta considerablemente el costo por tonelaje de traslado.

Asimismo, apuntó que en el CEAMSE estamos concretando un diseño en el que buscamos aprender de experiencias anteriores. Nuestra idea es que sean terrenos a los que se pueda acceder por distintas vías de comunicación. Desde lo técnico y operativo, nuestra idea es que se pueda acceder por más de una red. Que no sea únicamente la vial, por eso nos interesa la red ferroviaria y la vía fluvial.

En tanto, al realizar un primer esbozo de cuál sería la cantidad de residuos a enviar a la zona centro de la provincia reveló que estamos hablando de un total de cerca de 400 mil toneladas mensuales. Esto implica aproximadamente una cifra cercana a los 12 mil ó 13 mil toneladas diarias de toda el área metropolitana. Esto implica una redistribución que puede significar en cada uno de los rellenos a abrir, una cifra entre los 4 mil y las 6 mil toneladas diarias.

Respecto del canon que se le podría pagar a la administración comunal olavariense, recordó que es algo que nosotros no tenemos incorporado en el sistema actual, y por eso ahora planteamos rediseñar el sistema con la posibilidad de que el municipio se vea beneficiado desde el punto de vista económico. Hoy los municipios que tienen relleno no reciben un canon. A partir de nuestra experiencia de 20 años, queremos incorporarlo. Es decir, que el Municipio se vea beneficiado.

Por otra parte, recordó que CEAMSE sólo dispondrá residuos en los partidos donde haya consenso popular, y apuntó que el efecto negativo con algunas comunidades bonaerenses donde hay relleno tiene que ver con que el Conurbano creció irregularmente. Este sistema hace más de 20 años que está funcionando, y el problema es cuando la ciudad empieza a crecer sobre el relleno sanitario. Lo que se busca es que el relleno tenga un cordón que impida el crecimiento urbano sobre el área. Y esto hay que preverlo.

Lo hemos leído en los diarios. El tema de los residuos genera un movimiento de sectores de la comunidad que plantea su oposición. Pero nuestra idea es siempre que la comunidad participe en el debate y sea protagonista de lo que significa un relleno sanitario, agregó.

Según Hurst, la comunidad debe participar de reuniones, conocer la obra de ingeniería que significa un relleno sanitario, cómo se tratan los residuos, los

beneficios del recupero de tierras no aptas para el futuro, y que entienda que no estamos hablando de un basural. Es sustancialmente diferente el significado de un vertedero, de un basural a cielo abierto, de lo que implica una obra de ingeniería que trata la basura en el sentido de protección al medio ambiente. “No es un perjuicio, comentó”. ([www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 2003).

Ainda que não explicita pode-se advertir que existe um conflito importante nos lugares do empraçamento atual dos grandes aterros sanitários. Alega-se que isso acontece porque a cidade cresceu sobre os mesmos. Quer dizer, não reconhece o problema ambiental concreto do aterro senão de localização e propõe como solução colocar centros de disposição final em novos empraçamentos menos populosos.

Não reconhecem o dano ambiental. Seu projeto consiste em colocar os aterros em lugares de pouco conflito e rentáveis desde o ponto de vista econômico. Para isso estabelece condições técnicas e sociais, como contar com o consenso da população e oferece (sem precisões) incentivos econômicos. A proposta hipotética de compensação econômica ao governo local, opera como um mercantilização da capacidade de carga do lugar.

Confiam na capacidade de gerar confiança a partir da informação baseada em conhecimento especializado. A argumentação da recuperação das terras não aptas (fossos) foi utilizada no momento da criação da CEAMSE como projeto originalmente destinado a sanear, arborizar e urbanizar zonas baixas, divulgado como uma faixa ecológica, cujos resultados são altamente questionados na atualidade. (Ver opinião de Brailovsky mais adiante).

Predomina um critério de valor de cambio atual. Num sentido absoluto já que o aterro (ainda que se considerem os fossos como lugares poucos úteis, degradados por um uso anterior) supõe um uso irreversível. O aterro só pode ser usado como tal até estar completo e eventualmente, poderia processar-se nele biogás. Tem um benefício limitado no presente (dispor resíduos atuais) e impactos negativos presentes e futuros.

#### - A posição do Prefeito de Olavarría

O prefeito Hélios Eseverri, promoveu o projeto de realizar aterros sanitários do CEAMSE nos fossos do lugar, a partir do “grande valor econômico” que implicaria para a cidade, estabelecendo diretamente que representará “200 milhões de pesos em 10 anos para o município”. (Fonte: folheto oficial de distribuição domiciliar).

Claramente expressa o mercantilização da Natureza, a consideração do valor de câmbio atual e a idéia de substituição de capital natural por artificial. Mostra o projeto como comercio do município, que assim desta forma, obterá recursos econômicos.

Como se pode ver na citação seguinte, o governo municipal executa uma política ativa encaminhada à inclusão de Olavarría como centro de disposição final. Também, se fala de uma licitação, colocando em evidencia conversações previas com a Secretaria de Política Ambiental da Cidade de Buenos Aires (uma das donas da CEAMSE) que poderia inclusive financiar o estudo de viabilidade e com o presidente da CEAMSE, Carlos Hurst.

“Eseverri (Intendente) y Arregui recorrieron la CEAMSE junto con gerentes y técnicos de la entidad para más tarde acceder a una entrevista con Hurst. "Le dijimos que la Universidad estaba haciendo un estudio y que si determinaba que esto era factible y no generaba problemas para Olavarría, la ciudad estaba interesada en el proyecto. Ellos hablaron de la licitación a fines de año o principios del próximo, con la posibilidad de que Olavarría se presente", detalló la titular de Obras Públicas municipal.

Respecto de las declaraciones recientes de Hurst planteando la conveniencia de llevar la basura a distancias no mayores de 150 kilómetros, Arregui dijo que "es real pero de ninguna manera descartan la posibilidad de Olavarría. Entonces lo que hicimos fue decirles que estaba el estudio en marcha y que habíamos mantenido contactos con la Ciudad de Buenos Aires. Con lo cual Olavarría no quedó descartada".

Margarita Arregui expresó que "volvimos con una buena sensación. Hay técnicos con mucho conocimiento y que van a venir a mantener un encuentro con la gente de la Universidad". Con relación a la financiación del estudio de factibilidad confirmó que estará a cargo de la ciudad de Buenos Aires aunque aún se desconocen los costos globales”. (**“Importante reunión de Eseverri con autoridades de la CEAMSE”**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 30/9/03)

Neste conflito se faz difícil delimitar os atores com capacidade de ação reguladora. CEAMSE, como foi citado no Capítulo 3, é estatal, mas atua a través de empresas privadas e seu controle se faz difícil para o estado, convertido em juiz e parte. A experiência mostra as dificuldades da CEAMSE para evitar as inumeráveis deficiências na gestão de resíduos e a falta de uma política clara de controle por outros organismos do Estado. Neste caso a Secretaria de Política Ambiental parece desempenhar um papel de controlador “ex-ante” importante.

## A posição da Secretaria de política ambiental

“El titular de Política Ambiental de la Provincia, ingeniero **Adolfo Boverini**, les anticipó a ambientalistas de Olavarría que no va a autorizar cualquier proyecto que pretenda enterrar basura en las canteras porque no se las considera lugares adecuados para instalar un relleno sanitario. Y la decisión de la Subsecretaría es definitiva.

Esto es lo que dice un informe técnico que Boverini encargó luego de informarse del debate que se había originado en Olavarría a partir de que el Ejecutivo Municipal hizo conocer su intención de traer basura metropolitana para enterrarla en las canteras del cordón serrano. (“**La Provincia no autorizará que se deposite basura en las canteras**” [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 9/11/2003).

Como indica o informe sobre os fossos de Olavarría, estas não seriam aptas para o recheio e de concretizar-se o projeto poderia significar um impacto negativo sobre camadas de água que poderiam ser utilizadas para o consumo humano. Esta exposição mostra por uma parte o aumento da vulnerabilidade à contaminação das águas subterrâneas logo da exploração mineira (que não é o motivo deste conflito) e por outra parte, mais além dos efeitos irreversíveis de esse uso anterior, o uso como aterro, poderia agravar a situação ambiental, contaminando as águas subterrâneas. Esta perspectiva é antropocêntrica e utilitarista e destaca o valor de uso direto e indireto atual e futuro.

“El informe que realizó la subsecretaría de Política Ambiental, que firma el ingeniero Humberto Migoyo, señala que las Sierras Bayas constituyen una unidad orográfica relativamente coherente del sistema de las sierras septentrionales de la provincia de Buenos Aires.(...)Tanto el basamento cristalino como las calizas, dolomitas y ortocarcitas presentan fracturas diaclasas y otras discontinuidades estructurales, lo que indica permeabilidad de tipo secundaria, la cual, si bien a nivel local puede ser poco significativa a nivel regional es importante.(...)En general la capa freática es poco profunda, está contenida en los sedimentos pampeanos y se recarga directamente del agua de lluvia. La recarga de los niveles semiconfinados más profundos se produce por infiltración vertical descendente a partir de la capa freática, la que no tiene una base netamente impermeable porque se asienta sobre rocas fracturadas. Esto representa un área de recarga del acuífero semiconfinado que por su calidad podría resultar apta para consumo humano. (...)En aquellos casos que la actividad predominante en la zona sea la explotación de canteras, suele ocurrir que el uso de explosivos cercano a las mismas producen vibraciones reactivando fisuras en canteras aledañas.(...)Por lo expuesto, los sitios (canteras) en donde se extrajo mineral produciendo una depresión del terreno, reduciéndose el espesor entre la superficie y la napa de agua subterránea, y en donde los niveles estáticos de la napa subterránea inundan la misma, no se consideran como lugares adecuados para la instalación de un relleno sanitario. El informe está fechado el 5 de septiembre de este año y aclara que esta área no cuenta a la fecha con ningún tipo de presentación inherente al proyecto de relleno

sanitario en canteras de la localidad de Olavarría". (“**Un informe contundente**”, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 9/11/2003).

Como se pode entrever a crônica jornalística em parte transcrita debaixo, o prefeito apresentou o projeto, mas sem dar maiores satisfações. Os vizinhos, as ONGS, etc. reclamaram por maior informação e se mobilizaram contra a importação de lixo. O prefeito, longe de assumir as deficiências de comunicação do projeto, responsabilizou aos vizinhos.

“Fue entonces cuando se produjo el cara a cara, respetuoso y prolongado (con prensa y oyentes variados), en el que Eseverri se guardó la carta en el bolsillo izquierdo de su saco, tras escuchar a los voceros de los convocados, les explicó su idea de "poner en debate" el tema de la basura además de advertirles que "con pancartas van a hundir la ciudad. Las pancartas son irracionales, acá y en cualquier lugar del mundo".

Ante el reclamo vecinal de que "nunca nos llamó para hablar", Eseverri respondió "vino mucha gente y ustedes no vinieron. Me llamó la atención que no vinieran. Yo ahora les digo que hablen con la gente de la Universidad (Nacional del Centro), conmigo no tienen que hablar". En ese punto, los representantes vecinales le arrancaron la promesa al mandatario comunal de que los va a "presentar a la Universidad" para que formen parte en el estudio dentro de los actores sociales. "Los van a llamar y espero que cuando los llamen vayan", aseguró Eseverri. Finalmente, hubo entre las partes un pacto para hablar del tema durante la reunión que estaba a punto de comenzar, siempre y cuando no se escucharan gritos desde la calle. (“**Los cruces esperados**”, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 21/08 2003).

#### 4.3.1.2 Os Receptores

Considera-se ao conjunto dos habitantes da região de Olavarría como os receptores dos impactos negativos do projeto. Na região, os povoados Sierras Bayas e Villa Fortabat, aparecem como os mais diretamente ameaçados por ser as áreas onde está a maioria dos fossos.

O seguinte extrato de uma nota jornalística descreve a situação do conflito:

“El proyecto de transformar a las canteras olavarrienses en depósito de los residuos domiciliarios porteños a cambio de una suma de dinero sufrió un duro revés.

La resistencia a la idea que impulsa el intendente municipal, Helios Eseverri, comienza a tomar cuerpo. El jueves hubo otra movilización similar en Olavarría, mientras se siguen sumando voces en contra de la llegada de la basura y en defensa del medio ambiente. Ese día la mayoría participaba por primera vez de una marcha de protesta.

Saúl Bajamón manifiesta -Nuestro intendente habla de que recibirían de 10 a 18 millones de pesos de canon, que sobre un presupuesto municipal de 43 millones es bastante. Encargó un estudio de impacto ambiental a la UNICEN (Universidad Nacional del Centro). Desde hace 20 días todos los medios están con este tema". (**"Inédita movilización en Olavarría"**, [www.nuevaera.com.ar](http://www.nuevaera.com.ar), 30/07/2003).

O reclamo da população tem-se organizado amalgamando ONGS, associações, grêmios e instituições de bairros. Suas principais ações são os pedidos de informação as autoridades, o estudo do assunto, a difusão e a mobilização. É particularmente chamativo, que o conflito alcança uma intensidade muito alta sem que se consiga conhecer profundamente um projeto. A falta de informação para a população é uma das características desta disputa.

"Delia Baranzini, presidenta de la Fundación Nuevo Horizonte, aseguró que "el debate actual está dado sobre dudas. Nos van diciendo todos los días una cosa diferente. Creo que no hay un proyecto armado (...) Para empezar a trabajar en piso firme necesitamos una copia del proyecto que le entregaron a la Unicén, si realmente existe. Y además una serie de datos que hacen a la necesidad del pueblo de saber de qué se está hablando (**"Vamos a exigir que haya una respuesta"**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 08/08/2003)

Como se vê a continuação os ambientalistas consideram ao investimento subordinado à responsabilidade e a avaliação do risco e não o inverso. Quer dizer, expressam uma lógica contraria à da flexibilização ambiental.

"Este es un proyecto inconsulto, bastante irresponsable: nada justifica una inversión de ese tipo cuando hay un riesgo para los habitantes". Y dijo que "nosotros decimos que como en su momento la inversión del tomógrafo se justificó en salvar vidas, no se debe justificar ninguna inversión que mate gente". (**"Vamos a exigir que haya una respuesta"**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 08/08/2003)

No documento referido à apresentação ante as autoridades da Fundação Novo Horizonte, outras instituições e vizinhos descrevem o impacto que desejam evitar caracterizando-os como irreversíveis e invocando a equidade intergeracional.

Constitui basicamente uma defesa do valor de uso presente e futuro da Natureza:

"Las consecuencias de cualquier filtración que contamine los acuíferos, la posibilidad de emanaciones nauseabundas e inclusive la acumulación de materia orgánica en grandes cantidades en socavones de explotaciones mineras generarían perjuicios irreversibles que afectarían a varias generaciones: ya se sabe que los daños a la naturaleza se realizan en poco

tiempo, pero lleva décadas y hasta siglos repararlos". ("**Vamos a exigir que haya una respuesta**", [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar) , 08/08/2003)

Logo se faz uma referencia à apropriação simbólica da cidade e ao lesivo de mudar a identidade atual por outra associada ao lixo. Assim bem, esta cidade a diferença de Tandil, parece ter construído uma identidade baseada mais, em aspectos culturais e “artificiais” que na singularidade de suas características naturais, não admite perder os padrões atuais de qualidade de vida:

"La olavariense es una comunidad de trabajo que ha hecho trascender su nombre fronteras afuera de su jurisdicción con calificativos que la enorgullecen, tales como Ciudad del Trabajo, la Capital del Cemento o por medio de figuras de la cultura o del deporte que la han distinguido, como el caso de los hermanos Emiliozzi, el equipo de fútbol de Loma Negra, el platero Armando Ferreira o el poeta Arsenio Cavilla Sinclair; no parece conveniente que en el futuro esa distinción se vea empañada por el hecho de convertir a nuestro partido en el basurero de la provincia de Buenos Aires". ("**Vamos a exigir que haya una respuesta**" [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 08/08/2003)

Os pedidos de informação se reiteraram em várias oportunidades sem sucesso durante o conflito. O fragmento do documento seguinte nos permite observar as dificuldades para dispor de informação publica é pareceria indicar que a tarefa dos ambientalistas em grande parte deve concentrar-se em produzi-la e socializa-la.

“Las dos asociaciones ambientalistas locales le presentaron ayer al Intendente un cuestionario con más de 20 preguntas relacionadas con el tema de la basura y lo emplazaron perentoriamente a responderlo mediante carta documento, caso contrario le iniciarán un recurso de amparo "por denegar dicha información (art. 16 de la Ley 25675)".

El cuestionario es similar a uno anterior, pero ampliado, por lo que prácticamente se estaría insistiendo una vez más con obtener información correspondiente al proyecto por el cual se pretende disponer los residuos de Capital Federal en canteras olavarienses o, así como trascendió, en un campo de la zona.

Esto último fue negado enfáticamente por el propio Intendente quien calificó de "disparate" tal trascendido. Pero como citó el ingeniero Llorensi, "el titular del CEAMSE, Carlos Hurst, le dijo a Clarín que los candidatos a recibir los residuos de Capital y municipios del Gran Buenos Aires 'deberán ofrecer terrenos con una superficie mínima de 300 hectáreas cercanas a vías de acceso y fuera de áreas de crecimiento urbano' ".

Por otro lado, las canteras habrían quedado virtualmente descartadas porque en primer lugar ya se maneja muy firmemente la hipótesis de que estas erosiones están por debajo de la napa freática y que las obras que habría que hacer para aislar la basura serían muy costosas. De todos modos, mañana se hará in situ ese estudio, que es muy rápido y sencillo, y que confirmaría lo que se intuye en la comisión de estudio.

Esto, para Jorge Juárez, un técnico minero que se pasó prácticamente su vida en las canteras, es "investigar una obviedad". (“Preguntas”, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 2/12/2003)

Como podemos ver a seguir, a procura de informação não se realiza só a nível local. Também alcança o nível provincial e os resultados dessa procura às vezes contam algo mais ou algo diferente do que se procurava saber. Do seguinte parágrafo podemos concluir que não fica claro o projeto, mas sim que se construí de uma forma bastante arbitraria, mais parecida a uma negociação empresarial que a uma política pública democrática. A sociedade fica sabendo do que os funcionários conversam e/ou negociam obtendo informação parcial de varias fontes e tentando de armar o quebra-cabeça.

Em outra parte da extensa nota onde se resenha um documento com 20 perguntas realizadas pelos ambientalistas se põe em evidencia a falta da existência de um projeto ou, se o tiver de sua difusão pública. Não se perguntam detalhes senão questões elementares:

“Juárez apuntó que se lo había ido a entrevistar al titular de CEAMSE "para que nos responda las preguntas que aquí no respondían. Le preguntamos si Olavarría estaba interesada y nos dijo que sí, que eran tres los municipios que pretendían participar de la licitación (25 de Mayo, Villa Paranacito y Olavarría). Le expuse todos los elementos negativos que tienen las canteras, me escuchó atentamente y luego me dijo '¿y quién le dijo a usted que deberían ser las canteras? Frente a mí se sentó Eseverri hijo y a su lado Eseverri padre quien me dijo que la sociedad olavarriense no le iba a poner ningún obstáculo para traer la basura'. Eso fue lo que nos dijo Hurst. Por esto, la posibilidad de que sea un campo el sitio para la disposición final de los residuos porteños tiene cada vez mayor fuerza".

Juárez está convencido que hay que estar alertas, y prefirió no entrar en el debate de cuál era el mejor lugar para la basura. De todos modos opinó sobre lo que dijo el gerente de Malvinas a este Diario respecto de los trabajos que habría que hacer para que los residuos no contaminen la napa freática. "Por un lado, repito, en Olavarría no hay una sola cantera agotada. Por lo tanto, según la ley, no se puede utilizarlas para rellenos sanitarios. De paso digo que toda explotación minera causa un impacto ambiental, por lo que tienen una obligación de consensuar con el organismo estatal que corresponda, la forma de minimizar ese impacto. Con ese fin, algunas empresas, al socavar para llegar a la piedra caliza, hacen grandes escombreras que deben ser forestadas porque el código minero así lo exige. Sin embargo, acá no se forestó ninguna porque no hay nadie que lo controle".

A juicio de Delia Baranzini, "no es verdad que la basura no sea contaminante como dice Carrizo". Lo mismo opinó Llorensi y Juárez añadió que "los trabajos que propone hacer el gerente de Malvinas para rellenar las grietas de las canteras son terriblemente costosos: valen más que el relleno de todo el país. Hacer otra cosa más barata que sería lo que se llama 'unitado' duraría muy poco, prácticamente nada, no tendría fuerza para contener la presión del agua".

Baranzini volvió sobre el relleno sanitario local: "preguntamos qué había pasado con los lixiviados y nunca se nos respondió ni mostraron los análisis. Entonces, parece que estarían escondiendo información y cuando esto pasa uno desconfía".

Finalmente recordaron los incendios que se produjeron hace unos cuatro años en el relleno sanitario y "las graves consecuencias que esto tiene para la salud de la población". (**"Preguntas"**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 2/12/2003)

Os ambientalistas também propõem buscar alternativas sustentáveis para a gestão dos resíduos sólidos urbanos e tomam como exemplo a experiência do Município próximo de Rauch.

"Detalle más, detalle menos, el tratamiento de residuos que lleva a cabo la Municipalidad de Rauch se basa en la clasificación y comercialización, y la conversión de los orgánicos en abono para la tierra.

El sistema, además del aporte que significa a la salud de la población, eliminó definitivamente el cirujeo y creó 17 nuevos puestos de trabajo formal.

"Invertir en una planta de tratamiento sale tres veces más caro que el costo de un relleno sanitario -sostuvo Delia Baranzini- pero ésta es una inversión que se compensa, entonces, por varios lados. Sólo hay que tener la voluntad de transformar la basura en salud y trabajo para la gente". (**"Ambientalistas quieren una solución racional para los residuos locales"**, [www.elpopular.com](http://www.elpopular.com) 20/11/2007)

Parte do trabalho dos ambientalistas locais foi convocar científicos e acadêmicos nacionais e locais para expressar-se sobre o assunto. Isto contribui para informar á opinião publica e manter a dinâmica da oposição que pretende evitar o dano.

Antônio Elio Brailovsky, ecologista e Defensor do Povo da cidade de Buenos Aires, entre outras coisas expressou:

"Cualquier cosa que se haga sin el correspondiente estudio de impacto ambiental es peligrosísima. Pero además, es sustancial que se escuche a la gente. En esto hay que tener en cuenta que una objeción importante a un proyecto no es sólo si afecta el agua o el aire sino también si afecta los sentimientos de la población. Y si afecta los sentimientos de la población ya es un motivo razonable para suspenderlo. (...) Conozco experiencias tirando a espantosas en todo lo que es el relleno de cavas en el Gran Buenos Aires. Supongo que en Olavarría el agua que toman es extraída de napas subterráneas. En la naturaleza no hay nada que sea absolutamente impermeable. Pero si estamos poniendo basura en un lugar como las canteras, se plantea el riesgo de que la fuente de agua potable en algún momento sea contaminada (...) El CEAMSE se controla a sí mismo. Se está planteando que se va de Avellaneda y hay que buscar otro lugar. Lo que todavía no se planteó es una auditoria ambiental sobre el estado en el que está dejando el lugar. Porque supongo que habrás visto que en la autopista La Plata-Buenos Aires hay una montaña de basura de más o menos 15 metros de alto que no se parece en nada al parque que el CEAMSE prometió en su momento dejar en ese lugar. Es un relleno en donde hay tóxicos y en

donde no hay sólo basura domiciliaria. (...)Me fascinaría que se hiciera una auditoria ambiental para ver qué es lo que encuentran. Pero te doy dos detalles: primero, el pliego de licitación de recolección de basura de la Ciudad de Buenos Aires vigente dice que el Gobierno de la Ciudad renuncia a verificar qué llevan los camiones de basura. Viene de la época de (Carlos) Grosso y Manliba. Pero se mantuvo en la época de De la Rúa y más adelante también. Pero, en segundo lugar, en el pliego propuesto por el Gobierno de la Ciudad para los próximos contratos establece como falta leve si las empresas recolectoras llevan residuos que no sean domiciliarios. O sea, perciben una pequeña multa por una cosa que las leyes nacionales califican como delito. En esas condiciones si nadie va a controlar qué llevan a Olavarría, lo único que puedo decir es que si lo pueden evitar, evítenlo.” (BRAILOVSKY Antonio Elio, Entrevista, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 3/8/2003).

Pelo anterior pode-se afirmar que os fossos são lugares inadequados para fazer o aterro sanitário, não se poderia controlar o ingresso de resíduos e a CEAMSE apresenta antecedentes que merecem a desconfiança da população. O entrevistado, defensor adjunto da cidade de Buenos Aires adverte sobre as deficiências do marco de regulação, que facilitam desde a etapa da coleta o ingresso de resíduos perigosos ao circuito dos domiciliários.

Não só se privatiza e/ou se terceiriza a gestão, senão que o Estado assume desde o marco de regulação um papel débil e auto-limita sua capacidade de controle.

Estas limitações se traduzem em riscos e impactos negativos principalmente na área onde os resíduos são colocados finalmente, podendo dizer que tanto o sistema atual de gestão de resíduos da AMBA como no que se perfila, predomina uma perspectiva antropocêntrica e utilitarista. Além de isso existe uma diferenciação de áreas centro/periferia deslocando os usos com impactos negativos a zonas de baixo crescimento demográfico. Isto é um critério fortemente antropocêntrico, destinar como depósito de lixo os territórios que os administradores consideram menos úteis e valiosos.

A partir da exposição de Brailovsky poderiam identificar-se pelo menos três posições diferentes: CEAMSE expressa um critério ligado ao valor de cambio que subordina ao valor de uso direto e indireto presente e futuro. Os governos da cidade e da província em parte coincidem com CEAMSE e em parte dão maior peso ao valor de uso, e o próprio acadêmico incorpora um critério de valorização mais amplo e plural, incluindo os sentimentos da população. Quer dizer, um critério que si bem, não se pode identificar como valor de existência e segue sendo antropocêntrico, não está ligado só à utilidade.

No nível local, numerosos profissionais expressaram-se tomando posição no conflito. Assim o Engenheiro Blanco Fernández argumenta desde uma ótica que poderia caracterizar-se como desenvolvimento local sustentável.

Lembra á experiência das áreas já afetadas pelo CEAMSE como principal mostra da sensatez do recuo ambientalista. Reconhece fatores situacionais como a grande desocupação no partido de Olavarría, mas não aprecia o “grande negocio” do projeto de Eseverri, invocando sua não correspondência com o Plano Estratégico e propondo cimentar um desenvolvimento sustentável. Para isto parte da identificação da Prefeitura como Capital do Trabalho, e a criação de uma marca “Olavarría” para a produção agroindustrial, mostrando o enorme prejuízo que significaria converter-se na “Capital do Lixo”. Claramente estabelece o conflito de interatividade, o uso como depósito de resíduos afetaria outros usos não só da superfície diretamente envolvida senão da cidade em seu conjunto.

Esta exposição estabelece uma discussão de modelos de desenvolvimento e inclui o valor presente e futuro da Natureza, de uso e de cambio.

Vê ao projeto de especialização sujo, como uma perda de valor de uso e de cambio para toda a cidade.

"Estimados vecinos: ¿no habrá llegado la hora de hacer un esfuerzo y pagar un tour por la autopista Buenos Aires - La Plata para aquellos que duden de los efectos que tan claramente esgrimen chicos y grandes sólo con sentido común?

"Abrir la ventanilla y sentirse inmerso en los aromas en los que vuelan y respiran "carroñeros" y roedores, acercan rápidamente a nuestras conciencias la imagen que con toda claridad reconocen quienes se preocupan por el llamado, impacto ambiental.

"No es mi intención reiterar los conceptos que con justificada razón nos han movilizado en defensa de nuestro tan apreciado entorno. Ni desconozco, que ostentamos el privilegio de liderar posiciones entre los partidos con mayor desocupación laboral. Sino abordar desde otro punto de vista, el análisis del " fantástico negocio" planteado por las autoridades comunales.

"En tal sentido, cabe pensar que tratándose de una gran oportunidad de empleo e ingresos para nuestro partido, y que a apenas dos años de haberse intentado planificar el futuro de Olavarría en un Plan que no menciona tan brillante alternativa, y que se llama "... te quiero así" es necesario hacer saber que somos muchos los "que no te queremos así".

"Creatividad y planificación, dos palabras fuertemente imbricadas con el crecimiento de una sociedad, no solo en lo meramente económico sino en un contexto en el que el debido análisis de fortalezas y debilidades, debe impulsar las fuerzas de los sectores hacia un desarrollo sustentable.

"La demanda global exige hoy más que nunca una calidad superior en sus alimentos. ¿Por qué es así? Porque se han percibido finalmente las consecuencias de resoluciones tomadas sin tener en cuenta precisamente el concepto de sustentabilidad.

Y es esto lo que espero de nuestro querido terruño, futuro. ¿En manos de quién está ese futuro? En nuestras manos, de la comunidad toda, de los microempresarios, de las Pymes, de todos ellos, si son conducidos y no estorbados por políticas macroeconómicas erradas o por decisiones locales que cegarán esas posibilidades.

Que tan lindo sería que del producto del esfuerzo conjunto, lanzáramos al mercado la marca "Olavarría", que identificara a nuestras carnes, harinas, aguas, leches, frutas, verduras, pescados, hongos, aves, dulces, como un

símbolo de las pampas bonaerenses; todo pródigas, irrigadas por las aguas puras de las napas de las sierras. En el partido líder en cantidad de hacienda bovina.

Identificando a nuestros hombres y mujeres, a nuestra sociedad, con la creatividad y la inteligencia puesta a disposición de todos en pro de un digno presente y de un próspero devenir. En síntesis sociedad pujante, tesonera y de trabajo. Capital del Trabajo.

Pero frente a ello, ¿cuál es el futuro de un proyecto integrador de las fuerzas de la industria junto a los distintos sectores que nuclean a la producción de agro alimentos? Ante la solución para la desocupación planteada.

Ayer, mientras disfrutaba junto con mis hijos de las delicias dulces que produce con amor y orgullo un joven y tenaz microempresario olavarricense, me detuve a observar y recapacitar sobre su futuro. Mientras meditaba, vi en el reverso de la caja, la "gorda y rica" figura de nuestro partido. Estaba allí como respaldando ese orgullo, producto de su trabajo. Pensaba, si él soñó un futuro, quizá el mismo que yo tengo, a quién le venderá sus delicias dulces, cuando ese partido que ostenta con orgullo en su envase se identifique con la marca: Capital de la basura". (Ing. BLANCO FERNÁNDEZ, citado en **“Entre los rechazos y la alternativa”**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 27/7/2003)

A argumentação do Dr. Ricardo Viñuales centra-se nos aspectos simbólicos do projeto para Olavarría e seus habitantes. Pareceria usar um tom irônico quando se refere á infalibilidade da Universidade e os controladores estatais. Discute o conceito de riqueza e fixa uma posição que não se fundamenta em considerações ecológicas e econômicas senão culturais. Refere-se ao “prestígio” como um valor superior e identifica-o com limpeza e beleza. Também expressa o principio de precaução alertando sobre os custos de um eventual erro.

"En estos días se promete a Olavarría enormes riquezas a cambio de enormes cantidades de basura. Se asegura también que la ecología, la salud y la belleza del ambiente estarán garantizadas por la infalible ciencia de la Universidad (según se desprende de la última entrevista que tuvo Helios Eseverri por el canal Local) y la aún más infalible capacidad de control del gobierno municipal (cualquiera que fuere este). En este contexto cabe reflexionar simplemente en el insulto que representa ser llamado "basura".

"Hay muchos ricos que a veces son llamados así con envidia y en algunos casos con razón. Sin embargo a ellos no les importa mientras disfrutan de sus riquezas. Ese parece ser el criterio moderno -economicista- que sostienen los que pretenden que Olavarría sea el gran basurero nacional, lleno de riquezas y de deshechos. Según dicen los beneficios de la riqueza se extenderán a todos los habitantes, pero también se extenderá en mayor proporción el pensamiento de todo el país, ya que pasaremos a ser la Capital nacional de la basura y seguramente tendremos la Fiesta Nacional de la Basura. Seremos recibidos en todas partes como los habitantes del Basural y mucha gente tendrá cierta aprehensión al pasar por nuestras rutas y terror de habitar o simplemente de visitar nuestra ciudad.

Nos tomarán el pelo, tendremos vergüenza, nuestros bienes perderán valor. La riqueza llegará probablemente a unos pocos y quizás ni siquiera los beneficiarios sean de nuestra comunidad. Nuestras canteras, aunque sean el producto de la mano del hombre, son muy pintorescas y bellas. Nuestra agua es muy pura y realmente no sería deseable que cuando haya que exhibir a la

ciudad para atraer empresas y turistas se tenga que exponer además el "gran basural". Hoy no se puede mostrar ni siquiera el pequeño basural propio de la calle Ituzaingó, con las aves volando por encima, aunque que el señor intendente lo esgrima como uno de sus logros. Ni pensar en un basural 200 ó 300 veces mayor.

No se trata sólo de una cuestión económica ni ecológica, está en juego el prestigio de nuestra región y de sus habitantes. Habrá que definirse entre querer ser un "basura rico" o un ciudadano quizás algo más pobre de un lugar limpio y hermoso.

Dejando de lado las cuestiones técnicas y económicas por ahora, parece preferible que busquemos modestas riquezas de otras formas, sin poner a prueba la infalibilidad de nadie, porque debemos ser conscientes que el costo del mínimo error puede ser enorme. Lo único que verdaderamente resultará infalible y garantizará el derecho de no ser "basureado" es que la basura no venga" (VIÑUALES, Ricardo citado en "**Entre los rechazos y la alternativa**", [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 27/7/2003)

Um grupo de arquitetos nucleados no grupo Peñi Curá realizou um informe no qual repassaram os impactos negativos do projeto, tanto os físicos, como os sociais.

Desestimaram-se argumentos que o apresentam como um investimento para gerar biogás. Destacaram que esta localização dos aterros não dá como resultado maior desenvolvimento. E longe de isto, atenta contra muitas outras atividades atuais e possíveis em Olavarría. Questiona-se como modelo de desenvolvimento. Expressa um ideário coletivo que implica um critério de valorização da Natureza centrado no valor de uso atual e futuro. Não há referencia ao valor em si, e predomina uma visão antropocêntrica, mas, ligada a um uso responsável em longo prazo e a uma conservação utilitarista ecológica.

"Se expresa en el informe que "los estudios de impacto ambiental de rellenos sanitarios analizan los posibles daños en el área de influencia de agua, aire, suelos, biota (flora y fauna) y población y se considera positivo y satisfactorio cuando los daños se hallan dentro de determinados parámetros, pero se parte de que siempre hay un daño". Con lo cual parte de la base del concepto que "un perro podrá llamarse León pero es siempre un perro".

A partir de esa base, apuntan que "los especialistas aseguran que el comportamiento de los rellenos es impredecible porque la basura es un elemento heterogéneo y experimenta simultáneamente numerosas reacciones químicas, bioquímicas y físicas, dependiente de muchísimas variables que no se pueden ponderar. Ese concepto esgrimen las empresas cuando ocurren desastres para deslindar sus responsabilidades. Los rellenos sanitarios tienen innumerables problemas tales como permanentes filtraciones que depositan materiales pesados, plomo y mercurio en el suelo y napas de agua; o escapes de gas que contaminan el aire y producen calentamiento de la atmósfera, incendios, desmoronamientos que provocan el derrame del lixiviado (líquido negro y viscoso que fluye por las laderas y deja la basura descubierta, proliferación de roedores e insectos) o estos fenómenos se producen aún cuando se han respetado todas las reglas del tema".

Además, consideran que "las personas de todo el mundo no quieren que su lugar sea de deposición de basura y la estrategia de las empresas para

convencerlos es la seducción con supuestas ventajas económicas para lo cual se eligen comunidades pobres que las acepten. No hallamos casos de comunidades prósperas por haber aceptado ser lugares de deposición. Hallamos muchos casos de personas que levantan casillas en los alrededores de los rellenos sanitarios para comercializar los elementos reciclables".

En cuanto a la producción de biogás, los arquitectos expresan que "las plantas de biogás o gas pobre tienen un alto costo inicial y para que funcionen es imprescindible que el relleno sanitario esté clausurado o sea mucho tiempo después de su puesta en funcionamiento porque el sistema de captación de gases debe ser anaeróbico. La tendencia actual en el tratamiento de residuos es el reciclado".

Todos los rellenos sanitarios -manifiestan- "van acompañados de miseria, enfermedades, contaminación del suelo, agua, aire, flora, fauna, tierras inutilizables, degradación del paisaje. El ideario colectivo de la comunidad de Olavarría está basado en el trabajo, el paisaje de las sierras y el campo, la producción agropecuaria, las industrias, el aire puro, la salud, la prosperidad, la limpieza y tiene aspiraciones de lugar de turismo, de producción orgánica, de educación y servicios para localidades circundantes. El concepto de ser lugar de deposición de basura atenta con este ideario y es ampliamente rechazado". (Arq. VITULLO Juana, Arq. MÉNDEZ Adriana y el Ingeniero Civil REINERS Eduardo. Doc. Publicado en [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 5/08/2003)

O jornalismo desenvolve uma função sumamente importante. São os meios da imprensa que permitem aos atores construir um debate público. Sobre todo, levando em conta que os geradores e reguladores não provêm à opinião pública da informação procurada e não esclarecem suas ações e negociações. Não poderia ter uma esfera pública onde expressar e exercer a dinâmica deste conflito se não tiver canais de expressão como os meios de comunicação. Neste plano, a relação é mais simétrica para os receptores que no plano das decisões políticas e econômicas.

O jornalismo não só permite, facilita ou canaliza as opiniões de diferentes atores. Também constrói opinião pública a través de notas de opinião, crônicas e editoriais.

O fragmento da crônica que segue descreve o contexto e os fatores situacionais.

"Dieciocho millones de pesos anuales para una Olavarría que fatiga un presupuesto no mayor de cuarenta. ¿A quién no iba a deslumbrar la idea? Pre-estimar fuentes de trabajo en una comunidad industrial en franca decadencia es un gol olímpico. Hablar de mucho dinero fresco en una ciudad que espera la carrera de TC para que alguien consuma un café más en un pub, es un arte de magia. Hablar de tres trenes diarios con 5.000 toneladas de residuos y su consecuente explosión económica es armar un banquete frente a los desolados por el hambre. Y decirles que algo les va a tocar. Hablar de los residuos como alternativa productiva en una ciudad que dejó despoblarse su industria sin reemplazos, es prometer que el pibe de los mocos se volverá príncipe. Pero, esta vez, los colores de los espejos no marearon como en otras épocas. (...) Si en la mismísima Loma Negra la gente salió a la calle. Ese pueblo tentacular de la fábrica, nacido al ritmo y al brillo del apogeo

fabril, que nunca tuvo quejas. Es que creció ordenadamente alrededor del cemento, con la debida obediencia al espléndido poder que ha dictado las reglas desde el origen. Pero el cambio es. Y no se tuvo en cuenta. Ayer salieron a la luz y al sol gentes que comen del Municipio y de la planta cementera. Y marcharon contra un proyecto que incluye a la Municipalidad y a Loma Negra. Es la apuesta fuerte del Intendente y un muy buen negocio para Ferrosur. Es la posibilidad de tapar los agujeros financieros que empezarán a aparecer el año que viene, cuando venzan los plazos de gracia y haya que desembolsar la vida para pagar los créditos de los grandes proyectos del Intendente que reina. Y son tres trenes diarios que irán y vendrán con lo que descarta la ciudad de Buenos Aires.

En los pueblos donde la gente conservó durante toda su historia, ahora se tomó la calle. En la ciudad, donde profesionales, comerciantes, señoras y señores del centro, ciudadanos apellidados, hombres y mujeres pensantes, votaron por el Intendente, se tomó la calle. Y la tomaron esos mismos profesionales, comerciantes, señoras y señores (etc.) que jamás caminaron detrás de una pancarta. Tomaron la calle los votos de Ezeverri. Y ése es el pavor de estos días. Sin partidos de izquierda a los que el Intendente pueda demonizar y le sirvan para descalificar cualquier llorera popular.

Porque en un pueblo que conserva, la gente se dio cuenta de que se pueden cambiar cosas desde el reclamo conjunto, colectivo, tronante en la calle. Se dieron cuenta de que nadie es el dueño de esa calle y de que nadie puede darse el lujo de mirarla con altivez desde un piso frente a la plaza.

Los vecinos más añejos de Loma Negra hasta hace muy poco esperaron el regreso de Alfredo Fortabat, con los mismos ojos puestos en la nostalgia de la lejanía que la gente de Aracataca, el pueblo de García Márquez que todavía espera el retorno de la compañía bananera. La que le dio oro cuando llegó y miseria cuando se fue. Ni ellos ni los sierrabayenses viejos se olvidan de que los que vinieron a vaciarles la tierra de piedras pagaron un tributo que fue a parar al pavimento de Olavarría. Y sospechan que si ahora vienen a taparles los agujeros de la tierra con mugre, además de contaminarles la vida, tampoco les dejarán ver la revolucionaria economía que desplegará la basura. Ese dinero podría pagar, por ejemplo, el puente sobre las vías de la Colón. Mientras los vagones repletos ventearán moscas por debajo. Una oradora de la tibia tarde de ayer en la Villa habló de lo que se respira. Y de lo que se respirará. Y muchos murmuraron que primero nos dejaron sin trabajo, ¿y ahora? ("**La campaña en los tiempos del no**", Silvana Melo, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 27/7/2003)

Como refilete a crônica anterior o modelo extrativo que pareceu compensar os danos permitindo arrecadar para realizar obra, com o tempo mostra seus limites. Põe em evidencia que o capital Artificial não substitui á Natureza que se trata como Capital natural. Esta pode perder-se ou degradar-se para sempre. Também mostra a diferencia entre Natureza e Estado, entre ser um povo conservador ou um povo que assume uma atitude conservadora, passiva e modificável. O conflito ambiental parece quebrar essa inércia.

O jornal local obra como uma caixa de ressonância das expressões dos vizinhos da prefeitura de Olavarría, os quais participam das reuniões e mobilizações. Como se pode observar nos seguintes fragmentos este conflito gerou uma atitude cidadã inédita e consciente

de si própria. Os mesmos protagonistas indicam a saída das “cocinhas de suas casas”, ou mais dramaticamente, ter chegado ao limite do aceitável: “escravos sim, cadáveres não”.

“Mario Paniagua dijo: “Estamos aquí para protegernos y para proteger a los niños. Nos falta información, no tenemos garantías de nada y así no podemos hacer otra cosa que resistirnos al proyecto. (...)”

“Hoy dejamos las cocinas de nuestras casas, hoy es un día histórico”, había empezado su breve discurso Sandra Capdevielle de Maly. Y ese concepto, tal vez, es el que sintetiza lo que pasó ayer en la Villa.” (“**Concentración y marcha inéditas contra los residuos ajenos**”, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 19/7/2003)

“Fueron muchos los que marcharon por primera vez. Con pocos o muchos años hubo muchos que sintieron el impulso de sumarse al rechazo en una especie de "no va más". "El negociado de la basura es para los mediocres", planteaba una bandera. Se veían un par de esqueletos que sufrieron una modificación ideológica entre el domingo de la marcha sierrabayense y ayer. Aquel día tenía escrito "esclavos sí, cadáveres no", reconociendo la predisposición a obedecer al amo pero hasta cierto límite. Ayer los esqueletos tenían inscripto "basura no, cadáveres no". (“**Masivo rechazo al proyecto impulsado por Eseverri**”, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 25/7/2003)

A preocupação pelas conseqüências do projeto de aterramento dos resíduos portenhos nos fossos de Olavarría não se circunscreve a essa cidade senão a toda a região e se expressa na cobertura do conflito nos meios de imprensa das cidades próximas. Particularmente preocupa o volume de resíduos a deslocar e aterrar e o impacto sobre as águas subterrâneas que poderia prejudicar a vários municípios águas abaixo.

“Para el Intendente es un negocio, para nosotros es la muerte», expresó la mayoría de los manifestantes el último domingo en Sierras Bayas, la localidad donde se encuentra el principal destino de la basura que vendría de la Capital: las canteras (...) Otras voces que están en contra de los residuos en la zona señalan además que con 5 mil toneladas diarias «Olavarría estaría recibiendo unas 150 veces más de los residuos que se producen», y agregan «en este momento se cubre con basura menos de una hectárea por año; si se multiplica por 150 veces estaríamos cubriendo de 60 a 70, lo que es una cifra preocupante». Además, otro temor de los vecinos es la altura en que se depositarían los residuos, ya que las canteras se encuentran en niveles superiores a las localidades, por lo que ante cualquier inconveniente la contaminación «bajaría» afectando a un gran número de personas.

En ese sentido, sugieren que los residuos habría que llevarlos «a lugares menos riesgosos como los salitrales que hay entre Bahía Blanca y la Bahía de San Blas, de modo que si se produce una rotura de bolsas, esos escapes afecten lo menos posible. Pero si se contamina la napa en las canteras, en un año la perjudicada será Loma Negra, en cuatro o cinco, Olavarría, y así puede continuar con otros lugares como Tapalqué y Las Flores.”(“**Críticas y movilización contra el proyecto de trasladar la basura de la Capital**, [www.nuevaera.com.ar](http://www.nuevaera.com.ar), Tandil, 22/7/2003)

Também se expressam organizações não exclusivamente ambientalistas. Por exemplo, a Câmara Empresaria de Olavarría que centra sua opinião no modelo de desenvolvimento, na identificação com o trabalho e a indústria, e faz ênfase no valor de distinguir-se pela água pura. Algumas negociações podem-se fazer outras não. O limite está dado por princípios culturais e humanos superiores. Estaríamos ante um critério de valorização, explicitamente definido como não econômico que prioriza o valor de uso atual e futuro.

“Julián Abad, presidente de la CEO, prefiere "una ciudad potencialmente industrial". Después de haber sido convocados por el intendente Helios Eseverri para ser informados sobre el proyecto de la basura, los directivos de la CEO expresaron sus temores y aseguraron que "en el último de los casos, si el estudio de la Unicén fuera favorable, habría que consultar a la comunidad si quiere o no que esa iniciativa prospere.

El presidente de la Cámara Empresaria de Olavarría (CEO), Julián Abad, confió sentir "dolor" porque la basura sea el tema central de la discusión comunitaria, cuando, desde su visión, habría que apostar a una ciudad potencialmente industrial."Yo pido que se haga una consulta popular", asumió el presidente de la CEO, convencido de que "nosotros, los habitantes que somos los dueños de este Partido, después de haber sido informados, definamos a través de un plebiscito si queremos la basura o no (...) Porque está dependiendo de esto el futuro de nuestros hijos, de nuestros nietos, de los que vendrán. Y, como Cámara, pretendo que Olavarría siga teniendo el agua potable que la distingue. Eso no tiene valor económico. No hay resarcimiento económico que me devuelva eso, una vez perdido (...) Es cierto que la industria de la basura mueve mucha plata, y que, aparte de los pobres, es lo único que ha crecido en el país. Pero si a mí me dan a elegir, prefiero que la basura vaya a las salinas de La Pampa, un lugar donde no van ni los pájaros, y que no contamina nada (...) Lo digo y lo vuelvo a repetir: yo no soy experto, pero ésta es una expresión de voluntad de una comisión directiva. Hay muchos negocios que pueden dejar plata, pero seguro que la comunidad no va a estar de acuerdo, porque es ir contra nuestros principios culturales y humanos" (**Los empresarios se inclinan por una consulta popular**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 02/08/2003)

A posição ambientalista não se limita a organizações não governamentais senão a grêmios e á população geral. O coletivo de pertencia está na população de Olavarría.

“La convocatoria de las ONG invitó a sumarse a la marcha en la que "el motivo es preservar nuestra salud, la de nuestros hijos y de las generaciones futuras, impidiendo el ingreso de residuos a nuestro partido, evitando de esta manera el potencial riesgo de contaminación de nuestras fuentes de agua potable".(...) También hizo pública su adhesión la Central de los Trabajadores Argentinos (CTA) y sus organizaciones: Suteba, Asociación Judicial Bonaerense, ATE, Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV) y el Sindicato de Canillitas. Los dirigentes invitaron a toda la población a manifestarse públicamente "ante el severo riesgo de contaminación que

traería aparejada esta medida" ("**Un masivo y rotundo no a la basura**", [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 21/7/2003)

Como se pode ver no fragmento transcrito a continuação, o conflito também chegou às escolas, constituindo-se o motivador de experiências educativas formais que permitem o estudo da ecologia, do lugar e o exercício da cidadania.

"Los chicos siguen de campaña. Y no es para menos: sienten que los residuos urbanos son un problema de todos y que los ejemplos deben empezar por casa. Eso explica por qué sus aulas están escoltadas por "Don Basura", el muñeco que armaron con materiales descartables simbolizando la voz de alerta que han instalado dentro y fuera del salón. Se oponen al desembarco de los desechos porteños aunque advierten la necesidad de mirar, primero, qué se hace con lo que generan los olavarienses. (...) Señalaron que en el arroyo Tapalqué había botellas flotando y eso "es feo porque es un espacio de todos y todos debemos cuidarlo porque es un pedacito del planeta", destacaron". (**Los chicos hacen escuela con el "No a la basura"**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 24 /9/2003)

Esta participação de meninos e jovens e particularmente o tratamento nas escolas despertou ou descontentamento do prefeito.

"Eseverri dijo "censuro duramente a los que han usado los chicos para servir a sus posturas y sus ideas. Eso me ha fastidiado, la falta de respeto a la niñez. A los chicos hay que enseñarles las cosas: llevar carteles que cuando sean grandes les va a dar vergüenza ver lo que le han hecho hacer" ("**Este va ser el mejor de todos mis mandatos**", [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar) 17/9/03)

Poderia interpretar-se como uma resistência á politização da sociedade e também como uma pugna em termos de valorização social. As crianças participam desde as escolas, associações e famílias, âmbitos de formação de valores sociais de grande legitimidade. O prefeito estabelece o projeto em termos de valor econômico. Uma grande obra que "trará" um ingresso de recursos importantes para a Prefeitura, uma espécie de "renda" por permitir localizar os aterros sanitários.

Entretanto, os fossos rechiados não poderão ser utilizados para outra cosa, quer dizer, compromete seu uso atual e futuro; os ingressos de divisas se produzirão só os anos que dure o ingresso de resíduos até seu feche. Decide em função do valor de cambio atual, mas também compromete o valor de uso futuro. Logo ficará o passivo ambiental e não terá ingresso.

Por outro lado, a cidadania que recua o projeto, que torna relativo o valor de cambio atual para o uso como recheio e prioriza o valor de uso presente e futuro, promovendo-o como valor social.

“Los sierrabayenses responden que disentimos totalmente con esos conceptos porque justamente 'a los niños hay que enseñarles las cosas'. Con nuestra postura les inculcamos que hay que defender la naturaleza, la ecología, el medio ambiente, la salud y, de esta forma, defendemos sus vidas. ¿Eso es faltarles el respeto? Evidentemente tenemos conceptos diferentes de lo que es el respeto. Tenga la seguridad que, cuando esos niños sean grandes, no les va a dar vergüenza por lo que ahora hacemos sino que se sentirán orgullosos de sus mayores, por oponernos a su temeroso proyecto y así defender sus vidas (...) Usted, señor Intendente, forma parte de ese Estado y, como tal, debe defender a nuestros niños. Por lo tanto, ni siquiera debió pasar por su mente traer la basura a Olavarría, por más que esto signifique un aporte económico envidiable para el tesoro municipal". (Los autoconvocados responden a Esevenri, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 21/9/2003)

Os atores que se opõem ao projeto não só o fazem pelos riscos é pelos impactos sobre água, ar e solo, flora e fauna. Ainda com um informe técnico confiável em grande parte continuarían recusando-o. A valoração da Natureza não só se limita ao ecológico. Entre muitos usos possíveis igualmente avaliados desde o ponto de vista ambiental a sociedade da prioridade a uns sobre outros considerando vários fatores. Neste caso n o s o pesam os riscos de contaminação sen o o modelo de desenvolvimento simbólico.

“(...) Prácticamente la mitad de la población se opone directamente a que se traiga basura de Buenos Aires, con o sin riesgos, y esto no parece ser un dato menor. (**“Distintas encuestas reflejan un mayoritario rechazo a la basura.”**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 25/11/2003)

Também tem argumenta es baseadas numa percepção do conflito por interatividade entre usos, n o da mesma superfície, sen o da mesma região. Tenha ou n o impacto em água, ar ou solos, o uso do gado perderia a possibilidade de desenvolver a marca baseada na qualidade ambiental. Isto implica uma perda de valor de uso e de c mbio tanto presente como futura.

“A medida que transcurren los días, aumenta la resistencia al proyecto de usar los residuos domiciliarios porteños como relleno sanitario en las canteras de Loma Negra y otras localidades serranas. En Villa Alfredo Fortabat, una asamblea popular rechazó un nimente la idea, decidió realizar hoy una movilización y programar una serie de actividades de repudio. En tanto, surgió desde el sector rural una advertencia: la presencia de basurales de esta magnitud impedirá criar terneros y novillos ecológicos en la zona centro, un producto que se vende a precios muy superiores a la carne común. (**“Crece el rechazo a convertir las canteras en depósito de basura”**, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 27/07 2003)

A interatividade e a perda do valor de uso e de cambio atuais e potenciais da região é uma preocupação estendida na sociedade de Olavarría.

“(…) Acá hay mucha gente que quiere el pueblo. Hay muchos aspectos: la minería, la agricultura, la ganadería e incluso el potencial turístico que de esta manera, aunque actualmente no esté explotado, desaparece del todo. Creo que de ninguna manera hay excusas válidas para traer la basura” (FITTE, DANIEL “**El oro y la basura**”, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 21/7/2003)

“Los más pequeños ya habían replegado sus carteles. Esos mismos con los que encabezaban la movida que echó por tierra la habitual tranquilidad sierrabayense. Y en los que se podía leer:- Piensen en el futuro de sus hijos. La contaminación es muy mala, trae muchas enfermedades, - Para el Intendente es un negocio, para nosotros es la muerte, o bien: - La basura nos traerá más pobreza. No trabajo”. (“**Una nueva cita**”, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 21/7/2003).

As observações refletidas na nota expressam resistência ao mercantilização do ambiente e contradizem a lógica da flexibilização ambiental, respondendo aos setores que o apresentam como solução para o desemprego.

O documento que se resume a continuação enumera as principais argumentações dos atores que se opõem ao projeto. Em primeiro lugar, além da denominação técnica de resíduos, os vizinhos utilizam o termo “lixo”. Devido à formação de muitos deles pode inferir-se que o usam deliberadamente. Isto acentua a carga valorativa negativa.

Referem-se ao conceito de Patrimônio Cultural e Natural fazendo referencia á Natureza e a cidade como herança e á qualidade de vida como um direito e á solidariedade intra e intergeracional. Destacam as limitações existentes na capacidade reguladora do estado e apresentam a agressão ao ambiente como um risco para a vida humana. Esta é uma posição antropocêntrica que combina critérios de valor da Natureza de uso e de cambio atual e futuro. Algumas características deste pensamento o aproximam á visão da sustentabilidade forte.

“Por qué no a la basura:

Porque la degradación o la destrucción de un bien del patrimonio cultural y natural constituyen un empobrecimiento funesto de todos los pueblos del mundo.

Porque el hombre posee un derecho fundamental a condiciones de vida satisfactorias en un ambiente cuya calidad le permite vivir con dignidad y bienestar.

Porque los recursos naturales, incluyendo el agua, el aire, la tierra, la flora y la fauna y, particularmente, las muestras representativas de los ecosistemas naturales, deben ser preservados en interés de las generaciones presentes y futuras por medio de una gestión moderada de las necesidades.

Porque la fragmentación que existe entre los organismos que dependen de los municipios, de la provincia, de la ciudad autónoma y de la nación, en cuanto a la capacidad y autoridad para lograr una adecuada gestión

ambiental, conduce a la conocida superposición de jurisdicciones, a la debilidad del control, al incumplimiento de normas y a cierta confusión entre políticas y objetivos.

Porque toda agresión al medio ambiente se traduce finalmente en una amenaza a la vida misma, a la integridad psicofísica del hombre que se sustenta en el equilibrio ecológico”. (VECINOS AUTO CONVOCADOS DE SIERRAS BAYAS, Documento “**Por qué no a la basura**”, citado en [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 21/7 2003)

#### 4.3.1.3 A função da Universidade

A Universidade foi convocada para fazer um estudo sobre a factibilidade do projeto. Encontraram-se vários obstáculos. Ausência de um projeto concreto, carência do orçamento, acesso negado a pedreiras para fazer estudos e falta de dados. Não entanto, o trabalho reuniu as profissionais de varias disciplinas e chegou á conclusão de que os fossos não eram lugares adequados para instalar os aterros sanitários.

O Prefeito tentou transferir á Universidade as denúncias sociais e delegar na consultoria técnica parte da responsabilidade política (ainda que as autoridades universitárias não tenham aceitado essa função):

“El proyecto lo impulsa el Ejecutivo municipal pero lo ha sometido al análisis de la Unicén para ver si se puede o no llevar a cabo sin poner en riesgo el medio ambiente de la zona. (...)El decano de Ingeniería aclaró que el rol de la entidad académica iba a ser "eminente técnico" como para aventar cualquier duda sobre la institución acerca de que podría tener algún interés político sobre el proyecto” (“**La Unicén controlara el estudio de la basura**” [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 24/07/2003)

“La carta de intención compromete a la Unicén a establecer si la llegada de 5000 toneladas diarias de basura porteña es factible desde el punto de vista ambiental, social y de mercado (...) Las conclusiones no serán vinculantes pero si determinantes. El compromiso universitario “finaliza con el informe porque la decisión política, que seguramente se fundamentará en el informe, es de la comuna local, de su (poder) Legislativo, Ejecutivo y de la sociedad” aclaró Auza<sup>25</sup>”. (“**Basura porteña: la Unicén tiene la palabra**”, [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 17/8/2003)

“A fines de julio firmamos un contrato con el Municipio para hacer un estudio de factibilidad. La primera reunión fue la de agosto y en ella se decidió pedirle a la Municipalidad los datos necesarios para empezar el estudio. El intendente (Helios) Eserverri nos respondió después de las elecciones y nos envió no más de tres datos relevantes, esto es, que se debía hacer por 5.000 toneladas que producía la Capital Federal, que el traslado se iba a hacer por ferrocarril y que tal volumen de residuos se depositaría en las

<sup>25</sup> Reitor da Universidade Nacional do Centro do Estado de Buenos Aires. (UNICEN, sigla em espanhol)

canteras de Loma Negra y La Providencia". Se le pidió permiso a la empresa Loma Negra para visitar las canteras, pero aquí se encontraron con el primer escollo, ya que por el carácter "altamente conflictivo" -esta habría sido la calificación empresaria- del tema, debieron postergar la visita porque -explicó Analía Errobidart<sup>26</sup> "nos dijeron que no estaba en el país la persona que otorgaba tales permisos y que esto se cumplimentaría cuando ella estuviese, que sería para el miércoles de la semana que viene" ("**La Unicen podría dar un contrario al proyecto**" [www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar), 30/11/2003).

A comissão de estudo determinou que o projeto não fosse fatível e o mesmo foi deixado sem efeito. Não entanto pode-se dizer que já estava muito debilitado antes do informe final. A oposição maior da opinião publica tinha mostrado vários meses antes que não contava com requisito importante: o consenso da população.

Os projetos de transferência para o interior dos mega-aterros sanitários da Área Metropolitana obedecem essencialmente a uma tentativa de diminuir a intensidade do conflito social. Por conseguinte, o fator determinante para decidir os novos locais é a tolerância da população a sua instalação.

A proximidade, os serviços de transporte e a disponibilidade de terrenos não parecem ser fatores determinantes como o consenso social. De fato tem muitos lugares próximos á capital que cumpririam com as primeiras condições, mas não com a ultima. De ali que o informe dado pela Universidade deu uma saída elegante para o Prefeito, que conseguiu abandonar o seu projeto sem que isto tenha sido visualizado como uma clara derrota política.

O conflito desapareceu porque acabou a ameaça do impacto. Não entanto, marcou uma vitória na vida cidadã de Olavarría e iniciou e/ou ampliou o debate ético sobre o modelo de desenvolvimento e sua relação com a Natureza.

#### **4.2.2 Posições no conflito pelo uso mineiro das Serras de Tandil**

A continuação se desenvolverá a análise das diferentes posições no conflito pelo uso mineiro das Serras de Tandil. Para isto toma-se como fonte principal as atas da Audiência Pública referida á proposta oficial de solução a dito conflito.

A Audiência Publica se realizou o 14 de Dezembro de 2000 e foi convocada pelo Conselho Deliberante da cidade de Tandil para tratar do Acordo Marco que surgiu de um processo de mediação privada no qual participaram os empresários das pedreiras, o poder

---

<sup>26</sup> Decana da Faculdade de Ciências Sociais, coordenadora e vocera do estudo de factibilidade.

executivo (provincial e local) e deliberativo (local). (Decreto Nº. 1469 do H.C. D, 1/11/2000). A mesma foi de caráter não vinculante.

Esta Audiência como se adiantava no capítulo anterior, teve muitas objeções, não entanto considera-se útil como fonte em quanto reúne e sintetiza as expressões dos principais atores. Sua análise nos permite conhecer as diferentes posições sobre os conflitos de fundo (usos das Serras, localização de atividades e competências de regulamentação), também sobre a procura de soluções e particularmente sobre uma alternativa em particular: O Acordo Marco colocado à disposição da Audiência.

Sobre as atas de dê-gravação, se trabalha um total de 129 exposições de participantes e das apresentações de abertura e feche a cargo de vários funcionários de diferentes níveis. Em todos os casos levou em consideração como se definiram ao inscrever-se e apresentar-se. Adverte-se ao leitor que a citação se faz na língua original e gramaticalmente reflexa a condição de transcrição de fala.

#### 4.2.2.1 - A posição oficial

Referendo-se ao Acordo Marco, alcançado como conseqüência de um processo de mediação realizado entre representantes do Departamento Executivo, representantes do Departamento Deliberativo e os proprietários das pedreiras no Honorável Conselho Deliberante (Câmara de Vereadores) realiza a convocatória á Audiência Publica com as seguintes considerações:

- “la explotación de canteras genera diferentes controversias en la propia comunidad
- por ser una explotación de tipo extractil (sic), produce agotamiento de los recursos y por ende cambios paisajísticos de importancia por la destrucción serrana,
- la mencionada producción conlleva a desajustes de orden ambiental manifiestas en el mediano y largo plazo,
- por otra parte la Industria canteril es una fuente de recursos económicos para la ciudad, y una producción tradicional generadora de empleo de nuestro medio,
- el tema en cuestión repercute enteramente en la comunidad tandilense, y por lo tanto trasciende ampliamente el marco de consulta y discusión llevado hasta entonces,
- la participación amplia de la comunidad es un tema tan sentido por todos propiciará, sin lugar a dudas, diferentes vertientes de opiniones y enfoques desde distintas disciplinas, que posibilitará el análisis de la situación desde una perspectiva más rica, la cual redundará beneficiosamente en una decisión más justa y ecuaníme de las autoridades.” (Decreto del HCD, Nº. 1469 / 2000)

Pode observar-se o reconhecimento da existência de um conflito de longa data, de diferentes valorizações, do impacto irreversível sobre a paisagem serrana e o ambiente pelo uso mineiro, até agora fonte de benefícios e vagas de trabalho. Também o reconhecimento da dimensão coletiva do conflito e a importância da preservação para grande parte da comunidade. Quer dizer, a convocatória parece reconhecer o problema principal.

A Audiência começa com a leitura do Decreto de convocatória e descrição de forma de funcionamento. Apresentação de autoridades (Presidente e Vice-presidente 1ro e 2do do Conselho Deliberante) e explicação do Acordo Marco por mediadores e autoridades. Logo se realiza a apresentação dos participantes inscritos previamente. As exposições não podem exceder os cinco minutos de nenhuma maneira. As perguntas do público se realizaram por escrito e as autoridades se reservaram o direito de passar as perguntas dando um minuto para a resposta.

#### Exposição de abertura da Audiência Pública (AP):

Dra. Ana Maria Fosque, em representação de mediadores: Agradece o convite para fazer um processo de mediação inédito no país.

“(…). Esta audacia, nos permitió desarrollar durante tres años una mediación que hoy tiene la oportunidad de comentar sus objetivos, su cometido y resultados en justamente una Audiencia Pública (...) Entiendo que es una forma de inaugurar en el país un proceso participativo que aunque desde el punto de vista legal puede tener algún tipo de objeción, no dudamos que pretende ser una caja de resonancia, donde el pueblo de la ciudad de Tandil puede expresarse libremente y justamente acerca de uno de los motivos, mas conflictivos de la vida ciudadana por lo menos de los últimos tiempos. (DRA. FOSQUE, “**Apertura**”, AP, 2000).

Inicia mostrando o caráter “sui generis” do processo estabelecendo certa ambigüidade legal, porém, reconhece a magnitude do conflito. Come se vê no fragmento seguinte apresenta a AM como o único caminho viável e explica o método da mediação adjudicando-o a um pedido dos ambientalistas perante o defensor do povo.

“Cuando el 1 de septiembre presentamos el AM les dijimos que era la solución viable mas apropiada que habíamos encontrado en la discusión, hoy se somete a Uds. (...) Aclaro dos aspectos, las entidades que oportunamente representaron, por así decirlo, la defensa de las Sierras, hicieron algunas consultas, una de las cuales se dirigió precisamente al Sr. Defensor del Pueblo de la Nación, en aquel entonces el Sr Mayorano, para orientarse sobre cuales eran los canales posibles para buscar vías de solución a un conflicto, el Dr. Mayorano aconsejó este tipo de proceso de mediación al cual se ajustaron todas las partes. ¿Quiénes eran las partes en

ese momento? Representantes de Concejo Deliberante, Ejecutivo, cámara minera, cámara empresaria, AOMA y las entidades representativas de intereses que en ese momento se llamaban “Salvemos Nuestras Sierras”, además se convocó todos los que tuvieran un interés legítimos para poder trabajar en este proceso. La dirección de Minería como organismo convocante participó activamente y llegó también a la firma de algunos convenios previos al Convenio Marco que hoy ponemos a consideración”. (DRA. FOSQUE, “Apertura”, AP, 2000)

A resolução (4342/92) do Defensor do Povo foi “convocar a autoridades municipais, agrupações comunitárias, e as empresas envolvidas” e a entidade reclamante (Comissão Aberta de Cidadãos para a preservação das Serras de Tandil) não foi convidada para a mediação. Assim pareceria que tem certa intenção de legitimar o processo dissimulando a ausência de representação de partes substanciais no conflito como a maior parte dos ambientalistas e outras agrupações comunitárias. Também não foram convidados representantes do setor turístico e autoridades ambientalistas, o que contrasta com a ampla representação empresaria em geral e da mineração em particular.

Aqui poderia advertir-se uma forma de funcionamento ao estilo de “Estado Tapón”. (SANTANDREU E GUDYNAS, 1998). Uma dependência do Estado, a Direção de Mineração, encaixa um conflito com um processo de mediação que significa a criação de um âmbito legitimado, o acotamento a certos atores e uma discussão subtraída da esfera pública com o requisito de confidencialidad. Não só encaixa um conflito entre empresas canteristas e vizinhos e ambientalistas. A iniciativa da Direção de Minaria encaixa a resolução da Defensoria do Povo da Nação e a atuação do poder judicial, já que colocam na mesa de negociação julgamentos que já se tinham realizado e estavam com sentença firme e em condições de proceder à execução.

Alguns atores não participam porque não foram convidados e inclusive porque não foram reconhecidos como parte pelas autoridades. É o caso da Comissão Aberta pela Preservação do Sistema de Tandilia e da Multisetorial pela Preservação das Serras de Tandil, ONG criada com posterioridade à apresentação à Defensora do Povo, mas dantes da convocação à segunda etapa de mediação. Esta ONG tem personería jurídica e é a principal parte ambientalista na discussão pública. Há um reconhecimento como ator importante na disputa e ao mesmo tempo uma negação de espaços institucionais. Nunca foi recebida pelo Intendente e o Diretor de Minaria ante a pergunta jornalística sobre convidar-se-ia a fazer parte da mediação à explicação foi que já estava representada pelos vereadores que representam a toda a população.

A inclusão só da ONG Salvemos Nossas Serras poderia considerar-se parte do encaixamento do conflito. Em primeiro lugar seu líder, Contador Boltiansky, é dirigente de um dos dois principais partidos políticos (UCR). Seria difícil pretender legitimar um acordo duradouro por fora do bipartidismo e, sobretudo, os políticos tradicionais tendem a discutir e negociar entre si. Além em sua atuação prévia como vereador promoveu a ordem aprovada por unanimidade que aumentou diferencialmente o direito à extração de pedra. Incluí-lo na discussão também poderia indicar que o conflito considerado mais importante para quem convocam à mediação e desenham o AM seria o referido aos julgamentos, o monto do direito à extração de pedra e as concorrências regulatórias.

De alguma maneira, esta também é a discussão entre dois modelos. A regulação local é apresentada como um ressaia do passado, quando tinha um vazio legal, agora desnecessário pela existência do marco jurídico gerado nos anos noventa. As autoridades mineiras e as pedreiras permanentemente instalam o novo não como complemento senão como substituição do anterior. Ainda que a não adesão do município a lei provincial que adere ao Acordo Federal Mineira significa de fato e tal como o reconhece a sentença dos julgamentos ganhos pelo Município que o mesmo retém concorrências como a de cobrar o direito à extração de pedra. Poderia afirmar-se que o conflito ambiental cresce na esfera pública em general e as repostas governamentais tentam limitar-lho à esfera estatal. Para além da intenção de encauzamento, Salvemos Nossas Serras retira-se na primeira etapa da mediação devido a seu desacordo com o requisito de confidencialidad.

A Dra. Fosque, destaca o papel convocante da Direção Provincial de Minaria:

“¿Qué es un proceso de mediación? Un proceso de mediación es una institución novedosa que tiene como protagonistas exclusivos a las partes. Están guiados en el proceso por profesionales, que se llaman mediadores, y que no pueden asesorar a las partes, no pueden dictaminar, no dictan sentencia, no tienen poder de policía, solamente pueden ser una herramienta, un camino o un puente tendido entre las partes para que estas puedan lograr entenderse en algunos puntos de conflicto. Cundo en 1998 fuimos convocados, hicimos un diagnóstico de situación y propusimos hacer tres etapas que lamentablemente, por hechos ajenos a nuestra voluntad, en lugar de hacerse en forma consecutiva debieron desarrollarse en mayor cantidad de tiempo que el previsto, porque no olviden Uds. que hubo un proceso electoral de por medio que nos obligó a suspender el trabajo. En esas tres etapas, la primera denominada en sentido lato Mediación hubo algunas reglas de juego. Audiencias privadas y audiencias de carácter conjunto. La primera regla de oro es la confidencialidad ¿Qué es la confidencialidad? Dando un ejemplo escuchado en la radio sobre conflicto laboral de periodista que no daba detalles porque estaba en negociación. Asegurarse sobre las ofertas de cada parte antes de darlas a conocer, eso es justamente la

confidencialidad, trabajar sobre la propuesta firme y sobre la aceptación o negativa firme de cada parte. En la segunda parte la negociación asistida nos permitió convocar a la prensa a las reuniones conjuntas y dar a conocer los documentos que de cada una de esas audiencias se podía elaborar, por eso debo de alguna manera señalar que en lo que uno de los titulares de un diario de la zona mencionó hoy como que hoy se abría el debate sobre las sierras, en realidad el debate sobre las Sierras está abierto desde principios del 99. La asistencia es absolutamente libre y por lo tanto quienes han debatido son los que voluntariamente se han presentado a hacerlo.

Tuvimos bajas en este proceso de mediación su momento fueron justificadas dentro del ámbito de la confidencialidad pero después tomaron estado público. No obstante lo cual antes de proponer el último AM al que ya paso a referenciar fue presentado este acuerdo a cada una de las partes integrantes o con intereses en el proceso ya sea que estas fueran parte integrante o se hubieran retirado en algún momento, es decir que cada uno de los bloques del CD recibió oportunamente nuestro borrador y los hemos invitado a que hicieran las correcciones que consideraban pertinentes, también lo hicimos con aquellos que no eran protagonistas directos a lo mejor, pero que si efectivamente estaban dentro de la mediación como la Cámara Empresaria, que si bien tenía un rol secundario nos prestó su absoluta colaboración durante todo el tiempo y por lo tanto tenían también el acceso a sus borradores. En una negociación nunca puede obtenerse el cien por cien de las pretensiones de cada cual porque obviamente algo hay que ceder para ganar algo, de modo tal que es muy probable que el Acuerdo Final no contemple todos los puntos el cien por cien de los puntos requeridos por los participantes, porque ellos han tenido que ceder para consensuar, sin embargo en lo que estamos todos absolutamente coincidentes es que esa era en ese momento la mejor solución posible y la única que podíamos llevar adelante. El AM estuvo a disposición de todos Uds.

La idea que queremos darles es esto no es una etapa definitiva, es el principio de una serie de acuerdos individuales ya sea en el ámbito de lo que es el pago de la deuda, el desarrollo de la parte turística, etc. Todo esto debe continuar trabajándose, elaborándose y de alguna manera completándose en el tiempo. Para nosotros El AM es el puntapié inicial de una tarea de consensuado y armado para el futuro. Obviamente hubo dos preocupaciones en la Mediación en todos los participantes, nadie puede decir siendo plenamente consciente que pretende la desaparición de las Sierras y nadie puede siendo plenamente consciente que pretende la pérdida de una sola de las fuentes de trabajo. Había que conciliar dos posturas y eso es lo que pretendió el AM.” (DRA. FOSQUE, **Apertura**, AP, 2000).

Esta longa exposição pretende explicar uma metodologia de trabalho, um papel técnico dos mediadores, no entanto é evidente seu caráter político. Destaca que se chegou à que era nesse momento a melhor solução possível e a única que podia se levada adiante. A própria frase sublinha certa inexorabilidade. Poderia perguntar-se: Que alternativas se consideraram? Esta é a melhor entre quais alternativas? Por que é a única viável?

No último parágrafo expressa as posições opostas definindo-as por uma intencionalidade de impactos: destruir as Serras contra destruir o trabalho. Definir o problema como preservação contra trabalho seria uma simplificação que não responde fidedignamente

às posturas em conflito, as quais poderiam se apresentar mais adequadamente como uma disputa em torno da apropriação material e simbólica das serras e em termos de usos extrativos contra sustentáveis.

Lic. Quirirosky da Unidade de Gestão Ambiental da Direção Provincial de Minaria:

“Formo parte dentro de esta Dirección de la unidad de gestión ambiental minera Provincial (UGAM) Es un cuerpo asesor de la dirección, un cuerpo asesor del Director de esta Dirección. Nosotros tenemos la misión de recibir los informes de impacto ambiental. (...) y estudiar, evaluar y finalmente otorgar si así lo consideramos la declaración de impacto ambiental. Como cuerpo asesor hemos recibido un número determinado de informes de impacto ambiental de la localidad de Tandil que está en el orden de los 10 u 11, los hemos estudiado, los hemos evaluado y finalmente se emitió la declaración de impacto.

Esta unidad de gestión simplemente lo que hace es brindar apoyo técnico y asesoramiento a la autoridad minera que es la Dirección Provincial de Minera de la provincia minera más importante del país. Coordinar dentro del ámbito provincial el apoyo y el asesoramiento técnico y posteriormente realizar dentro del ámbito en este caso de esta ciudad inspecciones para verificar, controlar si lo que se ha puesto en los informes de impacto ambiental conciden con lo que realmente se está realizando en el caso de no ser así lo que hace la Unidad de Gestión es exigir a las distintas empresas que realizan la extracción un cambio en su rumbo o lo que nosotros creamos conveniente hacer. Simplemente eso, ahora mi colega va a explicar un poco más lo que es la ley 24585 y el decreto reglamentario 968, cual es todo el recorrido de los informes de impacto ambiental en su estudio. (LIC. QUIRIROSKY de la Unidad de Gestión Ambiental de la Dirección Provincial de Minería, **Apertura**, AP, 2000)

Lic. Piantanida. Geólogo da Unidade de Gestão Ambiental da Direção Provincial de Minaria:

“Nosotros formamos parte de un cuerpo asesor. Nuestra función primordial es este, dictaminar o asesorar sobre la evaluación de una serie de informes de impacto ambiental que se presentan, son de toda la provincia de Bs. As. Las determinaciones lógicamente la toma la Dirección en su conjunto como autoridad de aplicación. Un informe de impacto ambiental es una evaluación previa de las condiciones en las cuales se encuentra el medio ambiente y al cual se adjunta un proyecto de explotación y se evalúa dentro de ese informe cual va a ser los impactos que se van a generar y cual van a ser las medidas que se van a tomar para remediar esos impactos. El corolario del informe del impacto ambiental es la recuperación del medio en sus distintas etapas. El trámite que se le da en la Dirección de Minería es por supuesto, entra, se carátula, y se envía, o sea nosotros le damos una previa lectura, de que este completo, que este en condiciones respecto a lo documentado y a lo normado en la Ley 24.585 que es la ley de impacto ambiental que esta incorporada al Código de Minería por el cual se rige la Pcia. de Bs. As. Cumpliendo con lo normado (...) lo giramos a la Secretaría de Política Ambiental. Acá quiero que distingan muy bien, se encuentran dos autoridades evaluando estos informes. La Secretaría de Política

Ambiental, como autoridad ambiental y la Dirección de Minería como autoridad de aplicación. La autoridad ambiental evalúa y aprueba los diferentes informes dando su opinión sobre los mismos. La que decide, la aprobación final y la emisión de la declaratoria o de la declaración de impacto es la Dirección de Minería. Evaluado el Informe vuelve a la Dirección de Minería donde la Unidad de Gestión Ambiental hace una evaluación exhaustiva de cada punto y promueve la aprobación y la emisión de la declaración si el informe esta correcto si cumple con las normas básicas ambientales y de explotación. Hasta ahí es netamente administrativo donde hay una evaluación de un informe. Emitida la declaración, después la Dirección de Minería tiene la obligación de inspeccionar cada una de las canteras y evaluar todo lo volcado en los informes de impacto s cumpla realmente. Y a partir de esa inspección empezar a exigir ciertos elementos que lleven a un mejor desarrollo de la actividad en concordancia con el medio ambiente. Nosotros apuntamos en cada inspección a pedir fundamentalmente que se cumplan con ciertas normas de seguridad (...) personal y ambiental. Y a posteriori pedimos también que se cumplan con ciertos elementos de reconversión ambiental. Me refiero a recuperación, ya cuando nosotros lo que exigimos son cronogramas para ir estableciendo tiempos para que esas medidas se vayan cumpliendo. Todo eso lo hacemos a partir de la inspección ocular de cada una de las canteras. Bueno este es el tratamiento que le damos nosotros a los informes de impacto y a las evaluaciones. Por supuesto que esto nosotros lo remitimos a la Dirección, la Dirección exige la implementación de las medidas, de los cronogramas, etc.” (LIC. Piantanida de la Unidad de Gestión Ambiental de la Dirección Provincial de Minería, **Apertura**, AP, 2000).

As exposições dos geólogos Kirilosky e Piantanida, explicam os aspectos técnicos do labor de asesoramiento que realiza a Unidade de Gestão Ambiental, mas de dita exposição surge claramente à responsabilidade última do Diretor de Minaria e isto permite analisar qual foi seu papel político no desenvolvimento do conflito estudado.

Para começar fica claro que a atividade mineira tem um regime diferente ao de outras atividades, que a Secretara de Política Ambiental joga um papel menor e sua atuação é necessária, mas não determinante das decisões de controle ambiental da atividade mineira. Função que fica em mãos da mesma dependência que tem como missão promover a atividade.

Engenheiro Ferrarese, Diretor de Minaria da província de Bs. As.

“(...) Si nosotros tomamos el Código de minería o tomamos la Ley de Minería como tal la autoridad de aplicación es la provincia y no tendría ninguna participación el Municipio. Nosotros somos muy respetuosos y creemos que son los municipios los que deben definir, los que deben dar el destino de los recursos que tienen y el destino de las políticas que definan. Nosotros en este proceso que han explicado los geólogos, de los estudios de impacto ambiental una de las cosas que habíamos notado era la falta de credibilidad y la falta de difusión con respecto al tema de los estudios de impacto ambiental. Parecía que los estudios de impacto ambiental eran unos

informes totalmente secretos que estaban guardados en la caja fuerte de vaya a saber quienes y esto es lo que tratamos de hacer en nuestra participación. Democratizar esta información, volcarlas en los expedientes que están en el Concejo Deliberante, acotar los tiempos de explotación, y fundamentalmente entre todos tratar de definir las políticas de reconversión y de mitigación que tenía la explotación. Porque tenemos que partir de una base, la minería es una actividad que es destructiva, que no podemos volver a fojas cero, pero si lo que podemos hacer es una reconversión y la reconversión dependen del control que hagamos cada uno de nosotros. Nosotros en el proceso de mediación le cedimos y le ofrecimos al Municipio que forme una Comisión porque esto también es facultad de la provincia hacerlo, cederle al municipio el contralor y el seguimiento de las políticas de mitigación así, que sean los propios tandilenses los que vayan midiendo y los que vayan viendo como se van cumplimentando cada una de las políticas que las empresas van planteando que van a hacer con las políticas de mitigación y a la remediación del medio y a la reconversión de la actividad. (ING. FERRARESE, Dirección de Minería de la Pcia. de Bs. As., **Apertura**, AP, 2000)

Pergunta do público ao Engenheiro Ferrarese:

“¿Cuál es el rol de la Secretaria de Medio Ambiente Provincial en la actualidad, porque no hay representantes de la Secretaria en esta audiencia?”

Resposta do Eng. Ferrarese:

“Supongo que porque no los habrán invitado. El rol es justamente hacer todo el estudio sobre el tema de impacto ambiental que genera la actividad minera, (...) después pasa a la UGAM, en la Dirección de Minería que es la que hace la declaratoria del impacto ambiental” (ING. FERRARESE, Dirección de Minería de la Pcia. de Bs. As., **Apertura**, AP, 2000)

Destaca as concorrências. Uma provincial que rege a atividade mineira e conquanto afirme sua convicção de que os Municípios devem decidir sobre seus recursos propõe a concorrência local para o seguimento da mitigação e reconversão. Isto é, enquanto a autoridade mineira provincial decide o uso atual em tanto recurso mineiro, sugere delegar ao Município o controle dos planos de mitigação. Isto representa uma centralização de decisões e descentralização de obrigações.

O Diretor de Minaria admite os impactos da atividade mineira, seu caráter irreversíveis. Não entanto, sozinho não fala de mitigar, senão também de remediar (o qual é impossível no caso do que não pode ser revertido) e de reconverter. Aqui a idéia de reconversão, parece ser utilizada no sentido de preparação para o uso futuro do espaço impactado pelo uso atual extrativo.

Não reconhece discussão sobre o uso atual senão um uso futuro, condicionado ao controle que devemos fazer cada um. Assim, responsabiliza a um genérico todos ou cada um

pelo controle do impacto ambiental de uma atividade exercida pelas empresas mineiras com a autorização da secretária a seu cargo.

Os estudos de impacto ambiental não estiveram tão disponíveis como pretende esta alocação. O texto do Acordo Marco remete a caixas (que conteriam os EIA), mas diante reiteradas consultas não estiveram acessíveis. Sim se expuseram pôsteres referidos a como ficaria cada pedreira ao termo da exploração isto é, um esquema do que chamaram planos de mitigação e reconversão turística. Os mesmos foram colocados, a instâncias do Prefeito, no Hall do Palácio Municipal nas semanas prévias Audiência Pública.

A resposta à pergunta do público desvia a responsabilidade política das autoridades aos mediadores e aos convocantes à Audiência Pública. Como se observa na exposição da Dra. Fosque, a convocação ao processo da mediação realizou-se desde a Direção de Minaria e, portanto esta não é alheia à decisão de excluir do processo Secretária de Política Ambiental, a Direção de Turismo, bem como a outras partes a nível local e nacional. O não as terá convidado implica por uma parte que não se assume publicamente a responsabilidade de incluir/excluir do processo que se mostra como construção de consenso, e mostra que o encauzamento do conflito inclui como ferramenta construir uma autoridade técnica, neste caso os mediadores.

#### Engenheiro Parmiggiani. Secretário de Planejamento e Obras Públicas da Prefeitura

“La Secretaria de Planeamiento y Obras Públicas de la Municipalidad fue solicitada por los mediadores a los efectos de evaluar la posibilidad de concreción de una determinada obra, sobre la base del monto que teóricamente deben las empresas canteristas de Tandil. En base a esto y sobre un listado de diferentes tipos de obras a realizar dentro del partido de Tandil, la Secretaria de Obras Publicas evaluó estas y considero y eligió un tipo de obra como la mejor para poder realizar por un momento importante de dinero. Esta obra elegida es la realización de cordón cuneta y arenado de calles en diferentes lugares de la ciudad. ¿Por qué eligió esta obra? La eligió por diferentes motivos, entre los cuales podemos enumerar los principales que son considerar que es una obra de interés para un gran numero de ciudadanos debido a que el plan de cordón cuenta que se podría realizar involucra a vario barrios de la ciudad. (...) El 50% de los barrios se encuentra con proyecto de cordón cuneta. . Se mejora la calidad de vida de los habitantes y además pudiendo facturar esta obra los vecinos a un bajo costo se podrían armar un plan que independientemente del monto que se pueda afectar a las canteras se podría hacer una continuidad de un plan de ejecución para ir concretando las obras a estos barrios. (...) La forma de realización incluye una parte a cargo de las empresas mineras y una parte a cargo del municipio. Las empresas canteras tiene a su cargo el movimiento de suelos para desmonte, a carga y transporte de material sobrante, el perfilado de calles la provisión de equipos de molde, la provisión de hormigón armado y además la coordinación de todas las tareas

descriptas entre todas las canteras (...) Por su parte la Municipalidad tiene a su cargo la dirección técnica de la obra, exclusivamente la mano de obra de cordón cuenta y las certificaciones de las obras ejecutadas. Para la realización de esta obra debe haber indefectiblemente una coordinación entre un responsable designado por las canteras y la dirección técnica cargo del municipio. Para llegar a un valor y un número se hicieron diferentes análisis de costo en la Secretaría teniendo en cuenta en todos los casos los valores de plaza y los valores que el Municipio en diferentes oportunidades ha contratado para la realización de obras similares se pudo llegar a un valor que es el equivalente, alrededor de la ejecución de 200 cuerdas de cordón cuenta y arenado de calles. Por último y a los efectos de garantizar la ejecución de este plan se prevé la concreción con cada una de las empresas de un seguro de caución. De manera que ante cualquier eventualidad la Municipalidad cuente con la seguridad de que la obra se ejecutará. (ING. PARMIGGIANI. Secretario de Planeamiento y Obras Públicas de la Municipalidad, **Apertura**, AP, 2000).

Dado que esta exposição explica os termos do arranjo econômico extrajudicial entre o Município e as empresas para cobrar a dívida pelo direito à extração de pedra e isto só é pertinente em alguns aspectos à análise proposta neste trabalho, o comentário se centra nos mesmos.

O expositor apresenta detalhes de um procedimento questionado por várias razões: constitui adjudicação direta de uma obra que por sua monta devesse ser objeto de licitação, constitui um regime de privilégio (pagamento em espécie, em quotas, com desconto de interesses), se realiza em função de um acordo extrajudicial desconhecendo a sentença judicial firme e executável a favor do Município.

Estes aspectos mostram as concessões realizadas pelo sector político ao empresariado do sector no marco da mediação. Sem descartar outras motivações, aqui se propõe observar este processo como parte de uma forma de gestão política que assume a promoção de interesses particulares e em particular os incentivos à atividade mineira no que poderíamos qualificar com um caso de *proteccionismo frívolo* (FAJNSYLBBER, 1998).

Mas, se evitar a execução dos julgamentos ganhos pelo Município e obter uma forma de pagamento da dívida com desconto e quatro anos de prazo, sem interesses já constitui um benefício extraordinário às empresas pedreiras com dívidas, o pagamento em espécie constitui um paradoxo. De acordo ao detalhado na exposição precedente, as empresas com dívidas comprometem o uso de suas maquinarias, a coordenação e logística entre elas e o material para realizar obras de cordão, isto é, basicamente pedra. Compensam à comunidade tandilense pelo dano ambiental causado pela extração de pedra extraindo mais pedra.

Engenheiro Bassi, Secretário de Promoção e Desenvolvimento do Município de Tandil.

Explica o artigo 2 do AM referido ao Parque Mineiro:

“En el AM se prevé la realización de estudios en conjunto entre la Nación, la Provincia y la Municipalidad para establecer el potencial verdadero de estas áreas y llegar a determinar la factibilidad de instalación de un Parque Minero para lo cual también se prevé la creación de un fondo que estará alimentado de parte de la tasa del impuesto a la piedra y otras contribuciones. Hace pocos meses se ha presentado en el HCD un proyecto de Ordenanza que justamente apoyándose en este acuerdo marco precisa con mayor detalle y con una serie de articulados muy interesante las posibilidades de creación de este parque se establece por ejemplo, una exención impositiva para las empresas que se trasladen, que se instalen en ese parque, se prevé también recurrir a la provincia solicitando una desgravación especial para las mismas empresas y se prevé la concertación de acuerdo a su explotación a través de contratos de arrendamiento con los propietarios sin embargo, no se deja de lado la posibilidad de convertir a las tierras de interés explotable comercialmente en tierras fiscales a través de la expropiación, venta etc. Esto esta sujeto a consulta popular en la localidad de vela si esta es la zona de explotación seleccionada. De tal forma que la propia comunidad donde tendría su asiento el Parque Minero de su opinión sobre el tema y nos permita avanzar sobre una legitimación del deseo popular. Esta herramienta que seria el Parque Minero consideramos que seria muy importante para el desarrollo futuro de la actividad en el futuro. La Secretaria de Promoción y Desarrollo tiene como directiva expresa del Sr. Intendente Municipal la conservación de fuentes de trabajo y la creación de nuevas fuentes de trabajo, esta es la prioridad que se nos ha asignado. Hace pocos días el Dip. Castiglioni, Pte. de la Comisión de Minería de la legislatura bonaerense me han invitado a la ciudad de Azul a recibir a empresarios italianos que están de visita para propiciar proyecto de inversión en conjunto o de solas en el área de minería. Naturalmente que en estas condiciones tuve que declinar cortésmente la invitación. Estamos entonces ante una posibilidad de inversiones que hemos debido rechazar porque no contamos con este instrumento que sería esencial. Yo creo que esto es una de las cosas que tenemos que tener muy en cuenta cuando se trate la aprobación o el rechazo de este convenio marco. La creación de un Parque Minero permitiría avanzar en la actividad minera sobre nuevas bases en áreas no criticas, en áreas que no son conflictivas y permitiría atraer inversiones que si aparecen ser deseables para los partidos vecinos, llámese Olavarría o Azul” (ING. BASSI, Secretario de Promoción y Desarrollo del Municipio de Tandil, **Apertura**, AP, 2000)

Depois se refere ao Art. 5 sobre a harmonização com a atividade turística:

“Se prevé la armonización de la actividad empresarial minera con la actividad turística a través de convenios particulares que cada empresa va a celebrar con la Municipalidad de Tandil. Les puedo decir que hay cuatro convenios en borrador listos para la firma y que por supuesto estén supeditados a la aprobación del AM. Porque naturalmente que sobre una base de armonía y de acuerdo se podrán abrir estos predios que hoy por hoy son privados a otro tipo de actividades, que no dudamos y creo que vamos a coincidir son el verdadero futuro de los alrededores de nuestra ciudad.” (ING. BASSI, Secretario de Promoción y Desarrollo del Municipio de Tandil, **Apertura**, AP, 2000)

Descreve os convênios: abertura a guias e infra-estrutura de serviços a realizar pelos empresários:

“Con fines de mostrar la naturaleza pero además mostrar la infraestructura de lo que existe hoy día en la actividad minera y lo que algún día existió”. (ING. BASSI, Secretario de Promoción y Desarrollo del Municipio de Tandil, **Apertura**, AP, 2000)

A exposição do Secretário de Promoção e Desenvolvimento da Municipalidade contém uma definição do conflito em termos de localização e evidência uma concepção antropocêntrica e utilitarista da natureza. Não reconhece o impacto negativo sobre o conjunto serrano. Pretende aperfeiçoar o desenvolvimento mineiro numa zona apta, de baixa conflitividade e utilizando mecanismos de promoção que permitam atrair investimentos.

Justifica o projeto que detalha nas diretoras de gerar emprego e argumenta a necessidade de aprovar a criação do Parque Mineiro, de usar ferramentas como as isenções fiscais, a provisão dos terrenos de exploração (inclusive mediante expropriação prévia) como forma de gerar condições para competir na busca de investimentos.

O uso das Serras esta subordinado ao interesse dos investidores externos e o marco legal, as regulações estatais e o papel dos servidores públicos políticos ajusta-se a esse objetivo. Neste sentido é reveladora a menção da atuação de um deputado como anfitrião e promotor de investidores. Até que ponto é compatível essa conduta com o labor legislativo.

Por que se naturaliza este papel? Recordemos que nos anos noventa até a política exterior foi definida em termos de objetivos econômicos e particularmente de atração de capitais. A exposição trasunta o seguinte raciocínio: facilitar o acesso aos recursos naturais com ferramentas de promoção e fomento para ganhar a concorrência com outras cidades com respeito à atração de capitais, como mecanismo para gerar emprego. Esta lógica é similar a nível regional, nacional e internacional e caracteriza o subsistema econômico tal como se adiantou no capítulo anterior. Com esta lógica, até propõe-se destinar o direito à extração de pedra à criação de condições de fomento para atrair os investidores externos à atividade mineira. Ao igual que o resto dos servidores públicos não parece entender a razão de ser do eco-tasa, pelo contrário, se propõe abaratar-lha e a usar para promocionar a mesma atividade cujo impacto negativo se supõe deve ressarcir. Esta exposição alumia, e oculta ao mesmo tempo. Alumia um modelo de desenvolvimento implícito na gestão do executivo comunal e em quem lembraram com o projeto. E, também, oculta outros modelos possíveis onde, por exemplo, a atenção poderia se centrar na qualidade do investimento (com independência de ser externa ou interna) e no ou os usos do território definidos por orientações estratégicas

elaboradas democraticamente pelo conjunto da sociedade e não exclusivamente pela vontade dos investidores externos.

A idéia de harmonização da atividade mineira e turística implica uma forma de resolução dos problemas de interatividade apelando à vontade e a uma conciliação na qual não se suprime o dano senão que se oferece realizar o uso prejudicado simultaneamente com o questionado no futuro. O servidor público fala de ver, além de Natureza, infra-estrutura. Entende modificar e agregar como um plus: a serra é mais valiosa quanto mais agrega-se-lhe para mostrar. Isto pode se interpretar também como uma evidência da pluralidade de miradas possíveis e dentro delas, aquela que precisa agregar algo porque não vê o que há ou não lhe encontra sentido.

#### 4.2.2.2 - A posição dos cidadãos participantes da Audiência Pública

Depois da apresentação das autoridades, escutaram-se em duas jornadas, 128 oradores.

As exposições realizaram-se por ordem de inscrição. Neste texto agrupá-las por sua posição no conflito da seguinte maneira: empresários mineiros (6) e seus familiares (2), trabalhadores das pedreiras (15) e seus familiares (13), vizinhos lindantes a pedreira (5), ONGS (5), sindicalistas (7), religiosos (1), dirigentes de partido (2) ou fundação unida a partidos (1) e oradores que falaram em sua condição de cidadãos individualmente, sem representar a terceiros (36). Aqui se toma a maioria das exposições, restando só as que são muito similares a alguma das expostas.

Os principais parágrafos de cada exposição apresentam-se num texto que pode ser lido de corrido. Decidiu-se apresentá-los desse modo, sem recortes significativos e evitando a excessiva fragmentação, por entender que o conjunto da exposição oferece um material de interesse para o leitor e permite uma análise mais completa. Nesse sentido reitera-se a advertência já realizada com respeito à possibilidade de múltiplas análises dos documentos tomados como fonte e as potencialidades de outras perspectivas que enfoquem com maior profundidade aspectos que aqui não podem ser desenvolvidos.

Aqui, os comentários se enfocam na análise e interpretação das exposições no atinente ao critério de valor da Natureza e, complementarmente, em relação às tipologias de pensamento ambientalista. Os comentários realizam-se a seguir de cita-a de cada orador, ao termo do grupo correspondente e ao finalizar o conjunto de exposições da Audiência Pública.

Cabe advertir ao leitor que nesta parte, dado que o objetivo é analisar as posições em conflito, não se abre juízo com detalhe sobre a veracidade da informação expressada por cada ator. Os comentários sobre a exposição de cada orador não pretendem ser exaustivos e, dado que há argumentações comuns, se trata de obviar repetições e de incluir só o que contribui à análise.

A posição dos empresários de pedreiras:

Antonio García (Orador N.º 31)

“Vinimos a la ciudad de Tandil con nuestra actividad, que como casi todas las que el hombre utiliza para su progreso lastima la naturaleza, pero que resulta necesaria para un tipo de vida que hemos adoptado y a la que nadie quiere renunciar. (...) Tenemos la convicción de que una conciliación, puede acercar a las partes y promover una convivencia posible logrando recuperar el paisaje, morigerar los efectos de la explotación y permitir el desarrollo de otras actividades, en especial el turismo (ANTONIO GARCÍA, AP, 2000, Orador N.º 31)

Mais adiante volta a centrar-se na conciliação relatando que pediu diálogo com técnicos, advogados, etc.:

“...pero no, se sigue hablando de que mi nieto no va a ver las sierras cuando en 2000 años en el partido de Tandil las canteras pueden consumir el 2% de las Sierras” (ANTONIO GARCÍA, AP, Orador N.º 31)

Faz alusão à dirigência política. Primeiro menciona que a pedreira chegou a Tandil estimulada pelo Conselho Deliberante que em forma unânime (...) ditou uma lei municipal para permitir sua radicação (...) em seus considerandos dizia:

“Debemos congratularnos de la instalación de una nueva cantera en Tandil.(...)No apoyo la violencia en ninguna forma, pero hoy la ciudadanía está desilusionada de muchos de sus dirigentes, llámense empresarios que se olvidan que el único capital que tiene el hombre es su trabajo (...) No sabemos cuanto podemos durar ante una situación como la que tiene el país, tampoco los medios que desinforman (...) los sindicalistas de alto nivel, que no vuelven a tomar una herramienta y en especial a los políticos. (ANTONIO GARCÍA, AP, Orador N.º 31).

Desde o começo o expositor põe de manifesto uma visão antropocêntrica do valor da Natureza, e a aceitação fatalista do dano ambiental sócio ao progresso. Não distingue a minaria de outras atividades. Generaliza (quase todas lastimam), justifica (resulta necessária) e dilui responsabilidades no tipo de vida ao que ninguém quer renunciar.

Assim, parece naturalizar a situação e assumi-la acriticamente. Adverte-se uma mirada de certo fatalismo sobre um modo de desenvolvimento. Não reconhece o problema de fundo e, portanto os termos do conflito. Portanto também não expressa uma solução e apela a uma resolução, (conciliação e convivência), a terminar com a controvérsia, não com o problema. Para o qual oferece morigerar efeitos e desenvolver outros usos (turismo) não como alternativos senão como complemento.

Hector Gallo (Orador N°. 85)

Começa falando da dívida e dizendo que:

“(…) Se origina en el 94 cuando se aumenta el impuesto al 70 y 200% llevando de 0,10 a 0,30 y 0,17 de acuerdo la cantera está dentro o fuera de la poligonal (…) Muestra el cálculo para la cantera Montecristo y dice “o sea que al año la cantera debe pagar al municipio, de impuestos solamente sin hacer nada el municipio 117.mil pesos al año” Insiste “valor este imposible de pagar por la cantera” y, que por eso fueron a la justicia. Dice que el impuesto es desproporcionado si se lo compara con la energía “Analizando por otro camino la incidencia del impuesto en la rentabilidad de la cantera tenemos que para un precio promedio de 5 pesos la tonelada y una rentabilidad del 10% que es buena en este momento(…) tenemos una ganancia teórica de 0,50 centavos por tonelada. El impuesto es de 0,30 centavos por tonelada lo que significa un sesenta por ciento de la rentabilidad suponiendo que se vende todo el material lo cual por el momento no es cierto. La justicia determina que como tope máximo a cobrar de impuestos el treinta y tres por ciento de la renta neta, un valor mayor al declarado confiscatorio y por lo tanto inconstitucional. Luego de esta argumentación, mas adelante sigue “en el acuerdo marco se propone el pago del cien por cien del impuesto con el aumento incluido, se pagaría en cordón cuneta y base para asfaltar favoreciendo a cuatro mil familias frentistas y el dinero se recupera con el pago de dicho trabajo.” (HECTOR GALLO, AP, 2000, Orador N°. 85).

Depois fala do pessoal ocupado:

“Cien personas inscriptas en AOMA (...) mas administrativos en forma directa. (...) Como mano de obra indirecta, considerando que teniendo buena producción salen entre trescientos y trescientos cincuenta camiones por día les sumamos talleres, etc. (...) superan las mil personas que con sus familias son entre cuatro y cinco mil personas.

Con una producción normal, no la de ahora, sino una producción buena, la facturación aproximadas es de un millón setecientos mil pesos por mes, alrededor de veinte millones al año.

Se ha calculado que el sesenta por ciento de esa plata queda toda en Tandil o sea doce millones al año en mano de obra, repuestos, etc.(…)

“Se ha proyectado la reconversión turística de todas las canteras mucho más de lo que pide la ley de impacto ambiental, lo más simple podría haberse propuesto relleno sanitario pero las canteras decidieron priorizar el turismo” (HÉCTOR GALLO, AP, 2000, Orador N°. 85)

Em primeiro lugar é evidente que a percepção do conflito deste empresário se centra no conflito pelo pagamento do direito à extração de pedra. Não aceita a existência de uma compensação pelo dano ambiental. Vê-a como um pagar à Municipalidade sem que esta faça nada.

As argumentações estão exclusivamente unidas à avaliação de rentabilidade privada. Não parece compreender a idéia de incorporação de externalidades que subjaze no direito à extração da pedra.

A exposta evidência que o produto obtido se trata de um bem escassamente diferenciado, tomador de preço, e de um baixíssimo valor de mercado, que o ritmo de extração é intenso, e que ocupa um número relativamente muito pequeno de trabalhadores diretos (100, mais administrativos).

Como se vê no último parágrafo a idéia de tampar as cavas com resíduos não só teve adeptos em Olavarría. Supõe um verdadeiro otimismo ou confiança na possibilidade de fazer algo para remediar o impacto, tampar o que se destapo.

Prima uma visão utilitarista da Natureza como provedora de matéria prima (pedra para moer) ou depósito de resíduos.

Outro uso, a reconversão turística, projeta-se a futuro subordinado ao uso mineiro atual, e apresenta-se como um plus acima de o mais simples, destinar os fossos a enterrar lixo.

Carlos Cattoni (Orador N.º. 109) Começa mencionando à tradição das pedreiras:

“Yo soy representante de la cantera El Trincante, la popular y la conflictiva acá en la ciudad de Tandil, vengo descendiente de un abuelo Montenegrino y un abuelo italiano, los dos vinieron de Europa a hacerse la América, a trabajar la piedra. El Montenegrino hacia granitulos y el Italiano era escultor de piedra, fue el que fabricó las piedras del parque que delimitan la ladera del parque los coches no se caigan, mi padre siguió por el mismo camino, trabajo en la Cantera Cerro Leones y el año 70 nos instalamos en el Paraje La movediza, fabricando arena y piedra para la construcción. Siempre pensando que lo que estábamos haciendo era un bien para la ciudad de Tandil para ayudar a construirla. Mis hijos como cuarta generación siguen haciendo lo mismo, y hoy después de tanto tiempo me vengo a enterar de que lo que estamos haciendo es criminal, es destructivo, es no pensar en nadie y eso esta fundamentado por esos Sres. que se sientan alrededor de un escritorio y dicen, hablando mal y pronto, a quien le podemos cagar la vida, total está cagado el campo, está jodida la industria, ah nos quedan los canteristas que podemos inventar para ellos ah... la conservación de las Sierras. (...) El año pasado en una de esas clausuras que inventaron llame a la reflexión para que esta gente piense en los hijos nuestros en los hijos de los obreros para que pasen un Feliz Navidad y me di cuenta que esta gente tiene mas dureza que una piedra, porque mi piedra no me dijo así, mi piedra me brindó, en lo que rescaté de ella para poderlo vender y poder pagar a la

gente, aguinaldo, obras sociales, entonces apoyo el AM porque va a generar trabajo para mi población que esta sin plata. (CARLOS CATTONI, AP, 2000, Orador N°. 109).

Apela à tradição das pedreiras, a sua importância na história e a cultura tandilense. No entanto ilude as diferenças nas formas de exploração e a diferente significação da atividade em diferentes contextos socioeconômicos. Transpola a importância passada à importância presente da atividade. E reforça esta idéia ao mencionar a fatores situacionais como o contexto de recessivo ao momento da audiência. Não reconhece os problemas de base no conflito e adjudica este a uma intencionalidade de ambientalistas e políticos.

Apresenta linealmente extrair como construir e a preocupação ambiental como um estragar uma atividade. Aparece a figura de os que estão por trás do escritório, uma desqualificação que remete a pessoas que tomam decisões desde lugares cômodos e sem conhecer a realidade.

Pareceria ser mais natural à existência das pedreiras que a existência da Serra. Não se vêem a si mesmos como os que rompem algo que existe. Vêem-se aos ambientalistas como os que rompem algo que existe: as pedreiras.

Neste depoimento observa-se que não diz meu serra, diz minha pedra. A relação estabelecida com a mesma serra esta carregada de sentidos diferentes. Se o valor é a qualidade estrutural de uma relação do sujeito com o objeto, é interessante pontualizar que os diferentes critérios de valor da natureza, também dependerão das diferentes formas de relação. Aqui é importante recordar o triangulo indivíduo- sociedade -natureza (LIPIETZ, 1997) e pensar a dimensão valorativa como uma mais na trama de uma ecologia política.

A forma em que seres individuais vêem a Natureza Serras, em tanto esse indivíduo participa da experiência de um grupo de atividade e uma tradição pedreira, se centra na condição de material pedra.

Para outros indivíduos, que participam de outros grupos, as Serras são vistas de outras maneiras. Como paisagem, como monumentos naturais da cidade, como elemento sagrado, como recurso turístico, como substrato de outras atividades, como ambiente e reservorio de biodiversidade, como bacia hídrica. Como território improdutivo, como identidade, como elemento de valor histórico antropológico, como ameaça (de ali baixam as víboras, baixa o água que inunda a cidade se chove muito, vá saber o que há aí) como remédio (nas serras estão às ervas medicinais, são fonte de boas ondas, um lugar de valor cósmico, fonte de energias de vida, etc.).

Como sinala Acselrad:

“Aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não se resume a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados” (2004, p. 15).

Representante de CARBA S.A. (Orador N° 119).

“Todo este conflicto es ficticio porque está basado en una premisa falsa. Las sierras van a desaparecer. Las sierras no van a desaparecer. Hay 60.000 hectáreas de sierras. No todos los yacimientos son aptos. La superficie total a afectar por el total de las canteras, por todo el período de explotación otorgado por los informes de impacto ambiental no alcanza a las 30 hectáreas. En cuanto a la afectación del paisaje ninguna de las canteras va a afectar el perfil serrano existente. Según el programa de explotación minera que tienen autorizado. Sin perjuicio de esto, todas ellas han propuesto no solo la mitigación a que están obligados por ley sino una voluntaria reconversión de esos espacios en áreas para el turismo. Es decir esta asegurada la preservación del paisaje, el cuidado del paisaje y el futuro destino turístico (...) Todos los capitales de las canteras de Tandil son nacionales”. (Representante de CARBA S.A., AP, 2000, Orador N° 119).

Pergunta do publico:

“¿Por qué no pagaron al menos un mínimo porcentaje, no se siente responsable de este conflicto?”

Resposta:

“Cuando aumentaron el impuesto gente de la Alianza y otros concejales nos dijeron que lo hacían para que las canteras cierren (Representante de CARBA S.A., AP, 2000, Orador N° 119).

Esta argumentação também tem uma visão claramente antropocêntrica e utilitarista, mas a diferença das anteriores centra sua argumentação em minimizar a magnitude do impacto. Não diz que não existe o impacto, senão que há muita Serra.

Segundo este empresário o impacto é mínimo com relação à superfície serrana e desta há uma parte que não é apta para o uso mineiro (não toda pode ser jacimento). Identifica o impacto exclusivamente com a paisagem e argumenta que não afetasse o perfil serrano, isto é alude ao visual, particularmente desde alguma perspectiva. Como se vê pelos homens, desde os lugares em que cotidianamente habitam esses homens, em especial desde a cidade, seus arredores e as rotas. Tanto no uso que privilegia como no impacto que reconhece expressa uma valoração antropocêntrica. Admite outro uso no futuro, subordinado ao uso mineiro atual.

Rodolfo Guerra (AP, Orador N° 127).

“Es verdad que la actividad minera de Tandil se remonta a mil ochocientos setenta, es verdad que Tandil posee sesenta mil hectáreas de sierras y desde mil ocho setenta sólo veintipico de hectáreas en explotación que ocupa cientos de puestos de trabajo y otros proveedores locales es verdad que el desarrollo minero sustentable que todos defendemos permite cubrir las necesidades del presente sin comprometer las necesidades de futuras generaciones es verdad que el artículo setenta y cinco el inciso doce de la C N de 1994 atribuye al congreso nacional poder delegado por las provincias de dictar le código de minería que como el código civil, el código penal, el código comercial son el sostén de la soberanía política del estado nacional es verdad que el artículo sexto del código de minería distingue la tercera categoría como las producciones minerales llamadas de canteras y que pertenece al propietario superficial con exclusividad y nadie puede explotarlas sin su consentimiento (...) Es falso sostener que desbasta las sierras cuando tan solo se transforma riqueza para el bien común construyendo caminos edificios desarrollando obras viales y obras de infraestructura utilizando los recursos que Dios creó por el hombre y para el hombre (...) Es falso pregonar que la actividad minera se opone a la turística por el contrario se complementan y con un adecuado manejo, plan de manejo ambiental se creara espacios aptos para el desarrollo turístico de la región (...) Es verdad que el proyecto Tandilia de la empresa Cerros Dómicos que es productor minero N° 188 que tiene registro de inversiones mineras números 311 que posee la primer declaración de Impacto ambiental en Tandil la número 40 que tiene trámites iniciados desde el 19 de dic. 1997 se la ha negado el certificado eléctrico con un expediente presentado en 1995/98 en mesa general de entradas en la municipalidad que se le ha obstaculizado y se le niega el genuino derecho de una PyME minera de crear fuentes de trabajo y generar riquezas en mi país y un profesional argentino de nacimiento y desarrollado mi profesión en mi país y como empresario minero presido una PyME de capitales argentinos la que fue mencionada para participar del premio Invertir 1999- 2000 por dicha fundación. El emprendimiento ha sido reconocido y publicado en el diario La Nación en Octubre de 1998 como grandes obras del país precursores del emprendimiento en Tandil” (GUERRA RODOLFO, AP, 2000, Orador N°. 127)

Menciona a tradição das pedreiras e esgrime argumentações legais para justificar a existência da atividade. Usa o conceito de desenvolvimento mineiro sustentável num sentido diferente ao que conceitualmente se viu como sustentabilidade ainda em suas versões mais débeis. Parece aludir a crescimento da atividade que se possa sustentar no tempo. Identifica bem comum com uma idéia implícita de progresso produtivista e expressa claramente a opção pela substituição de capital natural por capital artificial. (Não o vê como destruição senão como transformação de riqueza para o bem comum) Afirma explicitamente uma posição antropocentrista e utilitarista. A Natureza são recursos criados por Deus, por e para o homem.

Destacam a importância do investimento como fonte geradora de trabalho e a valorização do projeto por fundações de promoção do investimento.

Bilbao Juan Manuel (Orador N°. 128)

“Todos nos sentimos identificados con nuestras sierras, sentimos que son nuestras sierras, hay muchas sierras en Tandil que son nuestras, que son de la Municipalidad, que son parques municipales. El resto de las Sierras, la mayoría de las sierras tienen dueño, esos dueños ejercen una actividad legítima, está reglamentada por el Código de Minería de la Nación que está por encima de Ordenanzas municipales, inclusive provinciales. El municipio hace casi tres años ha sancionado una ordenanza que prohíbe la explotación de canteras en las Sierras de San Luís, a 25 Km. de la ciudad sin problemas para la ciudad. Esa Ordenanza ha paralizado la Cantera Tandileofú que había presentado todos los elementos de impacto ambiental en La Plata. Esa ordenanza no ha respetado la ley, ha dejado directa e indirectamente a muchísima gente sin trabajo, ha hecho veladamente una expropiación de la sierra y una discriminación, la sierra de San Luís no se puede trabajar pero quieren que se trabaje las Sierras de Vela. Que nadie se engañe, si las canteras producen cierto impacto ambiental cuando se les cobraba 10 centavos, ese impacto no va a desaparecer por obra de magia cuando les cobren 30 centavos. Estoy de acuerdo con el convenio Marco, el primer punto del Convenio Marco que hay que respetar la ley que el municipio debe apoyar la industria de la piedra, no puede prohibir la explotación minera, debe reglamentarla, debe ordenarla y debe dar un ejemplo cumpliendo con la ley en todo. (BILBAO JUAN MANUEL, AP, 2000, Orador N°. 128).

Parte de reconhecer a identificação de Tandil com as Serras. Remete à propriedade, propondo que sejam preservadas as de propriedade pública e argumentando que a regulação do uso nas Serras de propriedade privada é uma forma de expropriação e discriminação.

Partiu, ao igual que algum dos expositores precedentes, de considerar um marco legal que põe o Código de Minaria acima de outras leis e ordens. Sua argumentação nua uma questão de conceito cara aos ambientalistas: o monto do direito a extração de pedra (eco-taxa) não muda o impacto ambiental. Neste caso a argumentação pareceria pretender desenmascarar uma intenção mais arrecadadora que preservacionista nas autoridades municipais

As posições de familiares de empresários das pedreiras:

Elba Cattoni (Oradora N°. 66)

“Yo tengo muy poco que decir porque a la edad que tengo he vivido mucho, me crié en las canteras, soy hija de canteristas, me casé con un canterista, mi suegro era picapedrero y escultor, mis hijos siguen en la cantera y mis nietos trabajan en las canteras. Entonces yo me siento muy orgullosa de ser canteristas. Lo que me llama poderosamente la atención de esta gente que han utilizado a los niños de las escuelas para ponerlos en contra de las canteras sin explicarles lo que es, niños inocentes ese es un juego sucio y no tienen vergüenza”. (ELBA CATTONI, AP, 2000, Oradora N°. 66).

Laura Cattoni (Oradora N°. 81).

“Mis abuelos, mis padres y nosotros que somos tres hermanos trabajamos y vivimos de nuestra piedra. Cuando leo y escucho lo que algunos políticos irresponsables y algunos periodistas intencionados dicen siento impotencia, humillación e indignación. Por que todo lo que dicen es mentira no tiene nada que ver con la verdad y la realidad de las canteras que ignoran a tal punto que no saben ni siquiera como llegar a algunas de ellas. Esos no saben el mal que nos hacen queriéndonos sacar la plata con impuestos impagables, tirándonos ante el pueblo como si fuéramos los culpables de su situación” (CATTONI LAURA, AP, 2000, Oradora N°. 81).

Depois culpa aos vizinhos de roubos etc. e à Multisetorial de ter-lhes conseguido advogados.

“(…) Vamos a defender lo único que tenemos, el patrimonio de la familia, la actividad que sabemos hacer, el material que conocemos como nadie y amamos mucho más que los que se disfrazan de ambientalistas. Quiero que los políticos cumplan con la palabra, con la firma que se puso en el Acuerdo Marco. Quiero que se trate el Concejo Deliberante y lo vote para saber bien, uno por uno quienes son los cobardes, quienes los mentirosos, quienes los enemigos de las mas auténtica, limpia y sana actividad que tiene Tandil desde que se fundó y que le da de comer a mas de 1000 personas de nuestra ciudad. (CATTONI LAURA, AP, 2000, Oradora N°. 81).

Particularmente é destacável o vínculo de pertencer à atividade e a forma de vincular-se com as Serras. Estas são tomadas essencialmente como provedoras de pedra, como material (o material que conhecem e amam como ninguém). Adjudicam o conflito ao desconhecimento, ao labor de jornalistas, a falsos ambientalistas, vizinhos que mentem e roubam e políticos covardes. Isto é, parece um conflito com atores em disputa, mas sem motivo real. Não há reconhecimento da existência de um tema real de controvérsia, ou da interatividade já que não se reconhece que o uso mineiro avança sobre outros usos e significados das Serras.

#### 4.2.2.2 Síntese da posição de empresários das pedreiras e seus familiares

- § Absoluto predomínio de posições antropocêntricas e utilitaristas
- § Dificuldades para reconhecer a existência de impacto negativo da atividade mineira. Quem o reconhece o minimiza com relação à superfície serrana, isto é, consideram-no por embaixo da ombreira.

- § Absoluta primazia do uso mineiro e da consideração do valor de uso e de câmbio atual. Admite-se outro uso (turístico) no futuro e condicionado ao uso prévio na exploração mineira ou, em alguns casos como uma atividade secundária à mineira.
- § Percebe-se a extração como transformação de riqueza, como substituição e acrescentamento de capital natural por capital artificial.
- § Apresentam-se os planos de mitigação ambiental não como obrigação para aliviar o dano ambiental produzido pela minaria senão como produção de projetos turísticos futuros.
- § Discutem o direito à extração de pedra em si (questionam concorrência local para cobrá-lo) e em sua magnitude (confiscatório/ impagável) e não o compreendem como compensação à comunidade por dano ambiental já que partem de não admitir que este exista ou que seja significativo (o município cobra sem fazer nada).
- § Identifica como contrincantes aos ambientalistas, a docentes e à dirigência política que não os apóia.
- § Invocam o marco jurídico e os regimes especiais mineiros gerados nos anos noventa e discutem outras regulações existentes.
- § Amparam-se num marco gerado para atrair capital externo, ao mesmo tempo em que reivindicam sua condição de capitais nacionais.
- § Em general poderíamos dizer que coincidem com um pensamento que Foladori chamaria cornucupiano, refratário ainda a critérios de sustentabilidade débil.

A posição dos trabalhadores das pedreiras:

Eduardo Fabián (Orador N° 29)

(... ) “La multisectorial lo único que genera es conflicto entre los vecinos. (...) Se refiere al caso del country “ocupa cincuenta hectáreas, está cercado y con el pasar del tiempo o sea con la plantación de árboles que tienen en la actualidad mas las viviendas, la desaparición de las sierras es total. Teniendo en cuenta que todas las canteras de Tandil ocupan 30 y un country ocupa 50 y hace desaparece sierras y por ahí no puede caminar nadie ni tampoco podemos entrar, o sea son hechos reales (...) Entonces hago esta comparación, yo trabajo en la cantera Carba, tiene un proyecto de 30 años donde va a quedar realmente un paseo como el proyecto lo indica y como se ve en la actualidad.(...) Respecto al turismo en el futuro evidentemente va a decir mucho más lo que se trabajó en las canteras que la sierra en sí de manera que no comprendo por qué el no al turismo en el futuro(...) Por otro lado en 30 años el country este lógicamente sus árboles crecidos y no vamos a ver nada, pero vamos a ir mas lejos, porque todo lo que se habla acá

es para el hoy, hoy (...) en 150 años la cantera CARBA sigue ofreciendo el paseo, el lugar donde van a venir de otros países a ver estos cristalinos o eso como se generó porque está a la vista, pero el country en 150 años no se que quien va a vivir en una casa de 150 años de manera que va estar poblado mas atrás de las Sierras y las Sierras de esa manera van a desaparecer y es el tema que no se toca(.) finalmente alude a una intervención anterior de las maestras y recuerda “reglamento General de escuelas art. 149 en prohibiciones, una de ellas esta prohibido hacer proselitismo de manera que en momentos de conflicto las maestras están usando a los niños para esto pero lo más grave es que tengo una foto que muestra la basura de una escuela en la calle de mi casa. Queremos enseñarle al chico que se deja a la gente sin trabajo o como enfrentar a sus hijos con sus padres, diciéndole que roban la piedra y que las sierras van a desaparecer, cosa que son mentiras pero no pueden regular la actividad de su propia escuela. (EDUARDO FABIÁN, AP, 2000, orador N°. 29).

Nesta exposição se adjudica um papel gerador da disputa a uma ONG ambientalista e define-lho como conflito entre vizinhos. Esta apelação à condição de vizinhos (habitantes de um mesmo lugar, vinculados por relações de proximidade e convivência), mostra uma perspectiva centrada no local. Neste caso contribui a diluir as responsabilidades empresariais e políticas. Sobretudo considerando que a maioria dos donos das pedreiras e os políticos com maior peso decisório não são vizinhos. Inclusive o Intendente não é vizinho de Tandil.

Reconhece-se a existência de impactos negativos da atividade mineira, mas indicam-se outros problemas aos quais se adjudica similar importância. (Construção de bairros fechados sobre as Serras e inadequada regulação da disposição de Resíduos) Identifica o impacto com a afetação da paisagem. Neste sentido emparelha os impactos dos fossos, as casas ou a florestação, em tanto modificam a visual das Serras (fazem-nas desaparecer). Nesta exposição tem peso uma mirada de longo prazo.

Há uma argumentação sobre os usos atuais das Serras e também sobre os usos futuros. Também uma alusão importante à acessibilidade às Serras. Contrapõem as pedreiras como passeios abertos ao cabo da exploração, com bairros fechados. Destaca o uso turístico futuro, para o qual a exploração mineira agregasse valor a serra, o passeio dirá mais que a serra em si.

Apresenta a atividade mineira como uma espécie de desocultamento do valor da serra (vão vir de outros países a ver estes cristalinos ou como se gerou isso porque está à vista). Seu questionamento ao tratamento do conflito nas escolas assimila a valoração negativa da atividade extrativa de recursos não renováveis com proselitismo.

Enrique Núñez (Orador N° 41).

“(...) No he escuchado ninguno de los que quiere la Sierra decir las voy a comprar, porque las Sierras son privadas, hasta el día de hoy por la Sierra

camina todo el mundo hace lo que quiere, creo que la mitad, a lo mejor la mayoría de la gente acá no sabe que las Sierras de las Animas son privadas, que la Cascada es privada, toda esa sierra es privada y camina todo el mundo. ¿Porque no hacen una vaquita<sup>27</sup> y compran la Sierra así les cerramos las canteras? Hagan fuentes de trabajo, ubiquen la gente y después vamos a ver que hacemos con las Sierras. Ante que, como no hay perros en la calle todavía vamos a poner mas gente en la calle.

El dueño de CARBA es demasiado gente, ¿sabe porque? Porque no los saca corriendo a todos. Yo si soy el dueño no dejo entrar uno ahí dentro.

Quieren las Sierras, cómprenlas. Yo las quiero, yo trabajo ahí porque me dan de comer. Yo las quiero muchísimo a las sierras, pero de todos los que hablaron acá ninguno las quiere. Porque ninguno dijo: yo la voy a comprar Señor la sierra, la quiero para mí, así me siento allá arriba y la miro todo el día.” (NUÑEZ ENRIQUE, AP, 2000, orador N°. 41).

Esta exposição centra-se na reivindicação do direito de propriedade e concebe-o como um direito absoluto a dispor do bem. Condiciona a discussão de outros usos a localizar aos trabalhadores em outras atividades. Expressa uma valoração antropocêntrica centrada no valor de câmbio e uma concepção a respeito da disponibilidade de usos unida exclusivamente ao domínio e à apropriação formal

Cristian Ots (Orador N°. 42)

“Apoyo el acuerdo marco como el único medio que puede llegar a garantizar la fuente de trabajo. Repudio públicamente a la Multisectorial toda, por su campaña fundamentalista e indiscriminada en contra de los canteristas usando como chicana la destrucción del paisaje e intentado afectar el pensamiento de nuestros hijos y no aceptando por su testarudez que los caracteriza la combinación del turismo con la industria de la piedra”. (OTS CRISTIAN, AP, 2000, Orador N°. 42).

Esta exposição assume ao AM como única solução que garante a fonte de trabalho. Mostra a percepção fortemente arraigada nos trabalhadores de que não há alternativas. Funda-se na confiança, já que o AM não inclui nenhum ponto que garanta a conservação dos empregos. Não há reconhecimento do impacto negativo do uso mineiro e a interatividade. Adjudica o conflito a uma intencionalidade da multisetorial contra os pedreiristas que usaria como desculpa a destruição da paisagem. A intransigência é do outro.

Dante Bautista (Orador N°. 43)

“Si cierran las canteras y pierdo el trabajo, mis hijos van a quedar en la calle” (DANTE BAUTISTA, AP, 2000, Orador N° 43)

<sup>27</sup> Denomina se "vaquita" a juntar dinheiro entre varias pessoas.

Juan Emilio González (Orador N°. 46)

“El día de mañana me quedo sin trabajo, yo pienso si el municipio me puede dar un trabajo inmediato. Yo me quedo sin trabajo hoy y yo quiero estar trabajando mañana con el mismo sueldo que tengo en la cantera, porque tengo que mantener mi familia.” (GONZÁLEZ JUAN EMILIO, AP, 2000, Orador N°. 46)

Manuel Galván (Orador N°. 54)

“Habiendo tanta pobreza ¿todavía nos quieren quitar la fuente de trabajo? (...) saben lo que es el trabajo de minería, (...) el que esta allá tiene que ver el sacrificio que es el que trabaja en la parte minera. A mí también me gusta la sierra y gracias a Dios la sierra porque moliendo piedra traigo un bocado de comida para mi familia” (GALVÁN MANUEL, AP, 2000, Orador N°.54)

Jorge García (Orador N°. 58)

“¿Quién nos va dar una solución si nos quedamos sin trabajo? (...) El turismo y las canteras pueden convivir tranquilamente. (...) Yo me levanto a las cinco de la mañana y estoy hasta las 7 de la tarde y si se nos rompe una máquina, porque soy empleado de cantera y muchas veces me he tenido que estar hasta las 11hs, 12 de la noche, yo les pregunto a que hora salen a laburar y a que hora dejan de laburar, yo les daría sabe que, un pico y una pala y los mandarían a laburar”. (GARCÍA JORGE, AP, 2000, Orador N°. 58)

Visitación Quispe (Orador N°. 62)

Dependo de este trabajo para alimentar a mi familia para hacer estudiar”  
(VISITACIÓN QUISPE, AP, 2000, Orador N°. 62).

As exposições precedentes têm como denominador comum à defesa da fonte de trabalho como fonte de sobrevivência (alimentos, estudos, não ficar na rua, manter a família).

Expressam a necessidade de sobreviver num contexto que não oferece opções.

Ficam em evidência as duras condições de trabalho e a extensão da jornada trabalhista. Mas estes depoimentos não propõem uma crítica classista, nem as apresentam como as características de uma relação específica entre certos trabalhadores e certos empresários num momento e contexto dado, senão como um atributo quase natural do trabalho mineiro.

Héctor Robles (Orador N.º. 63)

“Estamos cansados de que la gente cualquiera, amparado atrás de un micrófono nos trate todos los días mal, todos los días prendes una radio o ves un programa y no están dando con un caño, nosotros dependemos de este trabajo y nada más, (...) y no se olviden los políticos no los quiero ver mas por la puerta de mi casa” (ROBLES HECTOR, AP, 2000, Orador N.º. 63).

A referência ao jornalismo é funcional à tese, o problema não existe, o inventaram, (os ambientalistas, os docentes, neste caso os jornalistas). Reflete a presença do conflito (todos os dias). Ante a afirmação “nós dependemos do trabalho e nada mais”, poderíamos nos perguntar se esta posição significa que não se quer discutir, ou se resolver à dependência desses trabalhos, gerando outros, faria admissível uma mudança de atividade.

A advertência aos políticos evidência o papel típico destes quando estão em campanha eleitoral e percorre os bairros em procura de votos e/ou a atuação dos ponteros. Estes não só aparecem nas eleições gerais senão nas internas partidárias. A advertência parece dizer “se não me representas agora não me peças que te volte a eleger”. Assim, o “não quero os ver na porta da casa” é um “não vingas a nos pedir o voto”. O plural (os políticos), a generalização, e o grau de desconformidade adquirem um significado especial se interpretá-lo como o indício de certo clima que, num ano após a audiência explodiu na crise de dezembro de 2001.

Nesse momento as mobilizações e assembléias populares expressaram com o lema “que se vaim todos” uma aprofundada rejeição ao que denominavam a classe política. Sem dúvidas, este clima deve ser considerado também como um fator situacional relevante.

Ricardo Núñez (Orador N.º. 64)

“Para cerrar una fuente de trabajo creo que tendrían que tener una solución alternativa (...) La excusa de la deuda que deben las empresas que son de 4 millones de pesos... a ver si las empresas lo pagaran efectivo, a ver si les seguiría interesando la preservación de las Sierras, la ecología y el turismo.” (RICARDO NUÑEZ, AP, 2000, Orador N.º. 64).

A primeira afirmação é compartilhada pela maioria dos preservacionistas. A diferença é a percepção a respeito da existência imediata ou potencial dessas alternativas. Sendo o turismo a atividade alternativa de maior peso, a questionar sua capacidade de absorver aos trabalhadores, parecesse dizer que não há outra solução que continuar com as pedreiras.

Diferença o interesse pela preservação do interesse por arrecadar, apresentando ao reclamo ambiental como uma desculpa para cobrar uma dívida. Desta maneira tira entidade ao

primeiro e/ou credibilidade às autoridades locais. Supõe nestas um critério de valoração da Natureza unido ao preço. O preço para habilitar a seguir rompendo seriam os 4 milhões a cobrar. Parece considerar só o valor de uso e de mudança atual.

Ramos Roberto (Orador N°. 86)

“Compañeros trabajadores, vinimos a apoyar el AM, no nos engañemos. No nos garantiza la fuente de trabajo, pero es lo único que tenemos y de ahí nos vamos a agarrar, porque nosotros somos trabajadores, siempre lo hemos sido. Al pueblo de Tandil no le interesan las Sierras porque esta audiencia le hubiéramos tenido que hacer en el Estadio si a la gente le hubiese interesado. Somos 200 personas, esta audiencia no es representativa para nada de los 100.000 tandilenses que vivimos aquí. (...) Yo le pido al Concejo Deliberante que el jueves cuando tratemos el AM, agreguemos en una de las cláusulas que nos aseguren el trabajo a los compañeros trabajadores por lo menos por 10 años. Porque cuando se firmó el AM los trabajadores no participamos, no tuvimos ni siquiera una mente brillante que nos agregara en ese ítem y que nos dijeran compañeros vamos a defender el AM pero Uds. están incluidos, están incluidos en esa fuente de trabajo y se las vamos a asegurar por un tiempo. Pero no nos asegura nada. (...) El jueves 21 todos los compañeros vamos a estar defendiendo el AM, es lo único que tenemos y de ahí nos vamos a agarrar. (RAMOS ROBERTO, AP, 2000, Orador N°. 86).

Não argumenta diretamente sobre o impacto ambiental, senão sobre a importância que tem para o povo de Tandil. De alguma maneira questiona a representatividade da posição ambientalista. Explicita claramente que os trabalhadores estão a defender um Acordo que não inclui o compromisso formal da continuidade das fontes de trabalho. Expressa uma crítica a condução gremial que fez parte da mediação, esteve na elaboração do AM e comprometeu o apoio dos trabalhadores sem exigir uma garantia de estabilidade. Fica exposta a vulnerabilidade da situação dos trabalhadores e clara a atitude de agarrar-se do único que tem.

Núñez Ricardo (Orador N°.101)

“No queremos pasar a ser parte de la gran tasa de desocupación que hay y lo único que les voy a pedir el día 21 por favor cuando voten háganlo con el pensamiento de un ser humano no como de un político, porque de mentiras estamos cansados” (NUÑEZ RICARDO, AP, 2000, Orador N° 101)

Berdiccio Marcelo (Orador N°. 120)

“Soy un obrero de las canteras y veo con mucha preocupación la ignorancia de los defensores de las Sierras. Hablan, hablan que somos los destructores del paisaje. Lo que no es cierto. Saben ellos que hoy Tandil creció con el

material que nosotros elaboramos. Yo pregunto a estos señores. ¿Dónde van a comprar el material para construir sus casas y calles? O quizá vivan a la intemperie y quieran volver a la época de las carretas. El AM debe ser aprobado porque es equitativo y garantiza la oportunidad de trabajo y contribuirá al crecimiento de Tandil. (BERDICCIO MARCELO, AP, 2000, Orador N°. 120).

Nega o impacto ambiental negativo. Destaca o valor de uso direto e a transformação de Natureza em riqueza construída, associado à idéia de progressos irrenunciáveis (não voltar viver na época das carroças) e crescimento.

Promove a aprovação do AM tanto por objetivos setoriais (oportunidade de trabalho) como por objetivos gerais (equidade e crescimento da cidade).

J.C. Zanotti (Orador N°. 124).

“Tengo 42 años y 25 en la actividad canteril, hoy en un país donde hay tanta desocupación hoy ciento cincuenta familias que dignamente nos estamos ganando el pan es algo ilógico que estemos pidiendo que nos dejen trabajar en paz. Todo esto está orquestado por un grupo minúsculo comandado por el Sr. Boltiansky que yo quisiera saber que lo impulsa tanto a decir producción cero para las canteras de Tandil si es un interés político o un interés inmobiliario encubierto(...) El bien de mi familia y el bien de todos mis compañeros canteristas quiero que se apoye el AM. (ZANOTTI J. C., AP, 2000, Orador N° 124).

Constante Domini (Orador N°.30) Trabalhador com relação no passado com as pedreiras.

Critica a la Multisectorial: “20 personas y un señor que dice ser periodista (...) muchos de ellos tocan de oído (...) no pueden salir a hacer firmar a los turistas sin interiorizarlos (...) Ahora bien cuidemos las sierras pero controlando los trabajos, porque les digo a los concejales que si hubiera control como es debido no habría pasado lo de algunas canteras que en vez de ir perforando hacia abajo, lo hicieron hacia los costados (...) por favor no cerremos fuentes de trabajo, ya que muchas fábricas han cerrado y demasiada gente desocupada tenemos no creo que la Multisectorial, los Concejales o el Turismo puedan dar trabajo a tanta gente. (...) Sres. Concejales no frenemos el progreso de Tandil, trabajen por Tandil, Uds. los políticos se van y la gente de Tandil sigue de la misma manera, porque Uds. no hacen que nuevas empresas vengan a nuestra ciudad a dar trabajo. Miremos por ejemplo cuantas empresas como Mc Kain que se fue a Balcarce y está agrandando su planta cada vez más con más cantidad de gente. La planta de Silos que se fue a Ayacucho y así muchas empresas más. Uds. fueron elegidos para traer soluciones para Tandil y su gente pero hasta ahora dense cuenta que de soluciones, nada.” (DOMINI CONSTANTE, AP, 2000, Orador N° 30).

Procura desqualificar aos ambientalistas, mas reconhece o impacto negativo da atividade mineira ao propor a aplicação do controle para minimizar os danos.

Vê as regulações ambientais como frear o progresso.

Associa mecanicamente a criação de postos de trabalho com investimentos de empresas “chegadas” á cidade. Em consonância, adjudica aos políticos o role de fazer que cheguem novas empresas, (“trair soluções”) concorrer com outras cidades na captação de esses investimentos.

#### 4.2.2.3 Síntese da posição dos trabalhadores:

§ Visualizam como geradores do conflito aos ambientalistas e como adversários na dinâmica de oposição à Multisetorial, aos jornalistas, as docentes que tratam o tema nas escolas e alguns políticos.

§ Tendem a diluir as responsabilidades dos empresários, os sindicalistas e os governantes no conflito.

§ Parecem perceber a discussão pública como uma ameaça.

§ Tentam deslegitimar o reclamo questionando aos porta-vozes (por carência de fundamentos, ignorância, irracionalidade, fundamentalismo, motivações ocultas, contaminação partidária).

§ Salvo exceções, priorizam uma óptica individual, familiar e setorial.

§ Algumas exposições evidenciam as duras condições de trabalho. No entanto não o apresentam em contradição com padrões senão como característica natural do trabalho mineiro.

§ Defendem o AM porque vai garantir a continuidade das fontes de trabalho ao qual identificam com sobrevivência.

§ Só um dos oradores pediu aos vereadores que o compromisso patronal de dar continuidade da fonte se formalize no texto do AM a aprovar.

§ Vêm a serra como pedra (material). Bem como outros setores consideram que as Serras fazem parte da identidade da cidade e de seus habitantes, os trabalhadores das pedreiras associam a identidade deles mesmos e da cidade com a pedra (nossa pedra, lha que amamos como ninguém).

§ Não reconhecem, minimizam ou relativizam o impacto negativo da atividade mineira.

§ Percebem-se os reclamos ambientalistas quase exclusivamente como preocupação pelo visual e pelo uso turístico.

§ Coerentemente com essa definição do problema, argumentam que a solução é harmonizar usos, mas sempre priorizando o uso mineiro. Admitem agregar circuitos turísticos às pedreiras na atualidade e, sobretudo destiná-las ao uso turístico ao cabo da exploração mineira, para o qual se apóiam nos projetos de mitigação ambiental apresentados pelas empresas.

§ Consideram não só a possibilidade de substituir Capital Natural por Capital Artificial senão a conveniência do fazer. Vêem a minaria não como destruição da Serra senão como desocultamento, como construção de uma paisagem que dirá mais que a serra em si.

§ Pelo anterior pode dizer-se que priorizam o valor de câmbio atual, e não vêem a minaria como perda senão como construção de valor futuro, valor apoiado numa composição diferente onde crescerá o peso relativo da paisagem artificial.

§ Algumas exposições reivindicam a propriedade privada como um direito absoluto ao uso irrestrito. Pedem que não se freie o progresso, e que não se obstaculize a chegada de investimentos e a produção de material necessário.

§ Poderia afirmar-se que existe uma forte incidência de fatores situacionais como a recessão e desocupação, as políticas que propiciam a flexibilização em todas suas formas para atrair investimentos e um clima político caracterizado pela frustração de expectativas e a mercantilização.

A posição dos familiares de trabalhadores das pedreiras:

Marta Rolando (Oradora Nº. 34)

“(…) Con el trabajo todo se consigue, no se puede privar a un canterista de trabajar, de hacer lo que sabe hacer, lo que tiene que hacer porque el pueblo pide, quiere asfalto, quiere rutas, quiere cordones cuentas, eso señores no se saca de la nada, se saca de las canteras. El turismo le da de comer a los hoteleros, a quien quiera, pero al canterista no le va a dar porque no lo va mandar a vender un folleto, porque no lo va a mandar a vender un pochoclo para sostener el turismo etc. Es muy lindo el turismo en Tandil, yo lo adoro, pero si tengo que elegir entre el canterista y el turismo no duden me quedo con el canterista.” (ROLANDO MARTA, AP, 2000, Oradora Nº. 34).

Coloca no centro da cena à demanda. É a demanda a que justifica a exploração. Propõe a pergunta: De onde sacar a pedra? Existindo várias respostas possíveis, Por exemplo: de

vários lugares do país/ vários lugares do partido/ de outro modo. No entanto, dá por fato que a existência da demanda justifica por si mesma a continuidade destas pedreiras.

Expressa uma posição antropocêntrica e utilitarista, e prioriza o uso mineiro ao uso turístico. Admite o uso turístico, mas como complemento, não como atividade substitutiva da minaria. Não expressa desconfiança para a capacidade do turismo de gerar trabalho senão sua opinião de defesa do direito a fazer o que sabem fazer.

Expressa uma mirada conservadora: nada pode se transformar, nem a demanda, nem a extração de pedra destas pedreiras, nem o tipo de trabalho.

Sandra Baniles (Oradora N.º. 55)

“No entiendo que por mantener intacta la postal serrana de nuestra ciudad hay que dejar 150 familias, que legalmente están amparadas por la Constitución Nacional sin su sustento diario (...) Hemos sido tratados como objetos inanimados, hemos escuchado como decían que los trasladen a Olavarría, que corran para allá las canteras, que sean guías de turismo, y tantas otras expresiones que solo fueron enfrentándonos entre vecinos y familias, lastimando a nuestros hijos (...) cuando venían de la escuela con información mal dada por los maestros e irresponsablemente, cuando pintaban a los canteristas como menos que delincuentes. Hoy cuando ha quedado demostrado en mas de una ocasión que no existe ningún amparo para los trabajadores que quedan en la calle por parte de los dirigentes políticos y sectores no gubernamentales, nosotros los canteristas no queremos limosna política no queremos pasar a engrosar la larga fila de carenciados en Bienestar Social (...) queremos que nuestros hijos sepan que defender el medio ambiente no es sinónimo de desocupación porque canteras y turismo pueden ir de la mano, porque con la desocupación viene el hambre, las deudas, la caída espiritual de la familia y como resultado una sociedad enferma.” Les pide a los concejales de la Alianza hagan en Tandil mejor que a nivel nacional y “bajen de la nube” (BANILES SANDRA, AP, 2000, Oradora N.º. 55).

Expressa uma posição antropocêntrica: por que não tocar? Opor o sustento diário de 150 famílias contra uma postal serrana, contém um ônus valorativo importante. Em certa maneira frivoliza a preservação. Identifica o impacto negativo da minaria como afetar o visual. Deixar intacta uma postal é ocupar-se do que se vê, do belo.

Esta exposição contém um suposto: conservar o ambiente é deixar sem trabalho a essas famílias. Não reconhece alternativas. Pelo contrário, percebe discussão pública sobre a reconversão produtiva e trabalhista ou a realocização bem como o estudo da problemática nas escolas como uma agressão pessoal, familiar ou á seu setor.

O último parágrafo faz alusão ao contexto socioeconômico e explicita que acha que a conservação do trabalho se dá com a continuidade das canteras. Fora desse espaço de inclusão

presente e concreto, vê um seguro desamparo e exclusão. Reclama a políticos e organizações não governamentais por não prover esse amparo. É eloqüente a exclusão do discurso de patrões e sindicalistas.

Gladys Lazarte (Oradora N.º. 59)

“Nos han llevado al extremo de sentirnos unos posibles desalojados por la fuerza y el patoterismo de los que no tienen problemas económicos y que tiene la panza llena, dicen que preservan la fuente ecológica, dicen son defensores de Tandil, son los conservadores paisajísticos, dicen, dicen, y dicen pero no vinieron a decirme cual va a ser el futuro de nuestro ambiente natural que es el trabajo” (LAZARTE GLADYS, AP, 2000, Oradora N.º. 59).

Expressa a percepção bastante freqüente de que a preocupação pelo ambiente é própria de pessoas sem necessidades econômicas. Acusa aos “conservadores de paisagens” de não se preocupar pelo trabalho ao que define como ambiente natural dos trabalhadores e suas famílias.

Albertina Guzmán (Oradora N.º. 61)

“Quiero trabajo para toda esta gente que esta acá y que son todos descendientes de mineros yo quiero que trabajen en paz y que no vivan con la preocupación de todos los días” (GUZMÁN ALBERTINA, AP, 2000, Oradora N.º. 61).

Silvina Merlo (Oradora N.º 71)

“Nosotros, las mujeres nos hacemos presentes para defender la fuente de trabajo de nuestros esposos, el bienestar de nuestros hijos” (MERLO SILVINA, AP, 2000, Oradora N.º 71)

Maria Susana González (Oradora N.º. 73)

“Para que queremos sierras sino tenemos que darle de comer a nuestros hijos y si quieren sierras cómprenlas, como dijo el Sr. Núñez y si quieren turismo tomen un pequeño ejemplo de la ciudad de Córdoba. Si se ponen las pilas y dejan la política de lado lo pueden hacer. Les digo a los Sres. de la Multisectorial, que queda más lindo los pajaritos y los puentecitos, ¿no? Que arroyos podridos, aguas contaminadas, basurales y niños enfermos, esos si no tiene solución. Por eso creo que lo de las Sierras tiene solución así todos los canteristas siguen con sus trabajos dignos llevando el pan a sus trabajos sus casas y nuestro Tandil con su turismo natural o artificial” (GONZÁLEZ MARÍA SUSANA, AP, 2000, Oradora N.º 73).

Expressa a prioridade da subsistência familiar com respeito à preservação das serras. Reivindica a propriedade como requisito para dispor o uso das serras. Expressa assim uma posição do tipo cornucupiano. Só poder-se-ia conseguir a preservação apelando exclusivamente às ferramentas de mercado. Coerentemente, desestima a política na busca de soluções.

Relativiza o impacto ambiental das pedreiras com respeito a outros problemas ambientais e desafia aos ambientalistas a ocupar-se dos mesmos. Nesta exposição volta a aparecer certa idéia que frivoliza a posição ambientalista a associando com a defesa do lindo e a despreocupação com o feio. Isto supõe uma reticência à precaução.

Pareceria que se admite como normal se ocupar de proteger o ambiente ex pós e quando o impacto negativo já é muito grande.

Finalmente expressa a idéia da convivência entre minaria e turismo, considerando que o recurso deste pode ser tanto o natural como o artificial. Desestima uma mudança de uso das serras como recurso e oferece uma mudança de recurso para o uso turístico (o artificial).

Alicia Oficialdegui (Oradora N°. 75)

“(…) Tengo miedo que de no aprobarse el proyecto pasemos a la lista gruesa de los desocupados del país” (OFICIALDEGUI ALICIA, AP, 2000, Oradora N°. 75).

María del Carmen Escudero (Oradora N°. 89).

“Soy una señora esposa de canterista” (...). Cuenta que ya estuvieron sin trabajo y no recibieron ayuda. “Los Sres. de la Alianza (...) nos dijeron que los patrones de nuestros maridos eran unos crápulas y ellos son los que nos dan de comer a nosotros. (...) Nos dijeron que apoyaban el AM si venían los canteristas y ponían los cuatro millones de pesos que deben y no les importaba después que hicieran con las Sierras” (ESCUADERO MARÍA DEL CARMEN, AP, 2000, Oradora N°. 89)

Fala em plural, remetendo a mobilizações prévias de grupos de familiares. Centra a crítica nos vereadores da Aliança, menos propensos a assinar o AM.

A exposição trasunta o reconhecimento do dano às Serras e da dívida dos empresários. No entanto, e como sua experiência é que não existe ajuda aos desocupados, relativizam as responsabilidades dos empresários já que são os patrões dos maridos quem lhes dão de comer.

Remete a uma situação na qual o valor que orienta a ação é o da sobrevivência.

Tenta mostrar, ao igual que um orador anterior, que os vereadores não têm um interesse genuíno em preservar as serras e só lhes interessa arrecadar.

Carolina Bautista (Oradora N°. 90)

“No me sirven de nada las sierras si mis hijos van a pasar hambre (...) Tandil es una familia, si Tandil es realmente una familia tenemos que estar unidos para que Tandil tenga trabajo (...) Siempre me hicieron creer que los Concejales eran gente inteligente, ahora después de tantos años voy a ver si esta gente es inteligente, porque no se olviden de que cuando haya elecciones de esas doscientas gentes las van a necesitar” (BAUTISTA CAROLINA, AP, 2000, Oradora N° 90)

Estella Maris Reynoso (Oradora N°. 94)

“Si mi marido se queda sin trabajo ¿Quién le va a dar de comer a mis hijos? Soy hija de canterista y mi marido hace 25 años que trabaja en una cantera ¿si nos sacan esto donde vamos a ir? (...) ¿Quiero que los políticos me expliquen por que quieren dejar a tanta gente sin trabajo? ¿Qué hay detrás de todo esto Señores? Yo le pido a la población que se ponga en mi lugar, si no se prueba este convenio mañana vamos a ser otros desocupados más de todos los que hay en la Argentina. Las canteras fueron la primera industria de Tandil y las que hicieron crecer a la ciudad y hoy se esta discutiendo si se cierran o no, muchos hablan del agujero en la sierra pero hoy hay un antes y un después, antes nadie hablaba de cuidado ambiental y a partir del convenio las canteras se comprometen a realizar una actividad controlada, es decir, cuida el paisaje y que vayan de la mano de la actividad turística con la de las canteras. (REYNOSO ESTELLA MARIS, AP, 2000, Oradora N°. 94).

Além de expressar argumentos já comentados, nesta exposição há um reconhecimento parcial do impacto negativo da minaria e uma apelação a aceitar a continuidade da atividade sob novas condições, de maior controle e cuidado ambiental. Este se centra em cuidar a paisagem, o que se vê e permitir o uso turístico.

Ana Miryam Castro (Oradora N°. 103)

“Soy hija de un metalúrgico de RONICEVI el cual esta desocupado y en mayúscula les digo que soy esposa de un canterista. Nos sentimos como delincuentes, ya que a cada lugar que vamos se hablan y se juntan firmas para el cierre de las canteras. (...) Sres. concejales piensen en nosotros, piensen como papás”. (CASTRO ANA MIRYAM, AP, 2000, Oradora N°. 103).

Entre as muitas conotações da última frase desta exposição (pensem como papais) poderia se destacar uma apelação ao entendimento da necessidade dos trabalhadores das pedreiras de seguir cumprindo com o papel de provedores da família e não se sentir desaprovados socialmente. O ponto de contacto entre representantes e representados é sua condição de pais de família.

Maria Cristina Restelli (Oradora N°. 122)

“Soy empleada obra social de AOMA. Nieta, hija, sobrina, hermana y amiga de los canteristas, que son las personas que trabajan en las canteras y no los dueños de las canteras. Escuchando las exposiciones del primer día llegue a las siguientes conclusiones: Primero la multisectorial convoco a AP para que el ciudadano se entere de su postura, extremista anti canteras. Cosa que después de una campaña de 7 años todos conocemos Segundo critican la mediación como sectaria y no representativa cuando ellos se retiraron de la misma. Ahora vemos quienes exponen en contra de las canteras. Maestros que presentan propuestas y hasta sus alumnos ganan concursos y eventos con material e información recabados en las canteras y en el gremio que las representa. Personas que quieren caminar las canteras, según ellos están para escalar, algo más que nos deberían agradecer los andinistas y por ende el turismo aventura, si fuese cierto. Tecnócratas y legalistas a los cuales la gente común como nosotros no entiende nada de lo expuesto. Personas a las que se les permite muestra un vídeo en vez de opinar videos que vimos en todos los informativos y no asombran a nadie por otra parte. Aunque quieran ridiculizar a ciertas autoridades. Personas que quienes vivimos y sentimos las canteras desde chicos sabemos que están libres y son respetables ancianos porque en la época que fueron presos por comunistas los canteristas levantaron firmas los Guezzi, los Satti, los Restelli y tantos otros para que hoy estuvieran acá presentes. Escritores que también recabaron información todo el gremio de las canteras y ahora acusan a los patrones de usar a los obreros. ¿Y que hicieron ellos? Ahora les digo no solamente van a tener un costo político que ya prácticamente no tiene poder político, ¿quién va a ser responsable del costo social de toda la gente que quede afuera de las canteras? Yo por eso y porque no veo otra solución que sea factible apoyo el AM” (RESELLI MARÍA CRISTINA, AP, 2000, Oradora N° 122).

A argumentação enumera várias atividades realizadas com relação às pedreiras (educativas, desportivas, culturais, etc.) por pessoas que sustentam uma posição preservacionista, como se isto fosse uma traição.

Contesta a opinião vertida por outros participantes a respeito do papel dos proprietários que usam aos operários para defender sua posição e sugere que quem os usa são aqueles que tiveram relação com eles, mas não compartilham a defesa das pedreiras.

Calvetti Mónica (Oradora N°. 123).

“No quisiera pensar en Uds. como seres insensibles, abocados a dejar sin trabajo a mucha gente. Los miro y veo soberbia e ironía. Porque claro Uds. puede seguir mandando sus hijos a los mejores colegios, vestirlos con la mejor ropa (...) Los miró siempre impecables sentados tras el escritorio en un ambiente cálido en invierno y fresco en verano, percibiendo en fecha todos los meses sus respectivos sueldos, buenos sueldos. A los que Uds. dejan en la calle nos derivan al plan trabajar. Viene con un prospecto como subsistir 30 días con 200 pesos. No podemos pagar ningún tipo de servicio y mucho menos vivir dignamente. Claro esto es un problema nuestro. Ustedes seguirán sus lindas vidas. Por favor concejales reflexionen. Yo como ama de

casa y orgullosa de mi familia les digo, la justicia en la tierra no existe, pero la justicia de Dios hará pagar a cada una de las personas que está en contra de nuestra fuente de trabajo. Por eso este dicho el que las hace las paga.” (CALVETTI MÓNICA, AP, 2000, Oradora N° 123).

Nesta exposição, como em várias das anteriores, parece ausente a consideração do impacto ambiental. Reduz-se a opinião a estar de acordo ou não com o AM, visto como continuidade das pedreiras e do trabalho.

Dirige-se aos vereadores e propõe uma contradição: vós e nós, opondo o que percebe como condições de vida e de trabalho dos vereadores, com os próprios. Descreve a desigualdade e trasunta desesperança na possibilidade de transformações. Só confia na justiça divina. Há uma apelação à religião como sistema de prêmios e castigos.

#### 4.2.2.4 Síntese da posição das familiares de trabalhadores das pedreiras:

§ As exposições manifestam um conflito com o conflito ambiental. Isto é, expressa a oposição a quem mostra o conflito ambiental porque o vêem como uma ameaça às fontes de trabalho.

§ Em general as familiares de trabalhadores não se expressam sobre aspectos ambientais (impactos, discussão o uso atual das serras, as formas técnicas de uso, a localização das pedreiras) senão sobre a necessidade de continuidade das pedreiras em tanto fonte de subsistência. Disto resulta a defesa incondicional do uso atual.

§ Evidenciam desesperança de outras possibilidades e certo fatalismo. Neste sentido poderia dizer-se que a posição fortemente conservadora que expressam as familiares dos trabalhadores, não é fundamentada em termos ideológicos, senão com base nos fatores situacionais. Se a situação é de recessão, desocupação, ausência de respostas adequadas ante a falta de trabalho e se acha que não vai mudar, só cabe conservar o que se tem.

§ Identificam como contrincantes aos ambientalistas e aos políticos que não se definiram pelas pedreiras.

§ Há uma mirada circunscrita ao micro, às pedreiras, as famílias e algumas autoridades locais. As escassas referências ao contexto macroeconômico, centram-se na desocupação sem questionamentos de fundo ao modelo nem às políticas predominantes senão aos políticos que não dão repostas a suas conseqüências sociais.

§ Predomina una visión antropocêntrica e utilitarista da natureza, fortemente unida às necessidades imediatas de sobrevivência. As Serras são uma postal que não serve preservar se suas famílias vão ficar-se sem sustento.

A posição dos Sindicalistas:

Bocidar Cálezich (Orador Nº. 21). Ex Secretário do Grêmio dos Trabalhadores mineiros (AOMA). Transcreve o art. 14 da Constituição Nacional referido aos direitos do trabalhador e segue:

“El conflicto generado en Tandil carece de fundamento, solo se trata de enfrentamiento entre sectores donde la cuestión principal pasa por el pago de los impuestos, sumado esto a las campañas de supuestos ecologistas que la pretendida defensa de los medio ambientes han olvidado que la minería es una industria floreciente y legítima, regulada por el Código de Minería de la Nación y las leyes especiales. Se debe respetar el derecho de la propiedad y el derecho a trabajar en una actividad lícita como la nuestra de tanta trascendencia para Tandil, ciudad que por otra parte no escapa al grave problema de la desocupación, párrafo aparte le corresponde algunos políticos de distintas banderas que en busca de votos se montan en una pseudo defensa del medio ambiente olvidando que los trabajadores mineros de producirse un cese en las fuentes de trabajo serán los discriminados y condenados a la desocupación. Nos llama la atención que, salvo los empresarios que defienden sus propiedades ninguno de los demás sectores en la denominada batalla mediática que se viene librando en los medios de Tandil ante la desocupación de los trabajadores mineros y nos preguntamos si no existen intereses que desconocemos a favor de personas o sectores que lisa y llanamente quieren discriminar la actividad minera sin importarles los graves problemas sociales que puede producir. Como trabajadores conocemos las reglas de juego de la actividad y si esta produce algún daño ecológico sabemos que existe la ley de impacto ambiental y el Decreto 68/97 del Gobierno. de la Pcia. De Bs. As. y todas las Ordenanzas y normas municipales que deben respetar y ser cumplidas, sabemos que el conflicto es una situación absurda, porque minería y turismo y viceversa pueden ir de la mano, solo hay que encontrar el punto de equilibrio, junto a las normas nacionales, provinciales y municipales. La actividad minera está iniciado en todo el país su verdadero desarrollo, una serie de esfuerzos e las autoridades nacionales, provinciales, empresarios, técnicos y profesionales a las que nos hemos sumado y hoy florece importantes inversiones y por ello disminuye la desocupación. Por ello nos preguntamos ¿Esta es la manera que Tandil atrae a los inversionistas?... (...) Si las canteras se instalaron primero, porque las autoridades permitieron la edificación de viviendas en zonas linderas especialmente en épocas que la actividad estaba temporalmente cerrada. Es cierto que tenemos adquiridos cerca de las canteras con bajos costos luego de la instalación de barrios residenciales o tienen fuertes cotizaciones, siempre y cuando se cierran las canteras, queremos ser concluyentes, hay una... que explota la cantera y tiene derecho a explotarla debemos pagar sus impuestos (se le acabó el tiempo de exposición) (CALEZICH BOCIDAR, AP, 2000, Orador Nº. 21).

Esta exposição nega a existência de fundamento para o conflito, enumerando uma série de motivações para as diferentes posições. Alega que os ecologistas esquecem que a minaria é uma atividade legítima. Com esta lógica só poder-se-ia questionar os impactos negativos das atividades ilícitas. Também invoca o direito de propriedade e questiona que não se tenham levantado outras vozes salvo as dos empresários.

Destaca em vários trechos o grave problema do desemprego e ao mesmo tempo apregoa as políticas mineiras que fazem que floresçam investimentos e diminua o desemprego. Isto é há uma leitura macroeconômica fragmentaria, como se a política setorial de fomento a minaria fosse algo diferente e contrário à política econômica general que produz o desemprego e não fizesse parte substancial do mesmo modelo.

Como se analisou no capítulo anterior, o desemprego pode se explicar como o produto de um modelo no qual a elasticidade do emprego com respeito ao crescimento do produto é menor ao modelo anterior. Isto é, se desalentaram e desapareceram atividades que tinham uma capacidade de gerar emprego muito maior que as atividades fomentadas. Privilegiaram-se as atividades unidas à valorização financeira e à obtenção de divisas via exportações e/ou via atração de capitais. Alguns sectores reuniam as duas condições e foram fomentados mediante legislação que facilitou a abertura e desregularão: Pesca e Minaria. A esse marco refere-se à exposição deste sindicalista, que reproduz idênticos argumentos aos esgrimidos pelos empresários.

A pergunta do expositor sobre se é esta a forma de atrair investimentos completa uma visão que reproduz os principais conceitos associados ao modelo produtivista neoliberal aprofundado nos anos noventa. Nos últimos parágrafos, implicitamente reconhece os impactos negativos da atividade sobre a comunidade e a interatividade com o uso residencial.

No entanto, tenta diluir, a responsabilidade das empresas de pedreira respeito dos danos aos vizinhos gerados pelas explosões, etc. transferindo-a ao município por autorizar as residências.

Aqui há um manejo equívoco da informação já que as pedreiras como devastes foram colocadas faz várias décadas, primeiro que as residências atuais, mas não primeiro senão conjuntamente com o uso residencial. De fato os trabalhadores das pedreiras inicialmente viveram em acampamentos dentro dos próprios prédios. As pedreiras constituíam uma pequena população e inclusive tinham uma Fonda onde os trabalhadores se abasteciam pagando na mesma moeda interna à pedreira (plecas) na qual recebiam o pagamento do salário.

Isto mostra que sempre teve um uso residencial colindante ao mineiro. O conflito pelos impactos negativos intensificou-se nos últimos anos o qual pode adjudicar-se por uma parte a que os vizinhos em general não têm uma relação de dependência com as pedreiras que os mova a não denunciar os danos e, fundamentalmente, a que as explosões atuais são muito superiores em intensidade às do passado. Ademais, muitas destas pedreiras estiveram inativas durante alguns períodos já que, como se explica anteriormente é uma atividade unida aos ciclos de expansão da obra pública. Ao momento de reiniciar atividades foi habilitada com permissões precárias, isto é com restrições como, por exemplo, não deveriam ampliar a escala de produção, etc. Esta exposição mostra uma forma de entender o ambiental subordinado ao objetivo produtivista, e conquanto sustente a possibilidade do uso turístico propõe um equilíbrio com o uso mineiro, baseado no respeito às leis de promoção da minaria.

Sandro Juan de Dios (Orador N°. 35)

“Soy secretario general del Sindicato de Vendedores Ambulantes de la República. Argentina regional Tandil, Ayacucho, Rauch, Benito Juárez y Olavarría, defiende diariamente los derechos de todos los trabajadores de la actividad de la venta ambulante y como padre de familia, como cualquier padre de familia, tengo que ver por el futuro de ellos, es por eso que hoy apoyo a las canteras y apoyo el Convenio Marco, porque en el futuro generarán mas fuentes de trabajo, como guías de turismo, cabañas, campos recreativos, pesca, buceos, hoteles, puestos de controles, caballeriza, sectores de fogones, puestos ambulantes, parques de juegos, etc. Si al convenio Marco, si a las canteras, si a los trabajadores.” (DE DIOS SANDRO JUAN, AP, 2000, Orador N°. 35).

O orador apresenta-se como sindicalista e destaca que fala como pai de família. Fundamenta seu apoio em que o AM gerará postos de trabalho no futuro, através de uma série de atividades. Menciona aquelas que figuram nos projetos de mitigação dos informes de impactos ambientais apresentados ao público. Isto é há um reconhecimento da capacidade de gerar trabalho com o uso turístico. Poderia perguntar-se então por que postergar-lo e subordinar-lo à prévia exploração mineira.

Implicitamente esta posição assume a lógica promovida pelas empresas pedreiras que mostram a modificação das Serras pela atividade mineira como a preparação do palco para os projetos turísticos. Assim, pressupõe a substituição perfeita de capital natural por capital artificial aos efeitos de seu uso turístico.

Mauricio Urramora (Orador N.º. 38). Sindicalista.

“Vengo como sindicalista a apoyar a los que están luchando por lo que corresponde constitucionalmente, tener un trabajo, creo que eso es algo que no se ha tenido en cuenta, esto no quiere decir que yo estoy de acuerdo con los dueños de las canteras, yo estoy apoyando a los trabajadores porque me parece que en este país en el cual hay tanto desempleo me da la impresión de (que no) podemos ponernos a cuidar las sierras, me parece que primero deberíamos cuidar a los seres humanos proponiéndoles o dándoles un trabajo, creo que sería muy bueno si se pudiera formar una agrupación como la que conserva las Sierras para crear fuentes de trabajo, no para dejar tantos laburantes sin trabajo con todo lo que eso implica. Hoy en día (...) los sueldos son bajos, los trabajos están cada vez peor, las leyes por lo general no salen a favor nuestro pero nos perjudican directamente, pero creo a pesar de todo hoy en día tener un trabajo es una forma de estar vivo, cree que tener trabajo significa tener dignidad, significa ser un ser productivo, si nos tocan ahí creo que el ser humano no le queda nada. Creo que no hay nada más allá de las Sierras de que se conserven las Sierras, creo que tampoco en el AM hay puntos en los cuales se trate el tema de que si las Sierras van a estar abiertas treinta años por lo menos se les conserve el trabajo a los trabajadores, a los compañeros que lograron que esas Sierras estén abiertas que esas canteras estén abiertas treinta años y tampoco en ningún lado dice que las condiciones en las cuales están trabajando van a ser mejoradas durante ese tiempo, tampoco dicen en ningún lado que los trabajadores de las canteras que quedaron desempleados puedan ser abarcados en esas canteras que están abiertas” (URRAMORA, MAURICIO, AP, 2000, Orador N.º 38).

Esta exposição expressa a preocupação pela fonte de trabalho e realiza um apoio crítico ao AM. Assevera a prioridade do trabalho sobre a conservação da Serra. A afirmação “o trabalho é vida” poderia assimilar-se a é também Natureza. Ainda que proponham “primeiro os seres humanos”, uma hierarquia, não expressa um antropocentrismo utilitarista tão extremo como o “de que serve a Natureza senão me serve a mi”.

Diferença o apoio aos trabalhadores do apoio aos empresários e assinala que de se aprovar o AM as pedreiras estarão abertas trinta anos sem que tenha em dito lembro garantia da conservação dos postos de trabalho, de melhoras às condições de trabalho ou de reincorporação dos desocupados.

Indiretamente esta exposição mostra o papel jogado pelos trabalhadores e particularmente por seu grêmio na defesa da continuidade das pedreiras. Legitimam o reclamo socialmente num contexto sensibilizado pela grande desocupação, sem compromisso algum por parte dos empresários. É uma mostra do disciplinamento e de como opera este não só com respeito às condições de trabalho senão como condição para a flexibilização ambiental.

César Trapote (Orador N°. 49) Sindicato dos Trabalhadores Mecânicos.

“No vengo a hacer un discurso florido, yo no vengo a ganar votos, solamente vengo porque soy una persona comprometida con el trabajo desde mi puesto de Sec. General del Sindicato de Mecánicos y solamente los que convivimos día a día con los trabajadores sabemos lo que es la desesperanza de no tener trabajo, de no conseguirlo. Yo digo que lamento esta audiencia pública, pero no por el mecanismo sino por el tiempo, yo creo que es tarde. Este problema de las canteras comienza en un problema que trae a colación los políticos y que los políticos no supieron responder en su momento, entonces los que hacemos hoy es trasladar el problema a la ciudadanía de Tandil (...) En Tandil no se hace nada, cada vez que parece alguno para hacer algo tenemos la mitad de la sociedad en contra ¿esto por qué? Porque no hay compromiso de la dirigencia política para asumir el rol que les compete. Yo estoy al lado de Uds., defiendiendo las fuentes de trabajo, también defiendiendo las sierras, pero en este momento la situación del país nos dice que el alto índice de desocupación no nos permite preservar las Sierras, lo que tenemos que hacer es decir Señores: sigan trabajando, busquemos el punto de equilibrio y que ese trabajador canterista pueda vivir de la mejor forma llevando el salario a su casa, llevando sus hijos a la educación y así es la única forma que vamos a poder seguir creciendo. (TRAPOTE CESAR, AP, 2000, Orador N°. 49).

Nesta exposição reconhece-se o impacto ambiental negativo da atividade mineira e manifesta-se acordo com o objetivo de preservar, mas estabelece-se claramente uma hierarquia: O alto índice de desemprego não nos permite preservar as Serras.

Responsabiliza-se do conflito aos políticos que não souberam resolver o problema e por isso o trasladam à cidadania. Remete à idéia de política como condução, apreciada pela cultura sindicalista de segunda metade do século XX em Argentina. Desde esta perspectiva, um bom político é aquele que sabe conduzir, o qual supõe uma forma de minimizar conflitos e pôr ordem. Assimila representar ao povo e conduzir massas ou grupos.

Por tanto nesta exposição alaba-se a audiência como mecanismo de participação lha vê como sucedâneo do que tivesse sido uma boa política em termos de condução para que o conflito não obrigasse à cidadania a ter que se ocupar diretamente. Expressa uma idéia de democracia mais delegativa que participativa.

Ricardo Abraham (Orador N°. 70) Sindicato de Trabalhadores Municipais.

“Vengo en representación del Sindicato de trabajadores municipales a brindarles el apoyo a todos los trabajadores canteristas, picapedreros tal como este carnet que es bastante antiguo y que pertenece a un picapedrero Joaquín Siria que viene a dar un poco este carnet el fundamento de la fundación en su momento del Sindicato de Picapedreros en Tandil, esto lo traigo a cuento. Ayer les tocaron a los compañeros metalúrgicos que día a día ven, se ven cada día mas sin trabajo y que pareciera que muchos proyectos surgen a través, en este caso de la Multisectorial, proyectos

turísticos. Pero estamos los obreros o trabajadores de Tandil incluidos en ese proyecto realmente o por ejemplo puede pasar como paso en su momento con Supermercado Norte que no vi a ningún integrante de la Multisectorial oponerse a la instalación de este hipermercado por ejemplo entre otros, que dejó a más de trescientas familias, comerciantes en la calle y se sigue sumando la lista de desocupados en Tandil. Tengo mucho para hablar pero fundamentalmente quiero apuntar a la clase trabajadora se comporte como tal, que nos juntemos los trabajadores de los distintos sectores para luchar por nuestras fuentes de trabajo y fundamentalmente por la dignidad del trabajo en Tandil. En representación de mis compañeros quiero decir que si bien apoyamos el AM queremos hacer hincapié en lo siguiente también, queremos que los empresarios canteristas les den mayor cabida a los trabajadores en este AM en cuanto a que también se incluya que sabemos que son bastante deficitarias las condiciones de trabajo, el personal en negro que esta trabajando para que los trabajadores por si solos también pueden pelear por sus condiciones de trabajo, o sea no solo pelear por sus condiciones de trabajo.(...) Se justifica la movilización de una multisectorial solamente por este tema, no existen temas como el del hambre, la desocupación, las consecuencias de la desaparición de la clase trabajadora como pilar de la economía, el crecimiento de la recesión, la inminente muerte del mercado interno, la desprotección que sufren gran parte de la población por el tema salud, me parece que esos serían los temas fundamentales que una Multisectorial sea convocada. De que sirve un proyecto turístico con las Sierras en nuestra ciudad si la mayoría de las mismas están cercadas con alambrados por ser de carácter privado, es falsa la premisa de que la Argentina es para los argentinos, sino vamos a encontrar que los turistas que nos visiten en ese proyecto turístico van a encontrar posiblemente las rutas cerradas como hoy pasa en Neuquén porque los trabajadores vamos a seguir reclamando por nuestros derechos compañeros.” (ABRAHAM RICARDO, AP, 2000, Orador N°.70).

Expressa uma posição baseada na solidariedade de classe. Coerentemente com isto reclama aos empresários de pedreiras que formalizem o atual trabalho em negro e melhorem as condições de trabalho. Enumera uma série de problemas sociais existentes que mereceriam a criação de uma Multisetorial, relativizando a importância de que exista esta ONG para tratar a preservação das Serras. Associa a posição da Multisetorial como reduzida a propor o desenvolvimento turístico e questiona a intenção real de inclusão dos trabalhadores, reclamando pela falta de mobilização em outros temas como, por exemplo, contra da instalação de hipermercados. Aqui é importante pontualizar que toda a exposição descreve a situação sócia econômica general reinante no país.

E fá tendo explicitado sua intenção de falar desde a classe trabalhadora. No entanto, pede que se ocupe de quase todos os temas a uma organização não governamental que tem um objetivo específico e reduzido, nem aos políticos, nem aos empresários, nem às centrais operárias. Também não a si mesmo, já que todos os cidadãos podem impulsionar movimentos e criar as organizações que fizesse falta. Por outra parte, que exista esta Multisetorial não quer

dizer que não existiram movimentos para cada um dos temas que propõe como mais importantes. Os meios de imprensa escrita (El Eco, Nueva Era, vs. ed.) registram, por exemplo, que existiram assembléias e mobilizações em defesa da indústria e o trabalho, um cabildo aberto, organização local do FRENAPPO (frente nacional contra a pobreza), recuperação de fábricas, um Foro Social, etc. todas as experiências de caráter multisetorial.

Agora bem, a percepção que expressa o orador pode estar gerada porque neste caso se conseguiu constituir um ator social capaz de disputar desde a esfera pública não estatal com maior peso que nos demais casos. Por que prosperou uma ONG centrada na proteção das Serras bem mais que outras orientadas aos temas mencionados pelo expositor.

Tem que ver com as características do tema, com as características dessa ONG em particular, com a conjunção de que fatores. Maior conhecimento sobre o ambiente em general e as Serras em particular, aumento de consciência ecológica, perda de importância relativa do uso mineiro atual e valorização de outros usos porquanto todos estes fatores existem, também cabe considerar um processo geral tanto global como local de emergência de conflitos ambientais. Uma hipótese exploratória (que neste trabalho sozinho cabe mencionar), é que alguns conflitos se constituem como formas de encaixar as demandas que não podem se propor como contradição de classe no marco da relação salarial e na relação dos cidadãos com a representação eleitoral. Em certa forma, os conflitos ambientais estariam a ajudar a reinventar a política.

O público reduzido pelas políticas neoliberais e uma gestão do estado ao serviço do mercado, não desaparece, volta nos movimentos sociais que constroem espaços para ampliar a agenda política. Também a modo de hipótese exploratória, poderia se assinalar que dilatação do conflito poderia ter contribuído fortaleza relativa da posição ambientalista. Isto é, a extensão do conflito no tempo, sua não solução ou resolução tivesse podido derivar no desvanecimento por abandono dos ambientalistas. Pelo contrário, a persistência da denúncia contribui a seu fortalecimento já que a continuidade da atividade acumula impactos (p.ex: os fossos são cada vez maiores), aumenta a difusão do problema e o entendimento dos reclamos e propostas dos ambientalistas em setores da sociedade que não estavam inicialmente envolvidos.

Isto é, se não há abandono dos ambientalistas ainda que não se consigam no curto e médio prazo as decisões que permitam o cese dos impactos ambientais, cresce esta posição e se estende na opinião pública. Neste sentido, a evolução do conflito na atenção pública não pareceria se comportar em todos os casos como o afirma Downs (1972). Ao menos no caso das Serras, poderia afirmar-se que as duas últimas etapas que assinala este autor se verificam

com menor intensidade e como momentos a partir dos quais não se produz o desvanecimento senão uma nova intensificação do conflito.

Daniel López (Orador 78) Sindicato de trabalhadores madeireiros.

“Quiero dejar sentada mi opinión en esta AM sobre este tema tan trascendente y del que lamentablemente se habla mucho sin entendido conocimiento. Se dice que si se sigue explotando como hasta ahora hipotecamos a las futuras generaciones, ¿hasta donde es racional pensar eso? Si hasta un chico de 5 años se da cuenta que en más de un siglo la ciudad creció gracias a la actividad productiva, hasta un chico de cinco años entiende si le explicamos solo hay extracción en unas 48 hectáreas. Y que en los tiempos establecidos científicamente no a ojo, por capricho, se incorporaran unas 30 hectáreas más. 78 hectáreas sobre 120.000 hectáreas de la zona serrana que tiene el partido de Tandil ¿un medio por mil es hacer desaparecer las Sierras? ¿No habrá una tendenciosa y maliciosa campaña de desinformación? Todos los que vivimos y queremos a Tandil, no queremos destruir las Sierras, por el sentido común es buscar un equilibrio, por eso es apoyar al AM para contemplar las fuentes de trabajo, presentes y futuras, pero también hay que acotar que la actividad va siempre en la producción y va para adelante. Y vuelvo a repetir, equilibrada para hacer referencia a la compulsión entre turismo y minería, pensando con la mente fría, nadie puede dejar de considerar los puestos de trabajo que se generan, las que surgirán, la reconversión la de las canteras al turismo, la articulación del trabajo con los hoteles, con las empresas gastronómicas y además hay mas trabajo inmediato. Muchos critican que las empresas paguen con las obras, porque seria discriminatorio me pregunto. Siguiendo ese criterio, sino resultaría discriminatorio que un sector sea el canteril o el que sea pague incrementos del 70 y el 200% en las tasas en plena estabilidad y con la asistencia de una ley que impedía el aumento tributario y estabilidad fiscal. Es un tema legal constitucionalmente, tal vez como la validez de esta asamblea que no sé si lo es. No obstante bienvenida sea la Asamblea si sirve para aclarar algunos aspectos trascendentales. Obviamente esta asamblea no es resolutive. Los opinólogos y sabios cuando se fanatizan dejan de razonar, fanatismo para mí es cerrarse en una posición extrema y decir que todo vale cuando le conviene, pero cuando observa que el pueblo razona dice que la audiencia esta deslegitimada, se busca solo presionar a las canteras y poner en riesgo los puestos de trabajo y ahora que el trabajador de la piedra rompió el silencio y con argumentos la Audiencia no sirve? (...) Considero peligrosa la posición de los supuesto ambientalistas que no quieren extraer una piedra más. A ver si mañana no dejan sembrar nuestros campos, dada la erosión que genera el uso intensivo del recurso tierra, mire hay desertificación mundial para que lo sepan. Si se les ocurre cerrar la castigada industria metalúrgica la vamos a necesitar, aunque más no sea para hacer bicicletas. Podemos establecer una comparación con los pueblos de nuestro país que crecieron gracias al ferrocarril y cuando dejaron de pasar por allí el pueblo murió. El núcleo de la comparación es que Tandil creció y vivió desde sus inicios gracias a la minería, entonces podemos decir que este es el corazón del pueblo, no le quitemos a la ciudad la oportunidad de seguir latiendo. Debo agradecer la posibilidad de expresarme. Quiero dejar manifestado que deseo que comencemos el siglo con la tranquilidad de conciencia de que todos defendemos Tandil pero de verdad, con la camiseta puesta por al

ciudad porque acá hay pocos que lo hacen. (LÓPEZ DANIEL, AP, 2000, Orador N°. 78).

Reconhece o impacto negativo, mas considera-o por embaixo do umbral que justificaria um conflito. Adjudica este à de falta de conhecimento e racionalidade dos ambientalistas que levam adiante uma campanha de desinformação e sustentam posição falta de equilíbrio. Considera que equilíbrio é defender as fontes de trabalho. Invoca as atuais e as que se gerassem com os projetos turísticos. Isto é argumenta a favor do uso atual com os benefícios do uso futuro (como outra exposição já comentada). Não vê no regime especial de pagamento da dívida das pedreiras uma discriminação do estado a favor das mesmas e contra o resto dos contribuintes.

Mas si a vê no aumento do direito à extração de pedra. Faz alusão à estabilidade fiscal, No entanto como já se adiantara esse instrumento de promoção da minaria para ser aplicável requer a adesão do município (Art. 4 da lei 24.196). Tandil não aderiu. De maneira algo confusa argumenta sobre a legalidade da audiência e, ainda que destaque que não é resolutiva sustenta que se faz para pressionar às pedreiras. Isto é, associa debate público com fortalecimento das posições ambientalistas. No último parágrafo parte de afirmar a identificação de Tandil desde seus inícios com a atividade mineira. Isto é inexato já que a atividade se iniciou a fins do século XIX, quando Tandil tinha mais de meio século e já era uma cidade relativamente importante da província de Bs. As.

A exploração de pedra constituiu-se numa atividade importante a começos de século XX pela procura gerada pela construção de ruas empedradas na cidade de Bs. As e o tendido do ferrocarril. Nesse momento foi importante e começou a declinar à medida que as novas obras não eram já empedradas senão ruas asfaltadas, que não demandavam um produto artesanal como adoquines e granitulos, senão pedra moída. As mudanças da demanda e seu caráter cíclico bem como a mecanização da atividade, contribuíram a diminuir a importância tanto do valor agregado como da ocupação no setor. Também cresceram na cidade outras atividades, como por exemplo, a indústria metalmeccânica e os serviços. Isto é mudo a importância relativa da minaria na economia tandilense.

Daí que pode se afirmar que a exposição deste orador extrapola a importância da atividade mineira a diferentes épocas e contextos sociais, técnicos, culturais, econômicos, etc. Apresenta à posição ambientalista como perigosa para a produção. Expressa uma visão antropocêntrica utilitarista e um critério de valoração da Natureza que prioriza o valor de mudança atual.

Rubén Marcovich (Orador N.º. 99). Secretário geral da Associação Trabalhista Mineira Argentina.

“Adjudica el conflicto al aumento del derecho a la extracción de piedra del año 1994 “no había artilugios legales más que aumentar el impuesto a las canteras, después siguieron campañas, que un Señor<sup>28</sup> que hoy no está presente todavía hizo en las escuelas, llevando chicos de 4 o 5 años de los jardines de infantes a devolver la piedra que nosotros como criminales de la piedra habíamos sacado. Tuvimos que soportar eso. Como gremio quisimos estar en la mediación con los concejales, la relación concejales, canteristas y Municipio estaba rota, luego la mediación tuvimos todos los sectores involucrados invitados, claro a algunos no les convenía el marco de la mediación que se había planteado. Es preferible estar dentro de la discusión y no afuera y criticarla (...) Acá hay empresarios que hace tras años que quieren poner una empresa minera, se le han puesto trabas de todos modos, son quince puestos de trabajo que no están hoy, quince puestos de trabajo por un capricho o porque cayó el empresario justo en el conflicto minero. Nuestras mujeres salen a la par nuestra porque nos metieron en el conflicto a nosotros también, tocaron la parte más íntima, la familia, tocaron la fibra más íntima nuestra que son nuestros hijos en escuelas poniéndolos en nuestra contra. No tuvimos respeto en ningún momento. No estamos presionando en este momento para que se apruebe el AM sino para que se trate (...) Llegamos a la movilización si, estoy de acuerdo, no estábamos en igualdad de condiciones entre la multisectorial que tiene otro nivel, otro nivel si de educación que podemos tener los obreros mineros, pero si, no le faltamos el respeto a nadie. Mienten esos periodistas dicen que le rompimos el auto. La mayoría de nosotros ni lo conocemos el auto que tiene. Señores: el obrero minero se cansó, escuchó, se cansó, queremos soluciones queremos que este AM sea la regulación de la actividad. La regulación de la actividad para que todo Tandil pueda convivir y por último le voy a dar una frase: el hombre modifica y hace fecunda la naturaleza y el único patrimonio de un pueblo es el trabajo.” (MARCOVICH, RUBEN, AP, 2000, Orador N.º. 99).

Segundo esta exposição o conflito foi gerado pelo aumento do direito à extração de pedra. Isto é, os causantes seriam as autoridades, as receptoras as pedreiras e a disputa centrar-se-ia num aspecto da regulação da atividade.

Não há reconhecimento do impacto negativo da atividade mineira e do conflito ambiental. Supõe que a única discussão válida é a que se dá na mediação (dentro) e não afóra e criticando-a. Põe em evidência que a mediação foi uma clara tentativa de encaminhamento administrativo promovido pela Direção de Minaria provincial mediante o qual se tenta colocar o conflito fora da visibilidade da opinião pública, se definem os atores em disputa, se estabelece às regras de jogo e manejam se os tempos da discussão.

O expositor reclama por travas que impediram a abertura uma nova empresa pedreira. Refere-se a Cerros Dómicos que contava com o certificado provincial de produtor mineiro,

<sup>28</sup> Refere se a Juan Boltianski, da ONG “Salvemos Nossas Serras”.

mas pretendia se instalar numa área não habilitada para novas explorações segundo lei municipal 7498/1998. Aqui se observa claramente que o expositor percebe às regulações estatais como travas ou teimosidade que se impedem a criação de trabalho. Isto é, expressa o ideário neoliberal: desregulação para atrair novos empreendimentos.

Também nesta exposição se percebe a incomodidade com o tratamento do conflito nas escolas, o qual se interpreta não como uma discussão sobre a problemática ambiental e a sustentabilidade senão como uma agressão ao setor das pedreiras.

A ênfase em questionar o papel educativo no conflito pode interpretar-se como uma manifestação da importância que a sociedade lhe dá escola como campo simbólico e fonte de legitimidade.

Refere-se às ações realizadas pelo grêmio para exigir o tratamento e aprovação do AM e justifica algumas ações no cansaço dos operários e na suposta debilidade com respeito a uma ONG, que tem outro nível de educação.

A última frase explicita a visão antropocêntrica presente a toda a exposição bem como o critério de valoração da natureza instrumental. Sem o homem a natureza não seria fecunda.

O patrimônio do homem é seu trabalho, a Natureza, seu material. Não reconhece valor em si, senão como material que o homem converte em valioso com seu trabalho.

#### 4.2.2.5 Síntese da posição dos sindicalistas

§ Predomina uma visão antropocêntrica, utilitarista, de curto prazo, centrada não valor atual e no uso mineiro.

§ Uma parte de ás exposições considera que ou conflito carece de fundamento real ou é produto dá desinformação gerada pelos ambientalistas.

§ Vários expositores adjudicam que a origem do conflito à tentativa de cobrar a eco-taxa.

§ Algumas exposições reconhecem ou impacto ambiental, mas relativizam sua importância com respeito a outros problemas. (“não se podem cuidar as serras quando há tanto desemprego”).

§ Uma parte dois expositores reproduz os argumentos dois empresários de pedreiras e a lógica dá política econômica neoliberal, reivindicando a propriedade privada e a flexibilização ambiental para não travar a produção.

§ Só dois expositores, (que não pertencem ao grêmio mineiro), reclamam a inclusão de garantias trabalhistas e melhora dá condições de trabalho no AM e destacam a importância do papel dois trabalhadores das pedreiras em pos da aprovação do mesmo.

§ Em geral, ainda que com diferente intensidade, relativizam ou valor dá Natureza. Há reconhecimento verbal do mesmo, mas dentro de uma hierarquia que prioriza as fontes de trabalho e a produção.

§ Enquanto a argumentação apoia-se na referência à situação sócio-econômica do país, e particularmente à desocupação, nenhum expositor formula críticas macroeconômicas.

A posição de organizações não governamentais (ONG):

Representante Círculo de Engenheiros Agrônomos de Tandil (CIAT) (Orador Nº. 27).

“Rechaza el AM de las canteras por considerar que las condiciones y las medidas que propone lejos de aportar soluciones al problema planteado perjudicarán aún más el paisaje serrano causando daños irreparables que despojarán a Tandil de un recurso no renovable cuya sola presencia es indispensable para sentar las bases de actividades sostenibles. Así mismo el CIAT no está de acuerdo con las condiciones y la forma de pago de las deudas atrasadas y con las rebajas de las tasas por entender que están estableciendo diferencias con el ciudadano común ofreciendo soluciones de las que carecen los demás contribuyentes. Considera la deuda legítima y debe ser cobrada como corresponde. La misma no compensa para nada el daño material ya causado y el despojo de masa serrana de las que se ven privados los tandilenses. Tampoco compensa los daños que continuamente innumerable cantidad de vecinos sufren en sus viviendas en sus provisiones de agua por las oscilaciones y desvío de los caudales, el deterioro de caminos vecinales, calles y rutas, provocados por el excesivo peso de los camiones. Al mismo tiempo el círculo solicita a las autoridades municipales que convoquen a las fuerzas vivas de Tandil y a todos los ciudadanos para que se comprometan en la realización de un Plan Estratégico Participativo tan necesario para sentar las bases del futuro de Tandil. Del mismo surgirá entre otras, el planeamiento de la ciudad que deberá incluir distintos aspectos como el uso de las sierras, Tandil, como ciudad paisaje y la producción primaria industrial y turística. Sobre el uso de las Sierras reclama: 1- Discutir consensuar y aprobar un Proyecto de Ordenanza de Áreas Protegidas, 2- Facilitar, apoyar e impulsar el tratamiento en la legislatura Provincial del Proyecto que declara Patrimonio turístico a las Sierras De Tandil. 3- Proponer a la UNESCO la declaración de Patrimonio de la Humanidad a las Sierras Alta de Vela por todas las condiciones de importancia geológica y de biodiversidad que posee. 4- Delimitar las Áreas a proteger y las de usos múltiples según la nomenclatura especificada en la Ley de Parques Provinciales 10907 teniendo en cuenta aspectos contenidos en la ley 11723 de Medio Ambiente y en todas las Ordenanzas y Decretos Municipales conservacionistas vigentes.

Sobre Tandil como ciudad paisaje el CIAT reclama: fortalecimiento de la estructura de la Dirección de Parques y Paseos para que esté a la altura de los requerimientos de una ciudad paisaje en donde la naturaleza cuidada y protegida contribuya a la calidad de vida de sus habitantes y los turistas. Sobre Tandil, su protección primaria turística e industrial el CIAT propone: 1-Encarar sobre los principios del cuidado del medio ambiente una política turística agresiva que proyecte a Tandil al turismo nacional e internacional creando la infraestructura necesaria, que amparada por condiciones impositivas atractivas permitan la radicación de Hoteles centros de esparcimiento, desarrollo de turismo sobre las sierras, etc.2 -Adherir a las promociones vigentes para el desarrollo de la actividad forestal en la región, como son el apoyo económico no reintegrable que establece la ley Nacional 25080 y el Plan de Incentivos para la forestación que promueve el Ministerio de Asuntos Agrarios de la Pcia. de Bs. As. 3- Difundir la promoción de especies aromáticas factibles de realizar en el faldeo de las sierras y asociadas a actividades apícolas de la zona que han dado resultados en ambientes similares como las Sierras de la Ventana. 4- Promover la realización de un cinturón hortícola tradicional y de producciones orgánicas en base a programas institucionales existentes. Alentar la industrialización local de todos estos productos tendientes a lograr la certificación de origen. Este conjunto e actividades pueden desarrollarse sin ninguna duda en equilibrio con el medio ambiente permitiendo la generación de empleo, de mano de obra de diferentes grados de capacitación y originando una actividad económica sustentable en el tiempo. El CIAT considera que el AM parcializa la problemática y minimiza el deterioro sobre un recurso no renovable. Considera un deber y una obligación de todos la defensa de nuestro Patrimonio Serrano y se pone a disposición de las autoridades municipales y de toda la comunidad para colaborar en el desarrollo y puesta en marcha (Representante CIAT, AP, 2000, Orador N°. 27).

Considera que o AM não constitui uma solução e de se aplicar agravará a causa do conflito: o impacto ambiental sobre um recurso não renovável. Destaca o valor das Serras por sua sozinha existência, mas destacando sua importância para o desenvolvimento de atividades sustentáveis. A exposição evidencia critérios de valoração da Natureza múltiplos, que reconhecem tanto o valor intrínseco como ecológico, econômico, cultural, etc.

Pede á Prefeitura cobrar a dívida pelo direito à extração de pedra sem privilégios. Não obstante pontualiza que essa eco-taxa não compensa o dano ambiental nem o prejuízo aos vizinhos. Isto é, entende-a como um instrumento legítimo de regulação, mas não como uma forma de quantificar e pôr preço ao valor da Natureza.

A convocação a um plano estratégico participativo que desenhe a cidade futura supõe ampliar o debate a toda a sociedade, construir uma visão de longo prazo e definir o uso das serras no marco de um projeto sustentável de desenvolvimento para a cidade.

A exposição contém uma proposta de Áreas Protegidas que implica assumir uma responsabilidade ecológica intergeracional.

Também propõe, a modo de objetivo estratégico de Tandil, cidade paisagem, considerando que proteger a natureza redundará num melhoramento da qualidade de vida da população e os visitantes. A exposição enumera vários usos não extrativos das Serras a fomentar e propõe alternativas para a geração de emprego, mostrando uma preocupação pela equidade intra e intergeracional.

Toda a exposição expressa critérios de sustentabilidade forte e superforte, se destacando à pluralidade de valorações, a inclusão da qualidade de vida e ecológica na definição de um modelo de desenvolvimento e a promoção do debate ético e político.

#### Biblioteca das Mulheres (Oradora N°. 37)

“(…) Apoyadas en nuestro permanente quehacer cuidador hoy queremos afirmar que no puede cuidar a ninguna generación actual o venidera si se destruye el ámbito donde las mismas habitan o habitarán, no somos ingenuas y sabemos que extracción de piedra que hasta nos duele en el cuerpo, hoy por hoy es inevitable. Pero Tandil parece hoy tener la posibilidad que muchas ciudades ya perdieron, la de conjugar su paisaje, su naturaleza con las necesidades de todos nosotros. Sabemos también del flagelo de la desocupación, y como no vamos a entender a las mujeres de los obreros canteristas si en esto de cuidar y de preocuparse por los otros son iguales a mí, a mis compañeras de la Biblioteca y a tantas otras mujeres porque entendemos el reclamo de las mujeres de los obreros canteristas y su preocupación es que le exigimos a este gobierno ofrezca una alternativa real al horizonte de desempleo que los empresarios canteristas les proponen a estas familias una alternativa real que nos alcance a todas a ellas a las mujeres de los obreros de RONICEVI a las que vemos día a día como desemplean los hipermercados a nosotras mismas que sufrimos día a día la recesión económica (...) Manteniendo vivas las rocas más antiguas del planeta en este Tandil, estamos convencidas de que vamos a lograr un destino mejor para todos y para todas”. (Representante. BIBLIOTECA DE LAS MUJERES, AP, 2000, Oradora N°. 37).

Parte da idéia que cuidar os seres vivos é cuidar seu ambiente. Mostra uma perspectiva feminina que toma o papel cuidador da família, mas não o circunscreve a casa em sentido restringido. Pelo contrário ampla essa noção de casa ao ambiente e ao futuro. Nesta posição, preservar as serras e garantir as fontes de trabalho em geral são objetivos que se somam para o qual demanda a geração de alternativas. Para isso, exige e responsabiliza às autoridades.

#### Associação Tandil pelos Direitos Humanos (Orador N°. 114).

“Este conflicto por la ausencia de políticas claras desde el estado, nos ha llevado a tener un conflicto entre partes, donde cada uno de los que aquí ha

pasado ha dicho una parte de la verdad, de su verdad cierta y legítima. Estamos discutiendo entre vecinos, entre amigos y parientes, y aquí el gran festín lo hace el estado, se lo hace el capitalismo (...) La industria del turismo no va a preservar absolutamente nada, de lo que está referido al sistema del paisaje, porque si hay industria destructiva, y esto lo pueden decir los especialistas desde la geología los espeleólogos y arqueólogos, la industria más destructiva es la del turismo. Pero también es cierto que las Sierras son un Patrimonio de la Humanidad, es un patrimonio de nuestros antepasados y es un compromiso que nosotros tenemos para las próximas generaciones y los próximos hijos. Por eso estamos a favor de la preservación. Nuestra propuesta es que esto que hoy a sido el comienzo y sin embargo está siendo en la realidad el final, la propuesta es generar, ante la ausencia del estado, un foro donde nos sentemos todas las personas del pueblo y todas las instituciones a encontrar una solución que nos consensúe y nos contemple a todos sin la pelea sin los fundamentalismos porque evidentemente el estado aquí juega por acción u omisión.” (ASOCIACIÓN TANDIL POR LOS DERECHOS HUMANOS, AP, 2000, Orador N°. 114).

Reconhece a legitimidade de diferentes posições. Coloca a todas as partes como vítimas da ausência de políticas claras, o qual origina o conflito. Isto é, seguindo este raciocínio, a clareza nas políticas evitaria os conflitos. Assim esta visão opaca problemas de interesses, valores, percepções e objetivos diferentes.

Desestima o turismo por considerá-lo um uso em si destrutivo.

Considera as Serras como Patrimônio da Humanidade e expressa um critério de valoração múltiplo (ecológico, econômico, cultural, etc.). Invoca a responsabilidade ecológica intergeracional e propõe, diante ausência do estado, criar âmbito de debate político para consensuar uma política ambiental adequada. Assim, o que não é atendido na esfera pública estatal, emerge no público não estatal.

Greenpeace, Carta lida por Hebe Faggiolani, (Oradora N°. 115).

“Las Sierras de Tandil pertenecen a la eco región de los pastizales pampeanos, los pastizales de la pampa son la comunidad vegetal más importante de la Argentina, por otra parte las Sierras de Tandil conservan su fisonomía original lo cual no se repite en otros sectores de la pampa. En particular la región en la que se encuentra la localidad de Tandil es un ejemplo único dentro del mencionado eco región con características de alto valor paisajístico. El impacto ambiental que ha acusado las explosiones de las canteras es de considerable interés por parte de Greenpeace. Queremos dejar fundamentado en esta carta nuestra disconformidad en cuanto a las Ordenanzas vigentes hasta el momento como también a la intención de la puesta en práctica del AM, el cual no garantiza la preservación de las Sierras ni la resolución de la problemática sociocultural ya existente tiempo atrás. (...) La creación de lagunas donde ya no hay sierras nos parece totalmente incongruente con el manejo sustentable y racional del uso del suelo. Antes

que nada es de suma importancia el gran impacto en el ambiente que crearían estas grandes masas de agua sobre la zona. (...) Como propuestas tenemos: 1) La creación de Áreas Protegidas, por ejemplo la Sierra Alta de Vela. 2) La creación de zonas de amortiguación donde se practique el turismo y la recreación 3) La evaluación de impacto ambiental independiente y con audiencia pública que explique el deterioro que han sufrido las sierras hasta el momento desde que comenzaron las extracciones 4) la promoción de actividades sostenibles tanto en el nivel ambiental como social. Queremos aclarar que en cuanto a la proposición de zonas protegidas, no obtuvimos respuesta alguna por parte del municipio y en Greenpeace es un tema que nos atañe y nos convoca a apoyar la preservación de los ambientes naturales como lo que es la eco región en las que se encuentran las Sierras de Tandil”. ESCURRA EMILIANO, Coordinador de la campaña biodiversidad Greenpeace Argentina. (GREENPEACE, Carta lida por FAGGIOLANI HEBE, AP, 2000, Oradora N°. 115).

Esta exposição destaca o valor intrínseco e ao valor de uso presente e futuro das Serras. Sua singularidade, seu valor ambiental e paisagístico.

Identifica o impacto negativo do uso mineiro e considera que tanto as leis municipais existentes como o AM, não constituem uma solução, pois não se orientam à preservação. Não aceita a substituição de Serras por lagoas (as já existentes e as que se ampliarão ou criarão pela extração segundo os projetos de mitigação e/ou turísticos contéudos no AM) e o considera não sustentável, advertindo sobre o impacto ambiental das mesmas. As propostas enunciadas supõem o reclamo de uma política ambiental orientada à conservação por valores intrínsecos e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Juan Botiansky (ONG “Salvemos Nossas Serras”) (Orador N°.102)

“Cuando venía para acá pensaba que voy a decir que no he dicho durante estos siete años. Yo quisiera expresar antes que anda y pedirles perdón por la inquietud que he despertado a lo mejor en las familias de los trabajadores de las canteras, no ha sido en contra de ellos, estos problemas se van suscitando porque los dueños de las canteras no se han correspondido con el pueblo de Tandil, como ha pagado todo el pueblo de Tandil sus propias gabelas y ellos se han negado, son gente de afuera, son gente de otro lado, fíjense los grandes grupos económicos tienen explotaciones en todos lados y sobre ellos tiene que caer la culpa”. Sigue diciendo que decidió leer un trabajo de tres docentes jubiladas de Tandil que salió en el diario “va dirigido también a los concejales que tiene que decidir en dos días este convenio marco que no los apoya, que no asegura ninguna fuente de trabajo, léanlo por favor, que ha sido digamos como una repetitiva apoyo, apoyo, apoyo, no asegura ninguna fuente de trabajo, lo ha dicho un dueño de una de las canteras con el cual debatí el día de ayer, no pueden asegurarle la fuente de trabajo a nadie, pregunten a los obreros de CIGA. Siendo nosotros, no es así queremos una reconversión y podemos utilizarla en una forma útil, no a treinta años tal vez pero si de modo que puedan esos obreros trabajar y en las mismas canteras de otra forma”. Lee "Pedimos perdón a los hijos y a los

hijos de los hijos, chicos les pedimos perdón porque no hemos sabido elegir a los gobernantes, porque no hemos peleado por la ciudad, porque hemos tolerado de alguna manera la acción de los ajenos a nuestro terruño que deciden si tendremos o no sierras, también les pido perdón a los hijos de los canteristas que para sobrevivir deben echar abajo el perfil de la ciudad que fue por siglos una ciudad serrana y se convertirá por obra y gracias de un AM firmado puertas adentro sin participación de la ciudadanía en una ciudad lacustre para atacar las caries del granito derribada a barrenos cada vez mas poderosos y que se harán lagos, esta va ser una ciudad lacustre y entonces el clima ya no es el de 40 años atrás cuando venían a curarse los asmáticos, se transformará, se convertirá en la ciudad de los siete lagos. Perdón chicos, porque la Universidad que es de la Región responde a través de Facultad de Ciencias Económicas con criterios contables y no con sus geógrafos, ni sociólogos, Humanas hizo silencio, cuando tantas veces salió a reclamar por los derechos pisoteados de otros pueblos. Perdonen chicos, a los que enseñamos en las escuelas el derecho de los ciudadanos y los pisoteamos en los recintos por admitir que les borren al paisaje. Perdón chicos por tanta cobardía, por tanto acomodo, por bajar la cabeza ante la prepotencia desesperada de los que se juegan el trabajo y son títeres de los intereses de los poderosos. Perdón chicos por aplaudir avenidas y dejar las manos laxas ante las explosiones y la destrucción de nuestras sierras. Perdón chicos por dejar que las más antiguas formaciones del planeta sean vendidas a precios viles y al mejor postor y hasta aguantar que ya no sea Tandil la serrana gentil por obra y gracia de funcionarios recién llegados. La trágica disyuntiva trabajo - canteristas - la destrucción de las sierras es demasiado para terminar el año 2000, no ha habido imaginación ni conciencia colectiva, el peso del lobby empresario a quebrantado muchas voluntades y ha impedido que las sierras de Tandil se salven. Sr. Zanatelli que el Señor tenga piedad de UD. y de sus obedientes concejales”. (ONG. SALVEMOS NUESTRAS SIERRAS, Carta de tres maestras leída por Juan Boltiansky, AP, 2000, Orador N° 102)

O expositor em primeiro lugar faz notar sua luta pessoal durante muitos anos. Responsabiliza pela destruição aos empresários forâneos, assumindo que não pertencer à localidade justifica o descompromiso com a preservação do lugar.

Toma uma carta publicada nesses dias por três professoras aposentadas. As autoras dirigem-se retoricamente às gerações por vir, responsabilizando-se como parte da sociedade pelo conjunto de ações e omissões (políticas, econômicas, acadêmicas, etc.) que permitiram a destruição das Serras.

Parafraseando a Jonas (1995) a carta pede perdão por não representar ao futuro no presente. Questiona a responsabilidade em termos individuais e coletivos e apela a uma responsabilidade ecológica intergeracional da cidadania. Apresenta uma sociedade covarde sem a suficiente imaginação e consciência coletiva que cede à influência das empresas mineiras. Poderia interpretar-se como uma posição provocadora do debate ético ampliado a toda a sociedade.

## Multisetorial pela Preservação das Serras de Tandil (Oradora Nº. 117)

“En primer lugar quiero invitar a todos los que están acá a que cuando quieran saber que opina la Multisectorial lean lo que escribimos. Porque creo que muchos tienen en la cabeza la interpretación que hace el Sr. Intendente de lo que propone la Multisectorial (...) se constituyó en abril de 1999 y nunca nos recibió. Hemos pedido una audiencia que nunca tuvo tiempo de concedernos. Así que creo que la interpretación de lo que hace de lo que nosotros proponemos es desconocer, nunca a tenido tiempo para saber realmente lo que proponemos. Nosotros vemos el tema de las Sierras como un tema de estado, un tema de Tandil, de todos los tandilenses (...) Desde el momento que se constituyó la Multisectorial el primer punto fue que la defensa del trabajo es tan legítima como la defensa de las Sierras. Nosotros no aceptaríamos una solución que no les garantizara el trabajo a todos los que están trabajando en las canteras. De hecho la propuesta de hacer un fondo que les garantizara a todos los que están trabajando en las canteras un ingreso igual al que tienen, es una propuesta que hizo la Multisectorial y que el Intendente no trató, no contestó. Nosotros queremos defender las Sierras porque creemos que es un recurso a partir del cual van a tener trabajo muchos otros tandilenses. Usando una metáfora para simplificar les quiero decir que si nosotros viviéramos en Puerto Madryn no estaríamos defendiendo a los cazadores de ballenas. Estaríamos defendiendo a las ballenas como hizo la comunidad de PM que logró superar diferencias y ponerse todos atrás de un objetivo. Tandil esta viviendo una situación dramática y yo les pido que con la misma legitimidad que ustedes piden solidaridad y piden que los ciudadanos de Tandil aceptemos que se consagre la desigualdad ante la ley, que aceptemos que los canteristas, que los empresarios de las canteras tengan privilegios a la hora del cobro de impuestos, y que todos nosotros perdamos dos cosas que son públicas que es el paisaje y son los recursos del municipio. Ustedes están pidiendo que nosotros hagamos la vista gorda para poder conservar esas fuentes de trabajo. Y nosotros lo que estamos diciendo es que si vamos a ser solidarios seamos solidarios con todo el mundo, porque acá hay miles de desocupados. Y nuestros hijos van a tener enormes dificultades para tener trabajo si esta ciudad no encuentra un proyecto productivo y tiene que ser sostenible. Acá hay una industria metalmecánica que se cae y a muchos de Uds. no los vi defender esos puestos de trabajo. Cuando los 20 obreros de CIGA se quedaron sin trabajo no hubo la movilización como hay hoy contra la Multisectorial. Entonces lo que yo creo es que todos Ustedes tienen que entender que todos tenemos que defender el trabajo de todos Y eso significa simplemente que nos sentemos a conversar dejando de lado los intereses que no son legítimos. Que alguien quiere aprovecharse de la situación del desempleo para presionar al Concejo Deliberante para que firme un acuerdo que consagra la desigualdad ante la ley realmente es chantajear con algo que es inmediato. Los concejales se deben a todos nosotros, los hayamos votado o no. Cada uno nos representa a los 120.000 y acá hay que encontrar un trabajo para todos. La propuesta de la Multisectorial es que entre todos encontremos una forma de acordar algo con dos condiciones básicas, que no se pierda ninguna fuente de trabajo y que se preserven las sierras Y para eso los dirigentes de Tandil se tienen que poner la camiseta y dejar de sentirse presionados por los funcionarios de la provincia. Si ese acuerdo se firma Tandil va a perder el poco poder que le queda en este momento para tener alguna clase de regulación. Y esos es algo que aquí no se ha hablado. Creo que tenemos todas las posibilidades para encontrar un acuerdo. Pero no es

este el acuerdo que se pretende firmar.” Ante una pregunta del público respecto a dónde están representados los canteristas en la Multisectorial, responde: “Me gustaría que lean las cosas que ha escrito la Multisectorial desde le primer día y van a ver si tienen acceso a todo eso, incluso en los archivos de los medios van a encontrar desde el principio, siempre invitando. Personalmente hemos mandado cartas, hemos llamado por teléfono. Desde el inicio de la Multisectorial la idea fue que nos sentáramos todos a conversar. Nosotros creemos realmente que podemos conservar y que podemos encontrar una solución. Lamentamos mucho que eso no se haya dado. Nosotros queremos encontrar una solución y nos consideramos de la misma vereda que todos los trabajadores de las canteras. Por eso les digo, nuestras reuniones son los miércoles y siempre están abiertas. Han sido muchos de ustedes, nos han invitado a las canteras y hemos ido y hemos hablado. Creo que en democracia es legítimo disentir, tenemos opiniones...” (Interrumpido porque se cumplió el tiempo) (Representante MULTISECTORIAL POR LA PRESERVACIÓN DE LAS SIERRAS DE TANDIL, AP, 2000, Oradora N° 117).

A exposição começa aclarando que existe diferença entre a posição da ONG e a propaganda oficial a respeito da mesma. Ao pôr em evidência que as autoridades nunca acederam ao pedido de audiência relativiza suas afirmações de intransigência. Define as Serras como tema da cidade, de todos e de estado. No debate político do momento mencionar a políticas de estado é afirmar a necessidade de políticas que transcendam a concorrência partidária e contem com consenso em longo prazo e um compromisso de continuidade.

Também é uma tentativa de colocar o tema fora de uma discussão setorial e ampliar o debate ético político.

Coloca como eixos imprescindíveis para o consenso: preservação das Serras e geração de trabalho e afirma que a preservação das Serras é condição para um desenvolvimento que gere trabalho tanto para os atuais mineiros como para o resto dos desocupados de Tandil. Há uma apelação à solidariedade estendida a toda a cidade, à inclusão social e a gerar um projeto produtivo sustentável.

A metáfora (que não é metáfora senão uma tentativa de analogia) sobre as baleias de Porto Madryn poderia se interpretar ao menos de duas maneiras: como exaltação do valor intrínseco das baleias em si, e como uma visão antagônica homem (caçador) / natureza (baleia) na qual prioriza a segunda. Esta seria uma posição Biocêntrica, do tipo da ecologia profunda (FOLADORI, 2001).

Outra forma de interpretá-la, mais conforme ao resto do texto é como alusão à experiência que consegue a proteção das baleias e ao mesmo tempo um projeto produtivo baseado em atividades sustentáveis (como por exemplo, o eco-turismo). Na atualidade o desenvolvimento de Porto Madryn vê-se impulsionado pela preservação das baleias, não por sua caça. De algum modo há uma referência temporária ao velho e o novo. Atividades que

foram importantes numa época deixam de ser na atualidade quando existe outra situação e isto não implica uma deslegitimação da atividade no passado senão uma valorização diferente dos usos na situação atual. Esta segunda interpretação poderia associar-se a uma posição verde ou, em termos de Gudynas (2003) a um modelo de sustentabilidade forte ou superforte.

Esta exposição parte de reconhecer o problema ambiental e social, não propõe a oposição trabalho vs. preservação, senão seu caráter de objetivos estratégicos sócios a outro modelo de desenvolvimento.

Qualifica como chantagem ao aproveitamento de uma situação de desemprego para obter privilégios do governo e apela a uma idéia de representação que obriga aos servidores públicos eleitos com toda a cidadania e não com uma parte. Isto é, apela à necessidade de uma representação que priorize os interesses gerais sobre os particulares ou setoriais e fortaleça a decisão local.

De esta exposição e por ser a da ONG visualizada como uma parte principal no conflito ambiental cabe destacar que óbvia a fundamentação do valor das Serras e a importância das preservar, para se concentrar nos aspectos políticos da posição ambientalista.

Propõe a discussão em termos de objetivos estratégicos da cidade. Porquanto o acento em construir um projeto produtivo pode interpretar-se como uma orientação antropocêntrica e utilitarista, assumir como condição a preservação das Serras e a inclusão social general constitui um orçamento de justiça social e ecológica não só possível senão necessária. Por isto poderíamos dizer que expressa um pensamento unido à sustentabilidade muito forte.

#### 4.2.2.6 Síntese da posição das ONG

§ Expressam critérios múltiplos de valoração da Natureza (ecológico, econômico, paisagístico, cultural, etc.) e em sua maioria reconhecem seu valor intrínseco.

§ Apresentam sua posição como defesa de interesses gerais mais que particulares.

§ Considerem as Serras no com capital natural senão com Patrimônio.

§ Promovem a ampliação do debate público e a busca de consensos.

§ Predomina uma visão geral mais que setorial e estratégica mais que conjuntural.

§ Destaca-se a valorização da cidade como projeto coletivo.

§ Reconhecem e atribuem similar importância e legitimidade ao conflito ambiental e à desocupação. Ainda quando este grupo concentra a oposição do sector mineiro (patrões, operários e familiares) e dos políticos afines, não existe uma consideração recíproca já que os

ambientalistas não propõem um confronto setorial, senão uma mudança de modelo de desenvolvimento.

§ Longe de considerar ao Acordo Marco como a única solução possível explicitamente se destaca que não é solução (nem para a preservação das Serras nem como fonte de trabalho) e que poderia agravar o problema

§ A diferença de outros grupos de expositores manifesta confiança na capacidade para gerarem alternativas e fazem ênfase nas formas de construção de consensos.

§ Ainda que estes consensos não neguem a necessidade de uma instância de decisão governamental, os expositores interpelam só ao governo senão a sociedade em general e propõem um processo participativo, isto é implicitamente estão a gerar e ampliando a esfera pública.

§ Em general, as exposições parecessem reconhecer implicitamente os fatores situacionais manifestados por outros oradores, mas ante eles não assumem uma posição de defesa setorial, nem se concentram na transformação de macro-processos, senão numa perspectiva próxima à do desenvolvimento local sustentável. Na maioria dos integrantes deste grupo há uma forte tendência a valorizar as capacidades locais.

#### 4.2.2.7 A posição de dirigentes políticos

Aqui cabe recordar que os grupos foram conformados a partir de classificar o conjunto de exposições segundo a forma em que cada orador se inscreveu na audiência. Neste grupo então se apresentam às exposições de dirigentes que se apresentaram em qualidade de tais.

Não obstante, há outros dirigentes políticos que estão dentro de outros grupos porque sua participação na audiência se deu como servidores públicos (e, portanto estão na abertura ou fechamento) ou como representantes de sindicatos ou associações (Exemplo: Trapote e Marcovich (Partido Justicialista), Daniel López (Partido Municipal) Boltiansky (Unión Cívica Radical), Mirón (Partido Socialista Democrático)).

Alicia Brivio (Ex-vereadora Justicialista) (Oradora Nº. 3)

“En el tema de la preservación de las sierras, los radicales o la Alianza corren con ventaja, el grupo que acompaña al Contador Boltiansky lleva tiempo haciendo conocer sus ideas, que a mi juicio son inexactas. Pueden desconocerse las leyes de minería nacionales y provinciales, ¿Puede graciosamente cerrar las canteras de Tandil dejando sin trabajo a los empresarios y obreros canteristas de la piedra? Por otro lado ¿Cuánto

costaría? Y en este momento económico ¿Quién pagaría? ¿Saben que hay una antecedente en el país en donde se cobró por una expropiación haciendo un triángulo hasta el centro de la tierra? ¿Puede el pueblo de Tandil vivir tranquilo mientras recorren la calle trabajadores sin trabajo en busca del pan de todos los días? ¿No nos bastan los problemas de la industria metalmeccánica en donde ya tenemos el tema con demasiada gravedad? Los canteristas en cambio han guardado un respetuoso silencio expresando que la cordura impere en las decisiones. Con el código de minería no tenemos ninguna salida, ¿o es que vamos a hacer chozas de barro y paja y caminos de tierra, o vamos a importar la piedra de nuestras viviendas y calles?; con lo único que tenemos defensa los que realmente queremos la preservación de las Sierras es con la ley de medio ambiente mas recientemente sancionada. Se ha obligado a las empresas canteriles a presentar informes de impacto ambiental siguiendo sus lineamientos, cosa que han hecho y que consiste en cortinas de árboles tapando las faltas de piedra de la sierra y parquización de las mismas con lagos, caminos, etc. En cada informe de impacto ambiental está el tiempo de limitación de cada cantera que van desde los 5, 10, 15, 20, 25 y 30 años ¿qué pasó con los seis años que nos han precedido? ¿No se han contabilizado? ¿Por qué? Por el tosudismo de no arreglar con la justicia. Cuando los señores concejales hace 6 años dibujaron un polígono de canteras aledañas a la ciudad de Tandil y triplicaron el impuesto para que las mimas se corrieran los empresarios hicieron lo mas fácil, se quedaron y no pagaron. Gracias a ello la deuda que tienen con la Municipalidad por el derecho de extracción de piedra es abundante, los juicios avanzan en el tiempo y ha llegado el momento de arreglar extrajudicialmente, yo creo que es lo ideal porque primero quiero cobrar la deuda, segundo no quiero continuar en litigios con empresarios de Tandil aunque ellos se dediquen a la extracción de piedra que es una actividad licita. Tercero creo que fue un error el dibujo de tal polígono desconociendo las leyes de minería nacionales y provinciales y creyendo que la municipalidad y el poder local tiene supremacía ante poderes nacionales y provinciales. Mas causas de despidos y demás enunciados anteriormente ya las pruebas me remito ¿Qué solucionaron con esa intransigencia? , a los seis años estamos igual y con una deuda cuantiosa sin cobrar y todavía cuestionada por inconstitucional. Así que en estas condiciones la mediación fue votada por unanimidad el equipo de mediadores Dres. Fosque y Molina actuaron con toda cordialidad y habilidad, tanto que fueron nombrados nuevamente cuando en el primer pedido no se había llegado a la solución definitiva, se estaba cerca, pero no había definiciones definitivas. Allí el grupo denominado de preservación de las Sierras se retiro criticando algunos temas como la confidencialidad, cosa que a mi me parece muy correcta porque es casi imposible arreglar un pleito de tantos años sin ese requisito, la Alianza se abrió de la mediación, yo me pregunto ¿es tan importante el grupo del Contador Boltiansky que pilotea las decisiones de la Alianza? ¿O es la franja de la seudo izquierda que orienta sus decisiones? Están equivocados, totalmente equivocados las canteras no se pueden cerrar porque están amparadas por leyes de la Nación y la Pcia., nosotros no podemos dejar 1000 empleados directa o indirectamente sin trabajo, lo que si podemos es arreglar y para ello tenemos el AM que a mi pedido incorporó los proyectos de impacto ambiental al convenio y la inspección municipal de la cantidad de piedra a comercializar” (BRIVIO ALICIA, AP, 2000, Oradora N° 3)

Esta exposição centra-se em três eixos: a defesa das políticas setoriais de promoção da minaria, a defesa acérrima do processo de mediação e o AM como única solução, e a deslegitimação das posições contrárias. Os primeiros dois eixos são comentados em referência a outras exposições com similares argumentações. Só cabe destacar que a oradora sintetiza um discurso particularmente representativo da posição mineira. Porquanto identifica como contrincantes aos ambientalistas, a maior parte de suas argumentações se centram no conflito referido ao direito à extração de pedra. Em toda a exposição tenta a deslegitimação dos ambientalistas e de quem objetam o trato preferencial às empresas mineiras.

Começa adjudicando a todos os ambientalistas a subordinação a uma pessoa e o pertence a um partido político opositor. Sobre o final da exposição agrega uma alusão de tom macartista nomeando a sectores de uma pseudo-esquerda.

A argumentação, para além de outras considerações possíveis, tenta deslegitimar aos ambientalistas cujo trabalho se articula num movimento multisetorial, não governamental e não partidário. Dizer que este comandado por partidos políticos supõe os acusar de fraude à opinião pública. Também tenta colocar as posições ambientalistas como parte do jogo eleitoralista. Apresenta a rebeldia e o não cumprimento dos empresários como consequência da teimosidade das autoridades que fizeram questão de cobrar o direito à extração de pedra e provocaram que os empresários fizessem o mais fácil, não pagar. E perderam tempo fazendo julgamentos. Apresenta o arranjar como deixar de perder tempo.

Tendo em conta que os julgamentos foram ganhos pelo Município e nesse momento estavam com sentença firme, arranjar significa evitar às pedreiras tenham que efetivizar o pagamento pela cobrança executiva mediante arremate judicial. Isto é nesta exposição vemos um exemplo claro de uma prática política freqüente na época e que consiste na explícita identificação de um representante com um grupo de interesse e não com o conjunto da sociedade e ainda na contramão dos interesses do Município. Porquanto é difícil pensar uma representação absolutamente equidistante, o grau de identificação com um grupo de interesse e a apologia de práticas que flexibilizam a institucionalidade é, pelo menos, uma evidência de certa debilidade democrática.

Sublinhou-se na exposição à referência aos estudos de impacto ambiental, apresentados como solução e que tal como o explicita mostra que o impacto que se reconhece é o visual e, portanto basta construir uma paisagem diferente para substituir ao original. Toda a argumentação trasunta uma concepção antropocêntrica e utilitarista da Natureza que privilegia o valor de câmbio atual e se apóia numa concepção política cuasi-oligárquica, que naturaliza a

extensão ao Estado da gestão de negócios particulares de grupos de poder econômico e político.

Graciela Jaramillo vereadora de um Partido Localista (Oradora Nº. 26).

“Realmente es difícil hablar del impacto visual que puede producir un video<sup>29</sup>. Pero yo soy una firma defensora del valor de la palabra. Yo apoyo el Acuerdo Marco porque permite solucionar la tan mentada controversia sierras versus explotación de canteras. Controversia que solo existió en la mentalidad de un grupo de fundamentalistas que sistemáticamente mediante el uso de información falsa y de verdades a medias, que no dejan en el fondeo de ser un poco mentiras confundió a toda la población de la ciudad, no midiendo para lograr sus fines el daño que podían causar a las víctimas inocentes de esta situación: el obrero canterista y su familia cuyos hijos se sintieron discriminados por ser hijos de los malos de la película. El AM propone claramente la convivencia pacífica y armónica de la actividad minera controlada con el cuidado ambiental racional y la actividad turística. El acuerdo Marco soluciona también un serio problema legal generado por el cobro del llamado derecho a la piedra que va en contra de lo establecido por nuestra constitución, que establece claramente que uno de los derechos no delegados por el estado nacional son los asuntos de minería, para esto dicta el Código de Minería. (...) El detalle de cómo se solucionaron todos estos puntos se encuentran en el AM cuyo detalle sería imposible desarrollar pero invito a toda la población se acerque a la Municipalidad y solicite esta información a la como ciudadano libre de un país democrático tiene derecho. Si hay un punto que me gustaría resaltar (...) con el no al AM estamos condenando a esos mismos ciudadanos a la mayor falta de dignidad de un ser humano, la de ser un desocupado más de los miles que desgraciadamente hoy conforman las filas de nuestra castigada Argentina. (JARAMILLO GRACIELA, AP, 2000, Oradora Nº. 26).

Em primeiro lugar vale esclarecer que dado que a Audiência Pública foi convocada pela Câmara de Vereadores para escutar a cidadania dantes de tratar o Acordo Marco, a exposição de uma vereadora evidência uma confusão de papéis. A maior parte dos argumentos já foi comentada em outras exposições. Só cabe pontualizar que a oradora expressa uma concepção do direito à informação ex-póst.

A posição de centro de estudos ligado a partido político:

Zugbi Ricardo (Orador Nº. 18)

Representando al Centro de Estudios Regionales Carlos Auyero<sup>30</sup>, “el problema no es solamente las sierras, el problema es el uso del suelo, un problema de recursos naturales. Dos tipos de recursos uno renovable y otro no renovable. El principal es el renovable, el agua, ¿qué pasa con el agua en

<sup>29</sup> Faz referência ao vídeo apresentado por Guillermo Menéndez, AP, 2000, Orador Nº. 25.

<sup>30</sup> Pertence ao Frente por un País Solidario (FREPASO), integrante da ALIANZA.

Tandil?" (...) Las leyes de impacto ambiental son superficiales, hacer lagos en una cantera, puede haber filtraciones y arrastrar material, entonces lo que se pide desde nuestra parte es tener aun ley de impacto ambiental que tenga sustento científico académico, es decir hechas por científicos que analicen en profundidad cuales son los problemas de nuestros recursos, porque el agua es vida. El otro problema es el recurso no renovable el granito, cuando hablo de granito hablo del hombre el hombre tiene derecho al trabajo, el hombre tiene derecho a trabajar las canteras, pero guay, no a la devastación, no a esto que se esta produciendo con dinamita y tipo de explosivo. Se puede trabajar con tecnologías modernas, en los paises desarrollados las canteras apuestan a su patria y traen tecnologías modernas para hacer una actividad de desarrollo sostenible en el tiempo. Nosotros con tecnología moderna podemos tener granito en bloque, generar valor agregado en la región, vender nuestro bloque de granito en el mundo y generar más fuentes de trabajo pero no destruir de esa manera, hay que conservar la geografía del sistema serrano. (...) Hay de 17 a 20 km. de profundidad de magma granítico, hay que trabajar en galerías, no se puede trabajar mas a cielo abierto, hay que invertir capital, estamos en un mundo moderno nos corresponde a todos, el bien tiene que ser para 150.000 ciudadanos hoy y para millones de acá a 100 años." (ZUGBY RICARDO, AP, 2000, Orador N°. 18).

Destaca os impactos negativos das pedreiras sobre a água (recurso renovável) pelos riscos de contaminação e sobre o granito (recurso não renovável) pela extração. Propõe o aprofundamento dos estudos de impactos ambientais e a modernização tecnológica orientada a explodir de outro modo (para abaixo ou em galeria). Isto é, enfatiza em práticas orientadas a uma gestão técnica mais adequada apoiando-se num saber acadêmico.

Expressa uma valoração antropocêntrica utilitarista, mas afirmando que uso não é devastação. Propõe orientar à produção a bens com maior valor agregado e capacidade de gerar emprego e modificar as formas de exploração para o qual há que investir capital. Apela ao bem comum, da cidade no presente (120.000 habitantes) e das gerações futuras.

A posição dos vizinhos afetados pelas explosões:

Avelino Alvarez (Orador N°. 33)

"Sres. representantes del Concejo Deliberante, Sras., Sres., no vengo a hablarles de mi problema porque vivo cerca de una cantera, todo lo contrario. Yo estoy de parte de la preservación de las Sierras. Yo sé que los obreros quieren las sierras también pero las quieren de otra forma que nosotros. Yo quisiera que esa gente no perdiera nunca la mano de obra, jamás, porque si pobreza hay en Tandil no por eso íbamos a tener ... todos, todos los tandilenses tendríamos que ayudar a esa gente, yo quiero la preservación de las sierras, que se cuiden como centro turístico, porque vamos perdiendo aquello del circuito mar y sierras, solamente ya tenemos el circuito mar porque todo aquel visitante que viene aquí viene a ver las sierras, no nuestras playas, (...) Yo no quiero el AM por el sentido de que, por qué motivo las empresas canteriles van a pagar sus impuestos con obras

viales, que piensen todos los tandilenses principalmente los obreros también, que eso la deuda de esa cantera la vamos a pagar nosotros, porque el Municipio nos va a cobrar a todos los arreglos. Y ¿Uds. creen que nosotros tenemos que pagar la deuda de las canteras? No creo que eso sea conveniente para nadie (...) por lo tanto obreros de la cantera también van a tener que pagar la deuda de sus patrones, ¿comprenden? Ahora díganme, tengo razón o no tengo razón, ojalá que siempre tuvieran trabajo que eso es lo que se va a necesitar mucho”. (ALVAREZ AVELINO, AP, 2000, Orador N°. 33).

É danificado pelas explosões, mas não se centra no conflito pela localização das pedreiras senão no conflito pelo uso mineiro das Serras.

Apresenta uma argumentação baseada no interesse coletivo mais que no interesse particular. Denota um critério de valoração da Natureza antropocêntrico e unido à utilidade que questiona o uso destrutivo e propõe outro uso (turístico).

Questiona também o regime especial de pagamento às pedreiras em tanto significará a socialização de sua dívida.

#### Norma del Valle Martínez (Oradora N° 39)

“Como vecina de esta comunidad y teniendo derecho a defender lo que tanto me costó, estoy en contra de la firma del acuerdo marco por los beneficios que da a los dueños de las canteras. No quiero que los obreros se queden sin trabajo, pero que las canteras que están en la planta urbana sean erradicadas ya que soy una de las damnificadas por tener la cantera de la zona de la Movediza a ciento cincuenta metros de mi casa. Sufro las rajaduras de paredes, rupturas de vidrios, voladuras de piedra por arriba de mi techo, cayendo en casas linderas, agregado a esto el peligro de las cavas que es utilizada en esta época veraniega por innumerables cantidad de niños y adultos para bañarse. El sitio donde vivo es uno de los terrenos de Plan Familia Propietaria y esta ubicado frente a la misma cantera, la cual incluso nos cierra la calle Alighieri por los grandes montículos de tierra, siendo estos un peligro constante para mis hijos y los demás niños de la comunidad, los barrancos en lugares tiene mas de cuatro metros, pido a las autoridades que encuentren una solución justa para poder vivir en tranquilidad, se por los diarios que esta cantera tiene treinta años para explotar. Yo pregunto si la ciudad sigue creciendo como lo ha hecho en este ultimo tiempo, ¿podemos convivir con las voladuras que tanto daño nos ocasionan? ¿Y con el riesgo de vida permanente?” (DEL VALLE MARTÍNEZ NORMA, AP, 2000, Oradora N°. 39).

Alvarez Francisco (Orado N°.76).

“Yo soy del Barrio La movediza en primer lugar quiero felicitar a los canteristas porque los otros días el día 11 el lunes cuando vine para anotarme para esta Audiencia ante la señal de Sr. Catttoni que es propietario de la cantera El Trincante hizo una seña como para decir que acá vienen los

quilombrosos y fui abucheado, insultado e incluso escupido o escupitajos como dicen los medios y les recuerdo que yo vengo por mi derecho, así como ustedes vienen por su derecho a trabajar y yo vengo por el derecho a vivir tranquilo y que no me rompan la casa. Yo vivo a cien metros de la cantera del Sr. Cattoni y hace diez años vengo soportando esto. Por eso no apoyo el AM y aparte repudio algunos puntos del AM. Yo no estoy en contra de los trabajadores, sí estoy en contra de los empresarios canteristas porque tienen una deuda que no la quieren pagar, en cambio, en cambio si yo tengo una deuda seguro que me hacen problema, a ellos también les tiene que pasar lo mismo, todos tenemos que tener la misma camiseta puesta, la ley tiene que ser pareja para todos. Al Sr. presidente del Concejo muchas veces que venido a verlo con una piedra que ha caído en una casa y eso no me lo va a desmentir porque se lo he traído yo con algunos vecinos y por eso no puedo seguir aguantando treinta años más. Estoy en contra de las explotaciones porque rompen las casas, rompen los vidrios (...) En la Cantera El Trincante hay una cava llena de agua, de agua podrida como dijo una señora hace un rato, tiene una profundidad de cuatro o cinco metros y tal vez seis, no hace mucho se ahogó un pibe porque no tenía la seguridad posible, si ahora tiene seguridad, se ahogo ese pibe y a la hora pusieron el cartel de que no se podía bañar” Ante pregunta del público:¿Por qué se fue a vivir ahí? Responde: Yo con los problemas empecé hace 10 años, porque la cantera estaba para arena y no para piedra como esta ahora. Que vivo hace 20 años. Las canteras hace 50 años. Los carteles de la cava esa, estaban rotos pero esa noche yo vi gente pintando los carteles. Ese día se ahogo el pibe y esa noche empezaron a pintar los carteles incluso pusieron cuatro carteles más.” (FRANCISCO ÁLVAREZ, AP, 2000, Orador N°. 76).

Assinala a legitimidade do direito a reclamar o trabalho, mas também do direito a reclamar que não lhes rompam a casa e ao cesse dos impactos negativos. Acusa ao dono da pedreira da qual é vizinho, de instigar aos trabalhadores a exercer pressão verbal e física. Não obstante, não confronta com os trabalhadores senão explicitamente com os donos das pedreiras e recusa ao AM por lhes outorgar continuidade por trinta anos e pelo trato preferencial como contribuintes.

Põe em evidência um conjunto de impactos negativos sobre a comunidade e o ambiente e marca que a atividade é de longa data, mas que os problemas começaram faz dez anos. Até esse momento funcionava como pedreira de areia. Nesse ano e sub-repticiamente aparece habilitada para pedra. Os maiores impactos ocorridos desde então poderiam dever-se a que na atualidade para extrair pedra se utilizam explosivos mais potentes e se fazem voaduras de maior magnitude que permitem obter volumes de material conformes aos parâmetros atuais de produtividade.

Cristabelina Rolando. (Oradora N°. 102)

“Estoy en contra del AM porque vivo en el Barrio La Movediza y cerca hay a doscientos metros el funcionamiento de una cantera, el año pasado, el 10 de diciembre en una de esas voladuras que hacen cayó una piedra a mi casa, me agujereo el techo, me rompió el cielorraso, cayó arriba de una cama, no sufrimos ninguna desgracia porque en ese momento , un rato antes estaba durmiendo uno de mis nietos, en la otra habitación , puerta por miedo estaban jugando unos chiquitos con otro nieto mío. No estoy en contra de los trabajadores desde ya, ellos defienden su trabajo, están en todo su derecho, pero yo también tengo el derecho a defender mi familia que no sigan destrozando mi casa, tengo vidrios rotos, el techo roto, las paredes rajadas. No puedo permitir que el esfuerzo de tantos años de mi esposo para tener el poquito que tenemos hoy lo sigan destrozando. Por eso les pido señores que al firmar el AM piensen en todas esas cosas, piensen también en los trabajadores de allá, pero piensen que estamos pasando nosotros que estamos cerca de una cantera que hace años estamos en pleito, por decir de una forma, que hemos ido a las autoridades muchas veces desde el año 92, antes funcionaba a 15 metros del foco de la esquina y después se fue más adelante y nos siguen bombardeando con piedras, hay veces que caen que no se sabe de donde, por eso no quiero que con otra explosión que hagan me terminen de romper lo poco que tengo”. (ROLANDO CRISTABELINA, AP, 2000, Oradora N°. 102)

Esta exposição também se centra no conflito como problema de localização e ampla a descrição dos impactos da atividade mineira na comunidade. Reclama desde sua condição de família de trabalhadores, a mesma atenção que se dá aos trabalhadores mineiros, mas sem confrontar com eles (não no sentido pobres contra pobres).

Sobre o final da exposição expressa o desejo de não perder o pouco que tem. A partir disto e comparando com outras exposições se observa um tratamento da propriedade diferente segundo a condição social. Enquanto os proprietários das pedreiras reivindicam o direito de propriedade para argüir pela continuidade das pedreiras e consideram-no irrestrito de fato e de direito, os vizinhos alegam-no para pedir que cessem os impactos que afetam o uso de seu próprio bem. Portanto, reclamam que se ponham limites ao uso irrestrito, o qual neste caso supõe que mude o uso atual mineiro por outro que não gere riscos nem danos aos vizinhos, a suas casas e ao bairro.

Blanca Quiroga (Oradora N°.113).

“Como vecina de esta comunidad y teniendo derecho a defender lo que llevo años construir, mas de 25 que vivo en el barrio, estoy en contra de la firma del AM, porque no nos da la garantía que el problema que nos aqueja se solucione, ya que les acuerda en este caso a las canteras hasta treinta años de explotación. Ayer oí a un gremialista que no nombra para nada al obrero,

así que tampoco les asegura la continuidad del trabajo, entonces los únicos beneficiados son los empresarios. Nuestro problema viene del año 89 o 90, las fuertes explosiones nos ocasionan daños y traemos nuestra preocupación a las autoridades y por indicación del Sr. Intendente y de sus asesores legales nos dice que iniciemos demanda por eso lo hicimos así, ya que en ese momento el Sr. Intendente afirmaba que en poco tiempo tenían que erradicarse las canteras de la poligonal. Por otra parte pido a la Sra. concejal Jaramillo y a las del Bloque Justicialista que también se ocupen de verificar lo que nosotros estamos padeciendo, porque así nos encontramos enfrentados con los obreros en los cuales encontramos amigos y parientes por un problema que las autoridades y los empresarios no resolvieron a tiempo. Además no creo que se les deba dar las ventajas a los dueños de las canteras con pagar los impuestos con materiales si es así yo quiero la igualdad para todos. También es reconocido Tandil por sus sierras y si no hay una explotación muy bien controlada, estas van a desaparecer y yo quiero que mis hijos, mis nietos, los demás descendientes vivan en el hábitat que Dios nos brindó y no en algo artificial que haga la mano del hombre. (QUIROGA BLANCA, AP, 2000, Oradora N°. 113).

Enfatiza sua pertença ao bairro e comunitária. Não considera solução ao AM porque outorga continuidade por trinta anos às canteras e não garante fonte trabalhista, beneficiando exclusivamente aos empresários.

Expressa uma percepção crítica do papel jogado pelas autoridades. Considera que não se ocuparam do problema e o delegaram-nos próprios vizinhos, encaminhando-os para um reclamo legal. Também se observa desconformidade com alguns vereadores que representam deliberadamente só a uma parte da comunidade, já que têm em conta a alguns interesses e não se ocupam de outros cidadãos. Poderia interpretar-se que a forma de enfrentar os conflitos predominantes tende a evitar respostas políticas (por convivência ou porque não se quer enfrentar a setores de poder ou à opinião pública). Também que procura encaixar os conflitos mediante ação legal ou técnica. Identifica como responsáveis do conflito aos empresários e as autoridades por não resolver o problema, e gerar uma situação que enfrenta aos vizinhos (amigos e parentes). A expressão do desejo de que seus netos vivam no hábitat que Deus nos deu, mostra uma visão antropocêntrica, mas não totalmente utilitarista, aceita o uso (inclusive o mineiro controlado) que não comprometa a conservação das Serras. Não admite a substituição do hábitat natural por algo artificial que faça a mão do homem pelo qual pode se afirmar que considera as Serras como Patrimônio. Segundo a referência religiosa parece identificar-se mais com o papel humano de jardineiro da criação divina que com o de dominador, ambos os presentes no Gênesis. Pelo anterior pode afirmar-se que expressa um critério múltiplo de valoração da Natureza e particularmente, um reconhecimento do valor de existência.

#### 4.2.2.8 Síntese da posição dos vizinhos

§ Predomina uma visão do conflito como problema de localização da atividade mineira.

§ Põem em evidência que existe uma regulação inadequada que não resolve a interatividade dos usos mineiro e residencial e denota um papel do Estado que ao flexibilizar para proteger a atividade mineira, desprotege a outros grupos da população e contradiz suas próprias ações (entrega de terrenos e moradias no mesmo bairro).

§ Reclamam desde sua condição individual (danificados pelos impactos), mas enfatizando sua pertença a coletivos (vizinhos / bairro / trabalhadores).

§ Além do reclamo pelos danos e prejuízos gerados pela atividade mineira a suas famílias, casas e comunidade, expressam a demanda de igualdade ante a lei como contribuintes, a igualdade de direito a ser representados e o reclamo pela preservação das Serras.

§ Consideram que o AM não é solução porque dá continuidade às pedreiras, mas não confrontam com os trabalhadores senão com os empresários e autoridades.

§ Expressam pluralidade de critérios de valoração da Natureza. Enquanto alguns parecem questionar só a localização da atividade, (o qual implícita ou explicitamente é compatível com uma visão unida a uma visão antropocêntrica, utilitarista) outros destacam o objetivo de preservar as Serras, e particularmente uma das exposições, remete ao valor de existência fundamentado no significado religioso da Natureza.

#### 4.2.2.9 Uma posição religiosa

Martín Olessen (Orador N° 38).

“Es mi intención agregar una nueva voz al conflicto planteado en torno a la preservación de las Sierras, soy pastor de una iglesia, la Iglesia Luterana Danesa, y si bien lo que voy a expresar esta escrito por mí sé que refleja los pensamientos de una gran parte de la comunidad a la que represento. Es mi intención particular la de enmarcar la problemática de la preservación de las sierras en un ámbito diferente al hecho hasta ahora por las diferentes partes del conflicto, esto es la de poder entender el inmenso significado que tienen estas sierras como una de las creaciones de Dios. Como manifestación plena de la voluntad de Dios de dejarnos para siempre una clara muestra de su gratitud para con sus hijos, quienes somos la importante creación de Dios. La Manifestación del poder de Dios como creador se hace presente en las Sierras de Tandil, inspirando respeto y admiración por aquel

que las ha colocado en donde hoy está, la contemplación de las Sierras nos acerca su creador, nos permite vivir una espiritualidad especial. Los tandilenses somos privilegiados por poder vivir en un lugar tan hermoso tenemos el privilegio de poder levantar nuestra vista y contemplar una maravilla de Dios, unas sierras que han perdurado por millones de años que nos cuentan los secretos de todo este tiempo y que, si Dios quiere, lo seguirán haciendo por muchos años más. Pero también es una clara muestra del poder humano la destrucción de esta creación de Dios destrucción que se torna irreparable. Las Sierras tardaron millones de años en ser lo que hoy son y nosotros los seres humanos podemos destruirlas en corto plazo, es así como podemos observar enormes agujeros en donde debería existir piedra, creación y no destrucción. Lamentablemente la problemática de la preservación de las Sierras ha tomado caminos que muchos no hubiésemos querido transitar, caminos que se antojan en posiciones opuestas, o preservación de las sierras o preservación del trabajo y creo que se ha tomado un camino equivocado. Los seres humanos debemos preservar esta invaluable creación de Dios, debemos trabajar para buscar alternativas viables para poder preservar las Sierras, debemos poner todo nuestro esmero en el trabajo conjunto para la búsqueda de soluciones que nos aseguren la preservación de las sierras sin que esto indique que los canteristas pierdan su fuentes de trabajo, creo que los tandilenses nos debemos, como se esta haciendo efectivo en esta noche, un debate serio sobre este tema, un lugar en donde se puedan encontrar las diferentes posiciones, un lugar en donde no quede excluida ninguna de las partes, creo que es hora de unir los esfuerzos, canteristas, representantes de la multisectorial, poder ejecutivo y legislativo y la comunidad toda, debemos decidir sobre el futuro de nuestras sierras, ya sea ya que sobre el pasado nada podemos hacer. Creo que el AM no refleja la voluntad de una gran parte de los tandilenses, que ven en las sierras el ser de Tandil, creo que muchos tandilenses están en desacuerdo con este AM y que debería entonces ponerse a consideración de la mayor parte la población si este acuerdo es valido y efectivo para ellos. Somos los seres humanos la creación predilecta de Dios, aquella a la Dios ha llamado hijos, a los que nos ha dado la capacidad de razonar, creo que si la utilizamos esa capacidad seremos capaces de encontrar la solución tan esperada, no podemos destruir el lugar, el legado que Dios nos ha dado pues las sierras no se pueden reconstruir, para mis descendientes y los descendientes de todos los tandilenses desea un Tandil con sierras enteras y no simplemente con muestras de ellas.” (OLESEN MARTÍN, AP, 2000, Orador N°. 38).

Esta exposição é paradigmática de uma posição de sustentabilidade muito forte e de um critério de valoração da natureza por si mesma, para além de utilidade e medida. Propõe o significado (imenso) das Serras em tanto obra divina e destaca seu valor espiritual. Contrapõe o poder de criação (Serras) e o poder de destruição (buracos). A eternidade e o instante.

Assinala como equivocado o caminho de opor a preservação do trabalho e a preservação das serras e desestima o AM por não representar uma solução para grande parte da população que sente às Serras como o ser de Tandil. Esta percepção mostra indícios de uma valoração que não admite consideração de utilidade e medida.

Propõe o trabalho conjunto para decidir sobre o futuro de nossas Serras. Isto é, amplia debate ético e responsabiliza ao conjunto da sociedade da conservação das Serras como legado ou Patrimônio natural. Lume à responsabilidade humana desde uma concepção religiosa que interpreta o papel dos seres humanos como jardineiros ao cuidado da Natureza.

Desde essa perspectiva, ser a criação predileta de Deus não justifica o empenho de domínio nem habilita à destruição. Pelo contrário o reconhecimento das capacidades humanas (raciocinar) implica a responsabilidade de cuidado.

#### 4.2.2.10 As posições de cidadãos em caráter individual:

Neste grupo apresentam-se todas as posições dos oradores que falaram por si mesmos, não em representação de instituições nem os que explicitarão alguma relação com as pedreiras. Isto não quer dizer que não estejam relacionados, senão que não falaram formalmente em representação de outros.

Após cada exposição desenvolve-se um breve comentário aos efeitos de destacar os elementos da mesma que se consideram pertinentes à análise, mas se tenta não repetir quando as argumentações são similares. Por isso algumas exposições não têm comentário (já foi feito para outra similar) ou o mesmo é de diferente extensão. Isto não significa que lho considere mais ou menos importante.

Neste caso e por ser exposições a título individuais, porquanto estão perfiladas em dois grandes grupos, preferiu-se não sintetizar-las como se fez com os principais atores do conflito.

José M. Ortiz (Orador Nº. 1).

Rechaza al AM “Primero porque mantiene la destrucción de las Sierras en la poligonal que rodea la ciudad. Es sabido que las Sierras constituyen un bien no renovable de la Naturaleza que identifica a Tandil en el país y el mundo, hace a nuestra ecología y a nuestra idiosincrasia. Las Constituciones Nacional y Provincial vigentes establecen la defensa de la ecología, ambas fueron convenidas y aprobadas por el Partido Justicialista y la UCR. El Intendente ha hecho profesión de fe peronista por lo que debe acatar las premisas de su partido para ser coherente y los Concejales de ese partido también. Segundo, después de ganar el juicio por cobro de impuestos adeudados por las canteras se pretende exonerar el pago de parte de ellas graciosamente, sin razón que lo avale. Se dice que alcanza a 4 millones de pesos con ello se podrían cubrir las necesidades del hospital, de los carenciados, eximir de impuestos a los desocupados. Y el Intendente no ha explicado por qué a las poderosas empresas mineras del circuito urbano se les perdonan lo que fija las sentencias judiciales creando una distinción

inaceptable con otros contribuyentes. La mediación después de haber sentencia firme ganada en buena ley, es un engendro injustificable que solo puede hacerse con una administración rayana en la peor arbitrariedad contra toda razón y justicia. El Intendente hace años aprobó una ordenanza que establecía la erradicación de las canteras dentro de la poligonal en el plazo de 10 años y contra toda lógica luego la derogó, ahora le da un plazo indefinido hasta que se agoten las vetas. Tercero me preocupa el problema humano de la desocupación de los trabajadores de las canteras. Las canteras pueden seguir trabajando fuera de la poligonal, no tenemos nada contra la industria pero como se han hecho parques industriales para radicar industrias sin afecta a los vecinos con ruido, polvo, olores y demás es lógico que las canteras vayan a zonas donde no dinamite los barrios cercanos, rajando paredes o bombardeándolos con piedras. El trabajo sería el mismo así que los despidos son una mentira tendenciosa y sin la erradicación ya el Sr. García de Basalto ha dicho a El Eco (diario) que no puede garantizarles el trabajo a sus empleados, obviamente prescindiendo del AM. Si los primitivos canteristas pudieron venir de España, Italia, Croacia Serbia, a través de miles de Km. los actuales empleados pueden trasladarse hacia el interior del partido sin perder su trabajo. Tandil ha sufrido cambios en las actividades comerciales, industriales, pero nadie se murió de hambre. Cuando se construyó el ferrocarril, los carreteros y conductores de diligencias tuvieron que buscar otra actividad y tampoco se murieron de hambre y el mundo siguió andando. Sabemos también que las canteras de acuerdo a las obras públicas, se han tenido períodos de empleo y esplendor y otros de desocupación. Los que defendemos la ecología, no defendemos cincuenta, cien o doscientos puestos actuales de trabajo, sino de miles de tandilenses de las generaciones presentes y futuras y a los habitantes de las casas bombardeadas en especial. De tal manera que creo que los ciento veinte mil vecinos de Tandil son más importantes que los cien o doscientos que puedan tener alguna dificultad por el traslado de las canteras. Al Intendente le corresponden preservar la seguridad pública que nada a hecho por los ocupantes de las casas afectadas. Hay una ordenanza sancionada por Justicialistas Radicales y Aperturistas que disponían la apertura del camino de las Sierras, nada hizo el Intendente, si se hubiera abierto el camino automáticamente se hubieran clausurado las canteras por sus cercanías a las vías publicas sin expropiación ni indemnización alguna. ¿Por que luego de ganar los juicios el Intendente quiere una mediación? (...) La mediación no fue tal porque no hubo de parte de los defensores del corredor serrano, no se invito a la comisión de defensa del Patrimonio natural y cultural de Tandil, ni al turismo nacional, provincial y municipal, ni al gremio gastronómico, ni hotelero, ni dueños de restaurantes, la gente guías de turismo, ni ecologistas ni al pueblo de Tandil, recién es convocado contra la voluntad expresa del Intendente y estos son mucho mas que doscientos". (ORTIZ JOSÉ M, AP, 2000, Orador N°. 1).

Nesta exposição observa-se uma acumulação de argumentos. Fundamenta a rejeição ao AM mediante uma enumeração que supõe certa hierarquização.

Invoca a proteção das Serras como bem não renovável e a obrigação constitucional de cuidar o ambiente, ainda que não explicita porque o reclama para a área da poligonal e não para o resto das Serras.

Depois questiona o perdão arbitrário da dívida das empresas mineiras, a mudança de política do Intendente que passo de lhes dar um prazo para a erradicação ao não cumprir e propor a continuidade até seu agotamento. Desmente que as alternativas signifiquem a perda de trabalho já que as empresas poder-se-iam transladar ao interior do partido ou mudar de atividade como sucedeu em várias épocas com várias atividades.

Apóia estes argumentos na afirmação de que importam mais os milhares de postos de trabalho presentes e futuros e os interesses de todos os tandilenses que os de uma parte no presente.

Acusa às autoridades de não fazer nada pela segurança dos cidadãos afetados pelos impactos negativos, de não aprovar medidas que lhes poriam limites às pedreiras, de chamar quando já ténia os julgamentos ganhos a uma mediação parcial e de obstaculizar a participação da cidadania.

Este conjunto de apreciações põe de manifesto que o orador percebe que as autoridades protegem às empresas mineiras ainda na contramão dos interesses do município, afetando o patrimônio natural, o erário público e as possibilidades de desenvolvimento econômico.

Esta exposição ainda que caracterize as Serras como bem não renovável e identidade de Tandil, estabelece uma valoração diferente segundo estejam dentro ou fosse da poligonal. Isto é, propõem cuidar as mais próximas ao centro urbano, e transladar as pedreiras para as Serras, mas afastadas. Isto mostra que o principal aspecto considerado é a paisagem, e, sobretudo, o que pode se observar desde a área urbana e as rodovias que definem a poligonal. Por tudo o exposto pelo orador poderia inferirse que para além das menções à ecologia, sua posição põe em evidência um critério de valoração da Natureza antropocêntrico e instrumental centrado numa discussão sobre o uso das Serras. Sobretudo, um questionamento ao uso mineiro das áreas serranas próximas à cidade e uma defesa da paisagem como recurso turístico e de qualidade urbanística. Propõe uma disputa entre usos não sustentável e sustentável restringida às áreas urbanas e turísticas. A proposta de traslado das pedreiras para o interior do partido supõe uma mudança de localização de um impacto irreversível. No entanto, pode interpretar-se que o orador faz esta proposta considerando que seria um uso eficiente dos recursos naturais evidenciando uma concepção de sustentabilidade débil.

Gonzalo Maglione (Orador Nº. 4).

“Debemos pensar en los futuros 100 años de la ciudad de Tandil”. Cita al diario El eco “sobre el turismo como segunda actividad exportadora, el ingreso de 3.500 millones de dólares anuales sector turismo en segundo

puesto de las divisas ingresadas por exportaciones argentinas después de oleaginosas”

En el folleto que habla del AM habla de los puntos centrales del acuerdo para resguardar el descanso de la población y no perturbar la afluencia turística, si se preocupa del turismo las explosiones tendrán horario acotado.

El decreto 1085/79 donde prohibía la instalación de nuevas explotaciones dentro de la poligonal, año 79, es decir pasó 10 años más, año 99 y no pasó absolutamente nada. ¿Qué es lo que pasa? Estamos pensando en función del problema de lo que va pasar mañana a la mañana, acá ninguno de los que estamos acá con toda la buena intención (...) estamos en condiciones de prever los futuros pasos que vamos a dar con respecto a las sierras, pero si propongo tomar nuestra sabia Constitución. Menciona el art. 14 derecho a peticionar y peticona el cumplimiento del art. 41 que dice “ todos los habitantes gozan del derecho a un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las generaciones futuras y tienen el deber de preservarlo, el daño ambiental generará prioritariamente la obligación de recomponer según establece la ley” ...Pide medida de no innovar y estudio para buscar “preservar las sierras para no matar la gallina de los huevos de oro” (MAGLIONE GONZALO, AP, 2000, Orador N°. 4)

Propõe no longo prazo, isto é pareceria expressar um critério de valoração centrado no valor de opção da Natureza. Acusa de cortopracismo às autoridades e às políticas vigentes e reclama cumprimento da Constituição Nacional citando um artículo (o 41) que estabelece que os usos presentes não devam comprometer os usos futuros. Basicamente esta exposição propõe a contradição entre uso mineiro e uso turístico. Considera às Serras uma galinha dos ovos de ouro, para o turismo, que não há que matar com o uso mineiro.

Mostra uma valoração antropocêntrica e utilitarista que propugna uma mudança de uso para outro que considera promissório e rentável. A referência aos dados sobre o auge do turismo e sua importância para o rendimento de divisas é uma interpolação questionável já que Tandil recebe quase em sua totalidade turismo interno. Manifesta a percepção do orador que reproduz a tendência predominante já comentada a valorizar uma atividade por sua capacidade de obter divisas mais que por sua importância na produção nacional.

Neste caso a percepção do orador fundamenta sua expectativa de que o uso turístico das Serras signifique um valor de câmbio maior e mais perdurável que o uso mineiro.

Héctor García (Orador N°. 6)

“Soy partidario de la preservación de las Sierras, pero además hay que reconocer que la piedra el mineral también es necesario para muchas cosas (...) El tema de la deuda de los empresarios canteriles es un tema que hay que rechazarlo de pleno, porque me parece que sino estaríamos todos con el mismo derecho de no pagar impuestos y allá, cuando el juicio nos apremie (...) pagamos la mitad, lo pagamos con caramelos, etc. (...) Hay que buscar

un lugar donde no afecte a la ciudad, donde la ciudad se pueda beneficiar del turismo y a la vez las empresas puedan tener su producto (GARCÍA HÉCTOR, AM, 2000, Orador N° 6).

Predomina um critério de valoração utilitarista e antropocêntrico, centrado no valor de câmbio que propõe somar atividades ordenando o uso do solo, mineiro longe da cidade, turístico cerca da mesma. A mesma Natureza num lado dever-se-ia preservar e em outro não, em função da utilidade para o homem.

Carmen Biondi (Oradora N° 7)

“La actividad turística como anhelo comunitario tuvo su máxima expresión en la década de los sesenta con la creación del circuito Mar Y Sierras, sin que se enfrentara a la actividad minera, ni a la industria metalúrgica, ni a la explotación agropecuaria. Una plena armonía de los sectores productivos que hizo grande a Tandil, mediante la formulación de un plan regulador, de allí es que surge el Parque Industrial y la Poligonal, para evitar perjuicios a la comunidad preservando a las Sierras y armonizando la actividad minera con la turística. (...) Luego hace un racconto de leyes existentes, y cuestiona la AP “existiendo tantas herramientas legales no se comprende la instancia que estamos transitando” (...) Los organismos deben cumplir y hacer cumplir lo determinado dentro de su competencia evitando convertirse en usina de conflictos (...) A través del AM se ha logrado el reconocimiento de una deuda que fuera discutida en la justicia se cancela a través de obra pública y se garantiza su cumplimiento mediante un seguro de caución”. (BIONDI CARMEN, AP, 2000, Oradora N° 7).

Propicia a convivência de vários usos argumentando que existiu um momento de harmonia nos anos 60. Esta extrapolação da oradora não considera mudanças da situação desde os anos sessenta à data, nem os macroeconômicos nem os específicos dados pelo agravamento dos impactos negativos gerados pelo uso de explosivos mais potentes e um ritmo de extração mais vertiginoso. Nos sessenta existia uma valoração social do ambiente menor, um contexto econômico e de emprego mais favorável, uma importância menor do turismo, etc.

Denota um ônus valorativo que associa harmonização /bom, conflito /mau sem discutir os significados concretos em situações concretas. Pode ter sucedido, entre outras coisas, que o umbral dos conflitos ambientais hoje seja mais baixo. Isto é, a maior informação, educação e consciência ambiental, bem como a acessibilidade a organizações e ferramentas dantes menos disponíveis, move às pessoas a não tolerar situações que dantes tolerava e, portanto emergem conflitos. Mas isto, em termos ambientais, é um processo positivo. Uma comparação genuína

não deveria se fazer em termos de harmonia ou conflito, senão em termos da magnitude dos problemas ambientais.

Nesta exposição não há reconhecimento do impacto ambiental. Percebe-se como conflito de uso e de concorrências.

Blanca Vallejos (Oradora Nº. 8).

“No se dice la verdad a los ciudadanos de Tandil cuando se afirma que la explotación minera es compatible dentro del marco físico que hace a la ciudad de Tandil, su particular belleza serrana y su mayor atractivo turístico durante todo el año. Porque opino que se esconde la verdad, la continuidad de dicha explotación avanzando sobre nuestro paisaje en muy contados años y con las tecnologías desarrolladas convertirá a las Sierras en un montículo de polvo y cavernas. Proceso irreversible que no nos perdonarían nuestras futuras generaciones, convencida de Tandil tiene un futuro próspero de desarrollo turístico pero como ciudad serrana.” Luego propone la colaboración de la Universidad para “delimitar del ecosistema como parte de reservas natural cultural e histórico (...) aporte a la problemática y en razonable convivencia entre una explotación turística ecológicamente sustentable, conservando el paisaje natural, preservando y manteniendo las áreas endémicas, especies autóctonas, trabajando con profesionales técnicos, guías en programas de educación ambiental para las escuelas.

Por ultimo algo dentro de lo que considero estrictamente científico y que tejen relación directa con el avance de la explotación minera y los problemas que ocasiona en las aguas subterráneas. Recuerda que Tandilia es zona de recarga de acuíferos y que la continuidad de explotación en este sector entre otras cosas estaría modificando la circulación natural de las vertientes con el consiguiente problema para nuestras reservas hidrológicas”. (VALLEJOS BLANCA, AP, 2000, Oradora Nº. 8).

Contrariamente à exposição anterior, afirma a impossibilidade de harmonizar o uso mineiro com outros usos (residencial, turístico, etc.), pois isto implica um processo de destruição irreversível e acelerada em virtude da modernização tecnológica. Propõe a convocação à Universidade para delimitar Áreas Protegidas e planificar um turismo sustentável e adverte sobre o impacto da exploração mineira nas águas subterráneas.

Esta exposição poderia considerar-se representativa do que Gudynas (2003) chama corrente da sustentabilidade forte, já que considera às Serras como um capital natural crítico, apela ao saber científico e propõe uma gestão técnica que permita conseguir uma conservação ecológica / utilitarista.

Luis Bartoli (Orador Nº. 9)

“Voy a hablar de las sierras en la parte deportiva (...) Hay lugares de las Sierras que ya no se pueden caminar (...) hay que subir a pared viva o sea prácticamente a 90 grados (...) Pido a los Sres. Canteristas, por supuesto no

tocando la faz laboral, haber si podría dejar la parte de las sierras que da sobre la ciudad para poder practicar algún tipo de deporte y por lo menos se siga manteniendo la parte antigua de cómo existía la sierra. Y tomar medidas de seguridad cuando se realizan voladuras. Por lo menos que avisen o que fijen una hora” Además pide que se mida la cantidad de piedra extraída y se pague el canon y que se hagan cosas para turismo”. (BARTOLA LUIS, AP, 2000, Orador N°. 9).

Esta exposição põe em evidência a interatividade do uso mineiro com o uso esportivo e apresenta os limites que devessem se respeitar para não os prejudicar mais.

Pode inferir se que existe uma apropriação real e simbólica das Serras por parte do conjunto dos cidadãos que as consideram patrimônio da cidade, para além da apropriação formal e real das empresas mineiras. Esta exposição reclama a conservação do valor de uso das Serras.

Ana Grovman (Oradora N°. 10)

“Quiero Sierras para mis nietos, bisnietos y futura descendencia para mí y para todos. Es muy importante que no vayamos a mostrarles a nuestros descendientes en un video, en un museo, en una foto lo que era Cerro Leones y ya no es más y lo que puede llegar a ser el resto. Yo no estoy contra los trabajadores de las canteras en absoluto, si estoy contra las empresas que hacen lo que quieren y lo han hecho durante años que apañadas por autoridades. Cuando llegan cartas documentos a nuestras casas tratándonos prácticamente de delincuentes (...) Hablo en nombre mío, de mi familia, y de amistades que por ahí no se atreven a subir aquí y exponerse, sentimos que no tenemos confianza en lo que las autoridades hagan, o sea durante década no controlaron a las canteras porque van a venir a controlarlas ahora, o se que confianza podemos tener en que hagan lo que no hicieron nunca.(...) Yo vivo en la zona sur de la ciudad y me tiemblan los vidrios, la perra sale corriendo, el gato se levanta de un salto de la silla por una explosión y llamo a la radio de donde es la explosión y es de la otra punta en la ruta 226 y cruzo toda la ciudad e hizo temblar los vidrios de mi casa. O sea con el AM no estamos de acuerdo, si se me permite, en casa, porque creemos que esta hecho totalmente a beneficio de los empresarios canteristas y vuelvo a hacer la diferencia con los trabajadores de las canteras que defienden sus fuentes de trabajo, o sea sino como dijo un Sr.: acá voy...soy maestra y voy a decir bueno esto que me están reclamando con un posible juicio lo voy a dar en horas de trabajo, cocino bien, voy a hacer buena comida para el que lo necesite o cuido niños o sea tengo el mismo derecho, y los ciudadanos esta demostrado que no somos iguales ante la ley. Los primitivos habitantes de estas zonas sabían que la parte contiene al todo, nosotros a fines del milenio no sabemos eso, no lo comprendemos todavía, que significa esto que una parte que se altera el todo y las campanas (el que tiene cierta edad se acuerda de la película) las campanas por la destrucción del medio ambiente van a doblar por todos, no van a doblar por una sierra, por un árbol, por un campo, van a doblar por todos. Así que con el voto que den del AM el poder legislativo los hago responsables del futuro de nuestra ciudad, de nuestros

habitantes y en lo particular de mis futuros nietos” (GROVPMAN ANA, AP, 2000, Oradora N°. 10).

Afirma o valor de existência e apela à equidade intergeracional.

Expressa dúvidas a respeito da vontade ou capacidade de controle das autoridades sobre as pedreiras, fundadas na experiência dos últimos anos.

Diferença claramente a responsabilidade de operários e empresários mineiros, afirmando que estes últimos fazem o que querem e recebem benefícios como os do AM.

O último parágrafo faz referência ao saber dos povos originários a respeito da Natureza. Parece recordar que todos somos uma mesma alma, uma concepção da Natureza de conotações místicas, mas não sobrenaturais que se diferencia substancialmente de outras visões religiosas comentadas porque nela o homem não é criação predileta, nem o Senhor, nem o jardineiro do mundo criado por Deus, senão parte de um tudo, um e diverso.

Esta exposição recreia uma visão antropogênica, mas não antropocêntrica, uma perspectiva Biocêntrica que considera o valor intrínseco da Natureza e a pluralidade de saberes. Expressa uma posição unida à sustentabilidade muito forte.

Nora González (Oradora N°. 11)

“Cita a la profesora Silvia Wichman en la presentación de un trabajo de ecología urbana en la escuela media “debemos descubrir la importancia de vivir aquí, necesitamos reconocer la relación del hombre con el ambiente. Como usa el espacio, el suelo y de ahí deduciremos como vive, como es y cuales son sus valores (...) nos reconocemos en el trabajo, tenemos un romance con el entorno y eso se llama identidad” A partir de esa cita estas palabras nos llevan a destacar las necesidades de redefinir la calidad de vida de una ciudad, de la familia del individuo, a veces no es lo mismo para todos.(...) A partir de las recientes discusiones y publicaciones de conflicto sierras /canteras quiero creer que los ciudadanos de Tandil conocen mejor el entorno y están empezando a valorizar el uso del suelo y su impacto en el paisaje serrano. Tal vez se nos acuse de tener un romance con la sierras son nuestra identidad después de todo, pero que hay de malo en ello. Si ello y sin esos sueños no seremos mas individuos que saben usar una maquina de sumar y el Internet por supuesto. No solo de pan vive el hombre dice un refrán antiguo, de ahí que nuestra claridad de vida dependa de lo físico, de lo espiritual, de aquellos paisajes que nos llevan a tener esperanza así como de lo material y lo económico. Ese equilibrio que en épocas de vida mas simple se producía de manera mas natural pues el hombre solo consumía lo necesario y donde el medio ambiente se preservaba ya no es tan fácil de lograrlo. Ahora tenemos que pensar, dialoga, trabajar en ello y discutir para ver como definimos ese sueño, esa visión para nuestra ciudad para nuestros habitantes. Eso es lo que no se ha hecho ni a nivel de las autoridades, ni de las instituciones y por cierto no de las empresas que tradicionalmente usan la calculadora. Si abrimos los ojos a lo que pasa en el mundo y en Tandil en particular veremos que el cambio en la economía, las actividades se

producen a velocidades casi incontrolables con su impacto en todo y cada uno, eso nos debe llevar a reflexionar y estudiar como trabajamos si actuamos hoy pero más aun que haremos mañana y unos años más adelante sino el cambio nos va a aplastar sin pedir perdón. Aunque parezca muy filosófico estos conceptos los debemos aplicar al análisis de nuestras actividades tradicionales que se están convirtiendo en industrias decadentes y a situaciones que piden a gritos un cambio hacia actividades sustentables que es difícil y duro por supuesto, pero no hay otra opción. No será poca coincidencia que la revalorización de nuestro entorno, del uso del suelo y de nuestras sierras nos llevara si realmente ponemos nuestras mentes y nuestro corazón a una ciudad con gran calidad de vida. Basada en el respeto al patrimonio natural y con dividendos económicos mas perdurables que los de la industria minera canteril. El AM no responde a estos valores ni en la forma en que se discutió, ni en los resultados que se produjeron. No presenta las más mínimas garantías y ciertamente no puede prometer la continuidad de los empleos. Siguiendo el concepto de la necesidad del cambio en nuestra economía cabe decir que la reconversión de las canteras puede y debe hacerse en fases, con programación ya capacitación de personal adecuado pero con plazos que respeten la integridad del entorno serrano y esos ciertamente no se puede hacer con las explotaciones de diez quince y treinta años. Seamos humildes en aceptar que hemos fallado en el manejo del tema sierra- canteras y que podemos tener un debate serio y abierto para resolver las diferencias. En ese proceso logremos con paciencia y dedicación una armonía entre los recursos naturales y la economía que por cierto en este caso depende de los recursos naturales. Ejercitemos la democracia con valores y determinación” (GONZÁLEZ NORA, AP, 2000, Oradora N°. 11).

A exposição define identidade como romance com o meio e destaca a dimensão espiritual do valor da Natureza. Expressa um questionamento à ideologia do progresso, reivindica uma perspectiva filosófica e destaca a necessidade de reflexionar e mudar para atividades sustentáveis. Bem como as posições favoráveis à continuidade mineira apresentavam ao AM como a única alternativa viável, aqui se sustenta que a única alternativa viável é transformar uma situação que leva decadência.

Apela a uma visão macro, e contrariamente aos propagandistas do modelo neoliberal que alentam a subir-se ao comboio das reformas para atrair capitais, aqui se alenta subir-se ao comboio das mudanças para o desenvolvimento sustentável antes que seja tarde.

Afirma a sinergia entre preservar o meio e construir uma cidade com grande qualidade de vida. Para isso desestima o AM e propõe a reconversão produtiva. Não enfatiza responsabilidades individuais ou grupais no conflito, pelo contrário, pede humildade para reconhecer as dificuldades da sociedade na busca de uma solução e propõe ampliar o debate ético.

Nesta exposição destaca-se a centralidade dos valores como parte do problema e da solução. A preservação da Natureza constitui um valor em si mesmo e de maneira instrumental, como recurso para um desenvolvimento duradouro.

Mario Ferragine (Orador N°. 12)

“Todo cuanto nos sea conservar en el mundo es progreso, todo lo que signifique alterarlo es retroceso”, Miguel Delibes, Premio Cervantes. No es negar la posibilidad de progreso pretender conservarlo, pero debemos tener bien en claro que los actuales sistemas de extracción, explotación y producción tiene muy poco en cuenta la protección del equilibrio de la naturaleza, más cuando de las altas esferas, en estos tiempos se programan decisiones gatopardistas proponiendo aparentes cambios para que todo siga igual. Nada cambiara mientras la cultura del hombre auto llamado civilizado no deponga la idea de su meta primordial que es el bien material. La lucha para enfrentar intereses e inconsciencia debe ser tenaz y sin desmayos y representara el eje de la defensa de los recursos paisajísticos que en nuestro caso en particular es defender la conservación del paisaje natural serrano de Tandil, el que estamos degradando con la extracción del granito desde hace mas de siglo en forma irracional y no conservacionista, hecho que produjo un deterioro irreparable en todas las sierras explotadas comprobable con solo recorres las cavas de las canteras o los restos de explotaciones como Cerro Leones transformados en un complejo informe cubierto de cascajos. Naturalmente la respuesta paisajista deberá ser equilibrada, coherente y artística, comprometedoras de sistemas que la regulan, no como la actual explotación cuyo único fin es el lucro, no solo deja de lado la perdida irreparable que brindaba al poblador, la armonía y equilibrio natural que entraba por sus ojos sino que tampoco reguló ni regula los recursos sobre los que obtienen beneficios, agitando ahora por las circunstancias dadas la bandera social de la desocupación de trabajadores tema que se resolverá explícitamente con el desarrollo de la industria turística. Por lo tanto tenemos la obligación de salvar la identidad única de las sierras más antiguas o de las más antiguas, las de Tandilia para que la fisonomía formadoras (sic) sirva de freno a las atroces demandas que el consumismo actual propone y satisfaga el inmenso valor emocional que nos provoca. Consideraciones: como vecino oriundo de Tandil me resulta imposible aceptar calladamente la destrucción de nuestras sierras, es cierto que los recursos disponibles en la naturaleza deben ser usados por los hombres para satisfacer sus necesidades de vida, no es menos cierto que las explotaciones de los recursos deben ser hoy realizado con criterio ecologista, ello debe ser así en todos los casos de explotaciones de los recursos naturales, y más aún cuando estos son no renovables. El caso de las Sierras es un recurso muy especial porque es único y no renovable, circunstancia que lo caracteriza y potencia y es por ello que lo debemos considerar con la importancia que tiene para toda la región. Pensar que los marcos paisajísticos de nuestra ciudad conformados por las distintas sierras pasen a ser un recuerdo en el futuro es algo que no se puede imaginar, no obstante, de seguir demoliendo los cerros indefectiblemente será una realidad. Nuestra zona y sus alrededores serranos gozan de privilegios de gustar enormemente para el descanso vacacional y turístico de la cada vez mas nutridos contingentes que llegan a Tandil, las inversiones de hoy para Tandil se orientan hacia la explotación de los recursos paisajísticos, los que se orientan firmemente en la belleza de las sierras que nos rodean, que son nuestras que las queremos como nuestras y que además han incidido en nuestra idiosincrasia y nuestra forma de ser. Ciertamente es que si disponemos de ese extraordinario recurso natural lo menos que debemos hacer es cuidarlo o sea utilizarlo de todas las formas posibles sin depredación. Acción: para desarrollar el programa se debe contar con una fuerte convicción de todos los sectores involucrados convencidos de generar

un buen negocio colectivo”. (FERRAGINE MARIO, AP, 2000, Orador N°. 12).

Questiona a ideologia do progresso material (GUDYNAS: 2003) e sustenta a necessidade da luta contra o interesse e a inconsciência para conseguir outro tipo de desenvolvimento.

Ainda que fale do mundo e em plural, parece imaginar uma luta baseada nas mudanças de atitude individuais. Lembra a perspectiva do “pensar global atuar local”. Questiona o uso passado e atual ao qual define como irracional já que produz um dano irreparável por afã de lucro. Nesta exposição como em muitas das anteriores, se destaca a identificação do impacto com o visual, (perda da harmonia e equilíbrio que entra pelos olhos).

Recusa o consumismo (o qual supõe a priorização do valor de uso direto e de câmbio atual) e amplia a noção de valor ao emocional.

Conquanto reconheça o direito humano a usar os recursos disponíveis na Natureza para satisfazer suas necessidades sustenta um princípio de responsabilidade que obriga a cuidar-lhos.

Define o caso das Serras de Tandil como especial por ser único e não renovável. Propõe fazer uso com critério ecológico e econômico. Destaca as potencialidades para o uso turístico, que pode gerar fontes de trabalho alternativas às mineiras e atrair investimentos.

Como se observa, há uma generalização desta idéia que associa atrair investimentos e desenvolvimento. Neste caso, a diferença é que se propõem as atrair não mediante a desregulação e a flexibilização ambiental e trabalhista senão a partir da regulação e conservação da beleza do marco paisagístico da cidade. Parece considerar aos investimentos como meio e não como fim em si mesmo.

Manifesta perspectiva antropocêntrica que combina critérios de valoração múltipla (econômico/ecológico/estético/emocional) e propõe uma conservação ecológica / utilitarista.

Cristina Venanzi (Oradora N°. 13)

“Soy una empresaria PYMES que tenía 105 empleados, en la década del 90 se quedó con 30 y al final de la década merced a la reconversión logró recuperar 35 fuentes de trabajo. Esto sin Acuerdo Marco, sin prebendas impositivas, sin ayuda municipal, sin ningún tipo de ventajas, al contrario poniéndonos palos en la rueda: Lo que quiero decir es que las canteras también pueden reconvertirse y mucho más rápidamente, seguramente, no es imposible, todos lo podemos hacer. Otra cosa que me provoca mucha indignación, saber que tengo una deuda municipal que no la puedo pagar y no me permiten pagar como yo puedo. Sin embargo veo con que los Sres.

empresarios de la minería van a pagar a valores antiguos y con materia prima, es decir vamos a hacer mas agujeros a las Sierras, tenemos pocos, vamos a agrandarlos y otra cosa que me causa admiración es pensar en el proceso de reconversión van a tapar los agujeros con árboles ya vi. Cerro Leones, yo no quiero, yo nací en una ciudad con Sierras no quiero una ciudad con lagos. Ya vemos cerro Leones lo que es, no hay sierras, hay un hermoso lago que debe tener el 70% del que tenemos acá. Para que tenemos sierras, para transformarlas en lagos, que vamos a vender en vez de material para hacer traking, esquíes para hacer esquí acuático (...) Lo que creo es que hay una industria que si esta creciendo, una industria que no destruye y es el turismo y esta creciendo día a día y lo que creo es de muy mal gusto utilizar a los empleados, lo empleados obviamente defienden su fuente de trabajo, ellos trabajan y quieren comer. El empresario tiene la obligación de procurarle trabajo a esa gente en aras de una reconversión que no destruya el medio ambiente y por otra parte (...) todas las personas que participan del AM, esta Comisión Ghandi, la gente que tiene que ver con Minería de la Nación y la diputada que presenta el proyecto de Parques Mineros en la ciudad de Tandil, nadie es de Tandil, es decir todos han elaborado proyectos fabulosos para la comunidad, no siendo de Tandil y por otra parte resulta sorprendente, yo quiero la misma defensa de todos los empresarios PYMES que día a día peleamos generar nuevos puestos de trabajo para muestra gente. Hay mucha gente que tiene 60, 65, 40 45 y se debe pelear día a día con los organismos públicos para seguir trabajando. Yo quiero una ciudad con sierras, No quiero una ciudad con agujeros, no creo en la manera que se esta explotando actualmente y como se explota esté muy lejos de terminar como está Cerro Leones y que todo a nuestro alrededor sea un Cerro Leones en Potencia. Debemos cuidar porque cada piedra que sacamos no tiene reposición y además cuando me están hablando de los informes de impacto ambiental, hoy hacia un racconto de todos los lugares por donde debe pasar el informe de impacto ambiental, yo creo que para cuando ese informe de impacto ambiental se resuelva ya no quedo piedra, ya se hizo el agujero, e decir son tantas las instancias que no creo. Y por último tengo un problema más serio, no creo en la seriedad de alguien que en el 79 hizo una ordenanza prohibiendo la radicación de nuevas industrias canteriles en Tandil y en el año 2000 y vaya a saber porque grave gracioso milagro resuelve que es maravilloso crear Parques Mineros en Tandil. Regalarle los impuestos a los canteristas no puedo creer que esa persona haya cambiado tan radicalmente su pensamiento sin que haya en el medio algo que todos desconocemos y yo quiero saber que es eso que todos desconocemos. No creo que el Sr. Zanatelli diga toda la verdad y no creo que los concejales que defienden tan abiertamente a las canteras no digan toda la verdad. Hay muchos empresarios en Tandil que peleamos por mantener la empresa todos los días y no escucho ningún concejal defendernos ni generar ningún tipo de prebenda para nuestra explotación” (VENANZI CRISTINA, AP, 2000, Oradora N°. 13).

Propõe a possibilidade de reconversão. Se muitas pequenas empresas deveram fazer reconversão, e fizeram-no sem ajuda, as pedreiras também podem o fazer.

Destaca a proteção governamental privilegiada às empresas mineiras. Recusa as regulações que estabelecem formas de pagamento de privilégio baseados em aumentar a destruição (pagar com pedra).

Critica a mitigação baseada em tampar os buracos com árvores e chamar lagos a fossos cheios de água. Não admite a substituição, (nasceu numa cidade com serras não com lagos). Isto é, alude implicitamente ao valor (cultural/urbanístico) das Serras como identidade.

Considera que a continuidade da exploração converte a Tandil num grande Cerro Leões (desaparecido pela exploração) em potencial. Nesta exposição questionam-se as políticas passadas e atuais que promovem uma atividade destrutiva e responsabiliza tanto às autoridades como aos empresários mineiros. Afirma que é obrigação destes últimos conservar as fontes de trabalho reconvertendo suas explorações para atividades sustentáveis. Isto é, desarma a lógica que naturaliza o incentivo da flexibilização ambiental para manter as fontes de trabalho.

Há uma apelação à responsabilidade social das empresas tanto no cuidado do médio ambiente como na conservação e geração dos empregos. Destaca a falta de explicações da mudança de posição do Intendente (prazo para erradicação das pedreiras da poligonal em 1979 vs. continuidade até seu esgotamento, criação de um parque mineiro e perdão de impostos no ano 2000). Poderia estar fazendo referência à possibilidade de corrupção.

Destaca a falta de informação (quer saber o que todos desconhecemos) Aqui, dantes que nada, se observam os efeitos de uma forma de encauzamento do conflito que tentou colocar a discussão em âmbitos restringidos à opinião pública. Põem se a consideração da cidadania o resultado da mediação (AM), mas ocultam-se os termos da negociação. Uma vez obtido o AM informa-se ao resto da população, mas a discussão para adentro não se fez pública.

Pareceria imperar a crença de que deixar fora do debate político o problema ambiental e o colocar num âmbito de gestão técnica, baixa a intensidade do conflito. Mas isto só seria aplicável à parte do conflito que pode se resolver com a negociação entre as partes incluídas no processo. Neste caso o arranjo das pedreiras com o estado e a definição dos aspectos que fazem ao controle da atividade.

No entanto, isto suprime a disputa entre pedreiras e município, mas não a disputa que ambos seguem sustentando com os cidadãos que desejam a preservação.

A mediação chegou a um arranjo que não é estritamente particular, pois afeta recursos públicos, o princípio de igualdade ante a lei e a proteção do ambiente. Portanto, os que não estiveram convidados à negociação quando se inteiram do AM se manifestam e assim o acordo obtido na mediação deixa de se parecer a uma solução.

Toda a exposição e particularmente a última parte apresentam questionamentos à identificação de alguns servidores públicos com a promoção de interesses setoriais e/ou

particulares. Isto lesiona a percepção a respeito da legitimidade da representação democrática, mas não é só o resultado de vontades individuais senão de um modelo que faz uma virtude da promoção setorial. Esta, por definição é uma discriminação a favor do setor eleito. Portanto a legitimidade de privilegiar a um sector sozinho poderia fundar-se em sua importância para o bem comum ou num amplo consenso.

Mirta Caviglia (Oradora Nº 14)

“Soy maestra y estuve leyendo toda la documentación pertinente y escuchando a los maestros de Tandil, no traigo el discurso de todos pero si muchas inquietudes. La mayoría de estas inquietudes se transforman en preguntas ¿Qué enseñamos? nosotros tenemos legitimado un discurso que tiene que ver con la protección del medio ambiente, los llamamos contenidos transversales, tenemos también un área que se llama ética ciudadana y tenemos allí una serie de contenidos muy valiosos respecto de cómo generar una cultura que proteja el entorno. Las preguntas eran bastante puntuales: ¿enseñamos sobre la contaminación del Nilo? ¿Enseñamos sólo sobre la deforestación del Amazonas? ¿O nos ocupamos del entorno inmediato? Las respuestas quedaron un poco, digamos fracturadas porque algunas esposas tienen esposos canteristas, empleados, otros no en ese rubro pero en la mayoría existía una coincidencia que un docente debe educar en la cultura a la que pertenece. Nuestra Cultura, nuestra identidad son las sierras, entonces es a ellas donde va a ir dirigida y esta llendo dirigida este ultimo tiempo la mirada ¿Qué debemos enseñar sobre las Sierras? ¿Solo el marco histórico?, ¿Qué sucedió en el siglo XIX? ¿Que pasó con Cerro Leones, que fue de la actividad canteril hasta el presente? ¿Enseñamos acerca de las consecuencias de la explotación canteril, lo que se llama impacto ambiental? También el tema que a mí me preocupa, además del problema real de los trabajadores, es el problema del cuidado a futuro de un medio ambiente, de un medio ambiente que no debe tener aguas contaminadas, aire enrarecido ni fosas para hacer solamente esquí o criar truchas. Nacimos con Sierras y creo que los chicos de inicial a los niveles de formación terciaria universitaria (y que acá tienen que estar y dar respuesta científicas y técnicas) nos merecemos las Sierras de Tandil.” (CAVIGLIA MIRTA, AP, 2000, Oradora Nº. 14).

Apresenta o debate no âmbito docente destacando que Educação Ambiental e Formação Ética Cidadã fazem parte dos conteúdos transversais. Isto põe em evidência um fator situacional importante. Nas últimas décadas aumentou o conhecimento e a reflexão sobre os problemas ambientais gerando uma mudança importante na valoração da Natureza. Neste sentido, poderia agregar-se ao expressado pela expositora que não só se dá nos âmbitos da educação formal senão também nos informais e particularmente, nos espaços públicos atravessados por conflitos ambientais.

Se, como sustentava Freyre “*os homens educam-se entre si mediados pelo mundo*” (FREYRE, 2002, p. 75) poderiam verse os conflitos ambientais como experiências educativas,

onde se socializa informação, se reflete, produzindo o mundo (Maturana, 1995) e compartilham-se e ampliam saberes.

Diálogo e conflito são duas formas dialéticas de construção de conhecimentos. Portanto poderia considerar-se forçado excluir das escolas a referência à problemática das Serras já que a mesma está presente como conflito na vida cotidiana. Não só, como sustenta a expositora um docente deve educar na cultura à que pertence, é difícil (senão impossível) que possa o fazer fora dela.

Também seria contraditório propor uma educação ambiental alheia ao princípio “pensar global atuar local”.

Malisia Silvia (Oradora N°. 15)

“Estoy aquí como tandilense, no me avala ningún título pero nací hace 53 años en estas sierras y soy serrana hasta la última fibra de mi cuerpo, amo Tandil y estoy acostumbrada a caminar por las calles de Tandil hechos de adoquines cuadraditos de granito que hicieron aquellos canteristas de la historia que leemos en los libros de Hugo Nario, Los picapedreros. Yo estudie hace poco, termine mejor dicho este fin de año mis estudios secundarios que no pude hacer cuando era joven en el área de Cs. Naturales y aprendí lo que es un recurso no renovable, o sea cuando sean polvo va a ser eso, se las va a llevar el viento, ya no van ser más, ya no van a estar más al final de las calles como las vemos ahora todos los días. Estoy aquí porque la gente que elegí para que me representara, para que fueran las personas que defendieron mi suelo, mis recursos, están dispersos o no entendieron que las sierras a pesar de lo que dice la Dra. (Fosque) que hay que hacer concesiones, son una concesión imposible, no podemos conceder las sierras. Soy reiterativa con las sierras porque forman parte de mi y de cada tandilense, son nuestra identidad. No tengo nada contra los empleados de las canteras y los entiendo cuando defienden los suyos, porque cuando a uno le cierran la fuente de trabajo sus hijos, pasan hambre, y cuando el hambre llama a la puerta no se puede pensar y uno se aferra a lo que sea para defender su fuente de trabajo. No creo que ellos no amen las Sierras, creo que las quieren también, si hubiera otra posibilidad donde ellos pudieran trabajar dejarían la cantera porqué no creo que disfruten hacer polvo esas sierras, lo que pasa es que la gente que nosotros empleamos, a quienes le pagamos los sueldos, porque los canteristas no se los pagan ya que no hacen efectivos los impuestos nos apremian a pagar los impuestos como sea. No podemos pagar en especies. Sres. Concejales son nuestros empleados, también lo serán de los empresarios de las canteras pero es mucha la gente que esta pidiendo por las sierras, la explotación de las canteras no es una explotación sustentable a esta altura cuando lo único que queda de esa sierra es la parte que se ve desde las calles de Tandil. Todos los tandilenses deberían tener la posibilidad de subir a un avión y ver desde arriba los hoyos que quedan en la parte de atrás de nuestra sierra. No podemos conceder 10 años más. Los estudios de impacto ambiental no se donde empiezan, deben empezar a partir de los agujeros porque si empiezan a partir de las sierras que había antes no pueden ser no se respetaron las cuotas que había entonces lo que yo pido es que se vea por esas sierras, que busquen en otro lado las posibilidades” (MALISIA SILVIA, AP, 2000, Oradora N°. 15)

Esta oradora é representativa de uma posição que não separa Homem-Natureza. Afirma que as Serras fazem parte de cada tandilense e, portanto interpela as autoridades: Não podemos conceder as Serras. Afirma o valor de existência e o valor de uso das Serras, pondo limites às possibilidades de negociação com critérios de mercado.

José Canal (Orador Nº 16)

“Este debate se puede encarar de distintas formas (...) Punto jurídico legal cualquier persona sabe lo que es una propiedad privada, resumiré por lo cual estos se solucionaría comprando los predios que la Multisectorial quiere defender, porque pretender que se cierren las canteras por solo la voluntad expresa de algunas personas en detrimento de la propiedad de otra no tiene ninguna cabida jurídica que lo sustente. Segundo Punto, ecológico: en este punto cualquier persona que razona no tiene ninguna duda de que todos nos vamos a oponer a la destrucción de la sierra sea en Tandil o en la Quiaca (...) todo lo no se puede volver a regenerar es posible de esto pero que ha pasado en la historia de la humanidad canteras existieron y siguen existiendo. El mundo prioriza ser humano sobre todas las cosas, entonces el progreso y el bienestar de las personas crea carreteras calles, casas, cemento, cal, ladrillos que todavía no se ha podido reemplazar con otro material, lamentablemente, que se extraen de la naturaleza y no son renovables, por supuesto, por lo que creo que por el momento no es posible tomar tan drástica solución. He visto con gran asombro que esta nueva multisectorial que se ha creado en Tandil ha tomado, es decir sierras o minería cero, directamente sustenta que las Sierras no se pueden explotar más. Luego destaca Greenpeace sugiere el reconocimiento universal y la regulación canteril. Destaca que en 1979 se hace un Decreto que les da diez años a las empresas que están dentro del triángulo se radiquen en otra zona” (CANAL JOSÉ, AP, 2000, Orador Nº. 16).

Reivindica, como todo argumento legal, a propriedade privada, prescindindo do marco jurídico que permite regular o uso do solo e proteger o ambiente. Reconhece o impacto ecológico e sustenta que desde esse ponto de vista todos compartilhariam o objetivo de preservação, mas culpa ao antropocentrismo pelas demandas de recursos não renováveis em aras do progresso.

Expressa um fatalismo conservador. O Homem (todos, sem delimitar responsabilidades) somos os geradores dos impactos negativos. Daí deduz que não pode mudar por agora e termina questionando a quem pedem o cese da atividade. Isto é, reconhece o motivo do conflito, mas parece considerar que nada significativamente melhor se pode fazer e todos são culpados.

Engenheiro Julio Muñoz (Orador N.º.17)

“Como parecería que este es un tema que a los conservacionistas se nos ocurrió hace unos días, quisiera en este breve tiempo realizar un repaso de los pasos que se fueron dando para preservar. Hace un racconto 1972 creación poligonal, en 1979, plazo de 10 años para reconvertirse o mudarse, 1987 regulación de actividad, 1994 creación de ONG Salvemos Nuestras Sierras y entrega de firmas al Intendente pidiendo la detención de la destrucción. Sigue “El resto ya es mas conocido, llegado a que Tandil a través de sus instituciones, 140 instituciones se manifestó en contra del Convenio Marco y la destrucción sistemática de nuestras sierras, este convenio marco que se basa en dos temas fundamentales, el trueque de una deuda de mas de cuatro millones de pesos por piedra y construcción de calles y la continuidad de la explotación indiscriminada de nuestras sierras. Es sugestivo que los pilares de esta administración municipal fueron la construcción de asfalto y la iluminación. Si no hay partidas para la construcción de calles podría ser una alternativa regalar las sierras, total no somos de Tandil, mientras tanto podemos seguir con la construcción de calles. En oportunidad de un conflicto de similares características un cacique piel roja le dijo a aun presidente de EEUU “la tierra no pertenece al hombre, sino el hombre pertenece a la tierra”. Si vamos a los aspectos económicos que es el que últimamente ha sensibilizado mas a la población, en el año 98 declararon al Municipio que las canteras que están encerradas dentro de la poligonal en un año dejaban en Tandil por concepto de sueldos, tarifas, talleres reparaciones y demás una suma de 1millon doscientos treinta y seis mil pesos, incluidos fletes y camiones que algunos no son de Tandil. Para Semana Santa quedaron en Tandil un millón ochocientos mil pesos, solamente en cuatro días. Evidentemente esta industria sin chimeneas, ni destrucción es mucho más rentable. Se declaro también que existían sesenta y cinco personas empleadas en las canteras de la poligonal cualquiera de los hoteles que están alrededor de la plaza emplean entre cincuenta y sesenta personas, todo esto como conclusión que el turismo es un muy buen negocio, y que se puede reemplazar a la explotación de estas queridas sierras que circundan la planta urbana. Sres. concejales reclamemos por nuestras sierras que son las que tenemos a nuestra vista y que realmente las perdemos si son algo renovables y que realmente no las recuperaremos nunca más. Como mensaje final como decía el poeta español Miguel Delibes no es negar la posibilidad de progreso del mundo pretender conservarlo”. (ING. MUÑOZ JULIO, AP, 2000, Orador N.º. 17).

Uma parte dos argumentos já foi comentada. Chama a atenção sobre a irracional aceitação da destruição das Serras com fins arrecadatórios para aumentar a obra pública, que ao mesmo tempo em que cria capital artificial, prove aos executores um potente capital eleitoral.

No texto observam-se diferentes critérios de valoração da Natureza. O expositor realiza uma primeira cita muito representativa de uma posição ecocêntrica e uma segunda cita que apresenta à preservação como parte do progresso.

Ao longo da exposição sustenta uma posição mais próxima a um antropocentrismo utilitarista centrada no valor de uso e de câmbio. Questiona o uso atual como recurso não

renovável (mineiro) e propicia o uso turístico, assinalando suas vantagens em termos de criação de trabalho, potencial e sustentabilidade.

Francisco Codan (Orador N.º. 19)

“Me parece absurdo que hoy en día se pretenda cerrar fuentes de trabajo. De que manera hay que preservar el trabajo, las sierras, y todo eso lo dirán los que saben, los técnicos, lo dirán las leyes, bueno, eso se verá, pero de ninguna manera me parece que se puede cerrar. Segundo, como se paga o que tienen que pagar las empresas. Yo trabajo en la prevención con chicos y nunca hay un peso para nada” (Enumera muchas situaciones de carencia de presupuesto). “Tienen que pagar, y pagar en efectivo como pagamos todos nosotros, los vecinos nuestros impuestos. Y que haya una supervisión real de lo que tienen que pagar (...) y que realmente se sepa con los impuestos de las canteras se hizo esto (...)”. (CODAN FRANCISCO, AP, 2000, Orador N.º. 19).

Prioriza a conservação das fontes de trabalho. Apela à gestão técnica (os que sabem, os técnicos, as leis) para estabelecer uma maneira de preservar Serras e trabalho. Reclama ao estado pelo custo de oportunidade que significa o regime privilegiado das pedreiras, visto como recursos que não entram ao erário público e fazem falta para atender numerosas situações.

Dr. Gustavo Ballent (Orador N.º. 20). Destaca três questões:

“Una esta referida a un derecho con características realísticas que los vecinos de Tandil llamamos en nuestro lenguaje corriente tasa. Esa tasa, creo que es legal porque el Municipio de Tandil no adhirió a esa invitación que hace la provincia siguiendo los lineamientos de la legislación nacional y por lo tanto queda afuera de la estabilidad fiscal. Ahora cabe analizar si esa tasa es razonable (...) y cuando hablo de razonabilidad estoy hablando si es confiscatoria o no y creo que los únicos que están en condiciones de decidir son los jueces de la nación, es el poder judicial. El segundo punto (...) es la forma de pago que se propone, habría que ver si no es arbitraria o violatoria de la igualdad ante la ley Cita a la Corte Suprema de Justicia de la Nación: No se pueden establecer privilegios o excepciones a unos de las que otros están exentos en igualdad de circunstancias y en igualdad e condiciones. Es por ellos que si nosotros sentamos un precedente de esta naturaleza podríamos estar permitiendo que los vecinos como lo hayan hecho aquí y en otro ámbito invoquen para promover o pedir que se les permita el pago en especie. Tercero, propongo que se haga cumplir la ley vigente para tratar de reducir de alguna manera el perjuicio que se puede ocasionar al medio ambiente” (Dr. BALLENT GUSTAVO, AP, 2000, ORADOR N.º. 20).

Sua argumentação está referida ao conflito de concorrência, fundamentando a legitimidade da cobrança por parte do Município do direito à extração de pedra (questionada pelo setor pró-mineiro). Sendo legítima, as empresas devem pagá-la.

O regime privilegiado de pagamento vulnera o princípio de igualdade ante a lei. Esta discussão poderia parecer secundária em relação ao dano ambiental. Mas trata-se de um exemplo de ação de governo que utiliza a flexibilização como ferramenta de promoção setorial.

Não cobrar uma dívida por uma eco-taxa aprovada por unanimidade no poder legislativo local e perdoar a execução da sentença judicial têm conseqüências ambientais. Não só lhes permite às empresas mineiras pagar com material, isto é danificando mais.

O principal efeito é que facilita a continuidade das pedreiras já que o arremate por cobrança executiva ou o pagamento da dívida em condições ordinárias poderiam significar o fechamento das mesmas. À data em que se desenvolvia esta discussão, tivesse sido muito difícil utilizar outras opções como aumentar os preços de venda, devido ao contexto recessivo e a alicaída demanda de pedra para construção de Obra Pública.

Santiago Parodi (Orador N.º. 22)

Destaca la importancia del debate de los temas de la ciudad. “Toda actividad productiva es en mayor o menor medida contaminante, todas tiene efectos sobre el medio ambiente y no por eso debemos resignarnos a no producir, a no tener trabajo, a no desarrollarnos. Debemos tratar de producir con el menor daño posible al medio ambiente en el cual vivimos que este daño sea reparado o mitigado, de todos modos el ambiente en muchos casos ya ha sido modificado (...) Nos parece bien que se pongan como alternativa al turismo pero no como única y excluyente la actividad turística o la actividad minera y nosotros suponemos que estas actividades deben coexistir porque favorecen al desarrollo y a la ocupación de la mano de obra. Las canteras han sido uno de los motores del crecimiento de Tandil, los tandilenses nos hemos acostumbrado por años al ruido de los barrenos (...) con el tiempo la actividad de las canteras se ira mitigando y podrá ser reemplazada por la actividad turística pero me parece que todavía falta (...)” (PARODI SANTIAGO, AP, 2000, Orador N.º. 22)

O orador expressa uma posição produtivista ligada à idéia de progresso. Ainda que reconheça os impactos negativos, relativiza os mesmos, considerando-lhos inevitáveis assim como outros produzidos por qualquer outra atividade humana. Ainda afirme o dever de tratar de produzir de outras formas que atenuem e reparem os danos ambientais, apela a costume como forma de quase-aceitação e deixa nas mãos do tempo a reconversão. Expressa critérios de valor da Natureza antropocentrista, utilitarista e fortemente ligados ao valor de câmbio.

Saul Viscardi (Orador N.º. 23)

“Yo quería hacer un mensaje a los trabajadores de las canteras, la defensa de las sierras para mí es un ideal y los ideales están por encima de los intereses

mezquinos de los hombres, en ningún momento en pos de ese idea esta en mi causar la infelicidad de nadie. Considero que la problemática de las Sierras se ha transformado en una pelea entre hermanos, los verdaderos culpables de que esto ocurra son los gobernantes y nuestra indiferencia porque con los malos actos de gobiernos no controlados nos han condenado a aferrarnos a centavos para poder vivir y la preocupación por la falta de trabajo no nos hace tener en cuenta la importancia de las sierras, por eso el planteo sierras o trabajo es una demagogia. El planteo en Tandil a mi entender debe ser Sierras o canteras y asegurar el trabajo al pueblo, por eso, rechazo que se consideren como paliativos de vacío legal a las ordenanzas regulatorias de la actividad minera, un parque minero en Vela y en cualquier parte del partido de Tandil, que un grupo de contribuyentes reciba privilegios que otros no tienen para el pago de sus deuda atrasadas, las rebajas a las tasas de minería, la nueva forma de pago propuesta, la adhesión del municipio a las leyes nacionales y provinciales, la continuidad de la destrucción de nuestras sierras y por supuesto en su totalidad el Acuerdo Marco. Solicito un plebiscito para que el pueblo de Tandil decida si quiere sierras o canteras, un llamado a las fuerzas vivas de Tandil, no a consultoras privadas para planificar el Tandil del futuro con nuestras sierras y con plena ocupación laboral. Ocupación laboral asociada entre otras cosas a una oferta turística en donde el cuidado del medio ambiente sea el principio rector de la actividad la que estará apoyada en una infraestructura que nos proyecte a este país y al mundo. Por eso no despreciemos la riqueza que tenemos, no juguemos con la necesidad de trabajo colocándonos en abanderados de su defensa cuando en realidad nos interesa egoístamente el nuestro. No menospreciemos la intelectualidad de los tandilenses aprovechándonos de la generosidad de nuestra prensa abierta a todos los habitantes. No calificuemos de idiotas útiles a los que defendemos la integridad de nuestras sierras. No seamos hipócritas elaborando doble discursos, para terminar ruego a Dios que despierte de la indiferencia a los tandilenses y que de una vez por todas participen de las grandes decisiones que forjaran su futuro. Ruego a Dios que triunfe la sensatez, la equidad, y la inteligencia de nuestros concejales cuando traten el Acuerdo Marco, a ellos y en especial a los concejales Justicialistas vaya este recordatorio: `El mundo no se sirve de buenas ideas sino de buenas realizaciones, la lucha contra el despilfarro de los recursos naturales debe ser encarada por encima de las diferencias ideológicas que separan a los individuos dentro de sus sociedades, desentenderse del deber del ahora es perder toda posibilidad de futuro´, palabras de Juan Domingo Perón". (VISCARDI, SAÚL, AP, 2000, Orador N°. 23).

Esta exposição constitui uma fundamentação da posição preservacionista dirigida principalmente para os trabalhadores das pedreiras, mas não utiliza um tom de confrontação. Pareceria diferenciar o problema ambiental em si com um andamento do conflito que não o solucionou ou resolveu senão o transformou numa briga de irmãos (Sierras vs. Trabalho).

Responsabiliza disto aos governantes e à indiferença da sociedade que não controla os maus atos de governo. Mas não alude a uma indiferença referida exclusivamente ao ambiente senão às políticas em general que determinaram um estado sócio-econômico no qual a luta pela sobrevivência condiciona a preocupação ambiental.

Considera que o problema deve ser visto como Serras vs. Pedreiras, garantindo o trabalho. Para isso, recusa o AM ponto por ponto, propõe o chamado a um plebiscito e um processo participativo para planificar o Tandil do futuro. Expressamente desestima a delegação numa gestão técnica (consultores) e propicia a ampliação do debate ético na sociedade.

Propõe a preservação e criação de emprego como objetivo estratégico da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. O fechamento da exposição dirigido aos vereadores e particularmente aos justicialistas (quem publicamente promovem o AM) com uma cita de J.D. Perón não parece ter um tom de confrontação eleitoralista senão oferecer um ponto de referência para ampliar o debate e aproximar posições. Nesta exposição conquanto se expressa um critério de valoração da Natureza múltipla e sua consideração como Patrimônio Natural, é fundamentalmente a proposta de construção de uma solução o que mais a identifica com a corrente da sustentabilidade muito forte.

Eduardo Frechero (Orador N°. 24)

(...)“Si esta asamblea se hubiera hecho antes de llamar a la célebre mediación, las cosas hubieran estado mucho mas claras porque hubiéramos traído los vecinos nuestras opiniones y nuestras soluciones y por lo tanto estos es un ejemplo de gobierno, de democracia participativa (...) Trae a colación recuerdos de la segunda guerra mundial, las bombas de mil kilos sobre la ciudad. “Y yo cuando leo el AM veo que los Sres. canteristas hablan como una concesión a Tandil que no van a usar bombas de mas de mil kilos de dinamita en cada explosión ¡Pero están locos! (...) Nuestras Sierras, con las que nacimos nosotros las están deshaciendo con tremendas explosiones y si llegan a conseguir el acuerdo marco van a mejorar toda la tecnología, además de las explosiones van a tener nuevas maquinas y entonces en lugar de ciento cincuenta van a aceptar cincuenta obreros nada más, porque eso está en el criterio empresario de esta época de la globalización. Cuando les damos autorización para trabajar durante treinta o cuarenta, por veinte años más, se van a encontrar que vale la pena invertir y lo primero que van a pensar si nos pudiéramos ahorrar más manos de obra y para eso está la tecnología, así que creo que el AM, ya ellos mismos dicen que no le asegura el trabajo de los obreros, por eso creo que lo tenemos que buscar es una solución, creo sinceramente que ya el Turismo es un paso que va a crecer día a día en Tandil porque nuestra ciudad es una hermosura”. (FRECHERO EDUARDO, AP, 2000, Orador N°. 24)

Esta exposição parte de questionar a falta de convocação genuína a participar e do reconhecimento do impacto negativo e crescente das explosões cujo poder de destruição compara com um bombardeio. Esta argumentação permite reflexionar sobre as conseqüências ambientais e sociais da busca de aumento da produtividade numa atividade extrativa de recursos naturais.

O orador destaca que a garantia de continuidade por longos períodos e as medidas de promoção podem incentivar aos empresários a fazer investimentos para melhorar a produtividade o qual seria racional em termos de rentabilidade privada mas, desde o ponto de vista social e ambiental significa uma tendência a reduzir a ocupação e aumentar a depredação.

Com base nestas considerações argumenta o cese do uso mineiro e suas substituição pelo uso turístico, baseado no valor estético das Serras.

Guillermo Menéndez (Orador N°. 25)

“Mis palabras van solamente para algunos que gobiernan: quiero ver alguna de las contradicciones. Lamento que en este recinto no esté el Ing. Ferrarese ni el Intendente que únicamente ha venido para la foto por lo visto y invito a que vean el video”. Pasa un video donde aparece el Director de Minería Provincial, Ing Ferrarese afirmando que el Municipio tiene derecho a establecer y cobrar el “derecho a la extracción de piedra” en cualquier monto que considere apropiado. (MENÉNDEZ GUILLERMO, AP, 2000, Orador N°. 25).

Esta exposição interpela a algumas autoridades e pretende provar suas contradições. No vídeo, tanto o Engenheiro Ferrarese como o Intendente argumentam a favor do AM alegando que este acordo permite pacificar e terminar com um conflito de julgamentos cruzados.

Referem se ao juízo que lhe fez a Municipalidade às pedreiras por cobrança executiva da eco-taxa (ganhado e com sentença firme pendente de execução) e um julgamento iniciado pelas empresas que desconhecem a capacidade do Município para cobrar dita eco-taxa. O registro fílmico apresentado pelo expositor contradiz a própria argumentação do servidor público, e isto adquire maior envergadura dado que se trata de autoridade de aplicação em temas mineiros e quem convocou à mediação que produziu o AM.

Estela Pederiva (Oradora N°. 28)

“El municipio no tiene facultades para convocar a una audiencia pública ya que no esta contemplada en la Constitución Provincial, no puede inventar algo que constitucionalmente no existe. El Municipio no tiene autoridad para decidir el cese de la explotación minera (...) Es un desatino pretender cerrar las canteras cuando sabemos o deberíamos saber que la minería en Tandil generó un producto interno local mucho más elevado que el aportado por el turismo. (...) Son fuentes generadoras de empleo para 200 familias y es algo que han pasado de generaciones en generaciones. En el aspecto social podemos decir que la minería esta instalada en Tandil hace más de 100 años. Viendo de esta óptica no se puede permitir que por hacer política se

denigre el trabajo que realizan los canteristas acusándolos poco menos que de asesinos de nuestro medio ambiente cuando todos los estudios realizados por personal calificado como son los estudios de impacto ambiental dicen lo contrario, como tampoco puede ser que en las escuelas algunos docentes condenen la explotación de las canteras cuando en realidad no conocen a fondo la verdad de lo que se quiere preservar ya que muchos de los alumnos son hijos de canteristas que se sienten agredidos por el trabajo que realizan sus padres. En el aspecto filosófico en este tema debemos partir de una premisa ancestral que salvo que seamos suicidas, la tendencia y el destino de la especie humana se supone que es la subsistencia, la preservación y el desarrollo. Esto significa que todos los recursos naturales que están al alcance de nuestras manos están para que podamos disponer de ellos, si bien es cierto que la llamada conciencia conservacionista es un intento por mejorar nuestra calidad de vida tratando de que en este caso la explotación de los minerales se realizan de la mejor manera para preservar los recursos naturales y asegurar la disponibilidad de su uso por mas cantidad de tiempo en vez de dilapidarlo o destruirlos indiscriminadamente. Por todo lo expuesto digo un sí rotundo al AM que no solo regula la explotación de minerales sino también preserva los recursos naturales”. (PEDERIVA ESTELA, AM, 2000, Oradora N°. 28).

Destaca-se uma posição antropocêntrica utilitarista muito forte. Tudo o que está ao alcance das mãos está para que o homem possa dispor disso.

Enquanto o uso pode-se limitar, o termo dispor expressa uma idéia de domínio e controle. Descreve a consciência conservacionista como uma tentativa por melhorar a qualidade de vida e usar de maneira mais eficiente os recursos. O valor da Natureza existe na medida em que esta destinada a servir ao homem.

María Marta Bidaguren (Oradora N°. 32)

“Soy nacida en Tandil, y como muchos que han hablado antes que yo estoy muy preocupada por la desaparición del paisaje natural y el intento de cambiarlo por paisaje artificial y tengo solamente una pregunta: ¿vendrá el turismo a las cavas de Tandil cuando ya no estén las Sierras de Tandil? Nada más”. (BIDAGUREN MARÍA MARTA, AP, 2000, Oradora N°. 32).

A rejeição á transformação de paisagem natural em artificial, pode verse como uma negativa a considerar à Natureza como uma forma de capital. Questiona o uso mineiro por destruir a base natural do uso turístico. Há uma visão utilitarista da Natureza, mas com reconhecimento de limites ecológicos.

Ana Bovio (Oradora N°. 36)

“Como ciudadana preocupada por un recurso no renovable, como es el de las Sierras, quiero decir que no estoy de acuerdo con el AM y entiendo junto a otras personas que deberán crearse e implementarse instrumentos legales que resguarden estos verdaderos monumentos geológicos como así también

otras áreas con indicios de sitios paleontológicos y arqueológicos y exigirles al Estado se constituya en un celoso guardián de estas zonas. El paisaje es un recurso vital para el turismo, que es la verdadera industria sin chimenea. Esto y el perjuicio que produce la desaparición del patrimonio histórico paleontológico ante el trabajo de la minería y el impacto negativo del mismo sobre nuestra población y nuestras propiedades como por ejemplo las explosiones, las vibraciones, los ruidos, las rajaduras, fundamenta mi posición. Hago más las palabras de la Lic. Maineri: el paisaje económico que va labrando la minería con el fin de proveer materiales, no coincide con la inquietud de conservar los paisajes naturales que cada vez son más necesaria para un hombre que muchas veces absorbido y trabado dentro un proceso productivo y se complace con la agreste belleza serrana. Quiero expresar también que exijo a mis gobernantes generen el empleo que todos los tandilenses necesitamos, por último hago más también las palabras de una mujer de Tandil que nos acercara ayer a la Biblioteca para leer en esta ocasión: la historia argentina nos reconoce como auténticas protagonistas, en el siglo pasado las mujeres valientes junto a sus hombres derramaban aceite desde los balcones obligando a retroceder al invasor, damas mendocinas bordan sin desvelo soñando con la gloria emancipadora y más cercano en el tiempo. Fuimos nosotras las que supimos de la lucha denodada, silenciosa, incansable, frente al atropello y avasallamiento, y a quienes nos cupo el inmenso desafío de descorder el velo para no quedar en el olvido. Así también aquí las mujeres de Tandil queremos estar presentes para transmitir el sentir de todas y de cada una de las mujeres de nuestro pueblo y asumir la encendida defensa que nuestra tierra nos reclama, porque nuestra sierras constituyen la historia viviente del planeta tierra, son en efecto las rocas más antiguas de la Argentina de más de 2 mil millones de años (...) No sólo son de los tandilenses sino son un patrimonio de la humanidad y pesa sobre nosotros el deber de preservarlas con el fundamento de letra del preámbulo constitucional, para nosotros, para nuestra posteridad y para los hombres del mundo. Por ello reclamamos como reza el art. 41 de nuestra Carta Magna que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las de las generaciones futuras. Además pienso que las decisiones ambientales no son patrimonio de un partido político ni de un dirigente sino que debe tomarse con la participación real y concreta de todos los sectores y recordar a quienes hacen oídos sordos que existen alternativas a la omnipotencia". (BOVIO ANA, AP, 2000, Oradora N°. 36).

Nesta exposição convivem vários critérios de valoração da Natureza. No principio e sobre o final de sua alocução a oradora põe em evidência um forte reconhecimento ao valor de existência da Natureza. Pensa às Serras como legado, as chamando Monumentos Geológicos, História viva do planeta e Patrimônio da Humanidade. Considera uma obrigação de todos as protegerem e reclama um estado que seja zeloso guardião de sua preservação.

Também considera o valor de uso e de câmbio atual e futuro a partir do uso turístico.

Afirma que as decisões ambientais transcender a partidos e dirigentes reclamando a participação comunitária. Explicitamente esta propondo a associação necessária entre temas ambientais e uma esfera pública ampliada.

Silvia López (Oradora N.º 88).

“Estoy de acuerdo con el AM. Considero que de esta manera se confirma la actividad canteril y mantiene la fuente de trabajo y así quedaría regulada la actividad en todos sus aspectos”. (LÓPEZ SILVIA, AP, 2000, Oradora N.º 88).

Virginia Gaet (Oradora N.º 91)

“Por la mala información que siempre se les dio a los ciudadanos, por las injurias que se dijeron, por querer pisotear nuestra dignidad, por querer destruir nuestro bienestar y futuro yo hago saber a ustedes que repudio a los señores de la multisectorial, por eso Sres. digámosle no a la Multisectorial y sí al trabajo y sí al AM” (GAET VIRGINIA, AP, 2000, Oradora N.º 91).

César Burgos (Orador N.º 92).

“(…) Queremos que se siga trabajando acá en la sierra para todos, para los canteristas para que salga todo un turismo unido, no quede la gente de las canteras sin trabajo y la Multisectorial diciendo ahora si triunfamos” (BURGOS CESAR, AP, 2000, Orador N.º 92).

Os três oradores anteriores centram sua posição na defesa das fontes de trabalho e concentram os argumentos contra a ONG ambientalista, a qual se percebe como uma ameaça ou o inimigo.

Ricardo González (Orador N.º 98)

“Hoy escuchaba o escuche ayer a un Ingeniero hablar sobre una realización de un cronograma si se firma el AM a la fecha hubo acuerdos y yo pregunto: ¿que cronograma se cumplió? Se cumplió la ordenanza aquella de la poligonal del 87? Se cumplió con que las explotaciones tendrían que llegar a un cierto nivel de la cúspide de la sierra? Se cumplió con los trabajos que los empresarios canteristas debían realizar de embellecimiento conjuntamente con la explotación de la sierra. Escuche también a un Sr. Ferrarese que proponía a la Municipalidad me parece dentro del AM como contralor y yo pregunto ¿La Municipalidad sabe (...) controlar? No sabe administrar y tenemos a la vista el hospital (...) no puede controlar que el lago este limpio, (...) Yo quiero que les cobren a los empresarios canteristas que hoy nos hacen enfrentar a esta gente por los cuatro millones de pesos y no quiero ir a la justicia, quiero que lo paguen y quiero que foresten las sierras también y a los que decía un Señor ayer que lo escuche sobre un barrio que se hizo frente al golf yo le contesto: dentro de 250 años las casas estarán viejas y habrá árboles pero UD. se va a poder subir al Cerro y ver la ciudad desde el cerro”. (GONZÁLEZ RICARDO, AP, 2000, Orador N.º 98).

Manifesta o não cumprimento permanente por parte das empresas mineiras das regulações estabelecidas e a debilidade (deliberada ou não) do Estado no controle.

Responsabiliza aos empresários por gerar um confronto com os trabalhadores e sugere que o conflito para eles basicamente é que não querem pagar sua dívida.

Recusa igualar os impactos negativos de diferentes usos (minaria, construções, florestação etc.) destacando os impactos irreversíveis.

Ruben Marchiori (Orador N°. 104)

“Muchos dicen que las forma de pago es discriminatoria contra los contribuyentes comunes pero a mi entender no es así, gracias a este acuerdo muchos vecinos de la ciudad se beneficiaran con la construcción del cordón cuneta y el mejorado de calles que en días de lluvia se vuelven intransitables además es una forma que asegure de que la deuda cobrada vaya a parar a obras que realmente beneficien al pueblo. Las canteras pueden tranquilamente incorporarse como atractivos turísticos mostrando a los turistas ya la gente misma de Tandil como se trabaja y la forma en que se producen para tratar de aprovechar al máximo lo extraído de las sierras. Creo además que la gente que se opone al AM vive confortablemente en casas construidas con la misma piedra extraída de las canteras que hoy quieren cerrar, y lo que es peor quieren quitarle la posibilidad de progresar a gente de trabajo, gente que trabaja en una actividad que prácticamente nació con la ciudad y que es una de las únicas industrias que hoy le están dando trabajo a Tandil. En una época en que se escucha que la desocupación es del 14%, todos los días se habla de empresas que cierran de empresas que despiden gente, es ilógico pensar en cerrar una fuente de trabajo tan importante como esta. Quiero preguntarles a los que se oponen al acuerdo si ellos se van a encargar de dar trabajo a los empleados que con el cierre de las canteras se van a quedar en la calle. Para terminar quiero decir que por mal que les pese a todos, las canteras no van a desaparecer de Tandil ya que es una actividad que nació con la ciudad y va seguir en la ciudad aportando como siempre su granito de arena para que esta progrese”. (MARCHIORI RUBÉN, AP, 2000, Orador N°. 104).

Destaca positivamente a forma de pagamento da dívida das pedreiras, a qual pode ser vista como substituição do capital natural (serra) por capital artificial (cordão de pedra) que beneficiasse aos vizinhos com obras públicas.

Ruben Cudicio (Orador N°. 107).

“¿A quien debo dirigirme para exigir mis derechos de querer mantener vivas nuestras sierras? Todos concuerdan de que es una decisión política el hecho de salvarlas o destruirlas seamos claros y miremos entonces a quien promueve su destrucción, sorprendentemente nuestro Sr. Intendente, encubierto todo esto en una parafernalia de contradicciones leyes provinciales, Nacionales, Decretos, Ordenanzas , Mediadores que nosotros pagamos para que den su dictamen de acuerdo a lo que el Intendente y los empresarios canteristas pretendían, resumen el AM con su secreta confidencialidad , con los dibujos de veleros en pozos o cráteres que la lluvia completaría o es que queremos reconvertir el turismo de nuestras sierras en deportes acuáticos, (...) no seria mejor mantenerlas tal como están con su gran valor científico y dejar esos dibujitos para lugares que reúnan esa posibilidad, quien las vio hace cuarenta años y las mira ahora sabe muy bien que verán las futuras generaciones, ningún numero de cálculo de

destrucción puede decirnos mejor que la historia, que es lo que debemos evitar. Si consideramos las deudas del municipio mejor ni hablar, las pagaran si quiere, cuando quieren y como quieren. ¿Es esto equitativo para los vecinos que pagamos religiosamente? ¿Cuándo el periodismo se preguntaba el Sr. Intendente esta por el oro o por el bronce? Me retrotrae al momento cuando el mismo firma como Teniente Coronel Retiro Efectivo el decreto 1081 con el que se protegían nuestras sierras, ¿quién duda que en ese momento estaba por el bronce? Las concesiones entreguistas en forma indiscriminada ponen en peligro no solo la empresa como capital sino también la fuente de trabajo. Remontémonos al ejemplo de Aerolíneas Argentinas, Gas del Estado, Obras Sanitarias, YPF, etc. Que muchos conocemos bien por haber padecido los oportunos negocios momentáneos de algunos con la desaparición de lo irrecuperable no garantizan el trabajo de los obreros en el fondo ellos los saben por eso su preocupación. Hagámosla fácil, liquidemos las joyas de la abuela y Cerro Leones que desapareció y al gente quedó en la calle, eso viene mas adelante, pateemos la pelota, la gente se olvida y la reconversión... Eso lleva tiempo, estudio, esfuerzo, renunciamiento, planificación, administración, ¿por qué no ordena a su ejército que intente todo eso Sr. Intendente que cambie el valor agregado que en un momento tuvieron los cordones adoquines, granitulos en los que trabajaron mi abuelo, mi padre y mis tíos . Su Valor se ha degradado transformándose ahora en piedra molida. En esta guerra por el trabajo cambiemos los caballos por modernos tanques. No nos dejen sin sierras y a su gente sin trabajo. No sé si será demasiado ingenuo pedirle al Intendente que queremos que nuestra opinión que es la de muchos vecinos no pase a ser una declamación olvidada porqué de lo contrario UD. será el responsable de sus nietos y los míos recuerden la sierra con la misma visión que ahora recordamos de hace cuarenta años atrás, no se si será demasiado ingenuo lo único que los ciudadanos que UD. representa le podemos ofrecer, el bronce. (CUDICIO RUBEN, AP, 2000, Orador N°. 107).

Combina critérios de valoração. Destaca o valor de existência. Chama a atenção sobre o valor científico das Serras. A expressão manter vivas nossas serras poderia remeter à idéia de Natureza como Gaia.

Afirma que salvar ou destruir as Serras é uma decisão política. Esta percepção não admite a omissão nem a indiferença como não deliberada. Responsabiliza como promotor da destruição ao Prefeito, destacando suas mudanças de posição A referência ao bronze (honra) e o ouro (ganho) sugere a possibilidade de corrupção ou, ao menos de uma decisão equivocada que privilegia a mercantilização da Natureza.

Remete à idéia de incomensurabilidade da Natureza já que a destruição não pode se calcular. A experiência e a história permitem ver o que há evitar. Propõe deixar as Serras como estão e concretizar os usos que prometem os projetos de mitigação em lugares naturalmente adequados. Considera que a continuidade das pedreiras é perda de capital social e destruição de emprego. A comparação das Serras com as jóias da avó e de sua entrega no marco de negócios momentneos com as privatizações, alerta sobre o desaparecimento do

irrecuperável sem garantir o trabalho dos operários e remete a uma discussão presente à opinião pública que pode se considerar um fator situacional. A pergunta: Por que não ordena a seu exército fazer as tarefas necessárias para a reconversão? Ressoa de modo especial tratando-se de um prefeito que é militar retirado. Parece sugerir falta de aptidão: resultar-lhe-ia mais fácil mandar e fazer negócios que planificar e organizar. Isto pode se associar com o modelo de desenvolvimento, enquanto o primeiro lhe cabe a um modelo extrativo e /ou de caráter rendístico o segundo é indispensável para um desenvolvimento sustentável.

O orador, se reconhecendo descendente de uma família de trabalhadores mineiros reivindica a atividade no passado e assinala a degradação para uma produção de menor valor agregado (de adoquines e granitulos a pedra moída). Pelo qual propõe a reconversão que conserve as Serras e o trabalho e pede ao prefeito escute a população que só pode lhe oferecer o bronze, isto é o reconhecimento honorífico.

Bernardo Destéfano (Orador N° 108).

“Expreso mi apoyo al AM por ser el único medio que nos asegura la preservación de la fuente laboral y del medio ambiente. Es harto difícil para mi escaso nivel querer exponer con elocuencia mis razones ante tan elevada brillantez de anteriores oradores, muy ilustrados por cierto, pertenezco a la clase trabajadora, clase que fue en otros tiempos principal motor de progreso hoy vapuleada, mancillada, perseguida y marginada por los desleales manejos políticos que desde el poder nos viene infringiendo excluyéndonos del ámbito social hasta casi una segura extinción. Observo con disgusto que se dice principalmente que las desaparición total de las Sierras a corto plazo, falacia que esgrimen con osadía ciertos pseudo intelectuales producto de una desleal campaña de desinformación a la población, si bien es cierto el impacto visual que causa al observar el cordón serrano, no es cierto la aceleración y destrucción total del mismo, ya que si se considera esto agresión a su ecosistema, no lo es menos la tala indiscriminada de los árboles, la polución en arroyos y espejos de agua con efluentes cloacales e industriales y a la basura diseminada por doquier en la ciudad, en rutas y en caminos vecinales. Quitémonos la venda de los ojos. Estos iluminados Sres. que con soberbia se roban el derecho de defender las sierras y el ambiente natural no son capaces de elucubrar ideas para mitigar una segura sensación laboral de los trabajadores canteriles. En la dialéctica son capaces de construir castillos en el aire, pero no de aportar ideas concretas y coherentes para paliar la situación emergente de esta grave contingencia, a estos no les interesa que cantidad de trabajadores pierdan su única fuente de sustento. Está muy bien entrenados, muy bien entrenados para refutar cualquier argumento esgrimido por los damnificados solamente persiguen espurios intereses personales”. (DESTEFANO BERNARDO, AP, 2000, Orador N° 108).

Apóia ao AM como a única solução e considera que preserva trabalho e ambiente. Reconhece o impacto visual, mas minimiza-o como agressão ao ecossistema e o relativiza

com respeito a outros problemas ambientais. Nesta exposição há uma crítica à situação geral da classe trabalhadora, e mostra sua transformação de motor de progresso no modelo de substituição de importações (fordismo periférico) à situação de crescente exclusão no neoliberalismo.

No entanto, esta identificação com a classe, não necessariamente implica uma visão classista em termos marxistas. Neste caso, a contradição não se propõe com o capital senão com alguns políticos e com a população que pretende preservar as Serras e não oferece concretamente empregos aos trabalhadores das pedreiras.

O orador evidência um entendimento da classe trabalhadora próxima à do peronismo que reivindica os direitos dos trabalhadores desde uma perspectiva não necessariamente antagônica entre capital e trabalho. Isto poderia se destacar como um fator situacional importante.

Carlos Alberto González (Orador N.º. 110).

“Es muy cómico estar acá arriba yo también apoyo a Zana, perdón, al AM, ya está todo dicho. Siento vergüenza por la falta de genitales de algunos concejales, sin embargo estoy orgulloso primero del Sr. Zanatelli de la Sra. Tita Brivio, de la Sra. Graciela Jaramillo, y del Sr. Daniel López, Los Sres. concejales son concejales de la ciudad de Tandil, no son de la Alianza ni de Acción por la República ni de Justicialismo ¿les quedó claro no? Yo en esta mano tengo a las sierras y en esta mano tengo a los trabajadores. Los trabajadores tienen que seguir trabajando, no lo digo yo, yo soy una persona muy pero muy ignorante, que hay que hacer cuando uno es ignorante tiene que estudiar, tiene que leer este libro es la Constitución de la Provincia quiero que cualquiera de los presentes me diga si en esta Constitución dice que hay que cerrar las canteras”. (GONZÁLEZ CARLOS ALBERTO, AP, 2000, Orador N.º. 110).

Reclama aos vereadores que representem à cidade não a uma parte ao igual que o pediram alguns oradores mais afines à posição preservacionista, mas de maneira inversa, supõe que isto é apoiar ao AM. Apresenta claramente ao conflito como um dilema serras ou trabalho, priorizando o trabalho.

Angel Speroni (Orador N.º. 112).

“Celebra la audiencia como afirmación democrática. Probablemente si esto hubiera comenzado mucho antes, no estaríamos en las antípodas, algunos grupos que hoy nos encontraríamos aquí presente. Yo digo que realmente me sorprendió, por momentos, las ovaciones que escucho de los obreros hacia sus patrones, y digo que me sorprendió este tipo de ovaciones porque yo venia y vengo dispuesto a oponerme al AM y cuando yo escuchaba esas ovaciones quería comprender si lo que se estaba

ovacionando era a patrones que habían aumentado los sueldos, era a patrones que habían dado participación en sus empresas. No de ninguna manera, lo que se estaba ovacionando era la manutención de la fuente de trabajo y no es poca cosa. Yo me he sentido en el termino de esta asamblea y por algunas declaraciones realmente emocionado, frente a mujeres que ven que han sido estimuladas para hacerles pensar que sus hombres van a perder el trabajo... yo realmente me he sentido condolido cuando mujeres acá, independientes sin nada que ver con las canteras, planteaban que le disgustaba perder el paisaje pero que muchos les disgustaba que otra mujeres tuvieran miedo que mañana sus hijos no comieran por esta situación. Y vuelvo a preguntar como Juan ¿Dónde está la garantía de trabajo en el AM? Se animan los Sres. Empresarios a firmar por todo el tiempo que duran sus explotaciones, la garantía de trabajo para los obreros que hoy están poniendo por delante de sus pretensiones? Sin dudas les debe resultar fácil jugar con el miedo. Yo creo que en vez de decir que no se va a pagar la deuda, yo creo que en vez de plantear que se va a licuar la deuda, que se va a achicar el derecho, deberíamos ponernos mancomunadamente los dos sectores que representan al pueblo, realmente al pueblo en este caso que son los canteristas por un lado, los obreros canteristas, y la gente que defiende el paisaje porque esta pensando en defender un futuro de progreso para Tandil con el turismo deberíamos ponernos de acuerdo. Deberíamos ponernos de acuerdo en que una Intendencia que de ninguna manera intenta cobrar esa tasa, que de ninguna manera intenta recuperar cuatro millones y medio de dólares que en poco tiempo serán cinco millones de dólares, vayan a un fondo de reconversión productiva en manos de los obreros? Por que no decimos que con esa plata, cada uno de los obreros seria dueño de treinta mil dólares y que con esa plata y con cada uno de ellos en cabeza de cada uno con treinta mil dólares disponibles nos pongamos a reformular la forma de reconvertir la industria canteril (...) a los hombres que ponen el cuerpo a la industria canteril, no a los que intentan evadir, no a los que intentan quitarnos a los tandilenses cinco millones de dólares. Entonces (...) estoy en contra del AM y quiero para esto una consulta popular a la que el Intendente se niega, a la que los sectores que mañana están dispuestos a firmar el AM se niegan porque les deben tener miedo al pueblo y yo no le tengo miedo a que los Sres. canteristas obreros canteristas, sin sindicalistas sin patrones se vengan a sentar con el pueblo”. Ante pregunta do público ¿Si a Ud. mañana le aumentan el 200% la tasa de Alumbrado Barrido y Limpieza Ud. la pagaría sin hacer valer sus derechos? Responde: “No seguramente si fuera ilegítima. Lo que pasa que aquí hay juicios de apremio ganados por el Municipio, en condición de ser ejecutados, que evidentemente la justicia no ha considerado ilegítima. Por otro lado creo que el Estado tiene todo el derecho de regla sus condiciones de desarrollo y para eso justamente cuenta con las tasas impuestos, y contribuciones que son las que dan el marco o la referencia hacia donde el estado quiere dirigir sus acciones. Por lo tanto creo que ese planteo de inconstitucionalidad no funcionaría de ninguna manera. Y de última estaríamos ante una presunción. Yo me inclino a pensar que esto es absolutamente constitucional y esta dentro de las facultades del estado, plantear este tipo de...” (Cortaron el micrófono por término del minuto para la respuesta) (ANGEL SPERONI, AP, 2000, Orador N°. 112).

Esta exposição centra-se na maneira de construir uma solução ao conflito. Assinala a falta de abertura à participação prévia como um dos motivos para a intensificação do conflito.

Destaca o papel dos trabalhadores na defesa de um acordo que beneficia aos patrões sem garantias para eles mesmos, sustentado no medo à desocupação e numa condução sindical identificada com os empresários.

Considera que a solução ao conflito passa por procurar um acordo entre sectores populares (trabalhadores e preservacionistas) e propõe que o Município cobre a dívida das empresas mineiras e ditos recursos se destinem a um fundo de reconversão gerido pelos trabalhadores.

Identifica a defesa da paisagem com a defesa de um futuro de progresso para Tandil com o turismo. A exposição trasunta um critério de valoração da Natureza utilitarista e antropocêntrico. Centra-se no conflito por interatividade e propicia uma mudança de uso. Isto é, esta posição parece fundar-se na defesa das Serras por seu valor na promoção de um uso que considera mais positivo que o uso atual para a cidade em termos de progresso e precisa preservar o ambiente como base material para seu crescimento.

Tenta um uso eficiente dos recursos naturais. Neste sentido poderia considerar-se que expressa uma corrente de sustentabilidade débil. A ênfase nos processos de participação, na busca de consensos construídos de maneira democrática e a consideração das Serras como capital natural crítico a acerca a uma concepção de sustentabilidade forte.

Marina Grau de Martínez (Oradora N° 115)

“Soy una ciudadana común que lucha todos los días y lo mejor que puede para ganar dignamente el pan, para mi y para todos los que de mi dependen. Tengo una PyME turística. Creo que las Sierras son un recurso no renovable que debe respetarse y protegerse para que se convierta en producto turístico sustentable. Pero no quiero hablar aquí desde mi ocupación sino como ciudadana de Tandil a quien amo, elegí para vivir, y donde enterré mis muertos mas queridos. Las Sierras son más que un recurso no renovable a usar en forma sostenible, son el patrimonio de la ciudad, son más que un mineral de tercera categoría a explotar indiscriminadamente, constituyen nuestra identidad serrana. Señores son las Sierras precámbricas más australes del mundo, susceptibles de ser propuestas como un Patrimonio Natural de la Humanidad. No es cierto que la única solución para preservarlas sea la expropiación. Los sitios declarados recientemente por la UNESCO Patrimonio Natural de la Humanidad: península de Valdés, Estancias Jesuíticas de Córdoba, no han sido expropiados, y pertenecen a particulares que se enorgullecen de poseerlos. Haciendo un paralelo don Península de Valdés los propietarios acordaron que el bien común era muchos más importante que sus intereses individuales, no hubo nadie que dijera sigamos matando ballenas, nadie dijo mostremos ballenas amputadas, sin un ojo, etc. Fue por supuesto una tarea muy ardua, nadie perdió su trabajo, todo lo contrario se generaron muchos puestos de trabajo, y hoy convertidos en sitios naturales, Patrimonio Natural de la Humanidad recientemente proclamado, están gozando del legítimo privilegio que ello implica. Pero se

planificó correctamente con amplia y efectiva participación de todos los sectores involucrados. Y nosotros queremos establecer Parque Minero en Vela. Esas Sierras no estudiadas todavía suficientemente, pueden contener la prueba de la separación de África y América. Con el Acuerdo marco se propone una solución totalmente parcial a la cuestión. Otorga beneficios a un sector, mientras el resto de la población contempla absorta como se va deteriorando el paisaje, como la injusticia, el acomodo, la obsecuencia, la soberbia y el autoritarismo se pretenden imponer haciéndonos creer que es la única solución. Si el Sr. Intendente y algunos concejales que se han convertido en acérrimos defensores de los proyectos de mitigación del impacto ambiental que presentaron las canteras, han tenido, me pregunto no, ¿Han tenido en cuenta solo algunos de los principios básicos del turismo sostenible? A saber uso sostenible de recursos, que dice que la conservación y el uso sostenible de recursos naturales, sociales y culturales da sentido a las actividades a largo plazo. (...) No solo las canteras están dañando las Sierras. En la actualidad cada cual hace lo que le parece donde quiere y como quiere. Está claro que la ciudad pide a gritos una planificación estratégica con participación efectiva de todos los sectores para que no surjan estos problemas que hoy nos están dividiendo y enfrentando. ¿O es que se está aplicando aquello de dividir para reinar? No al acuerdo Marco porque no es justo que se les permita a los empresarios de las canteras pagar sus deudas como les parezca, y mientras al resto de los ciudadanos les rematan sus casitas porque se quedaron sin trabajo y no pueden pagar sus deudas. No al AM porque propone establecer un Parque Minero en Vela sin que siquiera se tenga la opinión de sus propietarios. Por lo tanto exijo a los Sres. Concejales que bajo presión decidieron tratar el AM próximamente traten el proyecto de Áreas Protegidas ¿No será esta la solución?”. (GRAU DE MARTÍNEZ MARINA, AP, 2000, Oradora N°. 116).

Nesta exposição se hierarquiza o valor de existência da Natureza, sem desconhecer o valor de uso e de câmbio. As Serras são recursos não renováveis a usar em forma sustentável, e mais que isso, são o patrimônio e a identidade da cidade e um lugar de valor geológico e científico de importância como Patrimônio da Humanidade.

Enfatiza a necessidade de planejamento para o turismo possa ser um uso alternativo realmente sustentável. Tomada de exemplo o caso de Porto Madryn, onde a preservação e a participação cidadã fazem parte de um modelo de desenvolvimento exitoso. Destaca o impacto negativo de outras atividades nas Serras reclamando planeje-se a cidade de modo participativo e trate-se o projeto de Áreas Protegidas. Outros aspectos já foram comentados.

Hugo Nario (Orador N°. 124)

“Nunca me imaginé que iba a tener que ser el último hablador de esta reunión. Ni tampoco me imagine que iba a venir con este ánimo a esta Audiencia Pública. La verdad que yo anteayer tenía otro esquema pero cuando vi a los trabajadores de las canteras manifestarse en el Salón del Concejo Deliberante... No puedo menos que evocar. Ustedes saben que me manejo mucho más con el pasado que con el presente, si el presente no tiene dos días de antigüedad a veces no entiendo. No pude menos que evocar

cuando los abuelos de Uds. venían, marchando por la calle Rodríguez y en aquel tiempo no se usaban bombos, pero se usaban los zapatos, los zapatones con bronca, lo llamaban ellos, con tachuelas. Y sobre el empedrado de los adoquines que ellos mismos habían hecho hacían tanto ruido que parecían un ejército de 5 mil hombres. Cuanto parecían también en la mañana del día que estuvieron en el Concejo Deliberante. Lo vi también a mi amigo Bocidar Calezich, no lo vi a Restelli pero seguramente debía estar ahí que son los nuevos nombres que protagonizan el episodio obrero. Les digo que a mi me cabe dos generales de la ley. Por un lado el amor a las sierras, por el otro el amor a esos hombres y mujeres que son herederos, a través de las generaciones, de los viejos trabajadores cuya trayectoria he conocido. Me he rendido ante la continuidad, me ha gustado verlos defender sus fuentes de trabajo. Hasta he coincidido en mis estudios con las actitudes. Voy a tener que revisar algunos de mis conceptos o por lo menos ver si los libros me enseñan cosas nuevas. Siempre vi a los trabajadores enfrentados con el poder o luchando contra las actitudes de los patrones. La primera vez que veo a los trabajadores, al poder y a las empresas en la misma afinidad. A veces me pregunto si todas las filas de las empresas son la misma cosa. Si no hay empresas grandes o algunas, y unas cuantas pequeñas, que son arrastradas por la situación. Si todas las canteras van a parar y van a desaparecer si se cumpliera el rechazo al convenio marco. Y me pregunto y recuerdo que mi viejo siempre me decía: *Mirá donde están los obreros siempre esta la razón*. Me acuerdo también no obstante aquella copla que decía: *Si vieras comer a un rico de un pobre en la compañía o el rico le debe al pobre o es del pobre la comida*. No he escuchado, no he escuchado el mismo fervor en las empresas, en el poder. Ni tampoco en los amigos trabajadores de las canteras, cuando hace pocas semanas se paró la Cantera de Cerro Leones, con Marco o sin marco. Y eso me preocupa, porque no veo la actitud coherente y por eso les digo perdonen mi ignorancia tengo que volver a estudiar de nuevo la historia del movimiento obrero. Me gustaría saber si en algún momento alguien va a garantizar las fuentes de trabajo que en este momento se comprometen”. (NARIO HUGO, AP, 2000, Orador N°. 124).

Esta exposição menciona duas motivações igualmente importantes: o amor às serras e aos trabalhadores das pedreiras. Não se centra em aspectos ambientais senão traz à reflexão pública a história das pedreiras e particularmente do movimento trabalhista o contrastando com a situação atual. Enfatiza a falta de solidariedade concreta no caso do fechamento da pedreira CIGA.

Implicitamente verte uma forte crítica para a dirigência sindical. Compara a atitude e força posta para pressionar á Câmara de Vereadores ao tratamento do AM com o argumento que de não se aprovar fechariam as pedreiras e perder-se-ão fontes de trabalho, com a debilidade para defender aos trabalhadores despedidos pelo fechamento concreto e recente de uma pedreira.

Ainda que não argumente explicitamente sobre aspectos ambientais a importância desta exposição no debate é que diferença a atividade no passado e no presente. Relativiza a defesa da atividade mineira atual baseada em argumentos que fazem referência à tradição

mineira na cidade, pois não se trata da mesma atividade nem de atores igualmente prestigiosos. Sendo o expositor um historiador local reconhecido na investigação da história dos pica pedreiros constitui-se numa voz autorizada de importância na opinião pública.

Arq. Esteban Fernández Rosso (Orador N°. 125).

“Con respecto al AM lo importante es saber que ciudad queremos (...) Por supuesto la globalización los va a cambiar y nos va a reconvertir como (...) los almaceneros de acá cuando vinieron las grandes superficies. Creo que el turismo en este caso es el que tiene que reconvertir a la industria que en este momento está depredando las sierras. Yo no digo que este mal depredar las sierras en el sentido histórico, lo que se hizo. Creo que de ahora en más tiene muchísimo más valor las sierras en sí, para la ciudad tiene muchísimo más valor de lo que ha tenido, (...) creo que este convenio marco asegura de una manera casi indefinida algo, treinta años, que está mal, como también diez años que el Intendente Zanatelli decretó en el año setenta y nueve, y por presión de las mismas empresas se levantó y si uno lee perfectamente en el año ochenta y siete cuando se levanta, el poder de policía que iba a tener la municipalidad, la posibilidad de que solamente se excavara el tercio inferior de las sierras, entonces vemos el resultado actual. Lo único que podemos saber es que no se ha cumplido, es decir que de acá treinta años va a existir una presión similar por cuestiones laborales. (...) Creo que las Sierras van a dar muchísimo más trabajo si su usan de otra manera, entonces es vocación en este caso mía, de plantear al problema de otra manera. (...) Este acuerdo marco creo que atrasa, no es para dar trabajo a las personas creo que nosotros y muchos son convecinos míos porque vivimos en Tandil y nos conocemos, yo creo que el pensamiento y el pensamiento de la ciudad en general, como va a crecer, el ordenamiento que tiene que tener y creo que ahí a lo que encuadra que esta ciudad ya no tiene mas veinte mil habitantes, (como) cuando las canteras estaban. Tiene cien mil con lo cual todos los movimientos sísmicos aparecen. ¿Quién paga el cinco por ciento de costo que cada una de las casas que se tienen que construir, tienen que poner construcción antisísmica? ¿Las empresas que inclusive no pagan los impuestos? Entonces la misma población subsidia de alguna manera ese tipo de explotaciones yo creo que es una gran injusticia, creo también que es una gran injusticia que algunos paguen menos impuestos y creo que las tasas es un recurso de la ciudad que se usa. En las grandes ciudades para por ejemplo, ahora el sector de Barracas tiene cero impuesto en Buenos Aires porque se quiere intensificar la construcción. En el otro sector va a tener más porque se hacen revalúos. Ese es el resorte que siempre manejan las autoridades municipales. Por otro lado creo que estos son edificios naturales porque ya están dentro de la ciudad no están en la lejanía ni a trescientos ni a cuatrocientos kilómetros están acá mismos y hay que tomarlas de esa manera. Es decir, yo creo que destruir cada una de las sierras es como destruir por ejemplo la iglesia. Podemos sacar por ejemplo de la iglesia todos los ladrillos y construir otras casas y podemos crear fuentes de trabajo destruyendo la iglesia... pero creo que nosotros tenemos de alguna manera tenemos que saber que todas juntas y cuanto más enteras están mejor es. Por supuesto que hay una legislación a respetar, por supuesto que hay derechos empresarios que hay que respetar y derechos laborales que hay que respetar pero creo que el Acuerdo Marco solamente respeta los derechos empresarios y nada más y no los derechos del resto de la ciudad.” (FERNÁNDEZ ROSSO ESTEBAN, AP, 2000, Orador N°. 125).

Centra a exposição no valor urbanístico das Serras, sua relação com a cidade ao longo do tempo. Esta visão supõe uma mobilidade de usos unida, por exemplo, a dinâmicas globais e às condições estabelecidas pelas regulações estatais. Neste sentido exemplifica sobre possíveis ferramentas utilizadas em outras cidades e critica a atuação das autoridades locais que propõem instrumentos que depois elas mesmas não cumprem em função da pressão das empresas.

Não questiona o uso mineiro na cidade passada, mas si na presente e futura. Assinala uma mudança na valoração das Serras que hierarquiza seu valor intrínseco (de agora em mais têm muitíssimo mais valor a serras em si).

Também considera que a integridade altera seu valor (juntas e quanto mais inteiras melhor). Sustenta a necessidade de abordar de maneira diferente à proposta no AM o problema e a solução: as serras vão dar mais trabalho se usam de outra maneira.

Identifica os impactos da minaria na construção e destaca a injusta imposição de custos mais altos ao uso residencial devido à necessidade de utilizar tecnologias antisísmicas para evitar os danos pelas explosões.

Consideram às Serras edifícios naturais comparando-os com a Igreja, deste modo destaca sua condição de Patrimônio da cidade. Esta condição de legado, insubstituível, constitui-as como metas permanentes na cidade que muda. Poderia caracterizar-se como uma visão antropocêntrica e utilitarista, que reconhece o valor de existência das Serras, mas destaca sua importância como referência permanente da cidade. Não seria a Natureza em si, senão a valoração da Natureza em si mesma, o que constrói o valor das Serras para a cidade de Tandil.

Petra Marzocca (Oradora N°. 126).

“Siento que hallamos llegado a esta instancia en que realmente nos sentimos enfrentados como ciudadanos, unos y otros, creo que el patrimonio natural que tenemos, nos pertenece a todos. Yo creo que ha habido ausencia del rol del estado en cuanto a convocar a la ciudadanía, anteriormente a este momento, para pensar en el tipo de ciudad que queremos, planificar y gradualmente ejecutar obras que apunten a un desarrollo organizado, en ningún momento hemos pensado dejar gente sin trabajo y creo que si son honestos nos identifican junto a otras situaciones que hay desocupación y desempleo en este momento. Como trabajadora de la salud y con una mirada integradora creo que es fundamental cuidar el patrimonio tanto natural como cultural para asegurar que cada persona reconozca sus raíces, se arraigue a su tierra y se proyecte en ella. Creo que no podemos permitirnos en un momento donde realmente el materialismo avanza en forma terrible, avasallante, no seguir siendo imaginativos, desafiar la creatividad para la

reconversión de recursos. No podemos permitirnos prescindir del pensamiento utópico en momentos como estos en la humanidad, restablecer la solidaridad entre el hombre y la naturaleza es el desafío y trabajar desde ese lugar para nuevas propuestas. No estoy de acuerdo con el AM, porque fue producto de una convocatoria que no considero regular y porque plantea paliativos, no resuelve el problema de fondo. No estoy de acuerdo con la cancelación de la deuda que considero que es violatoria de los derechos de los ciudadanos que cumplimos con nuestras obligaciones. (MARZOCCA PETRA, AP, 2000, Oradora N°. 126).

Esta exposição centra-se no tratamento das serras como Patrimônio Natural e Cultural e tomada como eixo para abordar o problema e construir uma solução à solidariedade, tanto Homem - Natureza como entre cidadãos.

Remete ao conceito de equidade intra e intergeracional e à noção de justiça social e ecológica como necessária. Propõe um debate ético.

Assinala a ausência de um papel adequado do Estado como causante do conflito e recusa ao AM como solução entre outras coisas porque não resolve o problema ambiental.

#### 4.2.2.3. - A proposta governamental de solução ao conflito

Porquanto a proposta governamental de solução ao conflito é o Acordo Marco sobre o qual se expressaram os participantes na Audiência Pública, é interessante analisar como argumenta o Intendente Municipal para explicar o que define como a melhor solução possível.

Prefeito Municipal, J. J. Zanatelli, Discurso de Fechamento da Audiência Pública:

“En primer término quiero aclarar un aspecto que expuso el Arq. Rosso y ya también lo han expuesto otros expositores en cual me atribuyen a mí el decreto por el cual dentro del triángulo de la Poligonal de la Ruta 30, 74 y 226, en el año 79, se dio diez años a las canteras que estaban dentro de ese triángulo para erradicarse. Ese decreto si lo hice yo, yo no lo suspendí, fue ocho años atrás. Otro Intendente fue el que lo suspendió, no yo. Hecha esta aclaración me remito a que todos creo que queremos mantener y acrecentar la belleza de las Sierras, la diferencia, la gran diferencia está en el cómo, cómo hacerlo. Fíjense ustedes que la actividad como se dijo ya anteriormente, está regida por la ley minera y el poder de Policía lo tiene la Provincia de Bs. As, no el municipio y el origen, esta ley minera le da estabilidad fiscal a las canteras y el aumento del año 1994 del 70 y el 200% fue lo que originó el conflicto y fue precisamente motivo y origen de un juicio contra la municipalidad que hoy está en la Corte Suprema. Al dejar de pagar, hay otro juicio realizado por la Municipalidad que también esta en la Corte Suprema por la falta de pago. ¿Cuál es la solución ideal? Aquí a partir del año 94 y a partir de la ley minera y su reglamentación que obligaron a las

canteras a hacer estudios de impacto ambiental donde se tiene que puntualizar todas las actividades para mitigar ese impacto ambiental. Creo que ahí por primera vez nace una base científica en la cual tenemos que apoyarnos nosotros precisamente para dar una solución a este tema tan controvertido. Entonces ¿cuál es la filosofía? Fíjese UD. que acá había dos caminos a seguir, un camino porque las canteras son predios privados, un camino era adquirir los predios privados y pasarlos adquiriéndolos y pasarlos posteriormente en base a un proyecto complejos turísticos. Hace cuatro años quien les habla al HCD donde pedía crearse una tasa especial que afectara un peso por contribuyente por mes, precisamente para ir adquiriendo no todas, porque el precio después, el cálculo es inmenso, pero empezar por una cantera que estaba muy próxima a la ciudad. Esto prácticamente nos e llevo a cabo, entonces nos quedaba el otro, el único camino posible, que es el camino a negociar y para eso se consulto al Defensor del Pueblo de la Nación. Al Dr. Mayorano, fíjese que lo consulto la misma gente, a lo mejor de la Multisectorial y también gente nuestra a efectos de ver cual era la posible el camino a seguir para terminar con el conflicto y el defensor del Pueblo de la Nación aconsejó la mediación. Esa mediación que fue contratada por la Provincia de Bs. As y comenzó hace tres años, es decir que hace tres años que estamos en el proceso de mediación en el cual se interrumpieron seis meses por el proceso electoral último. Ahora esa base científica, la mediación se oriento y se baso en la base científica que son los estudios de impacto ambiental porque digo esto porque nosotros tenemos esta herramienta en la cual se proporciona un tiempo para que las canteras vayan mitigando el impacto ambiental trabajando en forma tal de mitigarlo para el día de mañana pasar a la actividad turística, cuando se termina el plazo, y también ese tiempo hay que aprovecharlo simultáneamente para estudiar e implementar una parque minero uno o varios parques mineros en el interior del partido de Tandil es decir que prácticamente nos permitía tener el tiempo necesario para ir realizando esa transformación ese pasaje a complejos turísticos y no cerrarlas automáticamente ahora y que queden los predios como están en este momento que habían sido explotados prácticamente sin un ordenamiento Un factor clave de todo esto es la comisión mixta de seguimiento minero que tiene que crearse si se aprueba el convenio marco de forma tal de que cada tanto la provincia los integrantes de la provincia como los integrantes del municipio que van a conformar esa comisión tiene que hacer el seguimiento mediante un cronograma que tiene que tener cada una de las canteras, las actividades que tiene que hacer para mitigar el impacto ambiental. Y hablo de convenio marco, porque si se aprueba es el primer paso, el convenio marco de una serie de actividades porque luego viene, de inmediato tendrían que firmarse los convenios individuales con cada una de las canteras, donde cada una de las canteras tiene que construir las cuadras de cordón cuneta con base en veinte cm., listas para asfaltar y asimismo tiene que trabajar los predios de forma tal como se los indica los estudios de impacto ambiental para mitigar esos defectos e ir transformándolos paulatinamente en complejos turísticos. Es decir que la tarea está por comenzar recién. La deuda de ese 70 y 200% fíjense que las canteras habían aceptado pagar la deuda existente con el recargo del 70 y 200% y también han aceptado que en el futuro, a partir del pago de esa deuda en vez de 0,10 centavos, pagar 0,13 centavos, es decir un 30% de aumento. Acá tenemos que ser realistas, la mediación fue aceptada por todos y yo creo que el ámbito donde tenían que discutirse y profundizarse la mejor solución posible y repito las palabras del mediador, es decir, tratamos de obtener la mejor solución posible, no la solución ideal, pero si la mejor solución posible. Tanto es así que fíjense ustedes de que un

estudio hecho por los alumnos de la Universidad nacional del Centro de acá de Tandil, donde se analizó el tema coincide perfectamente con nosotros cuando habla “de las cavas hagamos nuevos turistas”, es decir, si UD. lee esto, el trabajo prácticamente está llegando a la misma conclusión que las canteras en forma paulatina tienen que pasar a ser complejos turísticos y eso es lo mismo que proponemos nosotros. Creo sinceramente nosotros hemos se ha trabajado y yo quiero agradecer públicamente a los mediadores como a la gente, no es cierto, a los concejales que han trabajado conjuntamente con ellos, la forma como lo han hecho, como han profundizado todos los problemas, creo que se ha arribado, por eso dije yo, no a la solución ideal pero si a la mejor solución posible. Nada más” (INTENDENTE ZANATELLI J. J., “**Discurso de Cierre**”, AP, 2000).

O Prefeito começa esclarecendo que foi responsável do decreto que erradicaria as pedreiras em dez anos, mas não de sua derrogação a pouco de se cumprir o prazo. No entanto, não explica por que ao voltar ao governo não sustentou essa medida e sua decisão política atual é a oposta. Enquanto as medidas que tomou em seu primeiro governo propiciavam uma solução (erradicação de geradores do dano) por estabelecimento de prazos (dez anos), no ano 2000 o AM propõe uma resolução (não cessa a causa dos danos). Poderia interpretar-se como uma definição do problema diferente, ainda se trate da mesma atividade que gerou a primeira intervenção ou bem, que existem elementos novos que motivam a mudança.

Considera que a origem do conflito é a suba do direito à extração de pedra (1994) com o qual os principais atores da controvérsia deveriam ser a prefeitura e as empresas mineiras.

Destina uma parte importante de sua alocução à argumentação legal. Sua explicação assume os pontos de vista do sector mineiro, por exemplo, afirma a estabilidade fiscal, ferramenta que como já se mencionou, só é aplicável aos municípios que adiram expressamente às leis de promoção da minaria, entre os quais não está Tandil.

Menciona as disposições sobre aspectos ambientais gerados especialmente para a minería e ignora o marco legal ambiental general, desde a Constituição Nacional, Constituição Provincial, a lei provincial de médio ambiente, bem como a lei orgânica das municipalidades e, sobretudo, a lei de ordenamento territorial.

Parte de reivindicar a condição de propriedade privada das pedreiras e relata um projeto anterior para terminar com as mesmas a partir da expropriação dos prédios. Para isso obteria recursos através de um aumento aos contribuintes. Argumenta que como isto não foi aprovado não fica alternativa que negociar com as pedreiras. Assim aplica desde o Estado uma lógica privada. Entre particulares cabe raciocinar nesses termos, mas o Estado tem a diferença de qualquer sector privado, a capacidade de regular, ainda sobre a propriedade privada. Por exemplo, pode e deve realizar o ordenamento do uso do solo, mas lá de que este seja privado ou estatal.

De alguma maneira, o Prefeito expressa uma forma de ver e gerir o papel do Estado que significa uma renúncia deliberada ao exercício de algumas capacidades de regulação. Isto não é uma omissão senão uma política ativa de promoção de algumas atividades privadas, neste caso a mineração. Esta política de promoção parece incluir como já se comentou não cobrar os julgamentos ganhados. Aqui o Prefeito diretamente omite mencionar os julgamentos ganhados e apresenta audiência o arranjo extrajudicial com as pedreiras de uma maneira que parece conveniente para o Município.

Cabe destacar que a possibilidade de deixar sem efeito os julgamentos não cabe uma vez que o Estado litiga, ganhou e a sentença está firme. As autoridades devem efetivar a cobrança já que o credor não são elas a título individual senão o Estado. Não existindo a possibilidade da inação deliberada, a não execução dos julgamentos às empresas mineiras devia encaixar se de maneira legal, o qual supunha chegar a convênios que minimamente não expusessem aos servidores públicos a enfrentar um julgamento por mau desempenho da função pública.

Assim é como o AM constitui um arranjo extrajudicial (homologável na justiça) que evita a cobrança executiva de 4 milhões e o transforma na cobrança diferida a quatro anos de 60% dessa dívida e em espécie. Isto, como se destacou anteriormente, significa uma contradição com a natureza da eco-taxa. Aumenta o dano supostamente para pagar uma compensação pelo dano. Portanto, aceitar esta forma de pagamento revela despreocupação com respeito ao impacto ambiental e um retrocesso com respeito ao já estabelecido legalmente.

Observa-se uma tentativa de delegar responsabilidades políticas e/ou enmascarar lhas como resultados técnicos-cientistas. Assim, apresenta ao Acordo Marco como o resultado da mediação e a esta como uma gestão técnica que trabalhou sobre uma base científica: os Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Atribui-lhes uma função política mais que técnica. Ainda quando estes fossem realizados por uma autoridade competente e não suspeitada de parcialidade, que uma atividade seja possível e que cumpra com as normas é necessário, mas não suficiente para considerá-la conveniente ou desejável para uma comunidade em termos de desenvolvimento.

Dentro da atividade mineira um EIA aprovado não significa que não terá impacto irreversível, perda de substrato etc., senão que se minimizarão os impactos e alguns de seus efeitos serão mitigados. Tem-se em conta que a lei que regula os aspectos ambientais da atividade mineira prevê a forma de realizar os EIA e neles se consideram tanto os aspectos físicos como os socioeconômicos, é fácil advertir a lógica do balanço que pode utilizar para

equilibrar os danos e os benefícios. Isto supõe um critério de valoração instrumental, econômico.

Esta metodologia não só se enfrenta às dificuldades de considerar o valor para as gerações futuras, senão que parece improvável ou pelo menos muito discutível que se possam medir significados, sentidos. Os EIA não podem dar conta da disputa pela apropriação simbólica presente ao conflito ambiental. Por exemplo: Quanto vale as Serras como identidade ou como Monumentos Naturais? Portanto, considerar aos EIA como uma solução cientista pretendendo que sua aprovação fecha o debate, ou é um certificado de que não existem impactos ambientais importantes pode constituir uma falácia.

O Prefeito parece justificar a decisão política de fomentar a continuidade da atividade mineira, depois dos EIA que consideram prazos para a exploração que vão até os 30 anos. Isto é o conflito por interatividade é resolvido administrativamente a favor do uso mineiro.

Relega o uso turístico a um papel complementar atual e futuro, para o qual se apóia nos complexos turísticos que ficariam como resultado dos planos de mitigação. Sustenta de fossos faríamos novos turistas, apoiando-se num trabalho de estudantes de Ciências Econômicas para legitimar sua posição invocando sustento científico. Neste caso, omite a existência de outros estudos com outras perspectivas e opiniões.

Em outra parte de sua alocução reconhece o impacto negativo da atividade mineira por falta de ordenamento, que deixou os prédios em seu estado atual e alega que de agora em mais, graças aos EIA e uma comissão de seguimento, estes se verão reduzidos e mitigados.

Desde o princípio da exposição, o Prefeito afirma a existência de um objetivo de consenso: manter e acrescentar a beleza das Serras. Isto põe em evidência, por uma parte, que entende o reclamo ambiental centrado na defesa do valor estético das Serras. Por outra, acrescentar a beleza das Serras poderia se interpretar como transformação de paisagem natural em paisagem artificial. De acordo à exposição pode inferir se que esse plus de beleza seria os complexos turísticos que deixariam as pedreiras depois de cessar a exploração e graças aos planos de mitigação ambiental. Não vê as Serras como Patrimônio, senão como um Capital Natural perfeitamente substituível e passível de ser acrescentado.

Afirma que se não se aprova o AM e não se lhe outorga às pedreiras um prazo longo para explodir vão fechar agora, deixando o estado de destruição atual. Poderia verse como uma versão especial da teoria do derrame: Primeiro crescer para depois distribuir? Neste caso implicaria que façamos que a atividade mineira cresça para que depois derrame em forma de complexo turístico.

Responsabiliza por completar esse processo substituição de capital natural por artificial, mais que aos empresários mineiros, às autoridades que devem aprovar o AM para lhes dar o fomento adequado durante um longo prazo. Também à sociedade em seu conjunto que deve velar pelo funcionamento de uma comissão de seguimento dos projetos de mitigação.

A solução expressada pelo Prefeito também responsabiliza ao Estado pela instalação de um ou mais parques mineiros para orientar ali a exploração quando as atuais pedreiras fechem. Isto responde ao conflito atual por localização com uma mudança a futuro.

Não resolve o problema atual, já que as pedreiras existentes poderão continuar ali durante o prazo estabelecido pelos EIA. Só assegura que as novas pedreiras abrir-se-ão em ditos Parques. No caso de que esses reunissem as condições mais adequadas evitar-se-ia os impactos negativos de localização das novas explorações, mas nada se resolveria sobre os impactos atuais das pedreiras atuais.

Supondo que mudar de lugar os impactos fosse uma forma de resolução, o seria para um problema futuro (novas pedreiras) e que pode ser prevenido. Isto seria pagar com mais Natureza o custo de diminuir os impactos de localização, já que os danos irreversíveis ficam nas localizações atuais e se replicam na nova localização.

O que se dana pode-se remediar? Se não se pode recuperar, nem remediar, se pode compensar? A solução descrita pelo Prefeito parece oferecer como compensação pelo uso mineiro da Serras, a promessa de criação de complexos turísticos que devolverão beleza acrescentada.

Neste discurso não há reconhecimento do impacto irreversível, de aquele que não pode se compensar com a criação de outro valor.

Utilizar as Serras como recurso não renovável é aceitar perder algo para sempre. Para reconhecer o impacto irreversível é necessário ter em conta o futuro, ou seja, considerar o valor de opção ou o valor de existência da Natureza.

A solução proposta não reconhece esses valores, prioriza o valor de câmbio atual e o uso mineiro, isto é como recurso não renovável. Procura resolver o conflito oferecendo uma compensação futura que substitua a paisagem natural a perder por paisagem artificial através dos projetos de reconversão turística.

Pode considerar-se o exposto pelo Prefeito neste discurso a solução ao conflito ambiental pelo uso das Serras de Tandil?

O processo de mediação e a audiência pública podem verse como uma tentativa de encauzamento do conflito e de legitimação pública de uma negociação entre o estado e o sector mineiro, que subsidiariamente se ocupa do conflito ambiental.

A principal ferramenta de negociação do setor mineiro é o marco político jurídico setorial especificamente gerado para atrair capital externo e a situação de alta desocupação, em virtude do qual pressiona para obter um alto grau de flexibilização ambiental, trabalhista, impositiva, etc. e assegurar a continuidade das explorações por prazos relativamente longos.

As respostas aos impactos ambientais orientam-se por uma parte a controlar a atividade com elementos como os EIA, projetos de mitigação e reconversão uma vez concluída a exploração mineira e evitar novas pedreiras dentro da poligonal.

Por outra, o desconto da eco-taxa, o pagamento da dívida em pedra, a continuidade das pedreiras nos lugares atuais e a abertura de novas pedreiras nas Serras que não estão diretamente sobre a cidade supõem um aumento do dano.

Estas respostas não implicam cese do dano e, portanto, seguindo a Santadreu e Gudynas (1998), não configuram uma proposta de solução senão, de resolução. Assim combina várias vias: a) administrativa (Modificação de eco-taxa, Convênios individuais de arranjos extrajudiciais de dívidas das pedreiras, Convênio de regulação de concorrências, Comissão de seguimento, criação de Parque Mineiro), b) por alteração de projetos (ordenamento em base a EIA e projetos de reconversão turística), c) por estabelecimento de prazos (até 30 anos) e d) Promessa de entrega de compensação (complexos turísticos em fossos).

Para além das expectativas de cumprimento, os pontos que remetem diretamente ao conflito por concorrências e formas de regulação expressam um acordo entre as empresas e o estado em seus diferentes níveis nesse momento.

Os pontos que remetem ao conflito pelo impacto ambiental em geral e pela localização sofrem a debilidade da não inclusão de vizinhos e ambientalistas no processo de negociação e de sua não conformidade com a proposta.

Em definitiva, é uma resolução para as empresas mineiras e o Estado em quanto arrecadador e promotor da mineração, mas não para os receptores e iniciadores do reclamo ambiental com o qual não há resolução ao conflito ambiental.

### **4.3 Síntese dos critérios de valor da Natureza presentes nos conflitos estudados**

Tomando as categorias definidas no modelo de análise, valor de uso (presente e futuro) e de câmbio (presente e futuro) e valor de existência poderiam sintetizar-se graficamente as posições observadas nos dois casos estudados como se mostra na página seguinte.

Gráfico Nº. 7 - O valor da Natureza. Critérios predominantes nos atores em conflito. Resultados de casos I e II.



#### 4.4 Uma avaliação dos resultados

A presente análise partiu de perguntar que papel joga os critérios de valoração da Natureza nos conflitos ambientais.

Depois de um necessário itinerário para aproximar-nos a um conceito de valor, de indagar no pensamento ambientalista e de procurar na economia uma conceitualização que dessa conta do valor da Natureza se construiu um modelo de análise bastante simplificado.

O modelo está baseado nas categorias **valor de uso e de câmbio presentes**, que poderiam abordar-se no marco da economia clássica. Também se consideram os enfoques que tentam incorporar as externalidades, **valor de uso e de câmbio futuros** (ou valor de opção) para o qual é necessário, ademais considerar a incorporação da avaliação das preferências das gerações futuras. Estas categorias, com maiores ou menores dificuldades para operacionalizar-lhas, podem ser abordadas desde a economia em tanto cumprem com as condições de utilidade e mensurabilidade.

O **valor de existência**, valor em si da Natureza, é incomensurável e não devém da utilidade para os seres humanos.

O valor como qualidade estrutural da relação sujeito-objeto numa determinada situação é antropogênico, mas não necessariamente antropocêntrico. O predomínio do critério de utilidade fá-lo antropocêntrico: a Natureza está feita para o homem e seu valor depende da utilidade presente ou futura direta ou indireta para os homens.

Pelo contrário, considerar que a Natureza tem valor em si, independentemente da utilidade e os serviços que possa lhe prestar aos seres humanos, implica não a considerar como um objeto de domínio e controle senão como um tudo do qual o ser humano faz parte e com o qual é desejável o equilíbrio, não a dominação.

Tendo em conta as hipóteses deste trabalho e com base nas categorias mencionadas analisaram-se os dois casos de estudo. Em ambos os casos de estudo se comprovam que, como o propunha a primeira hipótese, nestes conflitos ambientais existem critérios de valoração da Natureza diversos e contraditórios.

No primeiro caso não se verifica a hipótese 1.1 já que não se encontraram posições sustentadas no valor de existência. Mas si se verificam posições baseadas em critérios de valor não susceptíveis de medida. (hipótese 1.2) Por exemplo: o valor de viver numa cidade identificada pela água pura é incomensurável (ou de mensurabilidade muito discutível).

Não obstante, todos os critérios de valoração encontrados são antropocêntricos e utilitaristas. A Natureza parece ser valorizada fundamentalmente como palco da cidade. Identificando a esta como Capital do trabalho, em oposição à Capital do Lixo que resultaria da concreção do projeto que originou o conflito. O mesmo percebe-se não só como ameaça direta de impactos negativos em ar, água, solo e vida, senão como destruição de um imaginário de cidade, prestígio, projeto e identidade que está associado à Natureza, mas é essencialmente cultural.

No Caso II verifica-se um leque maior de critérios e encontram-se representadas todas as categorias de análises (se verificam hipóteses 1.1 e 1.2). Algumas posições baseiam-se no valor de existência da Natureza. A expressão mais radical deste critério verifica-se unida a uma visão que sustenta a sacralidade da Natureza e a responsabilidade humana por seu cuidado. No entanto, registram-se posições no conflito baseadas no valor de existência não associadas a uma religião. Estas posições não negam o valor de uso, mas não o consideram excludente para considerar valiosa à Natureza. Vale por existir, ainda que não seja útil.

No outro extremo do leque encontram-se uma grande quantidade de posições baseadas no valor de uso e de câmbio atual, por exemplo: para que quero as serras se não me servem?

Por definição o valor de câmbio está associado a um mercado e a lógicas individuais. Neste caso se verifica que quem utiliza critérios centrados no valor de câmbio tendem a considerar o valor da Natureza como individual mais que social. Em general, expressam posições unidas a interesses individuais, setoriais e familiares.

Quem considera o valor de uso e o valor futuro, incorporam (e a sua vez constroem) em maior medida uma valoração social da Natureza. Em general expressam posições unidas a interesses coletivos (Por exemplo: a cidade).

No primeiro caso o valor de câmbio predomina nos geradores, entre os quais joga um papel principal o Prefeito. Para além de que hipoteticamente pudesse ser funcional à proteção de algum interesse individual, argumenta a favor do projeto em base a um interesse coletivo: o rendimento de dinheiro ao município (o cânone por permitir a entrada e disposição dos resíduos) e a geração de trabalho. No entanto, poderia considerar-se um interesse individual a intenção de dispor de recursos com uma finalidade eleitoral.

Em ambos os conflitos, os alinhamentos estão associados aos critérios predominantes. Isto é, as contradições entre diferentes formas de valorizar a Natureza pareceriam ser elementos constitutivos da disputa, como o propõe a hipótese 2. Em ambos os casos de estudo os geradores priorizam o valor de câmbio atual. Mercantilizam a Natureza e a valorizam em

função da rentabilidade de curto prazo (respectivamente extração de recursos não renováveis em Tandil e depósito de resíduos em Olavarría).

Os receptores e iniciadores no primeiro caso expressam um critério predominantemente unido ao valor de uso presente e futuro e ao valor de câmbio condicionado a usos sustentáveis (fazer negócio, mas não de qualquer maneira).

No segundo caso os receptores expressam diferentes critérios e não todos estão em disputa com os geradores, alguns toleram o dano (umbral mais alto) em troca da continuidade do trabalho. A pluralidade de critérios existentes vai desde o valor de uso (atual e futuro), o valor de câmbio, do uso atual e de outros usos, particularmente o turístico e o valor de existência. Em ambos os casos existem uma regulação controvertida e o estado (principalmente no nível executivo) opera de forma mais ou menos explícita a favor dos geradores.

Utiliza o argumento de não entorpecer a produção e o emprego numa época onde os fatores situações obrigam a extremar a capacidade para atrair ou manter a atividade econômica no território e/ou aumentar os recursos orçamentais no curto prazo.

Promocionar a continuidade da mineração em Tandil sobre a base da flexibilização, e participar de um modelo de gestão de resíduos a grande escala baseado em manter aos estados municipais de AMBA como mercado cativo é parte das políticas apresentadas como de desenvolvimento local, sustentadas pelos poderes executivos de Tandil e Olavarría respectivamente. Desta maneira os governos locais são os promotores da continuidade ou a aceitação de atividades que geram os impactos ambientais negativos e motivam os conflitos.

Em oposição emergem atores que expressam resistência a essas políticas e articulam posições diferentes, em grande parte determinadas por critérios mais amplos e plurais sobre o valor da Natureza.

Em relação com a terça e última hipótese cabem algumas reflexões. O conflito em Olavarría durou até que cessou a ameaça da instalação dos mega-aterros nessa cidade, mas CEAMSE segue tentando onde os instalar pelo qual um conflito similar se replica em outras localidades com um desenvolvimento parecido.

Em Olavarría, a mobilização social acabou com o principal fator de localização: a viabilidade social (consenso) pré-requisito do projeto segundo CEAMSE. Existem muitos lugares aptos e acessíveis. CEAMSE, obrigado a deixar de operar os centros de disposição atuais por ter excedido sua capacidade e pela intensidade dos reclamos de vizinhos, e sem intenção de mudar o modelo de gestão dos resíduos, procura uma resolução via deslocamento dos impactos negativos para zonas de baixa conflitividade.

Estrategicamente, isto significou que a opinião pública, principal ferramenta dos ambientalistas, pudesse ser efetiva para deter a ameaça, destruindo o principal fator de localização ao lhe negar consenso social ao projeto.

A experiência demonstrou que é muito difícil instalar uma atividade nova de alto impacto ambiental sem consenso. Ao menos quando parte dos geradores se movem no campo eleitoral. No Caso II o AM (tratado na Audiência Pública que se tomou como fonte principal desta análise) se apresentou como solução (“única viável” / “equilibrada” / etc.).

No entanto e como já se explicasse não constitui uma solução em quanto não há cese do impacto negativo que gera o conflito, senão uma tentativa de resolução. Neste sentido o AM ofereceu algumas respostas aos aspectos do conflito que enfrentavam aos reguladores e os geradores, isto é a atores que, ainda que conjunturalmente enfrentados, compartilhavam uma visão centrada no valor de câmbio atual (arranjo extrajudicial / modificações ao direito pela extração de pedra).

Mas, o AM assegura a continuidade dos impactos ambientais e, portanto não oferece respostas para os iniciadores e a maioria dos receptores que apresentam uma pluralidade de valorações que excede às considerações do valor de câmbio no presente. A análise das posições em conflito pôs de relevo que na sociedade existem múltiplos critérios de valoração.

O valor de uso presente e futuro, o valor de câmbio presente de usos alternativos, o valor de câmbio futuro e o valor de existência não se vêem refletidos no AM tomado como tentativa de solução ou resolução do conflito estudado.

Portanto e tendo em conta que desde a apresentação do AM até a data os reguladores sustentaram uma posição similar e o conflito pelo uso mineiro das Serras de Tandil longe de diminuir intensificou-se, cabe afirmar que uma tentativa de solução mais eficiente deveria considerar a pluralidade de critérios sobre o valor da Natureza. Isto não é fácil, dado que se trata de critérios contraditórios e existem outros fatores além do valor da Natureza que influem no conflito. Mas se pode afirmar que uma proposta reduzida a considerar os aspectos unidos ao valor de câmbio atual é insuficiente.

A análise das diferentes posições nos conflitos estudados põe em evidência que não se trata de uma disputa pela apropriação formal senão pela apropriação real e simbólica do uso presente e futuro. Não é uma disputa de porções de ganho. É uma disputa a respeito do uso que lha dá à Natureza (incluído o não uso e a preservação). Portanto poderia concluir-se que não importa tanto o regime de propriedade como as regulamentações que determina as possibilidades de uso.

A desregulação e flexibilização, eixos condutores das políticas neoliberais produzem que a propriedade formal aumente as possibilidades de uso, sem um aumento das responsabilidades.

Enquanto as alternativas de solução ou de resolução de conflitos ambientais supõem um papel estatal importante na regulação, as políticas que estruturam o modelo de desenvolvimento atual supõem crescentes níveis de desregulação.

Os ambientalistas pedem-lhe ao estado que controle os impactos das atividades que o próprio Estado promove (mineração/ gestão de resíduos). Sem dúvidas poderiam encontrar-se exemplos no mundo onde os Estados possam fazer as duas coisas bem (promocionar e controlar) e ao mesmo tempo. Em Argentina, a longa tradição de protecionismo frívolo (FAJNSYLBBER, 1984) a escassa autonomia estatal e a mentalidade rendística de empresários e dirigentes afastam essa possibilidade.

A sociedade, então assume um papel protagónico e crucial. É a ação na esfera pública não estatal a que reclama uma reincorporação de temas políticos à decisão estatal. Neste sentido constitui-se numa dinâmica de confronto contra a falta de intervenção do Estado ou a intervenção inadequada. É uma demanda essencialmente qualitativa, que o Estado faça o que tem que fazer.

No marco do neoliberalismo é uma contra tendência e ao mesmo tempo um espaço sem intermediação que se cria em paralelo á representação política. Talvez por isso enquanto os geradores e reguladores tendem a sacar a discussão da esfera pública (por exemplo: confidencialidad no processo de mediação prévio ao AM em Tandil e ausência de informação pública sobre projeto em Olavarría) os iniciadores e receptores centram-se na busca e socialização de informação e na discussão aberta e generalizada.

É importante destacar que o contexto socioeconômico caracterizado pelo desemprego e o aumento da pobreza é um fator situacional que influi na hierarquia de valores, tendendo a priorizar o emprego como fonte de provisão para a vida.

Quando esta em jogo a sobrevivência, o valor da Natureza é antes que nada o valor da própria vida. Se a existência de um enorme exército industrial de reserva e uma grande massa marginal diminui o poder de negociação dos trabalhadores, operando o disciplinamento que permite a aceitação de condições de maior exploração do próprio trabalhador, por que este não aceitaria para o resto da Natureza o que já aceita para si mesmo e sua família?

#### 4.5 Em procura de um modelo de interpretação...

Poderia considerar-se em primeiro lugar que um conflito ambiental supõe elementalmente uma disputa pública entre atores sociais em torno de um impacto ambiental negativo, um lugar e um período. Mas não é autônomo, não se resume a algo estritamente local ou particular, nem se explica em si mesmo.

Implica:

a) a materialização de uma inter-relação de subsistemas físicos, político, jurídico, econômico, cultural, no contexto do ambiente como sistema complexo (GARCÍA: 2000).

b) Uma disputa em torno da apropriação material ou simbólica, e/ou em referência a usos que afetam a durabilidade de uma mesma base material ou o desenvolvimento de outros usos (ACSELRAD: 2004) o qual inclui uma discussão entre concepções de valor da Natureza.

c) Um momento particular dentro de uma dinâmica geral que ampla o movimento ambientalista. (Explicado de maneira diferente por vários autores, entre outros: VIOLA e LEIS, 1995).

A partir destes eixos e em base à reflexão sobre os conflitos analisados poderiam esboçar-se algumas linhas em procura de um modelo de interpretação. Com referência (ao ponto a), os dois casos de estudo podem visualizar se claramente com relação aos diferentes subsistemas, em seus diferentes níveis de análises.

Em ambos os casos o conflito se produz por um projeto em curso (pedreiras) e um projeto anunciado (depósito de resíduos), que implicam impactos irreversíveis, o uso como recurso não renovável e uma apropriação de capacidade de carga, mas lá do sustentável, com o objetivo de abastecer de material ou serviços ambientais a outra região. Produz-se num contexto de desregulação, (em rigor outra forma de regulação) no marco das políticas neoliberais, com fortes incentivos fiscais a atividades privadas unidas a uma especialização suja, e associada a um marco jurídico que autolimita a capacidade do estado para decidir e gerir as atividades em questão.

Em ambos os casos se evidencia falta de autonomia estatal e flexibilização na aplicação da lei e o exercício dos controles.

Nos dois casos o argumento principal para continuar com a atividade é a atração de investimentos atribuindo-lhe aos servidores públicos a função principal de facilitadores da chegada de empresas e a conservação ou geração de postos de trabalho.

Ao mesmo tempo a desocupação gerada pelo modelo é utilizada como argumento para reforçá-lo. Os geradores e os reguladores alegam como principal argumento a favor do uso

questionado a atração de investimentos e os trabalhadores já ocupados à conservação de seu trabalho como sobrevivência, mas lá de sua precarização.

O argumento da defesa dos postos de trabalho pesa mais no Caso II. Esta diferença poderia adjudicar se, por uma parte, a que no Caso II se trata de trabalho já existente e no Caso I sozinho potencial. Por outra parte, neste último o impacto negativo se relaciona claramente com a saúde (contaminação da água) o qual pareceria ter mais peso na população e gerar reações de rejeição mais rápidas que outros impactos como perda de paisagem, de identidade, valor urbanístico, da base material para outros usos, espécies, etc.

A interdependência dos conflitos com os subsistemas pode demonstrar-se tentando uma perspectiva do conflito em diferentes palcos de mudanças nos subsistemas. Bastaria que uma das orientações sintetizadas na Figura Nº. 2 mudasse para poder imaginar um palco no qual o conflito também mudaria substancialmente e provavelmente não existiria, seria de menor magnitude, ou converter-se-ia em outro. Por exemplo, se mudasse a tendência à desregulação, se a promoção realizasse-se a outras atividades (turismo, agroindústria de qualidade, etc.), se tivesse outro enfoque de balança de pagamentos. Ou se a formação de capital pensasse-se a partir da poupança interna e o investimento privado e público nacional.

Se o marco jurídico, por exemplo, não tivesse as leis de promoção da mineração ou o decreto lei que proíbe aos municípios do AMBA reciclar e os obriga a entregar seus resíduos a CEAMSE, lhe permitindo a esta armar um negócio a grande escala. Ou, se os Estudos de Impacto Ambiental das empresas mineiras foram aprovados pela mesma dependência que qualquer outra atividade, se a distribuição dos recursos públicos se realizasse via co-participação federal e não diretamente pela província e a nação, a partir de negociações quase privadas com as autoridades municipais, se um destas mudanças sucedesse incidiria substancialmente nos conflitos estudados.

Esta argumentação pode tentar ser deslegitimada alegando que é contra-factual, no entanto dado que o conflito é real e é social e não pode se reproduzir como um experimento de laboratório cabe pensar os efeitos de diferentes palcos e, sobretudo cabe reflexionar sobre fatos e experiências passadas.

Todas as mudanças descritas não são só hipotéticas e a futuro. De fato expressam a situação para cada um dos subsistemas prévia à atual. As características dominantes no presente para cada subsistema são produtos das transformações neoliberais operadas desde a década dos anos 70 a escala internacional e a escala nacional desde a ditadura (Por exemplo: desregulação e abertura a capitais externos desde 1977, criação de CEAMSE, 1978) e aprofundados na década dos noventa (Regime de Investimentos Mineiros, 1993).

As opiniões sobre estas transformações fazem parte de outra discussão, e não impede afirmar as características de cada subsistema identificado e sua inter-relação na constituição e materialização dos conflitos estudados.

Sobre o ponto (b): Nos conflitos estudados podemos identificar as quatro dimensões propostas por Acsehrad (2004): apropriação material, apropriação simbólica, durabilidade e interatividade, sem dúvidas relevantes para um modelo de análise e interpretação. Mas, pode ser útil começar por recordar que se trata de um conflito entre usos e ao mesmo tempo entre valores, já que eleger um uso é eleger um valor.

O conflito pela apropriação material remete a questões como as diferenças entre uso e propriedade. Porquanto a apropriação material não implica necessariamente a apropriação formal, pelo geral se observa nos geradores a reivindicação da propriedade privada como fonte de legitimidade para justificar um uso, como base de um direito quase absoluto a decidir o uso de um bem apropriado.

Faz parte da dinâmica dos conflitos a discussão das regulações que implicam relativizar esse direito absoluto. Assim os conflitos levantam algumas questões profundamente controversas como: A propriedade dá direito a qualquer uso? Se não é assim, a que dá direito a propriedade?

O que tem impacto ambiental é o uso, portanto a regulação efetiva é a regulação do uso, o qual supõe (entre outras coisas) regular os alcances da propriedade.

De fato, já existem regulações e estão legitimadas, por exemplo: a propriedade de uma casa em qualquer cidade não implica o direito absoluto a qualquer uso senão àqueles habilitados no plano de ordenamento (com certa flexibilidade de fato baseada na capacidade dos agentes privados para conseguir exceções e o grau de coerência do Estado para cumprir com suas próprias regulações).

A ninguém ocorrer-se-lhe-ia dizer que esta sendo vulnerado seu direito propriedade se não se lhe permitisse usar um prédio central para criarem porcos. A propriedade como direito absoluto a dispor de um bem inviabilizaria a existência da cidade, a convertendo mal num mosaico caótico de micro-ilhas.

Se os seres humanos admitem uma série de regulações ao comportamento em aras da convivência social, que incluem a aceitação de regras sobre o uso do próprio corpo, por que não se deveria admitir pelos mesmos motivos regulações sobre o uso da Natureza em seu conjunto?

Por outra parte, como já se comentasse ao início deste trabalho a variação das capacidades técnicas disponíveis implica mudanças substanciais no alcance dos usos. E já que

o que se usa não é uma porção autônoma da Natureza senão, sempre, um ecossistema o uso implica uma intervenção cujos alcances superam os aspectos recortados tecnicamente como sistema de produção. Aqui, observam-se claramente a relação entre propriedade, uso, durabilidade e interatividade.

Uma apropriação material baseada na propriedade privada como direito quase-absoluto aumenta os riscos derivados do uso intensificado em sua capacidade de alteração de ecossistemas. Portanto tem maiores riscos de afetar a durabilidade da base material para esse uso (que é também a de outros usos) e de comprometer as bases de outros usos inter-relacionadas.

Portanto, quanto mais capacidade técnica está disponível ao serviço do uso, mais relevantes são as regulações. Contrariamente a esta argumentação, o ambientalismo de mercado, reivindica a propriedade como forma de responsabilização por um uso mais apropriado e fórmula para acabar com a tragédia dos bens comuns, bem como mecanismos de mercado que operariam uma auto-regulação.

Também encontramos argumentações que expressam a confiança no desenvolvimento das capacidades técnicas orientadas a reduzir, mitigar ou recompor os impactos negativos sobre o ambiente. Este otimismo técnico não obstante, não explicita como reunir a melhor forma possível de produzir com a mais rentável, questão que não sempre pode se conseguir no mercado.

Por tudo o anterior e considerando se partiu da observação de casos que não estão originados no uso ineficiente de bens comuns, senão no exercício da propriedade privada num contexto de desregulação (ou mais bem, de regulações que a promovem), cabe concluir que os conflitos ambientais colocam como desafio redefinir os alcances do direito de propriedade com relação aos usos.

Nos casos estudados poderia exemplificar se dizendo que não importa tanto que seja privado como que as regulações existentes outorguem a esse direito um poder de decisão quase absoluto sobre os bens apropriados, privatizando indiretamente os ecossistemas em função dos alcances dados pelas capacidades técnicas de exploração.

Do universo de impactos sobre os ecossistemas muitos seriam desconhecidos e dos conhecidos mal alguns poderiam se identificar e se tratar como externalidades. Isto é a durabilidade e a interatividade são dimensões que excedem ao conhecimento dos atores, que só a podem expressar parcialmente. Estamos cegos ante alguns impactos ambientais, e isto constitui um grande desafio à capacidade humana de reflexão para gerar o que Jonas (1995) chama ética da responsabilidade.

Em torno do ponto (c): é importante destacar que os atores que assumem a posição ambientalista em cada caso não o fazem desde a nada. Tomam referências de outros movimentos, os conhecimentos prévios fazem que o impacto seja visto e/ou considerado relevante, se apóiam na legitimidade do ambientalismo como movimento, etc. Neste sentido é importante reflexionar sobre o processo pelo qual o ambientalismo cresce e ganha espaços permanentemente tanto na agenda internacional como na nacional e local.

O modelo multisetorial complexo (VIOLA E LEIS: 1995) constitui uma contribuição importante que tenta dar conta da evolução global do movimento ambientalista, da incorporação de novos atores e o avanço da questão ambiental nas diferentes instituições, isto é da tendência pela qual o ambientalismo se amplia e faz mais complexo.

Como sustenta Samyra Crespo (2006) este modelo permite monitorar e descrever a dinâmica de evolução do ambientalismo que desde a segunda metade do século XIX permeia de forma crescente aos diferentes âmbitos da sociedade.

Sem dúvidas, o multisetorialismo complexo constitui uma base para a análise do ambientalismo como processo histórico, cuja aplicação ao caso de Brasil, permite obter resultados de interesse para a análise de outros casos. A autora descreve a evolução do ambientalismo desde alertá-los científicos mais ou menos isolados, o conservacionismo anti-desenvolvimentista e o bissetorialismo numa primeira etapa, ao sócioambientalismo, com a incorporação das preocupações ambientais a movimentos sociais não específicos e a busca de modelos de desenvolvimento sustentável numa segunda etapa. Nesta, logo se somam ao ambientalismo setores antes indiferentes ou opostos como os empresários, aumentam as regulações ambientais, etc., ao mesmo tempo em que se produz uma diferenciação no socioambientalismo, radicalizando algumas vertentes, revitalizando algumas posições conservacionistas, re-significando o conceito de desenvolvimento sustentável e fortalecendo um ambientalismo de mercado.

Deste modo, a autora vê ao ambientalismo como um processo persuasivo e efetivo de melhoramento do capitalismo. (CRESPO: 2006)

Desde outra óptica, e para além que em termos descritivos poderiam não existir diferenças substanciais, não se vê ao movimento ambientalista como um processo histórico inexorável motorizado pela consciência crescente a respeito da crise ambiental, nem se lhe atribui um caráter persuasivo e consensual, senão essencialmente conflitivo.

Para Acselrad (2004) é a luta pela apropriação simbólica e a transformação de formas culturais a que mediante um processo de deslegitimação de algumas práticas e legitimação de outras vai gerando as condições para a mudança material. Pelo geral supõe a crítica de

concepções arraigadas, sua posta em discussão (mais ou menos reflexiva) e/ou a abertura a processos de revisão e resignificação.

Assim, fariam parte dessa luta simbólica as discussões a respeito dos conceitos de eficiência, de progresso, de desenvolvimento, de qualidade de vida, de valor, que se desenvolvem nos conflitos ambientais.

Quantos cidadãos de Olavarría ter-se-iam perguntado “que é qualidade de vida?” ou “Qual é o modelo de desenvolvimento da cidade?” antes que o Prefeito (não um desconhecido senão um servidor público eleito durante quatro mandatos) os enfrentasse à possibilidade de se converter num grande depósito de resíduos da Área Metropolitana?

Quantos terão pensado: que é riqueza dantes de se perguntar se 10 milhões de pesos anuais (um quarto do orçamento municipal anual) a troca de conviver com os aterros os faria mais ricos ou mais pobres?

O conflito é essencialmente uma disputa num âmbito público e sua própria dinâmica ampla a discussão inicial, possibilita a reflexão e a aprendizagem. Mas lá da existência e a disponibilidade de conhecimento ambiental, são os conflitos os que motivam ao levar dos livros às ruas e destas às casas (diretamente ou via médios de comunicação). É a dinâmica de oposição a que move aos atores a procurar, usar e socializar conhecimentos com relação aos problemas em questão.

Quantas pessoas sabiam antes da manifestação do conflito em Tandil que as Serras que caminha são precámbricas, as mais antigas da Argentina e que alguma vez fizeram parte do Cratão que unia América e África?

Mas, não se trata só de conhecimentos providos pela ciência. A discussão pública ampliada por cada conflito ambiental gera uma problematização filosófica e ética, o intercâmbio de saberes e a criação de novos significados.

Neste sentido, poderia interpretar-se que o principal produto do conflito não é o ganho de uma forma de solução ou resolução em si mesmo, senão o adiantamento que faz a sociedade em termos de aprendizagem e no qual se constroem formas de entendimento, conhecimentos e significados que alimentam o avanço do ambientalismo, não como força senão como consciência.

É provável que, por exemplo, em termos de resultados o conflito pelo uso mineiro possa se ler como uma derrota para a posição ambientalista, em tanto não cessa o impacto e as pedreiras continuam explodindo. Mas a adesão à posição ambientalista aumento na população (entrevista a Engenheiro Oscar Nigro, 2006).

Difícilmente um candidato eleitoral pudesse sustentar a conveniência da promoção da mineração, a rejeição da população dissuade a instalação de novas pedreiras e a sociedade fica mais atenta aos problemas ambientais e reage diante novos impactos com maior fortaleza. Um exemplo disto é a relativamente rápida mobilização, de diferentes atores sociais ante o conflito pela construção nas Serras (explicado no Capítulo 3 como Caso II. b).

Se pensarmos aos conflitos como uma experiência educativa poderia se dizer que ajudam à sociedade a construir uma aproximação ao conhecimento de sua relação com a Natureza e o ambientalismo pode então ser visto também como um processo construtivista.

Para Leff (1995), os conflitos ambientais expressam a existência de diferentes estratégias de apropriação da natureza originadas em racionalidades diferentes.

Destaca a existência de uma racionalidade orientada pelo mercado, hegemônica, instrumental e unida ao domínio da natureza e de outras, associadas aos povos originários, baseadas em saberes extensivos e na busca de equilíbrio com a natureza.

Considerando os casos analisados, de alguma maneira podemos interpretar que a sociedade civil expressa e constrói nos conflitos ambientais (e não exclusivamente neles) uma racionalidade diferente à governamental e à empresarial. Existem para grande parte da sociedade motivações mais importantes que poder e rentabilidade, partidos e mercados.

Sem ânimo de abrir uma discussão que excede a este trabalho, vale ao menos mencionar que essas motivações que hoje geram movimentos e constroem um espaço público não estatal, com anterioridade podem ter tido menor intensidade, não existido, ou ter existido e estar expressas através dos partidos e o Estado. O que está claro é que nas últimas décadas os reclamos ambientais deveram inventar seus próprios atores para ser expressos e, nesse processo contribuem a ampliar a esfera pública. Geram espaços políticos que não sem esforço podem conseguir um salto qualitativo com respeito à lógica partidária tomada pela concorrência eleitoral e a mercantilização da política.

Cabe perguntar se esta necessidade de gerar espaços não partidários para incluir os problemas ambientais na política não reforça o vaciamento político da vida partidária e de alguma maneira contribui a certa polarização entre um âmbito político partidário e outro político civil, intercomunicados, mas crescentemente diferenciados. Entre outras diferenças podemos observar que enquanto no primeiro predomina a lógica eleitoral, a luta pelo poder e o exercício profissional da política, no segundo convivem diversas lógicas, se redefinem e reconstrói os assuntos públicos a partir dos conflitos, e se avança no exercício da cidadania e a participação política não profissional.

A tal ponto esta forma de participação surge da falta de respostas dos partidos e a insatisfação sobre sua forma de funcionamento atual, que existe uma forte aversão a se reconhecer a si mesmos como atores políticos.

A partir dos conflitos ambientais constitui-se um espaço diferente do mercado e do Estado onde se trabalha desde a diferença e a pluralidade com novas formas de organização em pos de objetivos comuns. Conquanto pudesse atribuir-se a esta forma de participação um caráter instrumental, e até certo ponto é-o, encarna a crítica a uma visão exageradamente instrumental da Natureza e a ciência. É um meio legítimo para lutar contra o investimento de meios e fins. Surge na esfera pública e, portanto a pressupõe. Dificilmente poderiam emergir conflitos ambientais no contexto de ditaduras, já que os atores não poderiam se constituir em parte na disputa nem a expressar publicamente. Mas essa esfera pública prévia ao conflito amplia-se e aprofunda com o desenvolvimento do mesmo.

Sustenta Leis:

“A noção de esfera pública é requerida precisamente porque a través dela os movimentos sociais podem organizar-se livremente, tanto fora do Estado como do sistema econômico (ainda que não totalmente neste último caso) (...). A nova teorização aponta para a construção de uma visão tripartite a partir da qual, ao mesmo tempo em que se pretende distinguir lógicas sociais relativamente diferentes, se hierarquiza da sociedade civil em relação à economia e ao Estado (fazendo da primeira o lugar da comunicação e da solidariedade contra a instrumentalidade das duas ultimas esferas)” (LEIS, 1999, p. 98-99).

Podem existir muitos desacordos entre um ambientalismo pensado como um processo consensual ou conflitivo, mas sem dúvidas um acordo importante é a importância que implícita ou explicitamente adquire a esfera pública não estatal para possibilitar e gerar seu avanço e complexização.

Finalmente, ainda sobre o ponto (c), não poderia obviar se uma interpretação da evolução do ambientalismo como uma resposta aos problemas de escassez. Isto nos leva diretamente a discutir o mencionado conceito e suas implicâncias para o ambiente, e nos coloca de cheio no terreno da economia.

## Á MODO DE CONCLUSÃO.

---

### AS (IM) POSSIBILIDADES DA ECONOMIA

A economia como parte da ciência moderna não escapa ao recorte de um objeto e à construção de um desenvolvimento teórico que depois se generaliza.

Como se propôs no primeiro capítulo, tudo o que a ciência exclui quando recorta, segue existindo. Portanto, quando os instrumentos surgidos daquele recorte são utilizados para intervir no tudo, não só se afeta o conhecido, também se produz uma intervenção no não conhecido.

Assim, por exemplo, existe um tudo para além do que se define como escasso e esse tudo é modificado quando se generalizam decisões tomadas sobre a base de parâmetros definidos pela ciência econômica.

O que se faz em nome da escassez impacta sobre o mundo não sozinho sobre o escasso. A escassez é o que outorga valor no mercado e o que determina que algo seja explodido. Este aproveitamento da Natureza, paradoxalmente define-se pelo que tem de escasso e não pelo abundante.

Quando entre vários usos se prioriza aquele que se valoriza mais pela escassez se transforma a base de outros usos diminuindo a disponibilidade, destruindo valores conhecidos e não conhecidos (portanto incomensuráveis). Isto é particularmente importante quando se afeta a durabilidade da base material. Em todo impacto irreversível há algo perdido para sempre cujo valor excede ao valor do produzido.

No caso de um uso como recurso não renovável, se produz a transformação em outro valor, em tanto insumo, mas desaparece a base material para esse uso e todos os usos e se perde o valor de existência. A pedra moída é pedra moída em tanto produto mineiro e insumo para outros bens. Esse valor é agregado aos produtos que contribui a criar, mas também é identidade da cidade moída, paisagem moída, ecossistema moído e é todos os usos presentes e futuros moídos. Existência desaparecida, valores incomensuráveis que não sempre se pode contar, agregar no cálculo de um preço e muito menos o obter no mercado.

Reconhecer isto não é em si mesmo um julgamento de valor (o seria dizer que essa eleição, desse uso e, portanto desse valor está bem ou mal.). É uma apelação a um conhecimento mais abarcativo, e mais verdadeiro (em quanto ilumina o que este escurecido).

Esta mirada pode parecer muito radical, no entanto cabe perguntar se escurecer a existência dos valores não tidos em conta não é encobrir e tentar legitimar uma posição que tem, por trás de certa assepsia, um ônus valorativo e constitui uma eleição cuja legitimidade protege fazendo invisível parte dos critérios de valor.

Pelo contrário, reconhecer a existência da pluralidade de critérios de valor coloca com clareza algumas questões: a primeira que quando se elege um uso se elege um valor e se respeitam mais ou menos outros valores. Por exemplo, se escolho uso extrativo não respeito o valor futuro da serra, nem o valor da paisagem (os quais se são respeitados total ou parcialmente se elege o uso turístico).

A segunda questão: a existência de pluralidade obriga a eleger e nessa eleição se transparentam os fins. Poderia existir um método científico para eleger entre fins diferentes? Ou é uma tarefa ética e política?

A economia como ciência moderna reconhece só alguns critérios de valor e naturaliza uma racionalidade escurecendo a discussão sobre os fins. Propõe-se como um método científico para atribuir recursos (atribuir usos) definidos como escassos a satisfazer necessidades definidas como ilimitadas. Quantas perguntas poderiam problematizar essa definição tradicional?

Por exemplo: Que necessidades? De quem? Só as de quem podem pagar com dinheiro? O que satisfaz necessidades mais não é escasso, não é considerado pela economia? Por que satisfazer a necessidade atual de pedra moída e não a de paisagem, espaço recreativo, ou a necessidade das gerações futuras? Por que considerar só as necessidades humanas?

Por que se os conflitos ambientais nos interpelam com este tipo de perguntas deveriam se procurar as soluções dentro do marco de uma ciência que não está preparada para respondê-las? Talvez se apele à economia como um saber legitimado para que dê respostas técnicas a questões que se trata de despolitizar.

A economia só pode lidar com valores definidos por utilidade e medida e, como ciência orientada pelo valor de controle, recorta para entender e tenta instrumentos para dominar e controlar processos. No entanto, pelo geral a realidade parecesse fugir de seus modelos ou só ser explicada quando se ajusta a seus supostos. Isto é, a realidade pode ser explicada se comporta se como a teoria.

Se teoricamente só se consideram alguns critérios de valor, unicamente seria útil naqueles casos em que o problema a abordar envolva exclusivamente dito critérios. Por isso uma conclusão, ainda que aparentemente óbvia, necessária, é que a economia não pode dar conta teoricamente dos conflitos ambientais.

Ainda que os processos econômicos tenham uma incidência fundamental na origem dos conflitos, a economia como ciência não alcança para resolvê-los. Como o tempo, a experiência não é reversível. Metaforicamente (ou não) Natureza e Sociedade estão lançadas na flecha do tempo (PRIGOGINE, 1996).

Segundo o grau de otimismo poderíamos pensar que os conflitos ambientais estão-nos alertando para controlar o processo de desorganização e evitar o caos, ou bem é o indício de que o caos chegou, e estão nos desafiando a co-evoluir com a Natureza em procura de uma ordem diferente.

Em qualquer caso sabemos que a geração de graves impactos ambientais esta fortemente associada à eleição do valor de câmbio sobre outros valores. Como toda eleição, implica responsabilidade. Não há ciência nem saber técnico que nos releve dela. Si existe possibilidade de um processo aberto de reflexão e aprendizagem para reinventar outras racionalidades a partir do debate público de fins, significados e sentidos.

Nesse caminho, a economia como ciência se enfrenta ao desafio de questionar seus próprios alicerces discutindo o conceito de escassez e seu papel como princípio organizador de seu andamiagem teórico. Sem esta revisão profunda, que poderia derivar numa mudança de paradigma, não poderá estabelecer as bases de uma teoria que permita considerar os critérios de valor não utilitaristas.

Caso contrário deveria aceitar-se que sua aplicabilidade esta limitada desde sua origem a situações em que somente estejam presentes direta ou indiretamente critérios utilitários. Portanto, estaria invalidada para explicar e contribuir a solucionar conflitos ambientais.

Por sua vez, o ambientalismo, contra o exercício dominante e excludente da liberdade de empresa, parece estar chamado a contribuir a um exercício amplo, plural e responsável da liberdade da sociedade em seu conjunto, a reinventar a política.

## REFERENCIAS

ACSELRAD, Henri. (Org.) *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará Fundação Heinrich Boll, 2004.

ALTIERI M y PENGUE W. *La Soja transgénica en América Latina: una maquinaria de hambre deforestación y devastación socio ecológica*. 2005. Disponible em: <<http://www.gepama.com.ar>> Acceso: 20 de janeiro, 2006.

ANGELERI, José Luis. *Informe sobre la Sierra Alta de Vela*. Mimeo, Tandil, 2000.

ARONSKIND, Ricardo. *¿Más cerca o más lejos del desarrollo?* Transformaciones económicas en los años 90. Buenos Aires: Editorial Libros del Rojas. UBA. Serie Extramuros, 2001.

ASPIAZU, Daniel. El nuevo perfil de la elite empresaria. Concentración del poder económico y beneficios extraordinarios. *Revista Realidad Económica*, Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n. 145, 1997.

ASPIAZU, Daniel y SCHORR, Martín. *Crónica de una sumisión anunciada*. Las renegociaciones con las empresas privatizadas bajo la Administración Duhalde. Buenos Aires: FLACSO/ Siglo XXI/IDEP, 2003.

BASUALDO, Eduardo y KULFAS, Matías. Endeudamiento y fuga de capitales. *Revista Realidad Económica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n. 173, 2000.

BECCARIA, Luis. Un análisis de la estructura distributiva del nuevo régimen económico. *Revista ENOIKOS*, n. 15, Buenos Aires: Facultad Ciências Econômicas UBA, 1999.

BECK, Ulrich. *¿Qué es la globalización?* Barcelona: Editorial Paidós, 1998.

BELLIA, Victor. *Introdução à economia do meio ambiente*. Brasília: IBAMA (Instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis), 1996.

BOMBANA, Manuela. La gestione económica delle aree protette. *Scienza e governo*, Ambiente, Risorse, Salute, n. 34, anno XIV, vol II, p. 45-49, 1995.

CALLEJA, Gustavo. La emergencia económica, los petróleoos y el presidente Duhalde. *Revista Realidad Económica*, Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n. 185, 2002.

CAMPODÓNICO, Hector y ORTIZ, Georgina. *Características de la inversión y del mercado mundial de la minería a principios de la década de 2000*. Santiago de Chile: CEPAL División de Recursos Naturales e Infraestructura, octubre de 2002.

CEPAL. *Análisis de los Principales Indicadores Económicos*. División de Comercio Internacional e Integración. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

CAPORALI CORDEIRO, Renato. *Da riqueza das ações à ciência das riquezas*. Sao Paulo: Editorial Loyola, 1995.

COASE, Ronald. The Problem of Social Cost. In: *Journal of Law and Economics*, nº.3. Chicago: Chicago University Press, Octubre de 1960.

COORDINADORA ECOLÓGICA AREA METROPOLITANA SOCIEDAD DEL ESTADO. *Estadísticas*. Disponível em: <<http://www.ceamse.com.ar>> Acceso em 5 dezembro de 2003 e 5 dezembro de 2005.

CRESPO, Samyra. *Ambientalismo Multissetorial Complexo. A Força Explicativa de um Modelo Aplicado a Uma Série Histórica de Pesquisas*. Brasília: ANPPAS, 2006.

DALLA SALDA, Luis. Basamento granítico-metamórfico de Tandilia y Martín García. In: *ANALES*, Buenos Aires: INSTITUTO DE GEOLOGÍA Y RECURSOS MINERALES, vol. 29, nº.4, 1999.

DEWEY, John. *El hombre y sus problemas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1952.

DIAZ, G, TOMMASI, C., FRANZESE. J. Preselección de áreas graníticas aptas para la abertura de canteras y el emplazamiento de plantas de trituración en el partido de Tandil. In: CIC- Pcia. Bs. As, *Informe 31*, La Plata. Mimeo. 1986.

DOOB, Maurice. *Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith*. México: Siglo XXI, 1998 (primeira edição em inglês, 1973).

DUMENIL, Gerard. y LÉVY, Dominique. *Neoliberal Dynamics-Imperial Dynamics*. Paris: Cepremap. Disponível in: <<http://www.cepremap.ens.fr/levy>> Acceso 4 de setembro de 2004.

FAJNSYLBER, Fernando. *La industrialización trunca de América Latina*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

---

*Industrialización en América Latina: de la caja negra al casillero vacío*. Santiago de Chile: CEPAL, Cuaderno n. 60, 1990.

FERNÁNDEZ, Susana. y GÓMEZ, Maria. *Redefinición Territorial a partir de la Normativa Minera*. El caso de Bajo la Alumbra. Universidad nacional de Luján. Mimeo. 2004.

FERNÁNDEZ EQUIZA, Ana. Resenha In: *INTERthesis*. vol.3, nº1, Jan/Jun 2006. Disponível em: <<http://www.interthesis.cfh.ufsc.br>>

---

Fragmentación y especialización sucia. Una respuesta insostenible a la crisis del modelo actual de gestión de residuos de Buenos Aires y Municipios del conurbano. Em: *Revista INTERFACE*, Universidad Federal de Tocantins/Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento, vol.1, n. 1, 2004.

FERNÁNDEZ, Cesar. *Cuentan los mapuches*. Buenos Aires: Nuevo Siglo, 1963.

FERRER, Aldo. *El devenir de una ilusión*. La industria argentina desde 1930 hasta nuestros días. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.

FIELD BARRY, C. *Economía Ambiental. Una introducción*. Colombia: Mc Graw Hill, 1995.

FLORIT, Luciano *A reinvencao social do natural*. Natureza e Agricultura no Mundo Contemporâneo. Blumenau: EDIFURB, 2004.

FOLADORI, Guillermo. *Límites do desenvolvimento sustentável*. Sao Paulo: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_ Una tipología del pensamiento ambientalista en PIERRI, N. y FOLADORI, G. *¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sostenible*. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

FREYRE, Paulo. *Pedagogía del oprimido*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

FRONDIZI, Risieri. *¿Qué son los valores? Introducción a la axiología*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

GARCIA, Rolando. Interdisciplinarietà y sistemas complejos. In: LEFF, E. y GARCÍA, R. y Ots. *Ciencias Sociales y Formación ambiental*. Barcelona: Guedisa, 1994.

\_\_\_\_\_ Conceptos básicos para el estudio de sistemas complejos. In: LEFF, E. (Org.) *Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*. México: Siglo XXI, 2000.

GUDYNAS, Eduardo. *Ecología, economía y ética del Desarrollo Sostenible*. Bolívia: Instituto para la Conservación y la Investigación de la Biodiversidad (ICIB)/Academia Nacional de Ciencias de Bolivia (ANCB), 2003.

\_\_\_\_\_ Los límites de la mensurabilidad de la Naturaleza. In: *Revista Ambiente y Sociedad 2*, Campinas: Nucleo de Estudos e Pesquisas Ambientais/UNICAMP, 1999.

GUTMAN, Pablo. Economía y Ambiente. In: LEFF, E. *Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*. México: Siglo XXI, 2000.

HARTMAN, Robert. *La estructura del valor*. Fundamentos de la axiología científica. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

HARTMANN, Nicolai. *Ethik*. Berlin: Grunter, 1926.

HEIDEGGER, Martín. *A questão da técnica*. In: Cadernos de Tadução. São Paulo: USP, n. 2, 1997.

HERRERO, Diego. Reservas y exportación de petróleo ¿Sigue la Argentina una estrategia óptima de agotamiento? In: *Revista Realidad Económica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n. 163, 1999.

INDEC. *Censo Nacional Economico 2004/2005*. Buenos Aires: INDEC, 2005.

IÑIGUEZ RODRIGUEZ, A M. La cobertura sedimentaria de Tandilia. In: Instituto de Geología y Recursos Minerales, *ANALES*, Buenos Aires, vol. 29, nº.4, 1999.

JEVONS, William Stanley. Una teoría general matemática de la economía política. In: SEGURA, Julio y RODRIGUEZ BRAUN, Carlos, (Org.) *La economía en sus textos*. Madrid: Taurus, 1998.

JONAS Hans. *El principio de responsabilidad*. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1995.

KLUCKHOHN, Clyde. Values and Value-Orientations in the Theory of Action. In: PARSONS, Talcott and SHILS, Edward. *Toward a General Theory of Action*. Cambridge, Harvard University Press, 1951.

KOSACOFF Bernardo y ASPIAZU Daniel. Antecedentes históricos de la Inversión Extranjera en la Argentina. In CEPAL, *La industria Argentina: Desarrollo y cambios estructurales*. Buenos Aires: Centro Editor, 1989.

KRIEGER MERICO, Luis Fernando. *Introdução à economia ecológica*. Blumenau: EDIFURB, 2002.

LACEY Hugh. *Valores e actividade científica*. Sao Paulo: Discurso Editorial, 1998.

LEAL, José. *Guías para la evaluación del impacto ambiental de proyectos de desarrollo local*. Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1997.

LEFF, Enrique. ¿De quién es la naturaleza? Sobre la reapropiación social de los recursos naturales. *Gaceta Ecológica México*. México: Nueva Época/ SEMARNAP, n. 37, 1995.

LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável*. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes e Santa Catarina: UFSC, 1999.

LIPIETZ, Alain. *Elegir la audacia*. Una alternativa para el siglo XXI. Madrid: Trotta, 1997.  
 \_\_\_\_\_ A ecologia política do marxismo. *Revista Ambiente & Sociedade*. São Paulo, Nepam-Unicamp Vol. V n. 2, Ago/Dez. 2002-Vol VI-no 1- jan./jul., 2003.

LOZANO, Claudio. Desempleo y Pobreza en la Argentina. La situación en los próximos diez años. *Revista Realidad Econômica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n.145, 1997.

LLANO, Marta. *Informe: Flora y Fauna de las Sierras de Tandil*. Mimeo. Tandil, 2000

LLOYD, William. Una lección sobre el valor. In: SEGURA, Julio y RODRIGUEZ BRAUN, Carlos (comp) *La economía en sus textos*. Madrid: Taurus, 1998.

MANZANAL, Mabel. La cuestión Regional en la Argentina de fin de siglo. In: *Revista Realidad Econômica*. Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n. 166, 1999.

MARCHESE, H. G. y DI PAOLA, E. Reinterpretación estratigráfica de la Perforación de Punta Mogote, Provincia de Buenos Aires. *Revista Asociación Geológica Argentina*. Buenos Aires, vol. 30, nº.1, 1975.

MARTINEZ ALIER, José. *Da economía ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998.

MARX KARL. *El capital. Crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946 (primera edición: 1867).

MATURANA Humberto y VARELA Francisco. *A árvore do conhecimento*. Campinas: Editorial Psy, 1995.

MARI, Eduardo, Plan de Desarrollo Minero, *Revista Realidad Económica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n°.188, 2002.

MONTIBLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimneto sustentável*. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Editora da USFC, 2004.

MOORI K., Virginia. *Las Reformas Económicas y la Inversión en el Sector Minero Argentino*, Santiago de Chile: CEPAL, 1999

MUNICIPALIDAD DE TANDIL. *Listado de Canteras*. Actividad Minera en Tandil Documento de Trabajo, Tandil. Mimeo.1998.

NARIO, Hugo. *Los Picapedreros, Tandil, Historia Abierta 2*. Tandil: Ediciones del Manantial, 1997.

NEFFA, Julio Cesar. *Modos de Regulación, Regímenes de Acumulación y sus crisis en Argentina (1880-1996)*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

NOCHTEFF, Hugo, (Org.) *La Economía Argentina de fin de siglo: fragmentación presente y desarrollo ausente*. Buenos Aires: EUDEBA/ FLACSO, 1998.

O' CONNOR, James. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. *Revista Ambiente & Sociedade*. vol. VI, n°. 2 (Jul/Dez). São Paulo: Nepam-Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_ *Causas naturales*. Ensayos de marxismo ecológico. México: Siglo XXI, 2001.

PADULA, V. H., La "regalía minera" en un país dependiente con deplorable legislación. *Revista Realidad Económica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n°. 155, 1998.

PARDO, M. y GUDYNAS E. Soja em Bolivia. La encrucijada entre mercados, tecnologías e impactos. Documento de trabalho de *El Observatório del Desarrollo*. CLAES y D3E, dezembro de 072005. Disponível em: <[www.plataformasoja.org.br](http://www.plataformasoja.org.br)> Acceso em 20 de febrero 2006.

PARSONS, Talcote. *La estructura de la acción social*. Madrid: Guardarrama, 1978.

PERRY, RALPH B. *General Theory of Value*. Cambridge: Harvard University Press, 1950.

PIGOU, A. *Economía del Bienestar* Madrid, Aguilar, 1946.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas*. Lisboa: Gradiva, 1996.

QUIVY, Raymond y CAMPENHOUDT, Lucy. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1988.

RICARDO, David. *Principios de economía política y tributación*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1959 (primeira publicação 1817).

ROKEACH, MILTON. *The nature of human values*. New York: Free Press, 1973.

ROFMAN, Alejandro. La distribución del ingreso en la década de los 90 y sus implicancias económicas y sociales. *Revista ENOIKOS*. Buenos Aires: UBA, nº. 15, 1999.

SÁBATO, Jorge. *La clase dominante en la Argentina Moderna*. Formación y características. Buenos Aires: CISEA- GEL, 1988.

SANCHEZ, Miguel A. *El patrón de inversiones y Comercio en la Argentina 1980-2003 y su impacto ambiental*. Buenos Aires: Programa Argentina Sustentable, 2003.

SÁNCHEZ ALBAVERA, F., ORTIZ, G. y MOUSSA, N. *Panorama minero de América Latina a fines de los años noventa*. División de Recursos Naturales e Infraestructura. Santiago de Chile: CEPAL, 1999.

SANIN, Héctor. *Guía metodológica general para la preparación y evaluación de proyectos de inversión social*. Santiago de Chile: ILPES CEPAL, 1995.

SARLINGO, Marcelo. *Área Metropolitana. Gestión del Ambiente y déficit de implementación de políticas*. Olavaria: FACSO, 2001.

SANTANDREU, A. y GUDYNAS, E. *Ciudadanía en movimiento*. Participación y conflictos ambientales”, Montevideo: Ed. Trilce/CLAES/Fundação Ebert, 1998.

SCHALAMUK, I., SABLO, D. y MENDÍA J. Incidencia de la actividad minera sobre el medio ambiente. *Revista*. Asociación Argentina de Geólogos Economistas: nº. 9, 1992.

SCHELER, Max. *Ética*. Buenos Aires: Revista de Occidente Tomo I, 1941-42 (2ª ed, 1948)

SCHVARZER, Jorge. *Un modelo sin retorno*. Dificultades y perspectivas de la economía Argentina. Buenos Aires: CISEA, 1990.

\_\_\_\_\_ Problemas actuales de la Estructura Productiva Argentina. Elementos para un diagnóstico. *Revista Realidad Económica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Argentino, nº 145, 1997.

SECRETARIA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE DEL MINISTERIO DE SALUD Y AMBIENTE DE LA NACIÓN. *Geo argentina 2004*. Perspectivas del Medio Ambiente en Argentina. Buenos Aires: PNUMA/SAyDS, 2004

SEOANE J. Conocimiento y representación social. In MAYOR J. (ed.) “*Actividad humana y procesos cognitivos*”, Alhambra, Madrid, 1985.

SEVARES, Julio. *El capitalismo criminal*. Gobiernos, bancos y empresas en las redes del delito global. Buenos Aires: Norma, 2003.

SILVA LIRA, Iván. *Preparación y Evaluación de Proyectos de Desarrollo Local*. Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1996.

SIMMEL, George. *Filosofía del dinero*. Madrid: 1977.

SLUTZKY, Daniel. A propósito del Censo Nacional Agropecuario 2002. *Revista Realidad Económica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Argentino, n°.196, 2003.

SOBER, Elliot. Philosophical problems for environmentalism. In: NORTON, B. (editor) *The preservation of species*. New Jersey, Princeton University Press, 1985.

STUART MILL, John, *Sobre la libertad*, 6a. ed., trad. de Pablo de Azcárate, Madrid, Alianza Editorial, 2004 (primeira edição 1848).

SMITH, Adam. *Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones*. México: FCE, 1958 (primeira edição: 1776).

TERUGGI, M. y KILMURRAY, J. Tandilia. In: *Actas*. VI Congreso Geológico Argentino, Bahía Blanca, septiembre 1975.

----- Sierras Septentrionales de la Provincia de Buenos Aires. In *Geología Regional Argentina*. Córdoba: Academia Nacional de Ciencias de Córdoba, n°.II, 1980.

TEUBAL, Miguel. Soja Transgénica y crisis del modelo agroalimentario argentino. *Revista Realidad Económica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Argentina, n°. 196, 2003.

TREVIN, Jorge. CEAMSE y SYUSA: o contrato. O que se comprometeram a fazer e o que deixam? In: *Jornal AVEyaNEDA*. Avellaneda: Agosto 2001, pp. 14-15.

UTHOF, A. y TITELMAN, D. La relación entre el ahorro externo y el ahorro nacional en contextos de liberalización financiera. In: FRENCH-DAVIS R., y REISEN H., (comp.) *Flujos de Capital e inversión productiva*. Lecciones para América Latina. Santiago de Chile /Paris: Mc Graw Hill/CEPAL-OCDE, 1997.

VIEIRA, Liza. *Os argonautas da cidadania*. A sociedade civil na globalização. Río de Janeiro: Récord, 2001.

VILLARREAL, René. *La contrarrevolución monetarista*. México: FCE, 1986.

VIOLA E. y Leis H. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Río-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In AA. VV. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciencias sociais*. Sao Paulo/ Florianópolis: Cortez/UFSC, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1996.

Outras Fontes consultadas:

Leis, Ordens e demais normas municipais.

Leis Nacionais e Provinciais. Acordo Marco. Documentos sindicais

Jornais de circulação nacional, local e regional.

[www.clarin.com.ar](http://www.clarin.com.ar) , [www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar) , [www.lanacion.com.ar](http://www.lanacion.com.ar)

[www.elpopular.com.ar](http://www.elpopular.com.ar) ; [www.eleco.com.ar](http://www.eleco.com.ar); [www.nuevaera.com.ar](http://www.nuevaera.com.ar)

## ANEXO A

## ALGUNS ELEMENTOS LEGAIS

## Requadro N.º.1 Algumas normas legais sobre a Atividade Mineira.

Ano	Normas	Principais disposições
1993	Lei Nacional 24.196	Estabilidade fiscal por 30 (trinta) anos para pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam por conta própria atividades mineiras, com exclusão da mineração de hidrocarburos e a produção industrial de cimento e cerâmicas. Não aplicável no caso do Imposto ao Valor Agregado (IVA). As províncias poderão aderir-se ao expressado na presente lei mediante Lei provincial.
	Regime de Investimentos Mineiros	Os custos de estudos de factibilidade, aquisição de maquinaria, equipamentos e veículo bem como os investimentos em infra-estrutura poderão deduzir-se do imposto ao lucro em prazos variáveis. Não se aplica esta dedução ao cânon de exploração. As importações de bens de capital, equipamentos e insumos não serão gravados com direitos de importação. As regalias a pagar-se às províncias que adiram a esta Lei não deverão ser superiores aos 3 % do valor do mineral em boca de mina (prévio a todo processo de transformação) Prevê-se uma previsão para conservação do médio ambiente, dedutível do imposto ao lucro.
	Lei Nacional 24.228	As Províncias promoverão a captação de investimentos mineiros no exterior coordenadamente com a Secretaria de Minaria da Nação.
	Acordo Federal Mineiro	As Províncias propiciarão a eliminação daqueles encargos e taxas municipais que afetem diretamente à atividade mineira.. Em correspondência com as medidas adotadas pela Nação, as Províncias propiciarão a eliminação do imposto de selos para todos aqueles atos jurídicos relacionados com a prospecção exploração, exploração e benefício de substâncias minerais, com exceção dos hidrocarburos sólidos, líquidos e gasosos.
	Lei Nacional 24.228	As Províncias promoverão a captação de investimentos mineiros no exterior coordenadamente com a Secretaria de Minaria da Nação.
	Lei Nacional 24.228	As Províncias promoverão a captação de investimentos mineiros no exterior coordenadamente com a Secretaria de Minaria da Nação. (Cont.p.seg.)

<b>Requadro Nº.1 Algumas normas legais sobre a Atividade Mineira. (Cont.)</b>		
1994	Lei Nac. 24.402 Regime IVA	Regime de financiamento para o pagamento do IVA aplicado a compra-a ou importação de bens de capital novos e aos investimentos em infra-estrutura para a atividade mineira com destino à exportação. (cont.)
	Lei 24.585 Médio Ambiente na Minaria	Apresentação de Estudo de Impacto Ambiental para atividade mineira. Indicação de sanções às infrações.
	Decreto. 779 R. I. Minerias	Regulamenta a Lei 24.402 e fixa como data de finalização deste regime o 31 de dezembro de 1999, prorrogados posteriormente até o 31 de dezembro de 2005 (Dec. 1.343/1999).
	Rês. 1- Importação de Bens de Capital	Autorização a Subsecretaria de Minería a subscrever os certificados de importação relativos à libertação dos direitos e encargos (Art. 21 da Lei 24.196)
1996	Lei 24.661 Obras de infra-estrutura	Autorização para a melhora e pavimentação de um setor da Rodovia Nº. 14 em Catamarca, construção de uma ponte sobre o Rio Salado e os caminhos de acesso à Mina A Alumbreira por um valor de 14.000.000 \$.
1997	Resolução. 764 Trabalhista	Topos indenizatórios para atividades regidas por Convênios Coletivos (Mineira Baixa a Alumbreira SA: \$ 3.415)
2001	Dec. 111  Vinculação internacional	Modificação da Regulamentação da Lei 24.196 (Dec. 2686/1993) com a finalidade de adaptá-lo às exigências técnico-econômicas para o desenvolvimento de uma minería moderna vinculada com a atividade dos países vizinhos. Processo iniciado com a posta em vigência do Tratado entre a República Argentina e a República de Chile sobre Integração e Complementação Mineira.

Fonte: Elaboração própria

Advertência ao leitor: o quadro não contém um relato exaustivo de todas as normas vigentes, senão uma referência ao conteúdo de algumas delas para exemplificar o tenor da regulação da atividade.

**Requadro Nº. 2: Resumo dos principais aspectos da Lei de Ordenamento Territorial e Usos do solo.** (Decreto - Lei 8912/77, Texto Ordenado por Decreto 3389/87 com as modificações do Decreto Lei Nº 10128 e as Leis Nº.10653 e Nº. 10.764).

Rege o ordenamento do território da Província, e regula o uso, ocupação, subdivisão e equipamento do solo.

Estabelece como **objetivos** fundamentais do ordenamento territorial (art. 2):

- Assegurar a preservação e o melhoramento do médio ambiente, mediante uma adequada organização das atividades no espaço.

-A proscrição de ações degradantes do ambiente e a correção dos efeitos das já produzidas.

-A criação de condições físico-espaciais que possibilitem satisfazer ao menor custo econômico e social, os requerimentos e necessidades da comunidade em matéria de moradia, indústria, comércio, recreação, infra-estrutura, equipamento, serviços essenciais e qualidade do médio ambiente.

-A preservação das áreas e lugares de interesse natural, paisagístico, histórico ou turístico, aos fins do uso racional e educativo dos mesmos.

-A implantação dos mecanismos legais, administrativos e econômico-financeiros que dotem ao governo municipal dos meios que possibilitem a eliminação dos excessos especulativos, a fim de assegurar que o processo de ordenamento e renovação urbana se leve a cabo salvaguardando os interesses gerais da comunidade.

-Possibilitar a participação orgânica da comunidade no processo de ordenamento territorial, como meio de assegurar que tanto a nível da formulação proposta, como de sua realização, se tente satisfazer seus interesses, aspirações e necessidades.

-Propiciar e estimular a geração de uma clara consciência comunitária sobre a necessidade vital da preservação e recuperação dos valores ambientais.

Estabelece, entre outros, o seguinte **princípio**:

A localização de atividades e a intensidade e modalidade da ocupação do solo fá-se-á com critério racional, a fim de prevenir, e no possível reverter, situações críticas, evitando as inter-relações de usos do solo que resultem inconvenientes. (art. 3 e)

**Quem deve cumprir esta lei?**

Todas as pessoas físicas e jurídicas públicas ou privada, com a única exceção de razões de segurança e defesa (art. 4).

Possibilita criar zonas de reservas.

Estabelece que os municípios delimitem seu território em Áreas (Rural, Urbana e Complementar) (art. 5) e dentre de cada uma delas pode estabelecer zonas específicas. Entre estas pode delimitar zonas de reserva: setor delimitado em razão de um interesse específico orientado ao bem comum (art. 7 inc. f). O Município é responsável.

A responsabilidade primaria do ordenamento territorial recai no nível municipal e será obrigatório para cada partido como instrumento setorial. (art. 70)

**Que é o ordenamento territorial?**

Entendem-se, dentro do ordenamento territorial, por processo de planejamento físico, ao conjunto de ações técnicas, políticas, administrativas para a realização de estudos, a formulação de propostas e a adoção de medidas específicas em relação com a organização de um território (...). (art. 71).

O plano de ordenamento organizará fisicamente o território (...) Fixará os setores que devam ser promovidos, renovados, transformados, recuperados, restaurados, preservados, consolidados, ou de reserva, determinando para cada um deles uso, ocupação e subdivisão do solo (...) (art.80).

(cont.)

**Requadro N<sup>o</sup>. 2: Resumo dos principais aspectos da Lei de Ordenamento Territorial e Usos do solo. (cont.)**

**Critério de aplicação:** desde sua publicação é aplicável a tudo tramite ou projeto que não tiver aprovação definitiva (art. 103).

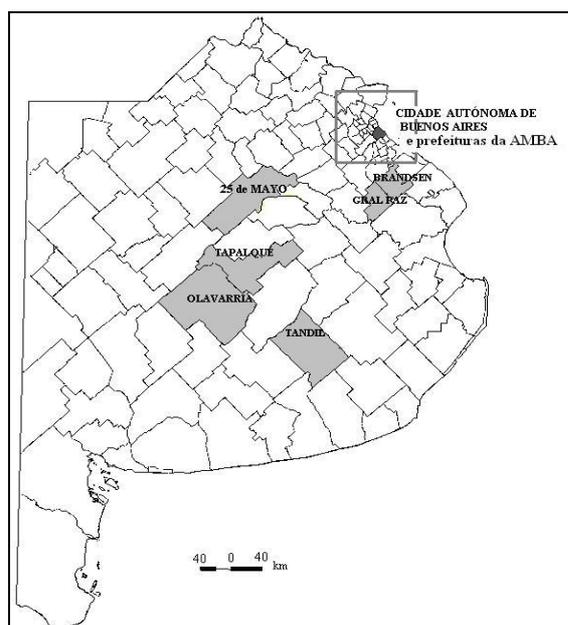
**Conclusão:** O município pode e deve realizar o ordenamento territorial. As medidas tomadas em função do ordenamento são aplicáveis a qualquer projeto que não tivessem aprovação definitiva. Isto é, o direito de propriedade não dá por si mesmo lugar a invocar direitos adquiridos com respeito a usos que não contassem com aprovação definitiva dos correspondentes projetos. Ante uma modificação do plano diretor sozinho teriam direitos adquiridos aqueles projetos com aprovação definitiva.

Fonte: Elaboração própria

## ANEXO B

## CASO DE ESTUDO Nº. 1

**Mapa Nº.1 Algumas prefeituras propostas como lugares de depósito do lixo da Área Metropolitana no Estado de Bs. As.**



Fonte: elaboração própria baseado no INDEC ([www.indec.gov.ar](http://www.indec.gov.ar)) e CEAMSE ([www.ceamse.gov.ar](http://www.ceamse.gov.ar)).

**Alguns dados de interesse.**

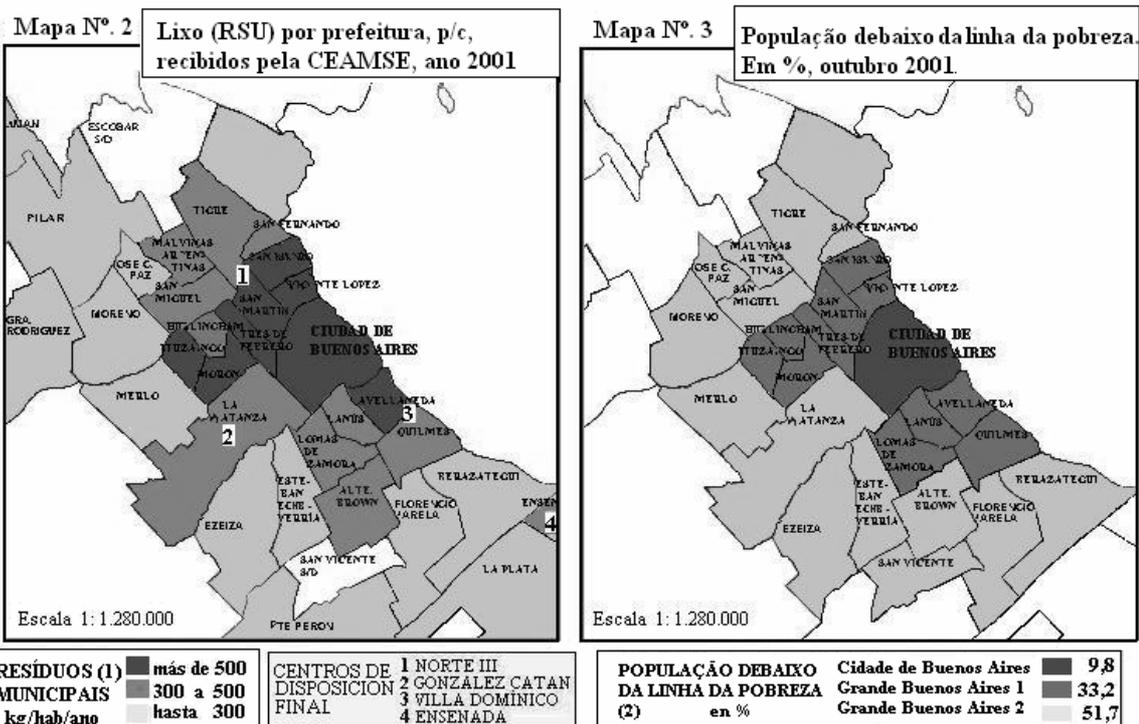
População das áreas geradoras e de algumas áreas propostas como provável depósito de lixo.  
Quantidade de Lixo (RSU) per capita na Cidade de Bs.As e AMBA  
(Dados correspondentes ao ano 2001)

Cidade de Buenos Aires	
População	2.776.138 hab.
Lixo	1.835.934 ton/año
Lixo/hab/ano	661 Kg
Prefeituras da AMBA	
População	9.844.923 hab.
Lixo	2.991.730 ton/año
Lixo/hab/ano	303 Kg

Algumas Prefeituras propostas como áreas de depósito do lixo	
População	
Tapalqué	8.296 hab
Ranchos	10.319 "
Tandil	108.109 "
Olavarría	103.961 "
25 de Mayo	34.877 "
Brandsen	22.515 "

Fonte:  
elaboração própria com base no INDEC ([www.indec.gov.ar](http://www.indec.gov.ar)) e CEAMSE ([www.ceamse.gov.ar](http://www.ceamse.gov.ar))

### CIDADE DE BUENOS AIRES E PREFEITURAS DA ÁREA METROPOLITANA

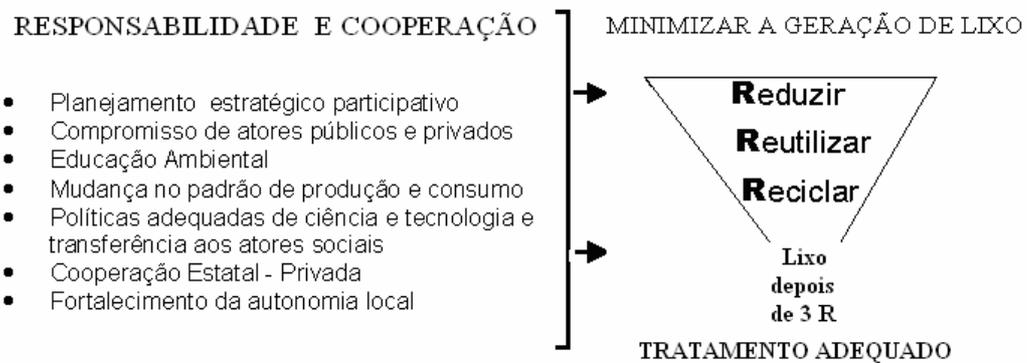


Nota:

(1) CEAMSE define como resíduos municipais aos domésticos e os que provem da limpeza das ruas e podas das arvores

(2) O INDEC não apresenta informação sobre população debaixo da linha da pobreza por prefeitura, senão agregada do modo que se mostra no Mapa Nº.3

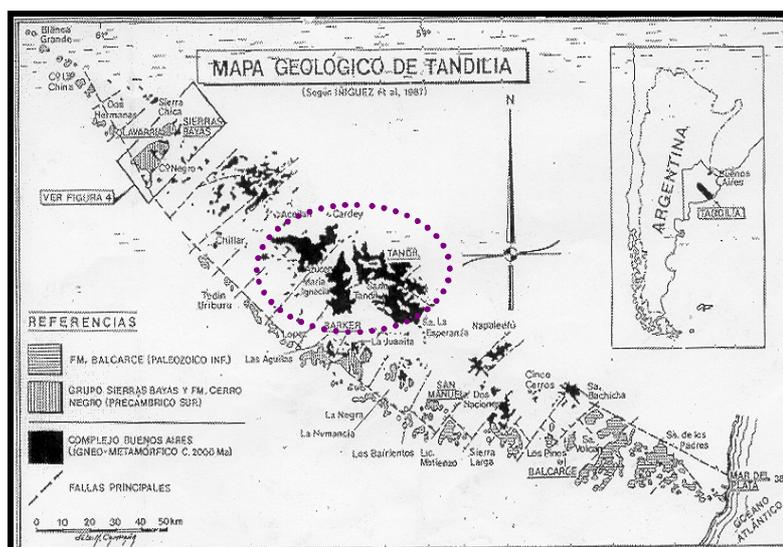
Fonte: elaboração própria com base nos dados do INDEC, Censo Nacional de Moradias, Pesquisa Permanente de Lares e CEAMSE. Ano 2001

**Esquema Nº. 1 Alguns dados para uma gestão responsável dos resíduos.**

Fonte: elaboração própria

## ANEXO C

## CASO DE ESTUDIO II

**Mapa N°1**

Mapa: tomado de Iníguez, 1987, citado por Dalla Salda, 1999.

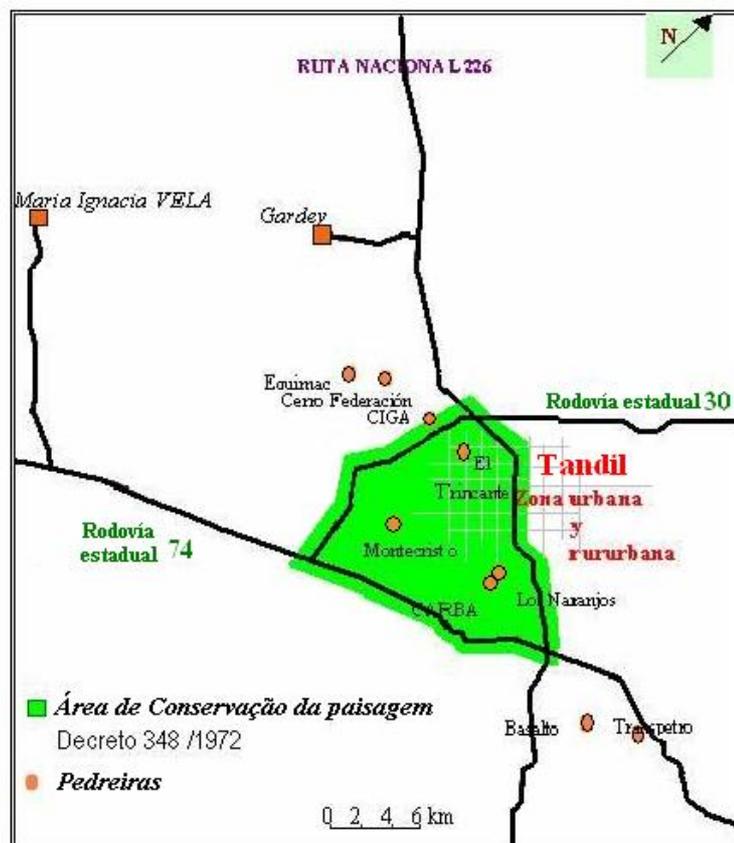
Destaque próprio ..... Zona de maior antiguidade (entre 1.800 a 2.200 milhões de anos) correspondente á Prefeitura de Tandil.

**Esquemas de localização de pedreiras e principais disposições segundo seqüência cronológica das Leis Municipais:**

**Esquema N°.1**

**1972- Primeira Poligonal de Conservação da paisagem**

**Decreto Municipal 348 de 1972**



**Decreto 348/72**

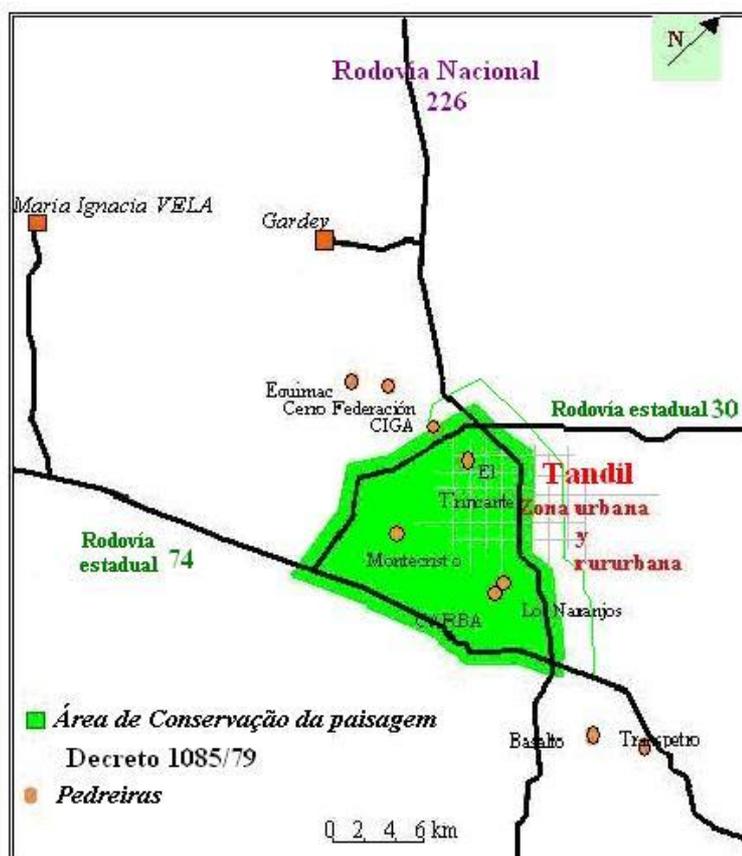
Estabelece a primeira poligonal, linha a mil metros das rodovias 226, 74 e 30, as quais definem uma área de Conservação da paisagem. Limitara a exploração ao primeiro terço e sempre que afete seu perfil visto desde qualquer ponto ao interior de esse perímetro (Art. 4). Exige prever deságües de águas pluviais que no afetem á vizinhos e no gerem águas estancadas (Art. 5) Estabelece inabilitação para as pedreiras que não cumpram. (Art.11)

## Esquema Nº. 2

1979

## Ampliação Poligonal de Conservação da paisagem

Decreto 1085 / 1979



Decreto 1085/1979

Art.2 Proíbe novas explorações em:

- a) Poligonal: a estende ate 3000 metros da rodovia 226 incluindo faixa de 2000 metros da largura a partir dos limites do Parque Industrial
- b) A 300 metros de rodovias e caminhos estaduais.

Art.3. Estabelece que as permissões sejam precárias e serão revocados pela Prefeitura ou a Autoridade Mineira Estadual quando por razoes técnicas o de seguridade publica e/o preservação do ambiente resultara aconselhável.

## Esquema Nº. 3

**1987\_Completa as regulações municipais da atividade mineira**

Lei Municipal 4133/87



- Poligonal de Conservação da paisagem
- Pedreiras

Lei Municipal 4133/1987

Art.2 Proíbe novas explorações em:

- a) Poligonal: a estende ate 3000 metros da rodovia 226 incluindo faixa de 2000 metros da largura a partir dos limites do Parque Industrial
- b) A 300 metros de rodovias e caminhos estaduais.

Art.3. Estabelece que as permissões sejam precárias e serão revocados pela Prefeitura ou a Autoridade Mineira Estadual quando por razones técnicas o de seguridade publica e/o preservação do ambiente resultara aconselhável.

Art. 8 Obrigação de pagar direito à extração de pedra (Art.dec. 87/50)

Art. 9 Obrigatoriedade de Declaração Jurada Mensal com toneladas extraidas e vendidas. Ausência o informação não verdadeira motiva é motivo de cancelação de permissão de extração

Art. 16 Informar as explosões com 48 h antecipação.

Art. 19 A exploração não pode passar do terço desde a base do cerro

Art. 20 Toda infração a normas terá multas y/o clausura.

Art. 21 Estabelece o valor das multas segundo a infração e clausura quando não cumpra o Art. 19.

## Esquema N° 4

**1998** Acrescenta á área da poligonal de conservação da paisagem

Lei Municipal 7498/ 1998 Modifica 4133/1987



- Poligonal de Conservação da paisagem
- Pedreiras

Lei Municipal 7498 de 1998

Faz mudança no Art. 2 da Lei Municipal 4133/87, acrescentando á área da poligonal de conservação da paisagem. Cria duas subáreas: A (idem a anterior) y B (definida por linha imaginaria a 100 m de rodovia estadual 74, o caminho vicinal N° 8 e o caminho estadual 103-07).

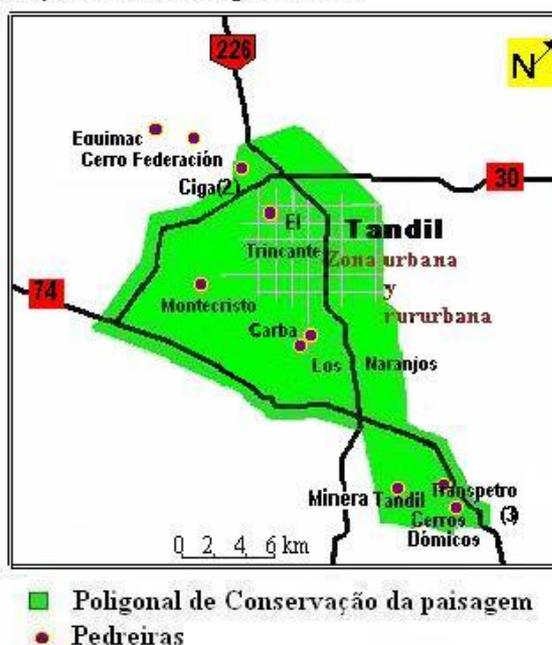
Dentro das mesmas as pedreiras devem pagar o direito a extração de pedra segundo o estabelecido pela lei 6127/93 modificada por 6543/94, e dizer, um preço mais alto dentro da subárea a (0,30\$/tonelada) que na subárea (0,17\$/tonelada).

Art. 2. Acrescenta um artigo a Lei 4133/87, o ART. 7 bis, no qual estabelece que percam a autorização aquelas pedreiras que deixem de trabalhar mais de seis meses.

## Esquema Nº. 5

**2000** Estende o trato de empresa instalada<sup>(1)</sup>

Derroga as modificatorias anteriores (7488/98) e faz novas modificações a lei municipal 4133/87

**Lei Municipal 8188/2000**

**Art. 1** Modifica a linha poligonal de conservação da paisagem estabelecida na 4133/87 da mesma maneira que a 7498/88.

**Art. 2** Reconhece como empresa instalada não só as que estejam já em atividade senão aquelas que tenham o Informe de Impacto Ambiental aprovado.

**Art.3** O poder executivo fará a inscrição como Área protegida da superficie comprendida dentro da poligonal.

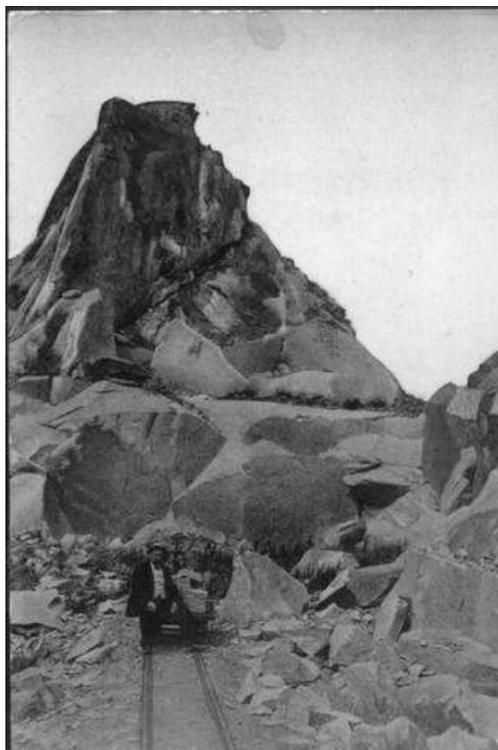
**Art. 4** Derroga a Lei Municipal 7488/98

Notas: (1) Estende o trato de empresa instalada aquelas que ainda não tinham permissão municipal mais tinham a aprovação provincial dos Informes de Impacto Ambiental.

(2) Ciga. Pedreira que explorou Cerro Leones, fechó no ano 2000.

(3) Cerro Dómicos inicia atividades ainda que dentro da poligonal, fazendo uso da nova definição de empresa instalada. Seu proprietário e o único acionista da empresa Transpetro, que fecho no 2006 deixando 500.000\$ de dívida á prefeitura e o passivo ambiental sem remediação.

## Fotos

“Cerro Leones”: Impacto da exploração minera

Fonte: Cartão Antigo

*Um cartão de princípios de século XX mostra ainda um dos picos do Cerro.*

*Debaixo, uma foto do ano 2003 mostra como ficou o cerro, um borde da elevação muito inferior á originaria e um enorme e aprofundado fosso cheio de água.*



Fonte: Arq. Nora González

**Vista comparativa da Paisagem de Cerro Leones desde uma perspectiva similar em duas épocas diferentes.**

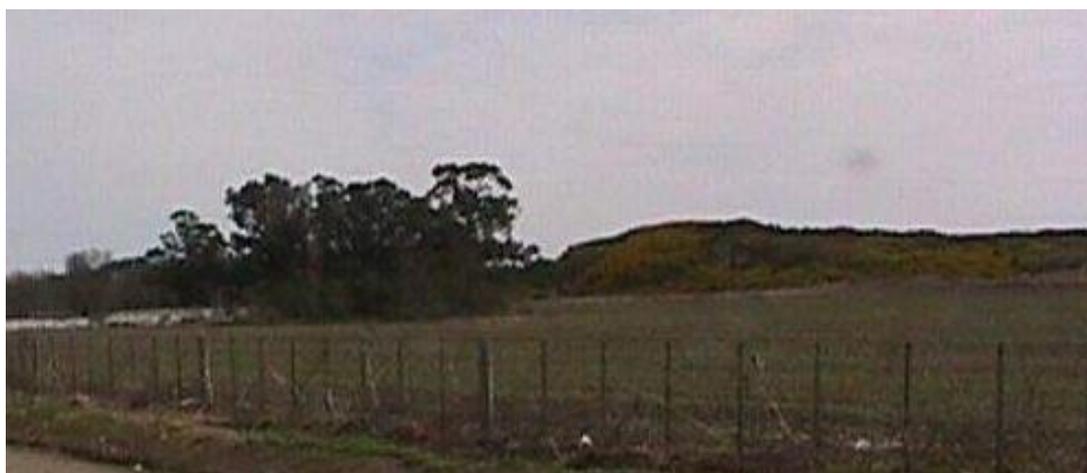
Na Foto Nº.3, (Ano 1918), se vê o Cerro “Los Leones” que na Foto Nº. 4 (Ano 2003), si seguira existindo com a mesma altura, veria se aparecendo detrás das arvores.

**Foto Nº. 3**



**Fonte: Cartão antigo de Cerro Leones. 1918**

**Foto Nº. 4**



**Fonte: Arq. Esteban Fernández Rosso. 2003**

**Foto N°.5 Estado atual do “Cerro Leones”. Vista Aérea, 2007.**



Fonte: Arquiteto Esteban Fernández Rosso, tomada em abril de 2007.

---

## LISTAGEM DE SIGLAS

---

AM Acordo Marco  
AP Audiência Pública  
ADI Agência de Desenvolvimento de Investimentos  
AMBA Área Metropolitana de Buenos Aires  
CEAMSE Coordenadora Ecológica da Área Metropolitana Sociedade Estatal  
CIAT Círculo de Engenheiro Agrônomos de Tandil  
DNCI Direção Nacional de Contas Internacionais  
FMI Fundo Monetário Internacional  
IDE Investimento Direto Estrangeiro  
INDEC Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas  
ISI Industrialização por Substituição de Importações  
MECON Ministerio de Economía da Argentina  
PBI Produto Bruto Interno  
P y ME Pequena e Mediana Empresa  
UNCTAD Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento  
YMAD Yacimientos Mineiros Águas de Dionísio